

24 confrontos

**Mudanças climáticas:
Os efeitos no modo de
vida dos povos e
comunidades tradicionais**



editora
UEA



24 contra correntes

Mudanças climáticas: Os efeitos no modo de vida dos povos e comunidades tradicionais



editora
UEA

PPGI **.CH**

Governo do Estado do Amazonas

Roberto Maia Cidade Filho
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-reitora

editora **UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann
Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas
Gerente

Wesley Sá
Editor Executivo

Raquel Maciel
Produtora Editorial

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann
(Presidente)
Adriana Távora de Albuquerque Taveira
Carlos Mauricio Seródio Figueiredo
Gislaine Regina Pozzetti
Josefina Diosdada Barrera Khalil
Katell Uguen
Orlem Pinheiro de Lima
Sílvia Regina Sampaio Freitas
Vanúbia Araújo Laulate Moncayo
Conselho Editorial

André Yukio Tanaka
Erick Cundiff
Giuliana Loureiro
Samara Nina
Silas Menezes
Projeto Gráfico

Iasmim Rodrigues
Edição na capa

Renata Baltazar
Thamires Silva
Revisão, padronização e preparação de texto

Sindell Amazonas
Edição e finalização

Prof. Dr. Pedro Rapozo
Profa. Dra. Ana Claudeise Silva do Nascimento
Profa. Dra. Marília de Jesus da Silva e Sousa
Organizadores

Profa. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos
Editora-Chefe da ContraCorrente

Prof. Ma. Lauriane Teixeira de Oliveira (doutoranda)
Prof. Me. Samuel Luzeiro Lucena de Medeiros
(doutorando)
Gerência-Executiva da ContraCorrente

Profa. Ma. Betânia de Assis Reis Matta
Ítalo Gomes de Souza
Isabela Cavalcante de Freitas
Sophia Vitória Aquino Cunha
Gabriel Damyanov Caxias Parushev
Stephanny Alves de Toledo Braga
Comitê Editorial da ContraCorrente

Profa. Ma. Betânia de Assis Reis Matta
Edemir Graca Neto
Isabela Cavalcante de Freitas
Assessoria de Relações Públicas e Comunicação

Prof. Me. Rafael Seixas de Amoêdo
Revisão Ortográfica e Assessoria

Carla Monteiro de Souza (UFRR, Brasil)
Carlos Cirino (UFRR)
Carlos Zárate (UNAL, Colombia)
Cátia Monteiro Wankler (UFRR)
Claudina Azevedo Maximiano (UFAM)
Cleide Inês Witkler (Universidade Federal de Pelotas)
Djalma Thurler (UFBA, Brasil)
Edma Moreira (UNIFESSPA, Brasil)
Elena Nava (UNAM, México)
Eni Adabia Batista (UnB)
Fabricio de Lemos Siqueira Mendes (UFPA)
Gefferson Ramos Rodrigues (UFOPA)
Isabel Pires de Lima (UPORTO, Portugal)
Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
João Miguel Teixeira Lopes (UPORTO, Portugal)
José Alcimar de Oliveira (UFAM, Brasil)
José Guilherme Fernandes (UFPA, Brasil)
Josenia Antunes Vieira (UnB_PPGL)
Luciana Marino (UFAC/UF RJ)
Luciane Páscoa (UEA)
Marcos Cólón (Florida State University)
Regina Célia Pagliuchi da Silveira (PUC_SP)
Rodrigo Borba (UFRJ, Brasil)
Selda Vale Costa (UFAM)
Silvana Andrade Martins (UEA_PPGLA)
Sílvia Helena Ribeiro Cruz (UFPA)
Stefan Willi Bolle (Universidade Bochum-Alemanha)
Vânia Lúcia Quadros Nascimento (UFPA)
Violeta Refkalefsky Loureiro (UFPA)
Walter Carlos Costa (UFSC)
Zysman Neiman (UNIFESP)
Conselho Editorial da ContraCorrente

7 – 11

APRESENTAÇÃO

12 – 31

QUANDO O RIO COMANDA A VIDA:

a dinâmica da vida de mulheres na Amazônia

Greiciele Rodrigues da Costa

Thaila Bastos da Fonseca

32 – 55

**OS MEDIA NA COBERTURA DOS CICLONES TROPICAIS
EM MOÇAMBIQUE:**

um estudo centrado no *Follow Up*
noticioso dos impactos do “Idai”

Precidónio Silvério Hilário Uamusse

Sérgio Jeremias Langa

56 – 74

**VALIDAÇÃO METODOLÓGICA DE ROTEIRO DE
ENTREVISTA SOBRE O USO TRADICIONAL DE PLANTAS
MEDICINAIS PELA POPULAÇÃO INDÍGENA**

Tayna da Silva e Silva

Aline Coutinho Cavalcanti

Ana Claudeise Silva do Nascimento

Priscila da Silva Coutinho

75 – 95

DE CASTANHAL A PASTAGEM:

apropriação de terra pública na dinâmica territorial de
expansão do agronegócio no sudeste paraense

Edma do Socorro Silva Moreira

Simone Alves Martins

96 – 115

ENTRE UM PONTO E OUTRO, O QUE HÁ DE GEOGRAFIA?

O CAMINHO DOS ESTUDANTES NA COMUNIDADE

RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

E AS MUDANÇAS NOS PERÍODOS DE CHEIA E VAZANTE

Bianca da Silva Doza

116 – 135

VULNERABILIDADE DE COMUNIDADES TURÍSTICAS

COSTEIRAS E POSSÍVEIS EFEITOS DAS MUDANÇAS

CLIMÁTICAS

Thays Rodrigues Pinho

136 – 156

A RESILIÊNCIA AMBIENTAL NO AMAZONAS

Andrezza Letícia Oliveira Tundis Ramos

Helder Brandão Goés

Luana Caroline Nascimento Damasceno

Priscila Farias dos Reis Alencar

Denison Melo de Aguiar

157 - 182

**TRANSIÇÃO SOCIOENERGÉTICA EM COMUNIDADES
RURAIS DO MÉDIO SOLIMÕES/AM**

Willian Rodrigues Carvalho

Ana Claudeise Silva do Nascimento

183 - 202

TRILHAS SECAS:

caminhos docentes na estiagem

Delva Vieira Cavalcante

Gimima Beatriz Melo da Silva

203 - 220

REGIONALISMO DE VANGUARDA:

o discurso artístico-preservacionista de
uma geração de músicos do Amazonas

Yomarley Lopes Holanda

Arthur Figueira do Nascimento

George da Silva Inhuma

Márcio Augusto Silva de Souza

228 - 247

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO**

mapeamento de impactos no Sítio Arqueológico

Ponta das Lajes, Manaus, Amazonas

Jaime de Santana Oliveira

248 – 262

**O CONSERVADORISMO LEGISLATIVO EM FACE DA
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA:**

a importância da efetivação dos direitos dos
povos indígenas para a proteção da Biodiversidade e
contingenciamento da Emergência Climática

Amaiama Lamarão Josaphat
Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos

263 – 280

**SABERES ALIMENTARES TRADICIONAIS DO
MÉDIO SÃO FRANCISCO PREJUDICADOS PELAS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS – ESTUDO DE CASO:**

comunidade quilombola da Lapinha,
Norte de Minas Gerais

Alice Meiry Silva Dias
Thaís Pereira dos Santos Souza

282 – 303

ENTRE PANOS, PLANTAS E FÉ:

práticas de saúde popular no partear
quilombola de Umarizal, Pará

Maria Gisele da Silva Santa Rosa
Ana Claudeise Silva do Nascimento
Marília de Jesus da Silva e Souza

304 – 319

**INTRODUÇÃO À CULTURA ENQUANTO PODER
ESTRUTURANTE**

Sâmela de Freitas Valamatos
Gimima Beatriz Melo da Silva

APRESENTAÇÃO

O presente dossiê propõe a reflexão sobre as profundas mudanças ambientais que têm se intensificado nas últimas décadas, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado e aquecido. As denominadas “mudanças climáticas” estão mais evidentes do que nunca na contemporaneidade, com impactos perceptíveis em diferentes esferas da vida. Atualmente, enfrentamos o que pode ser descrito como um “superaquecimento global”, cujas consequências, em múltiplas formas, estão afetando não apenas a vida humana, mas também a fauna e a flora, de maneira devastadora.

Diante disso, faz-se imprescindível problematizar como esses efeitos reverberam nas diversas dimensões da sociedade. A partir disso, os textos que compõem esse dossiê refletem os impactos dessas mudanças em diferentes territórios, trazem discussões, soluções e estratégias de mitigação, considerando tanto o conhecimento tradicional quanto os avanços científicos e tecnológicos, além das ações de políticas públicas promovidas pelo Estado.

No artigo “Quando o rio comanda a vida: A Dinâmica da Vida de Mulheres na Amazônia”, as autoras abordam os impactos da estiagem severa de 2024, destacando a relação entre a realidade das mulheres amazônicas e a escassez de recursos hídricos. O estudo apresenta entrevistas com mulheres afetadas no município de Tefé (AM), além de uma análise das obras literárias que complementam os relatos.

Em “Os Media na Cobertura dos Ciclones Tropicais em Moçambique: Um estudo centrado no Follow Up noticioso dos impactos do ‘IDAI’” é refletido a partir da inquietação sobre a (im)possibilidade de a Televisão de Moçambique (TVM) ter feito cobertura e publicações noticiosas do Ciclone Tropical Idai. O estudo em evidência tem por

objetivo compreender se a TVM continua ou não a explorar outros ângulos que possam fornecer mais subsídios para o entendimento de determinado Ciclone Tropical, na perspectiva de que a informação possa esclarecer os telespectadores.

Os autores de “Validação Metodológica de Roteiro de entrevista sobre uso tradicional de plantas medicinais pela população indígena” descrevem a construção e validação de um roteiro de entrevista semiestruturada sobre o uso tradicional de plantas medicinais, com enfoque na população indígena. Os autores apontam que a validação metodológica é um processo crítico na pesquisa científica e em diversas áreas, incluindo estudos relacionados a plantas medicinais.

No artigo “De Castanha a Pastagem: apropriação de terra pública na dinâmica territorial de expansão do agronegócio no sudeste paraense”, as autoras analisam as articulações entre o Estado e o sistema judiciário do Pará na disputa pela Fazenda Santa Tereza, antiga área de castanhal transformada em área de pastagem, resultado do poder do agronegócio no sudeste paraense. A reflexão aponta que as articulações dos atores envolvidos estruturam a rede sociopolítica do agronegócio, que atua de maneira a facilitar a apropriação de terras públicas e sua territorialização.

No texto “Entre um ponto e outro, o que há de Geografia? O caminho dos estudantes na comunidade ribeirinha Nossa Senhora de Fátima e as mudanças nos períodos de cheia e vazante”, a autora elabora a análise sobre seus registros do caminho dos estudantes e as mudanças no período de cheia e vazante. A autora recorre a descrição e a fotografia com o intuito de alcançar o registro do caminho dos estudantes da escola ribeirinha e as mudanças ocorridas.

Em “Vulnerabilidade de Comunidades Turísticas Costeiras e possíveis efeitos das mudanças climáticas”, a autora aborda as alterações nos modos de vida locais e nos ambientes considerados atrativos turísticos, impactando na atividade considerada a principal fonte econômica. A investigação foca em comunidades costeiras do nordeste brasileiro, adjacentes aos Parques Nacionais de Jericoacoara e dos Lençóis Maranhenses, e nos *stakeholders* que compõem a governança ambiental local.

No artigo “A Resiliência Ambiental no Amazonas”, o grupo de autores elabora uma análise sobre o sistema jurídico atual em diferentes níveis (regional, nacional e internacional), destacando a importância das normas jurídicas na orientação das políticas públicas de resiliência ambiental. Com isso, o estudo busca responder como a legislação pode fomentar a construção de políticas públicas para promover a resiliência ambiental, sugerindo que a legislação adaptativa pode tornar essas políticas mais eficazes.

No texto “Transição SocioEnergética em Comunidade Rurais do Médio Solimões/Am” é abordado a forma como as políticas energéticas nacionais, voltadas para a universalização do acesso à energia elétrica como o Luz Para Todos, têm alcançado as comunidades rurais amazônicas. O estudo conta com a participação de moradores de duas comunidades rurais do rio Solimões e se fundamenta nos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade.

Os autores de “Trilhas Secas: caminhos Docentes na Estiagem” refletem, a partir do olhar de docentes que trabalham em comunidades ribeirinhas atingidas pela estiagem, bem como de dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município de Manaus (AM), o impacto da estiagem em relação ao cumprimento do calendário escolar durante as duas maiores estiagens já registradas no Amazonas, em 2023 e 2024.

Em “Regionalismo de Vanguarda: o discurso artístico-preservacionista de uma geração de músicos do Amazonas”, promove-se discussão a partir da imersão nas canções dos discos da cena musical amazônica da década de 1980, que representam em sua produção musical artística a ideia de preservacionismo e valorização da Amazônia, fazendo parte do gênero musical denominado Música Popular da Amazônia.

No artigo “Mudanças Climáticas e o Patrimônio Arqueológico: Mapeamento de Impactos no Sítio Arqueológico Ponta das Lajes, Manaus, Amazonas”, o autor aborda os impactos ao patrimônio arqueológico decorrente das mudanças climáticas. No estudo, ainda se mapeiam os danos ao Sítio Arqueológico Ponta das Lajes, localizado no município de Manaus (AM), entre os anos de 2023 e 2024.

Os autores de “O Conservadorismo Legislativo em face da Emergência Climática: A Importância da Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas para a Proteção da Biodiversidade e Contingenciamento da Emergência Climática” refletem como os direitos das populações indígenas têm sido mitigados por meio da ação de uma linha conservadora no Poder Legislativo brasileiro. O artigo apresenta uma reflexão sobre o tema da emergência climática, analisa ainda o bem viver, a ancestralidade dos povos indígenas e como estas populações são essenciais para a proteção da biodiversidade e, por fim, aborda a questão do enfraquecimento dos direitos dos povos indígenas.

No texto “Saberes Alimentares Tradicionais do Médio São Francisco prejudicados pelas mudanças climáticas – Estudo de Caso: Comunidade Quilombola da Lapinha, Norte de Minas Gerais”, as autoras abordam as práticas que incluem o cultivo de alimentos baseado nos princípios da agroecologia e da pesca artesanal, bem como estas práticas têm sido passadas por gerações e são importantes para a garantia de

autonomia e segurança alimentar local. Contudo, abordam também como as mudanças climáticas, a citar o aumento das temperaturas, a escassez hídrica, a degradação ambiental e outros fenômenos, têm modificado o modo de viver e de produzir alimentos da comunidade.

Em “Entre Panos, Plantas e Fé: Práticas da Saúde Popular no Partejar Quilombola de Umarizal, Pará”, são apresentados resultados de pesquisa etnográfica realizada com parteiras tradicionais. No estudo, se aborda a compreensão das práticas de cuidado em saúde desenvolvidas por mulheres no contexto ciclo gravídico-puerperal, assim como os saberes ancestrais que orientam o partear quilombola.

Encerrando a edição, na seção de artigos e livros, o texto “Introdução à Cultura enquanto poder estruturante” traz as relações sociais e suas formas basilares na construção do estudo. Com base em três tópicos, sendo eles o “conceito de cultura”, o “conceito de poder estruturante” e a “cultura enquanto poder estruturante”, as autoras introduzem o leitor a uma realidade implícita nas relações corriqueiras e invisível ao imaginário da maioria dos viventes.

Diante dos artigos inéditos que compõem o dossiê “Mudanças Climáticas: os efeitos no modo de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais”, apresentamos aos leitores textos que abordam a temática e propõem a reflexão acerca de um tema tão importante e necessário para a sociedade acadêmica e, principalmente, aos Povos e Comunidades Tradicionais. Esperamos que a leitura possa ser pertinente no intuito de contribuir fortemente para a compreensão do tema apresentado.

Equipe Editorial

QUANDO O RIO COMANDA A VIDA:

A DINÂMICA DA VIDA DE MULHERES NA AMAZÔNIA

Greicielle Rodrigues da Costa

Graduada em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Professora efetiva de Língua Portuguesa na educação básica pela SEDUC-AM. Mestranda do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UEA) Integrante do Grupo de pesquisa de Estudos de Gênero (GREG) CNPQ. Orcid <https://orcid.org/0009-0008-0037-6661>
E-mail: greicielerodrigues5@gmail.com

Thaila Bastos da Fonseca

Graduada em Letras - Língua Inglesa (UEA-PARFOR); Mestra em Ciências Humanas (PPGICH-UEA); É integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM/UFAM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6632-6439>
E-mail: thailabastos@yahoo.com

Resumo: Este artigo examina os impactos da estiagem severa de 2024 na vida das mulheres amazônicas, destacando a relação entre suas realidades e a escassez de recursos hídricos. A pesquisa, de natureza qualitativa, combina relatos orais e análise bibliográfica das obras *O Rio Comanda a Vida* (1972) de Leandro Tocantins e *Amazonas – Pátria da Água* (2002) de Thiago de Mello. Entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres de áreas afetadas pela seca no município de Tefé/AM revelam um quadro de vulnerabilidade, com dificuldades no acesso à água potável, alimentos e transporte. A análise das obras literárias complementa esses relatos, evidenciando como a seca compromete tanto a sobrevivência quanto as estruturas sociais e culturais das comunidades onde o rio é fundamental para a vida. O estudo conclui com a necessidade urgente de políticas públicas eficazes para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, com foco nas mulheres que dependem diretamente dos rios para sua subsistência e qualidade de vida.

Palavras-chave: Estiagem; Mudanças Climáticas; Mulheres; Tefé/AM.

Abstract: this article analyses the impacts of severe drought of 2024 on women lives in Amazon while highlighting the relationship between their realities and the absence of hydric resources. This is qualitative research that combines oral reports and a bibliographical analysis of the works *O Rio Comanda a Vida* (*The River Rules Life*) (1972), by Leandro Tocantins, and *Amazonas – Pátria da Água* (*Amazon – Country of Water*) (2002), by Thiago de Mello. Semi-structured interviews with women of the areas affected by the drought in Tefé/AM reveal a vulnerable scenario, with difficulties in accessing drinkable water, food, and transport. The analysis of the literary works

complements these reports, evidencing how the drought compromises both the survival and the social and cultural structures of the communities where the river is essential to life. The study concludes with the effects of the climatic changes, focusing on the women who directly depend on the rivers for their survival and quality of life.

Keywords: Drought; Climatic Changes; Women; Tefé/AM.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é conhecida pelo seu vasto ecossistema, repleto de biodiversidade e pela rica diversidade cultural, onde as comunidades locais desenvolvem formas de vida intrinsecamente ligadas à natureza. No entanto, nas últimas décadas, essa região tem enfrentado desafios sem precedentes, exacerbados por um cenário de mudanças climáticas e aquecimento global. A estiagem intensa e prolongada, resultante de um complexo jogo de fatores ambientais e socioeconômicos, tem se tornado uma realidade alarmante, afetando a vida de milhões de pessoas e colocando em risco a sustentabilidade de práticas tradicionais. Para o homem amazônida, “o rio é o que comanda a vida”, como bem enalteceu Leandro Tocantins (1988), ao ressaltar sua importância como o grande condutor de vida do amazônida.

Dessa forma, pensar a Amazônia vai além de uma mera abordagem geográfica ou ambiental. Uma complexidade que permeia esse vasto território exige um olhar múltiplo, que abre as interações entre os diversos sistemas naturais, culturais e sociais. É nessa perspectiva que a obra de Edgar Morin, *Introdução ao Pensamento Complexo* (2005), oferece um arcabouço teórico fundamental para compreender os desafios da Amazônia. Segundo Morin, a complexidade se dá nas inter-relações e nas incertezas, onde o todo e as partes se influenciam mutuamente, criando uma teia de características que só pode ser compreendida por meio de uma visão sistêmica. Essa aplicação de visão à Amazônia, especialmente em tempos de estiagem severa, permite revelar como a água, os rios e o ambiente se conectam de maneira profunda com as vidas e práticas culturais das populações locais.

O presente trabalho, portanto, busca articular essa abordagem teórica à realidade vivida por mulheres amazônicas que enfrentam os efeitos da estiagem no ano de dois mil e vinte quatro (2024). A pesquisa reúne relatos dessas mulheres, cujas vidas estão entrelaçadas com o ciclo das águas, afetadas diretamente pela crise hídrica que agrava suas condições de trabalho, alimentação e locomoção. Esses testemunhos ganham ainda mais

importância ao serem entremeados por reflexões extraídas das obras *O Rio Comanda a Vida* (1972) de Leandro Tocantins e *Amazonas – Pátria da Água* de Thiago de Mello (2002), que descrevem a relação histórica e simbólica da região com os rios e as águas, elementos que estruturaram a economia e o cotidiano amazônico, além de moldar o imaginário cultural e poético da região.

A partir dessa análise, propõe-se um diálogo entre o pensamento complexo de Morin (2011), os relatos das mulheres e as reflexões literárias e poéticas que retratam a resistência e a resiliência das populações amazônicas, tecendo uma visão integrada da crise hídrica e de seus efeitos multifacetados sobre as vidas dessas mulheres e sobre o próprio ecossistema cultural da Amazônia. Para iniciar esta discussão recorreremos ao convite de Thiago de Mello (2002):

Vem comigo, é claro o tempo
e sopra o vento geral.
Vamos devagar, remando
na água negra transparente,
tomando todo cuidado
para que a proa do casco
não vinque a fímbria da luz.
Vem comigo descobrir
as fontes verdes da vida.
Mas contigo traz amor
para com dor aprender
(Mello, 2002, p. 16).

AMAZÔNIA COMPLEXA: REFLEXÕES A PARTIR DE THIAGO DE MELLO

A Amazônia se destaca como um dos ecossistemas mais complexos do planeta, por sua vasta biodiversidade e também pela riqueza de suas interações sociais, culturais e ambientais. Segundo Edgar Morin (2011), a complexidade se caracteriza pela interconexão de múltiplas dimensões que interagem de maneira não linear, refletindo a dinâmica intrínseca dos sistemas naturais e sociais. Essa abordagem é essencial para compreender a Amazônia, onde as relações entre seres humanos e natureza se entrelaçam em uma “tecitura”.

Para Morin (2011), a complexidade não deve ser vista como um obstáculo ao conhecimento, mas sim como uma oportunidade para expandir

nossa compreensão do mundo. A Amazônia exemplifica essa visão ao revelar que os desafios enfrentados pela região – como o desmatamento, a exploração econômica e as mudanças climáticas – são interdependentes e não podem ser aplicados de forma isolada. Cada um desses problemas reflete e afeta outros, formando um emaranhado.

Um aspecto essencial da complexidade na Amazônia é a diversidade de saberes e práticas que surgem das comunidades locais. Os conhecimentos tradicionais, muitas vezes ignorados em investigação acadêmica e política, são importantes na gestão sustentável dos recursos naturais.

Podemos refletir sobre a complexidade da Amazônia a partir da obra *Amazonas, Pátria da Água* de Thiago de Mello (2002). Nela, somos convidados a reconhecer a vastidão e profundidade do bioma amazônico como um território natural e como um espaço de inter-relações culturais, sociais e ambientais de grande magnitude. A obra de Mello (2002) traz uma visão poética voltada para a Amazônia, destacando como a água, símbolo fundamental de sua narrativa, permeia e estrutura as vidas das populações que nela habitam. O poeta retrata a Amazônia como uma “pátria da água”, uma metáfora que mostra a interdependência entre os seres humanos, a floresta e seus cursos d'água, ao mesmo tempo que denuncia a exploração e a destruição desse ecossistema.

A Amazônia, na perspectiva de Thiago de Mello (2002), é um território complexo, onde as águas são fontes de vida e de cultura. Elas representam a cerne das dinâmicas socioambientais que comandam a vida das comunidades ribeirinhas, indígenas e tradicionais. A água, como destaca o autor, é tanto manutenção da vida quanto identidade para aqueles que dependem dela para viver. Na obra, a ideia de uma Amazônia hídrica reflete o entrelaçamento dos ciclos naturais com as práticas culturais, criando uma teia de relações que se estende para além do território físico e adentra o espaço simbólico da identidade amazônica, como podemos observar nessa passagem:

O pescador sabe quando o cardume de jaraqui vem subindo. Como é que ele sabe? Nem ele próprio sabe direito como é que ele sabe. A gente sabe, me disse o Magá. Olhou para o rio, ficou cismando e concluiu: “Eu acho que eles já vêm é avisando agente que eles estão vindo. O pescador sabe” (Mello, 2002, p.59).

O autor também chama atenção para a devastação que ameaça esse ecossistema. As águas que comandam a vida na floresta estão sendo poluídas, desviadas e esgotadas por práticas predatórias, como a mineração e o desmatamento. Essa gestão ambiental é um dos principais desafios

enfrentados pela Amazônia e reflete o impacto de um modelo de desenvolvimento que não leva em conta a complexidade e fragilidade do bioma. A destruição das águas amazônicas implica no colapso ecológico e no desaparecimento de culturas inteiras que dependem desse recurso.

Outro aspecto que a obra de Mello enfatiza é a resistência das populações amazônicas, na capacidade de suas pessoas de enfrentar as adversidades, mesmo diante da violência ambiental e social que assola. Assim como a água que flui e encontra novas rotas em meio a obstáculos, os povos da Amazônia seguem resistindo e reinventando suas formas de vida em um cenário de constantes ameaças. Thiago de Mello fala dessa resiliência, ao mesmo tempo que denuncia as injustiças que essas situações sofrem, reforçando a necessidade de um olhar mais atento e sensível sobre a Amazônia:

(...) criaturas simples e humildes que constroem há centenas de anos a civilização da água, cujas leis e valores são tão diferentes das que marcam a vida atormentada dos grandes centros urbanos (...) seres que conhecem e amam a convivência solidária. Vivem numa sábia integração com a natureza, cujos rigores e virtudes condicionam sua maneira de viver. Tão harmonioso é o seu convívio com a natureza, que parecem confundir-se com ela (Mello, 2002, p.78).

Dessa forma, ao analisar a Amazônia a partir da obra *Amazonas, Pátria da Água* (2002), compreendemos a região como um organismo vivo, cujas dinâmicas e desafios ultrapassam a compreensão simplista ou isolada. A Amazônia é um espaço de vida em movimento, onde as águas comandam a existência e refletem as complexidades de um ecossistema interligado. Mello (2002), com sua linguagem poética e seu compromisso com a preservação ambiental, nos desafia a pensar a Amazônia de maneira holística, confirmando sua grandiosidade e a urgência de lutar por sua proteção.

O PAPEL DOS RIOS NA AMAZÔNIA: CONSIDERAÇÕES DE LEANDRO TOCANTINS

Para destacar a importância dos cursos de água na Amazônia, Leandro Tocantins descreveu os rios como as “veias do sangue da barragem” (Tocantins, 1972, p. 278). Para ele, os rios são muito mais do que meios de transporte ou fontes de recursos naturais: eles “comandam a vida”, pois sem eles a terra se tornaria um “vazio inexpressivo dos desertos” (Tocantins, 1972, p. 278).

Nesse contexto, a estiagem de 2024 apresenta uma ameaça direta à organização social, cultural e econômica das comunidades que dependem de

água para sobreviver. A falta de água afeta a agricultura, a pesca e até mesmo o transporte, uma vez que os rios secam e os barcos ficam encalhados, impossibilitando a movimentação de alimentos e insumos básicos.

O papel simbólico e prático dos rios é evidenciado quando o autor afirma que “o homem e o rio são os dois mais agentes ativos da Geografia humana da Amazônia” (Tocantins, 1972, p. 276). Essa afirmação ressalta a interdependência entre as populações ribeirinhas e os rios, cuja dinâmica influencia diretamente as características culturais e sociais da região.

Para Tocantins (1972), os rios “fazem girar a civilização” (Tocantins, 1972, p. 278), ou seja, sem o fluxo constante das águas, o comércio, a produção de alimentos e até mesmo o abastecimento de combustíveis ficam comprometidos, criando uma crise que afeta todas as esferas da vida das populações amazônicas. O controle da vida pelos rios, descrito por Tocantins, demonstra como a estiagem desestrutura o ambiente natural e os laços sociais efetivados pelas navegações intermunicipais que dependem da continuidade do ciclo hídrico.

A ideia de que a vida é “comandada pelo rio”, na obra de Tocantins (1972), está diretamente relacionada ao fato de que o rio regula o tempo e as atividades dessas comunidades. Ele define como possibilidades de colocação, de fornecimento de alimentos e até mesmo de acesso a serviços básicos. O rio molda a identidade do homem amazônico, que, ao viver em suas margens, internaliza a dinâmica cíclica de enchentes e secas.

Por outro lado, o impacto da estiagem, como visto em dois mil e vinte e quatro (2024), revela um lado triste dessa relação. Quando o rio, normalmente abundante, se seca, todo o sistema de vida ribeirinho entra em colapso. As mulheres entrevistadas mostram como suas rotinas foram desestruturadas pela seca, forçando-as a enfrentar uma realidade de isolamento, fome e incerteza. Sem o rio para facilitar a pesca, a agricultura e o transporte, essas populações se veem encalhadas, literalmente, nos bancos de areia.

Além disso, essa relação íntima com o rio também carrega uma carga simbólica, onde o homem amazônico se orienta culturalmente a partir de sua interação com o curso das águas. As enchentes e secas, portanto, estruturam a própria lógica de vida nas margens do rio, organizando o espaço, as relações sociais e o tempo das comunidades. É esse “comando” que o rio exerce sobre a vida.

Portanto, as palavras do Tocantins (1972) nos fazem refletir sobre o impacto da estiagem, demonstrando que a Amazônia é um ecossistema interligado onde a ausência de água pode estagnar a vida em várias esferas. Os rios, que antes “embelezavam a paisagem” e garantiam a “presença humana” (Tocantins, 1972, p. 278), agora revelam o quão frágil é a vida amazônica diante das mudanças climáticas, especialmente para as mulheres. Estas detêm grande responsabilidade na manutenção das atividades domésticas e produtivas, fortemente impactadas pela escassez de água.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, baseada em relatos orais e análise bibliográfica, com o objetivo de compreender o impacto da estiagem severa do ano de dois mil e vinte e quatro (2024) para as mulheres amazônidas e analisar as relações entre a vida humana e os recursos hídricos a partir das obras literárias de Leandro Tocantins (1972), Thiago de Mello (2002). A pesquisa foi dividida em três etapas principais que se complementam:

A primeira parte foi a realização de uma revisão bibliográfica sobre a Amazônia, com foco nas dimensões ambientais, sociais e culturais. As obras “O Rio Comanda a Vida” (1972), de Leandro Tocantins, e “Amazonas - Pátria da Água” (2002), de Thiago de Mello, foram utilizadas como referência principal para compreender a interdependência entre os rios e a vida amazônica. Também foi utilizado o conceito de complexidade de Edgar Morin (2011), a fim de compreender a interação entre os elementos naturais e sociais na região.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas em que, segundo Manzini (2003, p. 15), “o roteiro deve ser flexível, permitindo que o entrevistador explore temas relevantes sem perder de vista o tema da pesquisa”. As entrevistas foram realizadas com três mulheres residentes em áreas atingidas pela seca no município de Tefé (AM). As entrevistas buscaram captar o impacto da estiagem na vida cotidiana dessas mulheres, abordando temas como abastecimento de água, acesso a alimentos, desafios de locomoção e o peso das tarefas domésticas em um contexto de desigualdade de gênero. As entrevistas foram transcritas e comprovadas à luz das teorias discutidas, com especial atenção para o impacto da seca sobre as mulheres, que historicamente têm um papel importante na administração dos recursos hídricos e na manutenção da vida doméstica.

A última etapa envolveu a análise comparativa dos relatos das entrevistadas com as perspectivas oferecidas nas obras de Leandro Tocantins (1972) e Thiago de Mello (2002). A metodologia de análise bibliográfica foi aplicada às fontes literárias para identificar padrões discursivos e simbólicos sobre o papel dos rios na vida amazônica e como o ciclo das águas influencia a organização social e cultural da região. As falas das entrevistadas foram interpretadas sob a ótica da complexidade de Morin (2011), destacando a relação entre o contexto ambiental e os desafios sociais enfrentados pelas mulheres da Amazônia.

Dessa forma, a metodologia busca integrar perspectivas teóricas e empíricas, valorizando tanto o conhecimento tradicional das comunidades quanto as reflexões literárias e acadêmicas sobre a Amazônia.

ANÁLISE DE DADOS

A Amazônia possui uma das maiores bacias hidrográficas do mundo, no entanto, com o aquecimento do planeta, o período das grandes estiagens vem provocando consequências dramáticas. As secas têm se tornado mais frequentes e severas, os impactos socioeconômicos e ambientais associados a elas são latentes e devastadores. Segundo Silva (2013), a bacia hidrográfica do Rio Amazonas desempenha um papel essencial na regulação climática da região e na manutenção dos ecossistemas, sendo uma das maiores fontes de água doce do mundo. A preservação desse sistema é crucial diante das ameaças como o desmatamento e a manipulação ambiental, que agravam os efeitos das mudanças climáticas, intensificando secas e enchentes severas.

De acordo com o *Brasil Amazônia Agora* (2023), as secas na Amazônia, agravadas pelas manifestações do *El Niño*, têm causado uma série de impactos ambientais e sociais, como a redução dos níveis dos rios, aumento das queimadas e comprometimento das atividades econômicas das comunidades ribeirinhas.

Ao analisar os efeitos das secas no município de Tefé (AM), percebe-se que as mulheres, especialmente agricultoras, catraieiras¹ e defensoras da floresta e das águas, enfrentam desafios ainda maiores. Eles, que dependem dos rios para o transporte e produção de alimentos, precisam lidar com a escassez de água potável, percorrendo grandes distâncias para garantir o sustento de suas famílias. Essa realidade ressalta a vulnerabilidade das comunidades amazônicas.

As palavras de Leandro Tocantins (1972) iluminam essa relação entre as populações e os rios ao afirmar que o rio é o eixo da vida amazônica, uma artéria que sustenta tanto a floresta quanto seus povos. Assim, os cursos d'água transcendem sua função de manter a vida; eles também esculpem a identidade e a organização social das comunidades que se entrelaçam com suas águas. A importância dos rios na Amazônia vai além da economia, revelando-se como um elemento central na teia de relações que sustentam o cotidiano dessas pessoas.

Entretanto, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas mulheres amazônicas reside na necessidade de percorrer grandes distâncias para garantir o acesso à água potável. Em muitos casos, a qualidade da água disponível é inconveniente para o consumo, ou que intensifica os desafios impostos pela natureza. Nesse sentido, a fala da entrevistada 01 ressoa com grande força: ao ser questionada sobre os obstáculos que as mulheres enfrentam diante das longas secas na região, ela enfatiza:

Pra nós agricultoras, assim que trabalha na roça, um tempo desse é difícil, porque ninguém pode nem fazer farinha, nem nada porque até os poços lá do centro seca tudo. Aí...tipo assim, a gente tentou se prevenir pra fazer uma farinha pra ver se consegue passar essa estiagem, mas é difícil a gente sempre acaba passando uma dificuldade aqui, outra ali. Essa semana mesmo a gente queria se juntar eu com a mamãe e com as minhas sobrinhas pra tirar um pouco de goma pra gente fazer. Não vai dar pra gente fazer isso porque vai faltar energia, pelo que a gente tá sabendo vai faltar energia amanhã e por esses dias, e a gente já não vai poder usar água, porque a gente tem medo de faltar água, aí ninguém vai poder mais fazer. (Entrevista cedida em 29 de setembro de 2024).

Através da narrativa em destaque, fica evidente que as mulheres que extraem da terra os alimentos que sustentam suas famílias enfrentam inúmeras adversidades. Entre as dificuldades, destacam-se as deficiências de água de qualidade, os problemas de locomoção e a falta de chuvas. A água, elemento primordial para a agricultura familiar, torna-se um bem escasso e precioso. Assim, como as mulheres são obrigadas a se deslocar por longas distâncias em busca de água potável, uma vez que a qualidade da água disponível muitas vezes se encontra comprometida, especialmente devido à mortalidade de peixes e ao esgotamento dos poços. Com a pendência das fontes hídricas, a responsabilidade de encontrar água adequada recai sobre elas, que se veem obrigadas a enfrentar um cotidiano marcado pela escassez, na busca incessante por sustentar suas vidas e a produção de seus alimentos.

A imagem abaixo ilustra de maneira a grave situação da qualidade da água durante a estiagem no ano de dois mil e vinte e quatro no município de

Tefé, Amazonas. A seca severa expõe os leitos dos rios, revelando a escassez de água potável que aflige as cidades no estado do Amazonas.

Imagem 1: Paisagem árida resultante da estiagem severa em Tefé, Amazonas



Fonte: Arquivo pessoal do repórter e fotográfico da Prefeitura Municipal de Tefé Franklin Pantoja Valério

Outra característica predominante entre as mulheres agricultoras, que ressoa com a obra poética de Thiago de Mello (2002), é a convivência conjunta pela solidariedade. Na fala da entrevistada, a necessidade de “se juntar eu com a mamãe e com as minhas sobrinhas pra tirar um pouco de goma pra gente fazer” revela essa profunda interdependência. Mello (2002) descreve essas mulheres como seres simples e humildes, que há séculos construíram a “civilização da água”. Segundo o poeta, essas mulheres são marcadas por uma convivência solidária, vivendo em harmonia com a natureza de tal forma que parecem se fundir com ela. Mesmo em meio à instabilidade, enfrentando “condições precárias” e “períodos de miséria”, essas mulheres são capazes de manter o amor e a solidariedade como pilares de suas existências. Para Thiago de Mello, a vocação fraterna dessas pessoas é o que lhes permite resistir, nutrindo laços profundos uns com os outros, mesmo diante das adversidades mais severas (Mello, 2002, p. 78).

É possível perceber que apesar das tentativas de prevenção, os períodos de estiagem se prolongam, acompanhados de temperaturas elevadas que dificultam a conservação dos gêneros alimentícios. A situação é ainda agravada pela constante falta de energia elétrica, uma vez que a vazante dos

rios torna inviável a chegada de combustível, devido às dificuldades de acesso às balsas que realizam o transporte. Como estratégia para evitar um pagamento total na cidade, a empresa fornecedora de energia elétrica utiliza racionamentos temporários e emergenciais não fornecendo em todos os bairros de maneira concomitante.

Diante desse cenário de incertezas, as mulheres da Amazônia enfrentam sérias dificuldades para produzir seus alimentos, resultado das constantes preocupações com a falta de energia e água potável. Essa situação gera prejuízos financeiros, uma vez que eles dependem da comercialização de seus produtos na feira municipal de Tefé, o que representa uma contribuição importante para a renda familiar. Assim, a interdependência entre a produção agrícola e a infraestrutura básica da região torna-se evidente.

Desse modo, no artigo *Seca e a saúde das populações residentes em regiões da Amazônia brasileira nos anos de 2005, 2010 e 2015*, Gomes *et al* afirmam que:

É preciso compreender que contra a ocorrência natural dos eventos climáticos pouco ou quase nada se pode fazer, no entanto a necessidade da resposta ao risco é de grande relevância. Diante deste cenário, o ideal é desenvolver ações para aumentar a resiliência ao que indiretamente reduz as ameaças. Com exceção das capitais, a maioria dos municípios Amazônicos é considerada comunidades vulneráveis diante desse novo cenário climático (Gomes *et al.*, 2021, p. 302).

No período de grande estiagem, os municípios no interior do Amazonas, vivem experiências de quase isolamento, pois os rios são as estradas condutoras intermunicipais. Com as águas baixas, dificulta a possibilidade de locomoção de grandes embarcações que abastecem os supermercados. Neste sentido, a grande estiagem tem acarretado impactos socioeconômicos como: aumento dos preços dos gêneros alimentícios e farmacêuticos e das tarifas de energia em residências e indústrias. Isso pode ser constatado na fala da entrevista 1 que relata:

Então pra nós que moramos aqui na comunidade e principalmente pra quem tem criança pequena, assim como eu, se torna mais difícil ainda, pra fazer compra, devido os preços das coisas que subiram, e ainda sofremos pra chegar até a cidade tanto na ida quanto na volta, pra carregar as coisas. Se torna tudo mais difícil com essa seca, até mesmo o acesso pra chegar nos postos de saúde né. Porque num tempo desse, e com esse clima, as crianças só vivem doentes (Entrevista cedida em 29 de setembro de 2024).

Mediante a fala em destaque, confirma-se que a seca é um evento climático perigoso que afeta diretamente a vida das mulheres, sobretudo as

que vivem em situação de vulnerabilidade. Uma vez que, durante o período sazonal as mudanças climáticas são desastrosas, e muitas dessas mulheres são submetidas ao calor extremo, com menos comida, sem acesso à água potável, com condições de vida instável, enfim com seus direitos básicos ameaçados. Além disso, doenças relacionadas ao sistema respiratório se tornam intensas neste período, e isso afeta diretamente a saúde das crianças e mulheres. Dessa maneira:

As populações dependem de suprimentos de alimentos e água, de estar livres de excessos de doenças e do conforto físico propiciado pela estabilidade climática. Ainda segundo a WHO, (2008) de forma mais intensa, desastres e surtos de doenças frequentemente ocorrem em resposta aos ciclos climáticos regionais extremos (Gomes *et al.*, 2021, p. 302).

As mudanças climáticas e o aquecimento global causam a redução drástica da água dos rios, que são os grandes condutores da vida na Amazônia, afetando profundamente a realidade das mulheres amazônicas. Nesse contexto, Thiago de Mello (2002) ressalta que o rio é mais do que uma simples via de transporte: é o fio condutor de experiências, aprendizagens, e misticismo. É do rio e com ele que se constrói narrativas de preservação, amor, solidariedade e superação. Ao mesmo tempo, o rio carrega em suas águas uma denúncia contra a inconsciência, a indiferença, a contaminação e o desrespeito pela vida. Essa teia simbiótica entre o rio e a vida das mulheres é exemplificada pelo relato da entrevistada 3, uma catraieira que reside em uma moradia flutuante, localizada no lago de Tefé, em frente a cidade:

Eu catraio pra muitas pessoas, professores, alunos e moradores dos Bairros do Abial, Colônia Ventura e do Conjunto Castanheiras, eu catraio também pra outras comunidades como: Socorro, Missão e Barreira da Missão. Mas, eu faturó mais catraiaando atravessando do bairro do Abial pra Tefé. Só que com essa seca tá difícil pra nós, quase não consigo nem tirar a despesa da gasolina, “tô” com as minhas contas tudo atrasada, ainda bem que consegui renegociar minhas contas de luz que “tavam” pra cortar, mas não tá dando não. Ganho o meus sustento catraiaando e como moro num flutuante, não dá pra plantar muita coisa e mesmo assim a água tá muito feia e temos que carregar água lá do bairro do Abial. Antigamente, pra beber uma água boa, a gente comprava e isso era antes da seca porque o faturamento era bom, todo dia a gente faturava e o dinheiro entrava bem, agora não tem as condições até a água aumentou, porque a gente comprava de 15 reais agora tá de 18 reais, aí não tem as condições, ou a gente compra água ou a comida, eu não posso deixar meus filhos passarem fome. De primeiro, quando o faturamento da catraia não ia bem, a gente pescava e pegava muito peixe da beira do flutuante, isso quando a água estava em cima, nós pescava de caniço e pegava: sardinha, pacú, aracú, e cará, nós tratava ali mesmo, depois fritava e comia com

farinha. Agora com essa secura está tão difícil, nunca mais comi um peixe bom fresquinho pescado e feito na hora, quando a gente vai no mercado só tem peixe feio, quase moído. A minha peleja tá grande nessa seca, só Deus sabe o que a gente enfrenta (Entrevista cedida em 01 de outubro de 2024).

As mulheres catraieiras, como a entrevistada acima, desempenham um papel importante na mobilidade da população entre o bairro do Abial e o centro econômico e comercial de Tefé, Amazonas. Elas operam pequenas embarcações conhecidas como “catraias” — definidas pelo Dicionário Michaelis (2024) como “pequenos barcos, normalmente construídos em madeira usados para transporte em áreas ribeirinhas” —, que transportam de 13 a 15 passageiros por viagem, cobrando em média R\$ 1,00 por pessoa. No entanto, a intensa estiagem que tem afetado a região compromete diretamente o trabalho dessas mulheres, já que a diminuição dos níveis dos rios impede a navegação. Esse cenário impacta a renda familiar, uma vez que a principal fonte de sustento dessas catraieiras é a atividade de transporte, essencial para a economia local e para a coesão social da cidade.

A imagem abaixo retrata o trajeto percorrido diariamente pela catraieira entrevistada, que transporta moradores do bairro Abial ao centro comercial de Tefé. No entanto, com a intensa estiagem que assolou a região, seu trabalho foi abruptamente interrompido, provocando uma queda drástica em sua renda e gerando instabilidade financeira. A interrupção desse serviço evidencia o impacto direto das mudanças climáticas sobre a vida dos povos da Amazônia, especialmente das mulheres, que enfrentam desafios ainda maiores para garantir o sustento.

Imagem 2: Trecho que liga o bairro Abial ao centro de Tefé, antes feito de catraia, agora acessível a pé



Fonte: Arquivo pessoal do repórter fotográfico da Prefeitura Municipal de Tefé Franklin Pantoja Valério

Diante de tais constatações, comprova-se que os rios da Amazônia não apenas vias de transporte; são o alicerce da vida, da cultura e da economia das populações ribeirinhas, em especial das mulheres das águas. Assim como poetizado por Thiago de Mello em *Amazonas, Pátria da Água* (2002), os rios são fontes de experiências e aprendizados que atravessam o técnico, o científico e o místico. Mello ressalta a importância desses rios para a sobrevivência humana e o equilíbrio ambiental, denunciando a inconsequência e o desrespeito que ameaçam a continuidade da vida na floresta. No capítulo “A Fundação da Pátria da Água”, o autor adverte sobre o perigo iminente da destruição da floresta e da própria vida amazônica, ao afirmar que “ergue-se das funduras de suas águas e dos altos centros de sua selva um terrível temor: o de que essa vida fique devagarinho, tomando o rumo do fim” (Mello, 2002, p. 16).

Essa percepção reforça a ideia de que, sem os rios, não há condições dignas de vida e sobrevivência para os povos da floresta. Além de sua função transportadora, que permite a mobilidade para o comércio e acesso a serviços, os rios fornecem o principal alimento da culinária amazônica: o peixe. Para as mulheres da Amazônia, especialmente as catraieiras e pescadoras, a estiagem afeta a renda e desestrutura o modo de vida. A ausência de águas navegáveis impacta diretamente o cotidiano e a subsistência das famílias que dependem desses recursos naturais, evidenciando que a preservação dos rios é imprescindível para a sobrevivência ecológica e cultural da região.

Este aspecto é evidenciado na fala da entrevistada de forma saudosa e emotiva, pois segundo ela, quando os rios estão cheios e ela não conseguia transportar as pessoas, a mesma recorria ao rio para pegar o peixe e alimentar sua família. A prática da pesca familiar é muito comum entre os moradores de casas flutuantes do Município de Tefé, é um meio de sobrevivência. A narrativa da entrevistada corrobora com o pensamento de Márcia Kambeba (2023), que o rio é essencial para a vida dos povos da Amazônia e são mais do que vias de transportes.

Além disso, com a estiagem a água tornou-se imprópria para o consumo, enquanto, anteriormente, a narradora dependia das águas do rio para a preparação de seus alimentos. Atualmente, ela é obrigada a adquirir em outro lugar água potável, e em virtude do aumento dos preços dos gêneros alimentícios provocados pela seca, teve que priorizar a compra de alimentos em detrimento da água. Para garantir o acesso a um recurso hídrico adequado, ela e seus filhos se deslocam até o bairro do Abial, transportando garrações em busca de água potável.

O relato da entrevistada revela que as águas estão contaminadas, refletindo a mortalidade de inúmeras espécies aquáticas, como botos, peixes-boi e diversas variedades de peixes. Este testemunho é permeado por reflexões que evidenciam as consequências das mudanças climáticas nas múltiplas dimensões da vida, com um foco particular nas vivências das mulheres amazônicas. A partir da escuta e da convivência com essas mulheres resilientes, que se encontram na linha de frente diante da estiagem, emerge a necessidade premente de se desenvolver políticas públicas que visem a mitigação dos impactos dessa crise hídrica, garantindo condições dignas de vida e sobrevivência para as comunidades afetadas.

A entrevistada 3 é professora de uma classe multisseriada e está cursando Letras-Língua Portuguesa, no Centro de estudos Superiores de Tefé (CEST), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), ela destaca o seguinte:

Sou professora de multisseriado aqui na Comunidade de Vila Bastos e estudo Letras na UEA. A estiagem afetou muito a minha vida, primeiro que não posso mais ir pra Tefé estudar, pois minha aula é de noite e tenho que sair daqui da comunidade cinco horas da tarde pra chegar as 7h da noite na UEA. Agora com a seca ficou mais difícil, pois já tive minha canoa e meu motor roubados, já fui assaltada porque minha aula só termina depois das 22h. Neste período fiquei arrasada e pensei muito em desistir, o que me fez voltar foi colocar na frente o meu sonho que é terminar minha faculdade. Eu casei muito cedo, nisso tive sete filhos e tive que deixar os estudos de lado pra me dedicar na

criação deles e na agricultura também. Como agora eles já estão grandes, é o meu objetivo terminar a minha faculdade. Terça-feira, as aulas da escolinha que eu trabalho foram suspensas por 20 dias, pois com a seca tá difícil para os barcos que trazem a merenda escolar, eles não entram e ficam encalhados quando vem muita carga e as balsas também. E como as balsas não conseguem entrar na cidade para abastecer as usinas, está faltando combustível, e se não bastasse a quentura infernal, agora estamos enfrentando a falta de luz. E por incrível que pareça, quando a seca é grande os temporais nos finais de tarde são severos, com isso muitas árvores caem por cima dos fios dos postes e a gente chega a ficar mais de cinco dias sem luz. Quando a água tá aqui em cima é bom, mas com essa água do jeito que tá podre e lamacenta fica impossível a gente usar pra beber e tomar banho. Minhas filhas tomaram banho e adoeceram da pele com tanta coceira e bolhas cheias de pus pelo corpo, foi muito complicado pra mim porque os médicos não tão vindo pra comunidade, devido essa secura. Quando elas pioraram, tive que levar elas no hospital e foi pior que acabaram adoecendo mais por conta da quentura pegaram virose e infecção não foi fácil esses dias pra mim. O mais triste é proibir elas de tomarem banho no rio, elas amam o rio e cresceram assim, por esses dias elas choraram pois sentem falta de pular n'água que é a brincadeira favorita delas. Dei graças à Deus que as aulas da UEA tão on-line, mas todo castigo pra nós mulher parece que é pouco, como é que vou poder acompanhar as aulas remotas se tem falta de luz direto pra gente? Não consigo acompanhar as aulas porque tem vez que chega faltar luz por mais de três dias na semana. E o nosso rio, que antes era fonte de vida, agora com essas doenças no corpo da minha filha virou fonte de doença, muito triste tudo isso. Pra mim tudo isso é desesperador, nunca vi isso antes e meu marido que ajuda em casa pescando, nem isso ele pode mais fazer, porque nosso rio secou não vejo a hora isso tudo acabar. (Entrevista cedida em 30 de setembro de 2024).

A fala da entrevistada 3 ilustra claramente os desafios profundos que a estiagem exige tanto à sua vida pessoal quanto à sua comunidade. Como professora de multisseriado, ela expõe um cotidiano atravessado por obstáculos que vão desde a inviabilidade de ir à Universidade do Estado do Amazonas (UEA) para estudar, até a insegurança enfrentada com a perda de sua canoa e os assaltos. Esses relatos ilustram de maneira contundente a centralidade da água na vida das comunidades ribeirinhas, conforme apontado por Leandro Tocantins (1972), que destaca como os rios, além de serem fonte de sobrevivência, funcionam como meios indispensáveis para garantir a mobilidade e o acesso à educação.

A suspensão das aulas na escola local, devido à dificuldade no transporte da merenda escolar, é outro exemplo da estreita relação entre a crise hídrica e a educação, bem como a nutrição das crianças. A impossibilidade das balsas chegarem ao porto, responsável pelo

abastecimento da cidade, mostra a interdependência entre a infraestrutura de transporte e a oferta de recursos básicos para as famílias da região. Tocantins (1972) já ressaltou essa dependência dos rios, que não apenas organizam a economia local, mas sustentam todas as esferas do cotidiano, sendo sua ausência devastadora.

O relato da entrevistada também evidencia a resiliência e a força das mulheres amazônicas, que, diante de crises ambientais recorrentes, optam por resistir. Apesar de muitas migrarem em busca de condições melhores, a narradora optou por permanecer e enfrentar a força implacável da natureza. Essa decisão se insere em um contexto maior, não como as mulheres do norte, especialmente da Amazônia, são frequentemente vistas como símbolos de resistência e adaptação em meio ao caos ambiental. Sua conexão com a terra e os rios é uma parte intrínseca de sua identidade, reforçando a ideia de que a Amazônia é muito mais do que um território — é também o alicerce de suas vidas e de quem elas são.

O relato em análise denota também impressões pessoais e subjetivas mostrando que a natureza absorve e prende a mulher em suas malhas, pois o rio de fato domina a vida da narradora. A sensação de vulnerabilidade diante da magnitude das forças naturais é clara em suas palavras, refletindo uma realidade em que o rio influencia e domina a dinâmica cotidiana da região. A crise provocada pela estiagem, revela como o rio se torna um fator determinante para a sobrevivência e a mobilidade. Nesse sentido, as palavras de Leandro Tocantins (1972) são importantes para a compreensão da importância das águas na vida dos povos amazônicos:

O rio, sempre o rio, unido ao homem. Em associação quase mística, o que pode comportar a transposição da máxima de Heródoto para os condados amazônicos, onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos. Veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinantes das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem eles o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezam a paisagem, fazem girar a civilização comandam a vida no anfiteatro amazônico (Tocantins, 2002. p. 278).

O rio manifesta-se como componente fundamental na vida amazônica, determinando o percurso e o progresso das histórias das mulheres que optam por permanecer e enfrentar as adversidades climáticas dessa região. Essas

mulheres estão intrinsecamente ligadas ao rio, que funcionam como um fio condutor, representando um elemento sagrado. Quando o rio se ausenta por longos períodos, deixando apenas vestígios de sua grandiosidade, o sentimento que permeia a vida dessas mulheres é de incompletude, pois é ele quem orienta suas existências.

Na passagem “Pra mim tudo isso é desesperador, nunca vi isso antes”, manifesta-se uma preocupação profunda e uma avalanche de incertezas, corroborando a afirmação de Mello (2002) que alerta no prefácio de sua obra que a Amazônia está caminhando lentamente para um possível declínio. Ele enfatiza a necessidade urgente de proteger a floresta, destacando que, a cada ano, grandes extensões verdes desaparecem de forma irreversível. Mello também denuncia que, se as ações governamentais não forem eficazes, a floresta será destruída não apenas pela ação direta de motosserras e queimadas, mas também pela negligência, incompetência e falta de compromisso com seu governo.

Diante disso, é preciso pensar:

A necessidade de programar estratégias de adaptação direcionadas para proteger a saúde pública quer ou não sejam adotadas ações para mitigar os impactos dos eventos climáticos extremos. A capacitação é um passo preparatório essencial. A adaptação à estes eventos irá exigir mais do que recursos financeiros, tecnologia e infraestrutura em saúde pública. Educação e conscientização unidas a instituições proporcionará um ambiente que possibilite que as pessoas tomem decisões bem informadas e sustentáveis de longo prazo, são todos elementos necessários (Gomes *et al.*, 2021, p. 302).

Em suma, as falas das entrevistadas refletem as múltiplas camadas de desafios enfrentados pelas mulheres amazonenses durante períodos de estiagem, com consequências que vão além da esfera física e material, impactando profundamente a saúde, o bem-estar emocional e o sentido de pertencimento dessas mulheres ao território amazônico. O rio, que normalmente simboliza vida, movimento e subsistência, transforma-se em fonte de angústia quando ausente, apontando a fragilidade das condições de vida que dependem diretamente dos ciclos naturais. A resistência dessas mulheres, ao mesmo tempo que reforça sua conexão com a terra e as águas, também expõe as vulnerabilidades que enfrentam, seja na saúde de suas famílias ou no acesso à educação e aos serviços básicos, revelando a centralidade do rio em suas vidas.

CONSIDERAÇÕES

As considerações finais desta pesquisa ressaltam a complexa relação entre as mulheres do médio Solimões e o rio, elemento central de suas vidas. A análise das falas ressalta que a estiagem afeta diretamente a subsistência dessas mulheres, impondo desafios como a falta de acesso a recursos básicos, educação e saúde. Esse cenário de vulnerabilidade extrema foi abordado por autores como Leandro Tocantins (1972), que destaca o papel indispensável dos rios na organização social e econômica da Amazônia. O rio, mais do que um recurso natural, atua como fio condutor da identidade e do cotidiano dessas comunidades, determinando o ritmo de suas vidas, como revela a própria narrativa das entrevistadas.

A vulnerabilidade das mulheres em eventos climáticos catastróficos, como a seca, demonstra que as desigualdades de gênero se acentuam diante da precariedade ambiental. Esses aspectos estão em consonância com as reflexões de autores como Mello (2002), que alerta para os riscos de uma Amazônia que aos poucos pode perder suas características essenciais, levando a uma possível desintegração das formas de vida que dependem de suas águas.

Portanto, as vozes apresentadas denunciam as dificuldades enfrentadas, mas também reforçam a necessidade de que políticas públicas emergenciais sejam realizadas, com foco na mitigação dos impactos climáticos na vida das mulheres amazônicas. Através dessas vozes, fica claro que o rio não é apenas parte do ambiente; ele comanda o modo de viver, de existir e de resistir na Amazônia. Assim, quando ele falta, falta também o equilíbrio que sustenta a vida na região, deixando um vazio que ameaça não só a subsistência, mas a própria identidade dessas mulheres e suas comunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL AMAZÔNIA AGORA. IMPACTOS DA SECA NA AMAZÔNIA: EL NIÑO AGRAVA ESTIAGEM EXTREMA. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BRASILAMAZONIAAGORA.COM.BR/2023/IMPACTOS-SECA-AMAZONIA/](https://brasilamazoniaagora.com.br/2023/impactos-seca-amazonia/). ACESSO EM: 03 OUT. 2024.

GOMES, A. C. DOS S., COSTA, G. B., SILVA, J. T. DA, COUTINHO, M. D. L., COSTA, M. DA S., & FITZJARRALD, D. R. (2021). SECA E A SAÚDE DAS POPULAÇÕES RESIDENTES EM REGIÕES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA NOS ANOS DE 2005, 2010 E 2015. REVISTA BRASILEIRA DE CLIMATOLOGIA, 23.

TOCANTINS, LEANDRO. **O RIO COMANDA A VIDA – UMA INTERPRETAÇÃO DA AMAZÔNIA**. 9ª ED. MANAUS: EDITORA VALER/EDIÇÕES GOVERNO DO ESTADO, 2000.

OS MEDIA NA COBERTURA DOS CICLONES TROPICAIS EM MOÇAMBIQUE:

UM ESTUDO CENTRADO NO *FOLLOW UP*
NOTICIOSO DOS IMPACTOS DO “IDAI”¹

Precidónio Silvério Hilário Uamusse

Licenciado em Ciências da Comunicação, especialidade de Jornalismo pela Escola Superior de Jornalismo – Moçambique; Jornalista Freelancer.
Email: precidoniosilverio@outlook.com

Sérgio Jeremias Langa

Doutor em Políticas de Educação pela Universidade Eduardo Mondlane; Mestre em Jornalismo e Estudos Editoriais pela Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique; Bacharel e Licenciado em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário; Graduado em Design Publicitário; Professor e Pesquisador na Escola Superior de Jornalismo, Maputo – Moçambique.
Email: sergiolanga@icar.co.mz

Resumo: Preocupa-nos a apatia da imprensa em dedicar-se em cobrir um assunto que constitui um dos desafios da actualidade. “Os Media na cobertura dos Ciclones Tropicais em Moçambique: um estudo centrado no *Follow up* noticioso dos impactos do idai” compreende o tema do presente artigo. A partir da inquietação sobre a (im)possibilidade de a Televisão de Moçambique (TVM) ter feito cobertura e publicações noticiosas do Ciclone Tropical Idai, o estudo tem por objectivo compreender se a TVM continua ou não a explorar outros ângulos que possam fornecer mais subsídios para o entendimento de um determinado Ciclone Tropical, na perspectiva de essa informação poder esclarecer os telespectadores. Move-nos a elaborar este estudo a noção de que o trabalho jornalístico deve ir além do simples relato dos acontecimentos, sendo fundamental que, após a ocorrência de um fenómeno, o jornalista desdobre-se no *Follow up* para explorar outras nuances que não seriam aprofundadas num simples relato noticioso imediato. Metodologicamente, socorremo-nos da Análise de Conteúdo com abordagem híbrida (qualitativa e quantitativa). Constatámos que a TVM não fez o *Follow up* dos impactos ciclónicos durante o período em análise (Abril e Maio de 2019), tendo muitas

¹ Pesquisa elaborada a partir de um país (Moçambique) que não aderiu ao acordo ortográfico

vezes publicado *breaking stories* no lugar de matérias aprofundadas sobre os impactos do Ciclone Tropical Idai.

Palavras-chave: *Follow up, Ciclone Idai, Meio-ambiente, Media, Televisão de Moçambique.*

Summary: We are concerned about the apathy of the press in dedicating itself to covering a subject that constitutes one of today's challenges. "The Media in Covering Tropical Cyclones in Mozambique: a study focused on the news follow-up of the impacts of idai" comprises the theme of this article. Based on concerns about the (im)possibility of Television of Mozambique (TVM) covering and publishing news about Tropical Cyclone Idai, the study aims to understand whether or not TVM continues to explore other angles that could provide further information. for the understanding of a specific Tropical Cyclone, from the perspective of this information being able to enlighten viewers. The notion that journalistic work must go beyond the simple reporting of events moves us to develop this study, and it is essential that, after the occurrence of a phenomenon, the journalist dedicates himself to Follow up to explore other nuances that would not be explored in depth. in a simple immediate news report. Methodologically, we used Content Analysis with a hybrid approach (qualitative and quantitative). We found that TVM did not follow up on cyclonic impacts during the period under analysis (April and May 2019), having often published breaking stories instead of in-depth articles on the impacts of Tropical Cyclone Idai.

Keywords: *Follow up, Cyclone Idai, Environment, Media, Mozambique Television.*

INTRODUÇÃO

Moçambique é, depois de Madagáscar, o país mais vulnerável às mudanças climáticas a nível da África Austral e um dos mais afectados do mundo. O país é ciclicamente afectado pelos impactos deste tipo de desastres naturais e as manifestações ciclônicas são cada vez mais intensas a cada ano que passa. Neste contexto, os meios de comunicação social consagram-se por veículos cujo papel é de prestar um serviço de informação sob quaisquer aspectos que afligem a sociedade. Naturalmente, os media não aparecem como agentes que debelam problemas, mas sempre podem emitir uma

mensagem apelativa de como as pessoas podem se portar perante uma determinada situação.

A vulnerabilidade de Moçambique aos ciclones tropicais pode ser vista como uma temática que traz um desafio às redacções. Assim referimos porque a cobertura a intempéries no país, pelos meios de comunicação social, poderá ser uma praxe com um terreno fértil de se enraizar. O desafio a que nos referimos é no sentido de as redacções conceberem as coberturas dos desastres naturais, particularmente os ciclones, como agenda no topo das prioridades.

Ao ritmo em que o país se encontra, em termos de frequência da ocorrência de ciclones tropicais no país, pensa-se que é preciso levantar e aprofundar o debate sobre a responsabilidade social dos media, se quisermos pensar nos meios de comunicação social como legítimos veiculadores de informação apelativa.

Os ciclones tropicais em Moçambique colocam o país numa situação emergencial que, inequivocamente, mexe com vários sectores, desafiando-os a reformular a sua forma de actuar para fazer face à emergência que agora perdura. Entendemos, por isso, que os media são um sector que devem olhar a vulnerabilidade do país aos impactos dos ciclones tropicais como uma emergência. Para entender essa possibilidade, é importante analisar a cobertura da Televisão de Moçambique (TVM) aos impactos do ciclone “Idai”.

Os ciclones tropicais que se têm feito sentir em Moçambique parecem mostrar a vulnerabilidade do país aos efeitos das alterações climáticas. As evidências dessa referida vulnerabilidade podem estar reflectidas nos impactos dos Ciclones Idai, Kenneth, entre outras depressões tropicais que tem assolado o território nacional.

O ciclone Idai, que assolou a zona centro do país, com destaque para a cidade da Beira, na província de Sofala e das inundações subsequentes causou a morte de mais de 600 pessoas, 1.641 feridos, 400 ficaram deslocadas, diz o Relatório Nacional da Situação do Ciclone Idai e Kenneth (GUDO et al., 2019). Com o estudo “Os Media na cobertura dos Ciclones Tropicais em Moçambique”, procuramos compreender se a TVM continua ou não a explorar outras perspectivas que proporcionem mais dados para o entendimento de um ciclone tropical, visando clarificar e elucidar os telespectadores.

INQUIETAÇÃO INVESTIGATIVA

Uma das questões discutidas no tocante à cobertura dos ciclones tropicais é a continuação da divulgação de matérias sobre um assunto anteriormente veiculado pelo meio de comunicação, (GIRARDI; REGES, 2007). Os dois autores discutem a noção do *follow up*, esclarecendo que a divulgação de um evento pode merecer continuidade noticiosa, uma vez que não se pode esgotar todos os aspectos de um acontecimento em apenas um relato noticioso.

Sobre o *follow up* mediático convém referir que Girardi e Reges (2007) fazem referência à necessidade de uma cobertura jornalística muito além do simples facto do relato de um acontecimento. Neste sentido, podemos pensar na possibilidade de a Televisão de Moçambique ter feito o *follow up* sobre os impactos do ciclone Idai, sob o pressuposto de que é necessário que a cobertura jornalística extravase a dimensão de apenas noticiar a ocorrência de um evento, mas também de dar acompanhamento ao assunto e explorar outros ângulos.

Amaral et al. (2020) afirmam que o tempo incide sobre a narrativa jornalística de muitas maneiras. Há o tempo da produção da matéria jornalística, a pressão do tempo na veiculação da informação e a inscrição do tempo na narrativa do acontecimento. Há o momento da emergência, de alerta ou eclosão da crise, que emerge sempre pelas suas consequências. Posteriormente, há uma fase que inclui a busca das causas e das controvérsias que envolvem o facto. Diante deste pensamento, parece que os autores reconhecem que é preciso que a cobertura jornalística privilegie o *follow up* noticioso, com vista a projectar uma abordagem a fundo sobre os acontecimentos, neste caso, os ciclones tropicais.

Nos Estados Unidos da América (EUA), no dia 12 de dezembro de 2021, o Estado de Kentucky foi abalado por um tornado de longa duração. A intempérie causou mortes e destruições de várias propriedades, sobretudo residências em várias cidades. Nesse dia, o site do Jornal New York Times publicou no dia 12 de dezembro, a notícia com o seguinte título: “*Maps: Where the Tornadoes struck properties and houses*”, que significa: “Mapas: Onde o tornado destruiu propriedades e residências” (NEW YORK TIMES, 2021). Após esta notícia, seguiram-se outras. No dia 13 de dezembro, o título de uma notícia dizia: “*Kentucky Tornadoes Followed Flash Floods, Ice Storm and a Covid Spike*” (NEW YORK TIMES, 2021). Traduzindo, significa: “Tornado de

Kentucky seguido por índice de cheias, quebra de gelo e aumento de número de infecções da COVID-19”.

No dia 15 de dezembro, foi publicada uma notícia cujo título referia: “What to Know About the Deadly Tornado Outbreak”, que em português significa: “O que saber do tornado severamente mortal” (NEW YORK TIMES, 2021). Pela ordem cronológica, as três últimas notícias parecem-nos cumprir um intervalo de tempo curto. No entanto, mais adiante, o New York Times parece ter feito o *follow up* da ocorrência do tornado dias depois do temporal acontecer.

Ora vejamos: No dia 25 de janeiro de 2022, o veículo divulgou a seguinte notícia: “A Kentucky Town Feels the Long Reach of a Tornado's Trauma” (Uma cidade de Kentucky ressent-se de um trauma prolongado causado pelo tornado) (NEW YORK TIMES, 2022).

Pelo horizonte temporal, o New York Times parece ter feito uma cobertura de praticamente um mês sobre a ocorrência do tornado no Estado de Kentucky, o que nos parece que o veículo privilegiou o *follow up* noticioso. Na Ásia, por sua vez, traz-se exemplo da Indonésia. No dia 16 de dezembro de 2021, a BBC News Brasil divulgou uma matéria com o título: “Tsunami na Ásia: uma onda de morte e destruição”. Na reportagem, o canal relata o tsunami que abalou vários países da Ásia, dos quais a Indonésia, há 18 anos, tendo o desastre natural ocorrido no dia 26 de dezembro de 2004 (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Parte do texto original da reportagem diz: “As 226 mil vidas levadas pelas águas do tsunami serão sempre uma dolorosa lembrança da capacidade destrutiva da natureza. Diante de um futuro de mudanças climáticas, as lições deixadas pelas ondas gigantes, sobre como respeitar o planeta e proteger comunidades, devem ser aprendidas” (BBC NEWS BRASIL, 2021).

No dia 29 de setembro de 2018, a BBC News Brasil publicou a notícia que dizia: “Mais de 380 pessoas morreram depois que um tsunami desencadeado por um terremoto de magnitude 7,5 atingiu uma cidade da Indonésia, na sexta-feira. Ondas de três metros de altura varreram Palu, na ilha de Sulawesi” (BBC NEWS BRASIL, 2018).

Entre as duas matérias veiculadas pela BBC News Brasil, uma é simples notícia e outra é uma reportagem sobre um tsunami que assolou a Indonésia e outros países asiáticos. Com a reportagem, o canal parece-nos ter privilegiado o aprofundamento do acontecimento, fazendo destaque das consequências do desastre e o desenrolar dos trabalhos de resgate.

Rodrigues e Xavier (2013, p. 1) afirmam que “diferente da notícia que é simples e objectiva, a reportagem é rica em detalhes de informações, por isso, ela gera um interesse maior e exige um cuidado a mais na apuração dos factos, na verificação das fontes, para que o texto não corra o risco de se tornar confuso”.

Assim, pode-se afirmar que o *follow up* noticioso parece ser um caminho ideal para fazer um trabalho jornalístico mais apurado e tal requereria mais tempo de trabalho sobre um determinado assunto. Nesta ordem de ideias, a BBC News Brasil pode ter privilegiado o *follow up* ao produzir uma reportagem sobre a ocorrência de um tsunami, num esforço de dispor ao público uma informação mais completa e além do simples facto de relatar o assunto.

Ademais, a reportagem do canal britânico inclui uma espécie de chamada de atenção sobre ameaças dos desastres naturais que diz o seguinte: Diante de um futuro de mudanças climáticas, as lições deixadas pelas ondas gigantes, sobre como respeitar o planeta e proteger comunidades, devem ser aprendidas (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Neste excerto, parece-nos que o *follow up* permitiu ao jornalista trazer também um ângulo didáctico sobre a ocorrência do tsunami, como um problema das mudanças climáticas e a necessidade de se ser sensível a esta situação. A Europa, por sua vez, segundo o Diário de Notícias de Portugal (2016) é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a terceira região do mundo mais afectada por catástrofes naturais, como sismos e inundações, logo a seguir às Américas e à Ásia.

Em julho de 2021, a Alemanha foi alvo de inundações cujos estragos parecem ter sido de grande proporção. Vários órgãos de comunicação veicularam informações sobre a situação. No dia 18 de julho de 2021, A Euronews noticiou o seguinte: Chuvas torrenciais causam inundações no sul da Alemanha (EURONEWS, 2021).

No dia 15 de agosto de 2021, praticamente um mês depois, o canal internacional publicou a notícia que dizia: Alemanha tarda na resposta às vítimas das inundações. A notícia dava conta que tinham morrido 180 pessoas naquele dia (EURONEWS, 2021).

A seguir, no dia 18 de outubro, sensivelmente quatro meses depois da ocorrência das inundações, uma notícia da Euronews (2021) tinha o seguinte título: Os factores que levaram às cheias mortais na Alemanha e o desafio da reconstrução.

A primeira e segunda matérias foram publicadas num intervalo de um mês, a segunda e terceira estão separadas por dois meses. A terceira e a primeira separam-se por um período de quatro meses. As três matérias abordam sobre o mesmo fenómeno, mas com ângulos diferentes.

A primeira matéria é um relato imediato sobre o acontecimento e as restantes, pelo ângulo de abordagem, parece-nos que a Euronews pautou pelo *follow up*, ao pautar por denunciar a resposta tardia às vítimas e tentar explicar as causas de inundações com impactos aparentemente negativos.

Os exemplos noticiosos acima referenciados encontram suporte nas abordagens de autores como Girardi, Reges, Rogrigues e Xavier que comungam a mesma ideia, ao defenderem que a notícia é um produto temporal. Por isso mesmo, é crucial que o assunto, ora divulgado, seja continuado, no sentido de explorar mais do mesmo e que seja possível esclarecer questões que num simples relato noticioso não caberiam.

O The News Manual diz que “acompanhamentos” mostram como diferentes partes da vida estão conectadas. Sempre que se termina de escrever uma história, limita-se o relato do evento ou debate a um único momento no tempo.

“Os acompanhamentos nos ajudam a contextualizar as histórias por um longo período de tempo e a explicar causa e efeito. A maioria dos eventos é como jogar uma pedra em uma poça de água: a pedra força as ondulações a se espalharem, perturbando a água em todas as direcções. Só porque paramos de relatar um evento (como a queda de uma pedra) não significa que as próprias ondulações param de se espalhar. Devemos observar e relatar as ondulações também”, alerta o THE NEWS MANUAL (2019, p. 1).

No caso particular de África, concretamente em Moçambique, não conseguimos identificar exemplos de relevo de notícias continuadas. Avistou-se, maioritariamente, matérias que se encaixam como *breaking news/stories* e não necessariamente *follow up*.

No campo da pesquisa, os autores que escreveram com um teor científico sobre a problemática do *follow up* noticioso na cobertura jornalística de desastres naturais no país, são contáveis.

Temos estudos dos autores como Buque, Langa e Macia (2018) que abordam sobre educomunicação ambiental sem, no entanto, se referirem aos Ciclones tropicais e nem sobre o *follow up* na divulgação do fenómeno.

Embora estes autores tenham contribuído com os seus estudos noutra vertente da Comunicação, a falta de resposta, com teor científico, relativamente à (in) existência do *follow up* mediático dos Impactos Ciclónicos Tropicais, fez emergir inquietações que deram origem ao seguinte questionamento: Terá a Televisão de Moçambique privilegiado o *follow up* noticioso na cobertura dos impactos do Ciclone Idai entre os meses de Abril e Maio de 2019?

FOLLOW UP NOTICIOSO E A COBERTURA DOS IMPACTOS DO CICLONE IDAI

É vital perceber até que ponto os impactos do Ciclone Idai teriam o privilégio de merecer um *follow up* noticioso pela Televisão de Moçambique. Mas antes de tentar-se fazer essa ponte, é importante conhecer-se o conceito do *follow up* e aspectos relacionados.

Em primeiro lugar, o dicionário Priberam define *follow up* (continuidade) como uma tarefa ou função que visa estabelecer consistência e coerência de todos os elementos (imagens, sons, cortes, sequências, caracterização das personagens, objectos, espaços, etc.) de um filme, um espectáculo, um programa e mais. O dicionário refere que o *follow up* (continuidade) está relacionado ao que é contínuo ou que tem uma duração contínua.

O dicionário online da língua portuguesa, Infopédia, relaciona *follow up* à prossecução, seguimento e subsequência. As definições do conceito do *follow up* por ambos dicionários possuem semelhanças que desembocam na mesma linha de abordagem, que é a mcontinuação de um determinado assunto.

Ainda sobre o *follow up*, Cardoso (2017) afirma que consiste em seguir, monitorizar, manter o tema em pauta, de modo a informar a opinião pública de forma ininterrupto o evoluir do acontecimento e não deixar morrer a questão sem que o leitor fique por dentro do desenrolar do caso.

O autor lembra que o acompanhamento do desenrolar da notícia é um dos aspectos centrais no processo de formação, informação e esclarecimento

da opinião pública. A ausência de continuidade provoca especulação e consequente desinformação.

Segundo Ferreira e Gil (2011) apud Cardoso (2017) à imprensa são reservadas as funções de proporcionar um fórum para a discussão de ideias e dar voz à opinião pública para agir como vigilante.

A observância, diz Cardoso (2017), materializa-se por via de um trabalho aturado, em torno da monitorização de assuntos de interesse público. Só assim, o cidadão estará munido de informação, que lhe permita ajuizar de forma objectiva, quando é chamado a posicionar-se.

Ferreira e Gil (2011) citados por (Cardoso, 2017), estas expectativas baseiam-se no pressuposto de que a democracia ideal equivale à democracia participativa, em que os cidadãos bem informados jogam um papel activo em termos de decisão política.

Estas afirmações sugerem-nos a ideia de que uma vez que o follow up permite o tratamento de informação de forma apurada, podendo gerar perspectivas diferentes, o mesmo tem o potencial de fomentar um debate entre os membros de um tecido social sobre um fenómeno do seu interesse ou que mexe, sobremaneira, com o seu dia-a-dia.

Cardoso (2017) afirma que a imprensa é o sítio privilegiado para a discussão de ideias e o acompanhamento dos assuntos noticiados até ao seu desfecho. Uma pessoa informada corre menos risco de tomar decisões equivocadas e estará mais precavida contra manipulações.

Neste sentido, podemos supor que o follow up seria um mecanismo pelo qual os impactos do Ciclone Idai fariam parte da agenda da Televisão de Moçambique, podendo actualizar do que estava a ocorrer nas zonas afectadas, podendo gerar debates sobre a problemática da vulnerabilidade dessas regiões aos Ciclones tropicais e soluções para a adaptação a estes desastres naturais. Ademais, o autor refere que a proactividade dos jornalistas afigura-se como um dos aspectos importantes, para que uma determinada matéria entre na agenda mediática e tenha o devido seguimento.

Sobre este pensamento, (Meneses, 2003 apud Cardoso, 2017) reconhecem a necessidade de o jornalista ser insistente e evitar ideias preconcebidas, o que passa pelo recurso à praxe do *follow up* noticioso.

O DÉCIMO TERCEIRO (13º) OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Segundo o site das Organização das Nações Unidas (ONU), os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo global à acção para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objectivos para os quais as Nações Unidas estão a contribuir a fim de alcançar a Agenda 2030 no país e no mundo.

As Nações Unidas lembram que a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, constituída por 17 objectivos, desdobrados em 169 metas, foi aprovada pelos líderes mundiais, no dia 25 de setembro de 2015, numa cimeira memorável na sede da ONU, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

Intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, a resolução da Organização das Nações Unidas viria a entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2016. O décimo terceiro Objectivo de Desenvolvimento Sustentável diz:

“Adoptar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos”. Entre as metas deste objectivo destaque vai para três: reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países; integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais.

A terceira meta consiste em melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.

Como podemos ver, o décimo terceiro objectivo privilegia a noção de consciencialização sobre os desastres naturais, particularmente dos ciclones tropicais. Ora, sabe-se que os media, além de informar também têm a função de formar a cidadania, o que quer dizer que se a TVM tiver pautado pelo follow up noticioso na cobertura dos impactos do Ciclone Idai, terá contribuído para a consciencialização sobre a agenda climática que se deseja alcançar.

A LEI DE IMPRENSA E SUA APLICABILIDADE NA COBERTURA DOS CICLONES TROPICAIS

A Lei n.º 18/91, de 10 de agosto, define imprensa como os órgãos de informação cuja actividade principal é a recolha, tratamento e divulgação pública de informação, sob a forma de publicações gráficas, rádio, televisão, cinema ou qualquer reprodução de escritos, som ou imagens destinadas à comunicação social.

O instrumento aponta que a imprensa contribui, dentre vários, para o cumprimento dos objectivos tais como: a consolidação da unidade nacional e a defesa dos interesses nacionais; a promoção da democracia e da justiça social; o desenvolvimento científico, económico, social e cultural; a elevação do nível de consciência social, educacional e cultural dos cidadãos; o acesso atempado dos cidadãos a factos, informações e opiniões; a educação dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres; a promoção do diálogo entre os poderes públicos e os cidadãos e a promoção do diálogo entre as culturas do mundo.

Sobre o acesso atempado dos cidadãos a factos, informações e opiniões, a TVM poderá ter feito cumprir este objectivo com uma cobertura continuada dos impactos do Ciclone Idai. Após a ocorrência da intempérie, várias pessoas ficaram incomunicáveis, com a destruição das infraestruturas, incluindo das telecomunicações, como faz referência a notícia do jornal online O País, no dia 19 de março de 2019.

“Além de corte de electricidade, o Ciclone Idai está a afectar a comunicação, impedindo que as pessoas das regiões afectadas interajam através de celular ou de internet. Assim é desde a noite de ontem (18 de março de 2019) na zona centro do país”, (O PAÍS ONLINE, 2019).

Supõe-se, assim, que com uma continuidade noticiosa dos impactos do Ciclone Idai, as vítimas saberiam do que as autoridades estariam a fazer para repor os danos e reestabelecer as comunicações interrompidas pela intempérie.

TEORIA DE AGENDAMENTO OU AGENDA SETTING

Como teoria principal do nosso estudo, propomos a Agenda Setting. É nosso entendimento que a continuidade noticiosa na cobertura dos impactos do Ciclone Idai estaria intrinsecamente ligada à capacidade dos media em agendar o seu público sobre determinados assuntos em voga.

Segundo Sousa (2006), a Teoria de Agendamento foi apresentada por McCombs e Shaw em 1972 e elaborada a partir do estudo da campanha eleitoral para a Presidência dos Estados Unidos, em 1968.

“A Teoria do Agenda-Setting defende que os meios de comunicação têm a capacidade (não intencional nem exclusiva) de agendar temas que são objecto de debate público em cada momento”, (Sousa, 2006, p. 501).

O autor realça que pesquisas realizadas no âmbito da Agenda Setting mostraram que, quanto maior é a ênfase dos Media sobre um tema e quanto mais continuada é a abordagem desse tema, maior é a importância que o público atribui esse tema na sua agenda diária.

Dada a abordagem teórica do agendamento, pode-se referir que este estudo se ajusta à teoria do agendamento. Se a nossa inquietação é para compreender se a Televisão de Moçambique privilegiou ou não o follow up sobre os impactos do Ciclone Idai, tal pressupõe entender se a Televisão de Moçambique pautou o assunto na sua agenda jornalística.

Como vimos, a teoria de agendamento enfatiza que o público atribui cada vez mais importância a um determinado tema quando o mesmo é continuamente destacado pelos media. Assim sendo, convém pressupor que, caso a TVM tenha feito o follow up sobre os impactos do Ciclone Idai, então, provavelmente, o público foi devidamente informado sobre o fenómeno e esta seria a primeira condição para que o assunto fosse do domínio do debate público.

De acordo com Sousa (2006), o sucesso do agendamento depende de vários factores. Entre os quais, destaque vai para consonância e acumulação sobre um determinado tema. Sobre a acumulação, o autor refere que um tema abordado pelos media tem, provavelmente, mais hipóteses de passar para a agenda pública quanto mais as pessoas forem expostas, sucessivamente, às mesmas mensagens.

A consonância pressupõe que um tema passará mais facilmente para a agenda pública, com um determinado enquadramento, se as mensagens transmitidas pelos diferentes media, forem semelhantes.

Se a Televisão de Moçambique pautou pelo follow up, então as matérias sobre os impactos do Ciclone Idai tiveram o efeito de acumulação, o que permitiria que mais pessoas (telespectadores) acompanhassem a evolução da situação causada pela intempérie.

Não menos importante é a consonância, embora não se ajuste devidamente para o nosso estudo. Mas convém afirmar que, se a TVM privilegiou o follow up noticioso sobre os impactos do “Idai”, provavelmente teve a oportunidade de servir de “espelho” aos outros órgãos de comunicação a colocar os impactos do Ciclone Idai na sua agenda.

Foram analisadas 42 edições do Telejornal das 20 horas, este que é o principal serviço noticioso da Televisão de Moçambique. Deste número de edições, conseguimos obter 35 matérias relacionadas com o Ciclone Idai.

As peças noticiosas colhidas são do período de entre abril e maio de 2019, dois meses depois da ocorrência do Ciclone Idai. As 35 matérias abordam sobre diferentes assuntos. Algumas sobre a actualização dos números de vítimas e danos materiais, outras sobre solidariedade com as pessoas afectadas pela intempérie ou o apelo ao investimento necessário para a reconstrução após o Ciclone.

A interpretação e análise cingir-se-ão a estes assuntos. Estas peças têm o potencial de nos fazer perceber se a TVM fez o follow up dos impactos do Ciclone Idai, no verdadeiro sentido.

UMA ANÁLISE SOBRE O FOLLOW UP NOTICIOSO DA TVM

É natural que um órgão de comunicação social faça a actualização de dados sobre a ocorrência de um determinado fenómeno. A Televisão de Moçambique o fez e, por isso convém trazer aqui os assuntos que a TVM divulgou a respeito.

Quadro 1: Actualização das consequências do “Idai”

Actualização das consequências do “Idai”
▪ Zona afectada por Idai representa 47 por cento dos 801.537 quilómetros quadrados da área territorial de Moçambique- 4 de abril ▪ Subiu de 501 para 518 o número de mortos na zona centro de Moçambique- 1 de abril ▪ Números de tragédia humanitária: dados preliminares do INGC indicam subida de mortos para 598 na zona centro ▪ Subiu para 602 número de óbitos vítimas do Ciclone Idai- 9 de abril

- 30 dias após o Idai: Colapso da conduta principal de transporte origina interrupção de abastecimento de água à cidade da Beira- 14 de abril
- 30 dias após o Idai: Vítima do Ciclone passa quatro dias sem comer mergulhado na água e padece de anemia- 14 de abril

O quadro mostra-nos seis matérias, das quais uma faz menção da área afectada pelo Ciclone Idai, três sobre a actualização do número de mortes causadas pelo desastre natural e duas abordam sobre os 30 dias após a ocorrência da intempérie. As três matérias sobre a actualização de mortes aparecem-nos como “breaking-stories”, pois configuram-se como sendo mais uns relatos sobre um novo evento e não necessariamente continuidade de matérias anteriores.

Ainda que abordem em torno do Ciclone Idai, elas não demonstram claramente que se trata de um follow up de um assunto anterior. Apesar de se tratarem de novos números de mortes, isto só não basta para que se considere que houve continuidade noticiosa, pois *follow up* pressupõe que a matéria seja continuidade de uma anterior e que traga novos elementos ou outro ângulo do assunto, o que não se conseguiu verificar nestas matérias em alusão.

Follow up é um termo jornalístico para uma história que é escrita para retratar mais sobre o evento anteriormente publicado. Estes detalhes adicionais podem ser novos factos, desenvolvimentos, reacções ou novos aspectos que tenham sido provocados pelo fenómeno principal, (THE NEWS MANUAL, p.1, 2019).

A primeira e as duas últimas matérias têm condições de ser consideradas como um feito de follow up. Depois de a TVM ter noticiado sobre a ocorrência do Ciclone Idai na cidade da Beira e no resto do centro de Moçambique, era fundamental que a estação televisiva trouxesse novas abordagens sobre a área afectada. Entendemos que informar sobre este facto, ajudaria a sociedade em geral, a ter ideia do impacto que o temporal causou, para além de dar ideia do esforço necessário para a recuperação depois dos estragos feitos.

Vemos também duas matérias em que a TVM aborda sobre os 30 dias após o Ciclone Idai. Numa das peças, fala da interrupção de abastecimento de água na Beira, devido ao colapso de uma conduta e noutra retrata o dia a dia de uma vítima do Idai, que vive em condições deploráveis. A isto também pode-se dizer que se trata de follow up dos impactos do Ciclone Idai.

No entanto, numa destas duas matérias, pensa-se que a Televisão de Moçambique poderia ter sido mais profunda, abordando não apenas sobre uma vítima vivendo em situação precária, poderia ter retratado, por exemplo, a vida de várias pessoas vivendo em mesmas condições. Falar apenas de uma vítima, dá ideia de que a maioria está bem e que algumas pessoas, a minoria, é que continuava a ressentir-se das consequências do Idai.

RECUPERAÇÃO PÓS-CICLONE IDAI NA AGENDA DA TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE

No tocante à reconstrução pos-Idai, encontra-se um total de 13 matérias que abordam sobre este assunto. Nos quadros a seguir, ter-se-ão os pivots de cada peça, cuja análise faculta a aferir se a Televisão de Moçambique fez ou não o follow up dos impactos do Ciclone Idai no período em estudo.

Quadro 2: Recuperação pós-Ciclone Idai

Recuperação pós-Ciclone Idai
▪ Ruanda, São Tomé e Príncipe, EUA e Tailândia prometem ajudar na reconstrução- 3 de abril de 2019 ▪ Governo aprova os termos de referência para elaboração do programa- 2 de abril de 2019 ▪ Estrada Tica-Buzi reabre amanhã, para todo o tipo de veículos- 2 de abril ▪ Banco Africano disponibiliza 100 milhões de dólares americanos para Moçambique- de abril de 2019 ▪ BAD anuncia 500 milhões de dólares americanos para a fase pós-Ciclone no centro do país- 5 de abril de 2019 ▪ União Africana oferece 9 milhões de meticais ao INGC- 5 de abril ▪ Governo envia esforços para viabilizar reconstrução de infraestruturas- 12 de abril ▪ Concluídos trabalhos na ponte sobre o rio Munhinga em Sussundega

- Governo precisa de 7 bilhões de meticais para repor infraestruturas públicas- 13 de Abril
- Vítimas recorrem a chapas reformadas, caniço e estacas para repor suas casas- 13 de abril
 - FMI garante financiamento em mais de 100 mil dólares a Moçambique- 13 de abril
 - FMI anuncia facilidades de crédito- 23 de abril
 - Macurungo queixa-se da falta de transparência na redistribuição de produtos- 12 de abril
 - INGC declara tolerância zero a casos de desvio de produtos para as vítimas- 12 de abril
 - Suécia apoia com 10 milhões de dólares para o retorno à normalidade na zona centro- 23 de maio
 - Empresários otimistas na restauração de infraestruturas socioeconómicas- 25 de maio
- Proteção costeira da Beira: Construção da infraestrutura orçada em 91 milhões de dólares- 28 de maio

A temática de reconstrução pós-Idai mereceu 17 matérias durante os meses de abril e maio no Telejornal. Após semanas de resgate e acomodação das vítimas do Ciclone Idai em zonas consideradas seguras, seguiu-se o debate sobre a reconstrução das zonas afectadas pela intempérie. Mais uma vez, estas peças parecem mais breaking stories que follow ups.

Entende-se que a Televisão de Moçambique parece ter orientado uma abordagem mais progressista sustentada por discursos de entidades, e deixou de lado a humanização que as vítimas mereciam. Por exemplo, vejamos os seguintes títulos de peças televisivas:

a). Governo envia esforços para viabilizar reconstrução de infraestruturas- 12 de abril de 2019

b). Governo precisa de 7 bilhões de meticais para repor infraestruturas públicas- 13 de abril de 2019

c). FMI garante financiamento em mais de 100 mil dólares a Moçambique- 13 de abril de 2019

d). FMI anuncia facilidades de crédito- 23 de abril de 2019

Estes quatro títulos de notícias do Telejornal das 20 horas são meramente breaking stories, não oferecem nenhuma abordagem profunda e que traga uma reflexão sobre o que as vítimas estavam a passar. O follow up fundamenta-se por um princípio de nova visão que uma matéria pode oferecer ao auditório. Os breakings stories são apenas relatos, muitas vezes com uma única versão do fenómeno.

No mesmo quadro pode-se ver um ínfimo esforço de follow feito pela TVM como vemos nas seguintes matérias por si publicadas:

f). Macurungo queixa-se da falta de transparência na redistribuição de produtos- 12 de abril de 2019

g). Vítimas recorrem a chapas reformadas, caniço e estacas para repor suas casas- 13 de abril de 2019

Nestas duas peças, a Televisão Pública parece ter privilegiado o follow up no sentido de que trouxe a voz dos afectados, que, por sua vez, deram voz sobre as dificuldades por que estavam a passar. Estas vozes podem ter ajudado a aferir até que ponto os impactos do Ciclone Idai interferem na vida das vítimas e como a gestão dessa crise humana estava a decorrer (bem ou mal).

APOIO A VÍTIMAS DO CICLONE IDAI E COBERTURA DA TVM

Após a devastação provocada pelo furacão Idai, seguiu-se uma onda de apoios dirigidos às vítimas do temporal. O apoio surgiu de vários lados, envolvendo instituições não-governamentais, entidades diplomáticas, organizações de caridade, empresas, etc. A nossa pesquisa constatou que a Televisão de Moçambique atirou também a atenção da sua cobertura a este movimento solidário, tal como ilustra quadro a seguir.

Quadro 3: Apoio a vítimas

Apoio a vítimas
▪ Grupo Royal doa 10 milhões de meticais e produtos diversos- 4 de abril de 2019 ▪ O Mundo virou para Beira: pelo menos 200 aeronaves decolam e ou aterram no aeroporto- 3 de abril de 2019

- Comunidade libanesa oferece donativo avaliado em 4500 milhões de meticais às vítimas do Idai- 3 de abril 2019
- Cresce o número de solidariedade em todo o país- 1 de abril de 2019
- Sessenta toneladas de alimentos para afectados em Manica- 12 de abril de 2019
- Assistência Médica militar chega ao distrito de Nhamatanda em Sofala por via aérea- 12 de abril de 2019
- PR relança movimento de solidariedade no país- 1 de maio de 2019
- Sasol doa 400 mil dólares em apoio às vítimas do Ciclone Idai no centro do país- 7 de maio de 2019

Como vemos, a Televisão de Moçambique parece ter privilegiado os *breaking stories* no quesito de apoio a vítimas. Não que não seja importante informar sobre quem apoiou a vítimas do Ciclone Idai, mas a frequência com que o fez pode ter sido prejudicial, na medida em que, no lugar de continuar a relatar sobre as necessidades e lacunas por que passavam os afectados, a TVM pode ter caído, consciente ou inconscientemente, na promoção de imagem de quem ofereceu o apoio, deixando de lado quem realmente precisa dar voz, nesse caso as vítimas.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO PÓS- IDAI E COBERTURA DA TVM

Uma das consequências do Ciclone de Idai foi a destruição de campos agrícolas e suas respectivas culturas, com 711 mil hectares destruídos, segundo o balanço do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), em Abril de 2019. Dos dados recolhidos, a Televisão Pública fez menção dos contornos em volta da produção agrícola, vejamos.

Entendemos que é racional darmos uma vista a este aspecto, uma vez que a agricultura no nosso país continua sendo considerada a base de desenvolvimento local. Este dado valida a ideia de que a destruição de vários hectares pode ter provocado bolsas de fome e a TVM, provavelmente, pode ter feito a acumulação deste assunto, no sentido de apelar para a intervenção de quem compete a solução, como se ilustra no quadro a seguir.

Quadro 4: Produção agrícola pós-Idai

Produção agrícola pós-Idai
▪ Garantias do ICM: Impacto do Idai não vai comprometer o plano de produção de cereais- 4 de abril de 2019 ▪ Sector de agricultura e segurança alimentar necessita de 67 mil milhões de meticais- 23 de abril de 2019 ▪ Governador de Sofala expectante do sucesso na 2a época agrícola - 7 de maio de 2019

No tocante ao quesito de produção agrícola, a Televisão de Moçambique pouco publicou nos dois meses, avaliar pelo número de matérias, como o quadro nos apresenta. A agricultura é considerada a base do desenvolvimento humano e económico do país. O sector foi também severamente afectado pela intempérie.

Contudo, a Televisão de Moçambique parece que foi apática por não orientar a sua atenção nos aspectos em torno da produção agrária nos meses em análise. A TVM podia ter explorado mais o assunto, as consequências sofridas por causa do ciclone, desde o produtor de pequena, média e grande escala de produção agrícola.

O follow up teria sido um caminho pelo qual a Televisão Pública poderia ter tomado partido para explorar este assunto. Sabe-se que o canal tem delegações em todas as províncias do país, inclusive nas que foram arrasadas pelo Idai, mas entende-se que possa ter havido pouco esforço por parte das equipas locais e a nível central, onde se coordena todo o escopo informativo.

CONSIDERAÇÕES

A Televisão de Moçambique representa a história da televisão em Moçambique, a avaliar pelo seu surgimento e pela sua abrangência pelo resto do território nacional. Só estas características conferem à TVM uma grande responsabilidade na prestação de um serviço público que represente as sensibilidades dos cidadãos.

Moçambique, considerado um dos países vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, enfrenta ciclicamente desastres naturais e estes tornaram-se um fardo enorme para o cidadão (as vítimas), governo e para a sociedade no geral.

Esse fardo deveria igualmente ser enorme para a imprensa, o sector considerado o quarto poder. Ocorre que os desastres naturais, que cada vez mais se fazem sentir no país, mexem também com as redacções, ou de forma generalizada, com os meios de comunicação social.

É possível ver cobertura jornalística quando ocorre uma tempestade, ciclone ou uma determinada depressão tropical. Até aí não há problema. O que inquieta é o facto dessa corrida de cobertura ou de produção de matérias sobre questões ecológicas ser apenas temporária, ou seja, ela não perdura, acontece esporadicamente no auge do evento, depois do ápice, esquece-se a necessidade de continuar a oferecer informação de natureza ambiental.

Foi no âmbito dessa descontinuidade que este estudo ocupou-se no sentido de compreender se realmente é que ocorre ou não. O objecto de estudo, a Televisão de Moçambique, possibilitou a percepção sobre as hipóteses que orientaram esta pesquisa.

Respondendo a três hipóteses, gostaríamos de responder a terceira e depois as duas primeiras. Assim sendo, a terceira refere-se ao facto do estatuto editorial da TVM orientar-se ou não em matérias ambientais.

Ocorre que a TVM não tem, sequer, uma secção específica em Meio em Ambiente, que pudesse dedicar-se apenas a conteúdos de cariz ambiental. Este dado coloca a televisão pública numa classificação negativa. Não faz sentido que até hoje, a redacção da TVM não tenha uma editoria que se oriente em explorar a temática ambiental, numa altura em que o país chama a que as redacções reinventem-se com olhos postos aos desafios actuais: os impactos dos Ciclones tropicais no contexto das mudanças climáticas.

Assim, a Televisão de Moçambique peca por não se mostrar exemplar, pelo menos neste quesito. A primeira e a segunda hipótese procuram perceber se a TVM fez ou não follow up sobre os impactos do Ciclone Idai. No entanto, constatou-se que a televisão pública dedicou o seu tempo a contabilizar o número de matérias sobre o Idai.

Ou seja, quantitativamente, a televisão esteve bem, mas não fez a devida continuidade noticiosa sobre os impactos do Ciclone Idai. A TVM fez mais breaking stories que continuidade de notícia. Publicar um assunto sobre o “Idai” não significa fazer continuidade de um determinado fenómeno, tal como o The News Manual chamam a atenção.

Tanto o The News Manual, como os autores Girardi e Reges, entre outros, defendem que o follow up noticioso pressupõe a profundidade de um

determinado assunto anteriormente abordado, é como se buscasse através do follow up a evolução no tratamento e um determinado fenómeno, abordando as várias faces desse mesmo evento.

A TVM não fez esse esforço. Apenas orientou-se numa abordagem do culto ao positivo e não realmente as outras faces dos impactos do Ciclone Idai. Se a Televisão de Moçambique tivesse feito devidamente o follow up, teria explorado o além do evento catastrófico, o que não seria possível no momento da sua ocorrência.

A continuidade noticiosa, o follow up, é um caminho para descortinar estas nuances. Diante das constatações aferidas, esta pesquisa sugere algumas fórmulas que a Televisão de Moçambique pode utilizar, com vista a privilegiar a etiqueta do “follow up”, para que os assuntos por si veiculados sejam mais esclarecedores, para trazer uma nova forma de ver os fenómenos.

Em primeiro lugar, a TVM poderia começar por criar uma editoria/secção que produza peças jornalísticas especificamente sobre ecologia/ambiente. A televisão tem o exemplo claro da editoria de desporto, que tem, inclusive, um departamento dessa área e o trabalho tem sido plausível. Segundo, seria necessário especializar os jornalistas da editoria ambiental, através de formações ou capacitações.

Em terceiro e último lugar, a Direcção de Informação poderia criar um instrumento legal interno que acomode a informação ambiental como uma das prioridades da televisão. Ou seja, seria vital que a empresa orientasse-se do décimo terceiro ODS que pressupõe Adoptar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos. A TVM pode ajudar a cumprir este objectivo através da informação que privilegie o acompanhamento dos assuntos, fala-se do *follow up*.

REFERÊNCIAS

AMARAL, MÁRCIA, LOOSE, ELOÍSA BELING, GIRARDI, ILZA MARIA TOURINHO, **COBERTURA JORNALÍSTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**, RIO GRANDE DO SUL, 2020;

AMARAL, MÁRCIA, ASCENCIO, CARLOS, CRISTOBAL, ESTHER, **INDICADORES PARA ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE DESASTRES: EM BUSCA DE INVISIBILIDADES E SALIÊNCIAS**, 2020;

ALVES, LAÍS HILÁRIO, SOUSA, SILVA DE SOUSA E OLIVEIRA, GUILHERME SARAMAGO DE., **A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS**; S.L, 2021;

BACELAR, LUCIANE, BISTANE, LUCIANA, **JORNALISMO DE TELEVISÃO**, RIO DE JANEIRO, 2006

BARDIN, LAURENCE, **ANÁLISE DE CONTEÚDO**, LISBOA, EDIÇÕES 70, 1977

BUQUE, SUZETE, LANGA, SÉRGIO, MACIA, SAFIRA, **A PERCEPÇÃO SOBRE QUESTÕES AMBIENTAIS NA CIDADE DE MAPUTO E O CONTRIBUTO DOS MEDIA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, MAPUTO, 2018;

BUENO, WILSON DA COSTA, **JORNALISMO AMBIENTAL: EXPLORANDO ALÉM DO CONCEITO**, 2007

CARDOSO, JOSÉ ANTÓNIO DOS REIS, **A PROBLEMÁTICA DA CONTINUIDADE NOTICIOSA NA IMPRENSA CABO-VERDIANA-ESTUDO DO CASO: A GESTÃO DO FUNDO DO AMBIENTE NOS JORNAIS IMPRESSOS A NAÇÃO E EXPRESSO DAS ILHAS**, 2017;

DIAS, LUIS, **CONTINUIDADE NOTICIOSA**, BRASIL, 2011;

FARRANGUANE, ARSÉNIO JOSÉ, **O MEIO AMBIENTE NA IMPRENSA MOÇAMBICANA:O CASO DO JORNAL NOTÍCIAS**, PORTO ALEGRE, 2015;

FRANCISCATO, CARLOS EDUARDO, **A ACTUALIDADE NO JORNALISMO: BASES PARA SUA DELIMITAÇÃO TEÓRICA**, SALVADOR, 2003;

FREITAS, ERNANI CESAR DE, PRODANOV, CLEBER CRISTIANO, **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA E DO TRABALHO ACADÉMICO**, 2A EDIÇÃO, 2013;

GIL, ANTÓNIO CARLOS, **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**, 6A. ED., SÃO PAULO, ATLAS, 2008.

GIL, ANTÓNIO, **COMO ELABORAR PROJECTO DE PESQUISA**, ATLAS, SÃO PAULO, 1999LAKATOS, EVA MARIA;

MARCONI, MARINA DE ANDRADE, **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: PROCEDIMENTOS BÁSICOS, PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, PROJECTO E RELATÓRIO, PUBLICAÇÕES E TRABALHOS CIENTÍFICOS**; 6ª ED., SÃO PAULO, ATLAS, 2001;

GIRARDI, MARIA ILZA, REGES, TONI, JORNALISMO AMBIENTAL: DESAFIOS E REFLEXÕES, 2007;

GOMES, ITANIA MARIA, GÊNEROS TELEVISIVOS E MODOS DE ENDEREÇAMENTO NO TELEJORNALISMO, SALVADOR, 2011 GUDO, EDUARDO ET AL., CICLONES IDAI E KENNETH: RELATÓRIO DA SITUAÇÃO NACIONAL, MAPUTO, 2019

KOBIYAMA, MASATO ET.AL, PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS: CONCEITOS BÁSICOS, CURITIBA, 2006

LAKATOS, EVA MARIA, MARCONI, MARINA DE ANDRADE, FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA, 5A ED., SÃO PAULO, ATLAS, 2003

LAKATOS, EVA MARIA, MARCONI, METODOLOGIA PARA TRABALHO CIENTÍFICO, 6A ED., SÃO PAULO, ATLAS, 2001

LAKATOS, EVA MARIA; MARCONI, MARINA DE ANDRADE, TÉCNICA DE PESQUISA; 3A ED., SÃO PAULO, ATLAS, 1996

MENDES, CHRYSTIAN SOARES ET.AL, O IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOBRE AS LEISHMANIOSE NO BRASIL, BRASIL, 2015

MICOA, PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PARA A AVALIAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2007

MICOA, ESTRATÉGIA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NACIONAL,

MAPUTO, 2012

MOÇAMBIQUE, LEI N.º 18 DE 10 DE AGOSTO DE 1991, QUE DEFINE A LIBERDADE DE IMPRENSA,

MAPUTO. 1991

MOÇAMBIQUE, LEI N.º 20 DE 1 DE OUTUBRO DE 1997, LEI DO AMBIENTE, MAPUTO, 1997

NAHUR, ANDRÉ COSTA, AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: RISCOS E OPORTUNIDADES, BRASIL, 2015

OLIVEIRA, MAXWELL FERREIRA DE., METODOLOGIA CIENTÍFICA: UM MANUAL PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO, 2011

REBELO, MANUEL SALVADOR DA CONCEIÇÃO, **EXPOSIÇÃO, VULNERABILIDADE E RISCO AOS PERIGOS NATURAIS EM MOCAMBIQUE: O CASO DOS CICLONES TROPICAIS NO MUNICÍPIO DE ANGOCHE**, LISBOA, 2021

RODRIGUES, LILIANA, XAVIER, ALINE, **TÉCNICAS E PRÁTICAS PARA ELABORAR REPORTAGENS TELEJORNALÍSTICAS**, MANAUS, 2013;

SOUSA, JORGE PEDRO, **ELEMENTOS DE JORNALISMO IMPRESSO**, PORTO, 2001
SOUSA, JORGE PEDRO, **A TEORIA DE AGENDAMENTO E AS RESPONSABILIDADES DO JORNALISTA AMBIENTAL: UMA PERSPECTIVA IBÉRICA**, 2006;

SOUSA, JORGE PEDRO, **ELEMENTOS DE TEORIA E PESQUISA DA COMUNICAÇÃO DOS MEDIA**, 2A ED, PORTO, 2006

TÊSO, JOSE DA COSTA, **CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEMPESTADE TROPICAL DELTA E INFLUÊNCIA NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**, 2006
VIEIRA, M.M.F, **PESQUISA QUALITATIVA EM ADMINISTRAÇÃO**. RIO DE JANEIRO, 2008.

VALIDAÇÃO METODOLÓGICA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE USO TRADICIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS PELA POPULAÇÃO INDÍGENA

Tayna da Silva e Silva

Graduação em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA (2023). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2136-3523>. E-mail: taynasilva@unifesspa.edu.br

Aline Coutinho Cavalcanti

Doutora em Desenvolvimento e Inovação Tecnológica de Medicamentos pela UFRN (2014) e Mestre em Ciências Farmacêuticas pela UFPE (2009), possui graduação em Farmácia (2005) e habilitação em Farmácia Industrial (2006) pela UFPB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7869-3359>. E-mail: Aline.cavalcanti@unifesspa.edu.br

Ana Claudeise Silva do Nascimento

Doutora em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia (2016), Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (2003) e Graduada em Ciências Sociais/Sociologia (2000), todos pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3068-1324>. E-mail: anaclaudeise@unifesspa.edu.br

Priscila da Silva Castro

Doutora em Saúde Coletiva (2015) pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC/UFRJ), possui graduação (2007) e especialização em Nutrição (2008) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Nutrição Humana (2010) pelo Programa de Pós-Graduação (PPGN) do Instituto de Nutrição Josué de Castro/UFRJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1978-8830>. E-mail: priscilacastro@unifesspa.edu.br

Resumo: Introdução: A validação metodológica é um processo crítico na pesquisa científica e em diversas áreas, incluindo estudos relacionados a plantas medicinais. **Objetivo:** A pesquisa tem como finalidade descrever a construção e validação de roteiro de entrevista semiestruturada sobre o uso tradicional de plantas medicinais com enfoque na população indígena. **Método:** Trata-se de um estudo metodológico e descritivo, de natureza qualitativa. O roteiro foi submetido a avaliação e validação de nove especialistas multidisciplinares. **Resultados:** Os resultados mostraram que os blocos de utilidades e relações da medicina tradicional com a biomédica foram os que tiveram uma menor pontuação, apenas 55,6% de clareza. Os blocos de

compreensibilidade e objetividade obtiveram uma pontuação de 88,9%, enquanto as categorias de pertinência e abrangência alcançaram a pontuação máxima de 100%. **Conclusão:** Esses resultados altamente satisfatórios atestam a qualidade do instrumento e validam sua eficácia na coleta de dados, tendo sido necessários apenas pequenos ajustes.

Palavras-chave: Plantas medicinais; Validação de conteúdo; População indígena; conhecimento tradicional.

Abstract: Introduction: Methodological validation is a critical process in scientific research and in various areas, including studies related to medicinal plants. **Objective:** The aim of this research is to describe the construction and validation of a semi-structured interview script on the traditional use of medicinal plants, with a focus on the indigenous population. **Method:** This is a methodological and descriptive study of a qualitative nature. The script was submitted for evaluation and validation by nine multidisciplinary specialists. **Results:** The results showed that the blocks of utilities and relations of traditional medicine with biomedical medicine were the ones with the lowest score, only 55.6% clarity. The comprehensibility and objectivity blocks obtained a score of 88.9%, while the pertinence and comprehensiveness categories achieved the maximum score of 100%. **Conclusion:** These highly satisfactory results attest to the quality of the instrument and validate its effectiveness in data collection, with only minor adjustments required.

Keywords: Medicinal plants; Content validation; Indigenous population; traditional knowledge.

INTRODUÇÃO

A validação metodológica é um processo crítico na pesquisa científica e em diversas áreas, incluindo estudos relacionados a plantas medicinais. Ela envolve a avaliação sistemática e rigorosa dos métodos utilizados em um estudo, a fim de determinar a sua confiabilidade, precisão e validade (Melo et al., 2017). No contexto das plantas medicinais, a validação metodológica é crucial para assegurar que os resultados obtidos sejam consistentes, replicáveis e cientificamente sólidos.

As plantas medicinais estão inseridas nas comunidades tradicionais desde sua existência, nos processos de saúde, doença, tratamento e cura associados ao seu contexto histórico, cultural e ambiental (Silva et al., 2020). Quando os europeus chegaram no Brasil se depararam com uma variedade de plantas medicinais usadas pelos povos indígenas, que são profundos conhecedores de plantas medicinais com propriedades terapêuticas. As comunidades tradicionais possuem características diferenciadas, reconhecidas como povo tradicional, possuindo sua própria organização social, utilizando territórios e recursos naturais associados à reprodução cultural (Giraldi, Hanazaki, 2010; Pereira; Diegues, 2010).

A descrição da utilização de plantas medicinais primeiramente voltadas para população indígena no Brasil ocorreu através do médico William Pies, na expedição liderada por Maurício de Nassau no decorrer da ocupação holandesa no Nordeste do Brasil (1630-1654), assim foram relatadas as seguintes espécies de plantas: ipecacuanha, jaborandi e o tabaco, sendo que em 1847 o farmacêutico Theodor Peckholt pode ter analisado mais de 6000 espécies de plantas (Almeida, 2011).

O conhecimento dos indígenas sobre as ervas medicinais é de grande importância para aquisição terapêutica, podendo ser obtidas através de pesquisas etnofarmacológicas, assim como de outras populações tradicionais (Silva, 2020). Dessa forma é fundamental que as pesquisas realizadas sejam validadas para maior eficácia. Considerando que no Brasil 1,7 milhão de pessoas se declararam como indígenas (IBGE, 2022), sendo 45% somente na região norte, é fundamental a elaboração de instrumentos que retratem de forma mais precisa esse conhecimento com o intuito de resguardar a manutenção desse modo de vida.

No estudo de Costa (2013), intitulado "Validação de formulário de notificação de eventos adversos a plantas medicinais e fitoterápicos", um

formulário foi validado por especialistas das áreas de farmácia, nutrição, medicina, odontologia e enfermagem. Esses profissionais da saúde, atuantes na atenção primária, podem oferecer orientações aos usuários em caso de eventos adversos relacionados a plantas medicinais e fitoterápicos. O formulário, com itens classificados como imprescindíveis, necessários e recomendados, possibilita a avaliação de notificações realizadas por profissionais da saúde, abrangendo reações adversas, erros de medicação, inefetividade terapêutica e queixas técnicas.

Na pesquisa de Pinheiro (2015), intitulada "Validação de Campo do *Integrative Medicine Attitude Questionnaire* (IMAQ) Para Uso no Brasil", o questionário foi adaptado e traduzido para avaliar a atitude dos alunos da área da saúde em relação às práticas integrativas e complementares. Foram validados 29 itens do questionário por meio da avaliação de 172 juízes, que eram alunos da Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul.

Uma forma comum de avaliar a validade de conteúdo é por meio do uso de painéis de especialistas, processo que envolve a seleção de profissionais altamente capacitados e experientes na área do construto em questão. Esses especialistas analisam os elementos do instrumento construídos para determinada pesquisa (Mendonça; Rodini; Lobo, 2023).

A pesquisa justifica-se pela carência de estudos metodológicos que abordem a construção e validação de roteiros de entrevista, especialmente em pesquisas envolvendo comunidades indígenas (Leite et al., 2018). Essas etapas são fundamentais para garantir a qualidade dos dados coletados e a compreensão adequada das questões sensíveis de linguagem e cultura presentes nesses contextos de pesquisas. A importância da validação de roteiro de entrevista visa garantir a correta realização desta etapa tão importante junto às comunidades tradicionais e ainda, em etapa posterior, com a continuidade da pesquisa, contribuir para o resgate e/ou manutenção dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais e valorizar o conhecimento popular associado à cultura indígena, além de auxiliar na conservação das espécies de plantas do local, designada como etnoconservação.

A construção e validação de roteiro de entrevista semiestruturada são etapas fundamentais para garantir que as informações obtidas sobre o uso tradicional de plantas medicinais entre a população indígena sejam compreendidas, confiáveis e culturalmente respeitadas. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo descrever a construção e validação de

roteiro de entrevista semiestruturada sobre o uso tradicional de plantas medicinais com enfoque na população indígena.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo metodológico e descritivo, de natureza qualitativa e quantitativa, visando validação metodológica de roteiro de entrevista sobre uso tradicional de plantas medicinais pela população indígena.

A primeira etapa desta pesquisa envolveu uma busca na literatura nas plataformas: Scielo, Google acadêmico e Periódicos Capes, através dos descritores, “plantas medicinais”, “população indígena”, “saberes tradicionais” e “validação de conteúdo”, sendo realizado um levantamento bibliográfico sobre o estado da arte do uso tradicional de plantas medicinais na população indígena, a fim de compreender os principais aspectos culturais e terapêuticos relacionados para proposição de roteiro de entrevista.

Após a elaboração inicial do roteiro de entrevista semiestruturada, o mesmo foi submetido à apreciação de especialistas para a validação de conteúdo, a fim de “avaliar o grau de completude com que o instrumento reflete a realidade do fenômeno de interesse, a partir de determinado constructo teórico” (Caires, Vicentine, Ferreira, 2021).

Os especialistas foram selecionados a partir de sua experiência na área da pesquisa e contatados através de correio eletrônico. Foram convidados docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), dos cursos de Saúde Coletiva, História, Ciências Biológicas e Agronomia. Os critérios de inclusão dos juízes foram: possuir linha de pesquisa dentro do referencial teórico do uso de plantas medicinais e/ou indígenas e comunidades tradicionais, conforme declarado no currículo da Plataforma Lattes; ter apresentado produção bibliográfica em alguma dessas áreas no período de até cinco anos anteriores à data da elaboração dos roteiros; e ter disponibilidade para participar da avaliação. Os critérios de exclusão foram: ausência de resposta ao convite após três tentativas de contato; recusa em participar; e ausência de retorno do formulário de avaliação depois do prazo de duas semanas do envio.

Cada juiz recebeu, por correio eletrônico, um convite para validação do roteiro com o link para um formulário de avaliação padronizado desenvolvido na plataforma Google Forms, contendo, nesta ordem, o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as questões de identificação (dados demográficos, formação, atuação), descrição da justificativa e dos objetivos, explicação sobre o modo de aplicação dos roteiros e orientações para responder o formulário e as questões de avaliação dos roteiros, divididas em avaliação geral do instrumento e avaliação por blocos de perguntas.

ANÁLISE DE DADOS

Na etapa de avaliação por bloco de perguntas, identificaram-se os seguintes blocos: conceitos, utilização, origem, ensinamentos e relação da medicina tradicional com a biomédica, sendo as perguntas do roteiro divididas conforme se enquadrava nestes blocos. Na seção de avaliação geral, os juízes assinalaram “sim” ou “não” para as dimensões dos roteiros: compreensibilidade, objetividade, pertinência, abrangência (dentro do referencial teórico). Os blocos dos roteiros foram avaliados quanto à facilidade de compreensão das perguntas e em todas as questões havia espaço para sugestões.

Para validação do instrumento foi utilizada a mesma metodologia do estudo realizado por Caires; Vicentine e Ferreira (2021), sendo que o critério utilizado para considerar um bloco de perguntas ou o instrumento como validado foi a porcentagem de concordância “sim” dos juízes. Se a maioria dos juízes concordasse (“sim”) com um determinado bloco ou com o instrumento geral, esse bloco ou instrumento foi considerado válido. Assim como foram consideradas as sugestões de alguns juízes para melhoramento do roteiro e de sua validação.

Todo o processo do estudo seguiu todos os critérios da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos e da Resolução CNS nº 510 de 2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) sob o número CAAE: 64825922.3.0000.0018.

DISCUSSÃO

Conforme previsto nos passos essenciais para estabelecer a validação de um instrumento, o processo teve seu início através da pesquisa de conceitos, metodologias e informações relacionadas ao tema em questão, caracterizando o estado da arte. Isso foi feito com o intuito de assegurar uma

fundamentação científica adequada para a elaboração dos itens presentes no roteiro de entrevista (Pasquali, 1998).

Foi realizada uma busca na literatura de estudos que abordavam o uso tradicional de plantas medicinais por indígenas, na qual foram encontrados artigos científicos, livros e outras fontes que forneceram informações valiosas sobre as plantas utilizadas por indígenas e suas indicações terapêuticas. Após a revisão da literatura, foi iniciada a elaboração do roteiro de entrevista, cuja versão inicial contou na primeira parte da caracterização dos participantes (idade, escolaridade, nome, entre outros), na segunda foram realizadas 12 perguntas relevantes para a entrevista, divididas em blocos: Conceitos; Utilização; Origem; Ensinaamentos; e Relação da medicina tradicional com a biomédica.

Essas perguntas abrangiam tópicos como a identificação das plantas medicinais mais utilizadas, as condições de coleta, as formas de preparo e administração, interação da medicina tradicional com a biomédica, entre outros aspectos.

O roteiro foi submetido à apreciação de especialistas para a validação de conteúdo, selecionados a partir da sua experiência na área da pesquisa, onde avaliaram o roteiro através de um formulário padronizado.

Foram convidados um total de 12 especialistas, dos quais nove responderam o questionário para validação do instrumento. A área de atuação dos especialistas e as quantidades que validaram o roteiro foram: Nutricionista (2), Inovação Farmacêutica (1), Farmacêutica (1), Saúde Coletiva (1), Sociologia (1), Antropóloga (1), Ciências Agrárias (1) e Agronomia (1). Sendo 5 do sexo feminino (55,6%) e 4 do sexo masculino (44,4%)

Durante a validação do instrumento, os especialistas avaliaram primeiramente os blocos de perguntas com base nos seguintes critérios: se as perguntas estão elaboradas de forma clara e de fácil compreensão, se são relevantes e estão adequadas e a ordem de apresentação.

O primeiro bloco de perguntas avaliado foi o de “conceitos”, referente à primeira pergunta do roteiro (Quadro 2). Nessa avaliação, 88,9% dos juízes consideraram que a pergunta estava clara e relevante para o estudo. Foram fornecidos 4 comentários pelos especialistas e uma sugestão foi acrescentada ao roteiro, consistindo em adicionar uma vírgula após a palavra “você”. No entanto, as demais sugestões, como “incluir perguntas sobre o papel do indígena, se é curandeiro ou pajé” ou “se a pessoa sabe o que é uma planta

medicinal”, não foram incorporadas no roteiro, pois a caracterização sociodemográfica será a primeira parte do roteiro, que já havia a inclusão do campo de profissão, e também foi adicionado o campo de ocupação, sendo uma das sugestões dos especialistas. Além disso, antes de iniciar a coleta de dados será realizada uma explicação detalhada de todas as etapas para o participante.

Quadro 1. Primeiro bloco de perguntas referente a “conceitos” (1ª questão)

Pergunta inicial	Pergunta modificada
1. Para você o que é uma planta medicinal?	1. Para você, o que é uma planta medicinal?

Fonte: Autoras, 2023.

No segundo bloco, sobre “Utilização”, foram incluídas as perguntas 2 a 6 do roteiro. Durante esta etapa, os avaliadores forneceram um total de 8 comentários, e 55,6% deles consideraram que as perguntas estavam formuladas de forma clara e de fácil compreensão. Para aprimorar a clareza e compreensão das perguntas, foram implementadas algumas sugestões dos juízes (Quadro 3). Por exemplo, o termo “enfermidade” foi substituído por “doença”, uma palavra mais ampla que pode facilitar a compreensão do participante. Além disso, houve uma inversão da ordem da pergunta 5 para a 4, para uma sequência mais lógica. Foram adicionadas as palavras “se sim”, “citadas” e “preserva” em algumas das perguntas para melhorar a precisão e o entendimento das questões.

Foi acrescentada a seguinte pergunta: “Como o remédio é usado, em que quantidade e por quanto tempo”. Embora alguns juízes tenham sugerido a adição de perguntas fechadas, é importante reforçar que o objetivo deste roteiro é a realização de entrevista, utilizando perguntas abertas para possibilitar maior abrangência das respostas. Dessa forma, não foram realizados acréscimos nesse sentido. Todos os especialistas avaliaram que 100% das perguntas são relevantes para a pesquisa, o que fortalece a validade e a pertinência deste bloco específico.

Quadro 2. Segundo bloco de perguntas referente à “utilização” (2ª a 6ª questões)

Perguntas iniciais	Perguntas modificadas
2.Quais as plantas medicinais que você mais utiliza?	2. Permaneceu igual
3. Usa para alguma enfermidade? Qual planta usa e para qual enfermidade?	3. Usa para alguma doença ? Se sim , qual planta usa e para qual doença ?
4.Qual a forma de preparo para cada uma delas?	4. Para cada uma das doenças citadas , qual parte das plantas é utilizada?
5. Qual parte da planta é utilizada para cada uma delas?	5. Qual a forma de preparo para cada uma das doenças citadas ?
6. Qual a forma de armazenamento das preparações?	6. Como o remédio é usado, em que quantidade e por quanto tempo?
	7. Como você armazena e preserva os preparos?

Fonte: Autoras, 2023.

No terceiro bloco, “Origem das plantas medicinais”, foi abordada a pergunta 7 do roteiro. Houve 2 comentários dos juízes, e foram acrescentadas as seguintes recomendações dos avaliadores (Quadro 4): “são do mercado”, “quintal de casa”, “casa de algum conhecido” e “ou da mata”. Um dos juízes destacou a importância da pergunta 7, pois ela permite investigar possíveis diferenças do conhecimento e na frequência de uso das plantas medicinais, dependendo de sua origem. Por exemplo, se a planta é proveniente do “quintal de casa”, pode indicar um acesso mais fácil e frequente a ela; por outro lado, se é necessário buscá-la na mata, isso pode refletir uma dinâmica diferente, especialmente em comunidades indígenas, onde pode haver

diferenças no gênero responsável pela busca e processo de transmissão do conhecimento. Durante a validação do roteiro, todos os especialistas avaliaram que 100% das perguntas são relevantes para a pesquisa, o que confirma a importância desse tópico em explorar plantas medicinais.

Quadro 3. Terceiro bloco de perguntas referente à “origem” (7ª questão)

Pergunta inicial	Pergunta modificada
7. Onde consegue as plantas medicinais para fazer os remédios?	8. Onde consegue as plantas medicinais para fazer os remédios, são do mercado, quintal de casa, casa de algum conhecido ou da mata?

Fonte: Autoras, 2023.

No bloco quarto, “ensinamentos”, foram incluídas as perguntas 8 e 9; 66,7% dos especialistas consideraram que as perguntas estavam formuladas de forma clara e de fácil compreensão. Houve um total de 6 comentários, nos quais foram sugeridas algumas modificações (Quadro 5): na questão 9, as palavras foram invertidas para maior clareza; a frase “são passados para os demais da aldeia” foi reestruturada com “sobre plantas medicinais”. Além disso, foram acrescentadas as palavras “onde e como”, visando explorar de maneira mais detalhada o compartilhamento desse conhecimento, assim como as palavras “se sim, como esse conhecimento é compartilhado”. É importante ressaltar que, mesmo com as recomendações para adicionar perguntas fechadas, conforme explicado anteriormente, essa alteração não foi realizada. Os avaliadores consideraram que 100% das perguntas são relevantes para o roteiro, demonstrando que esse bloco atende aos objetivos do escopo do estudo.

Essas alterações contribuem para aprimorar a clareza e a compreensão das perguntas, garantindo que os participantes possam responder de forma adequada e precisa. Ao considerar as sugestões dos especialistas, comprovando-se a validade e relevância do instrumento, facilitando a obtenção de informações valiosas relacionadas ao instrumento validado (Mendonça, Rodini, Lobo, 2023; Pasquali, 1998).

Quadro 4. Quarto bloco de perguntas referente a “ensinamentos” (8ª a 9ª questões)

Perguntas iniciais	Perguntas modificadas
8. Com quem aprendeu sobre plantas medicinais?	9. Com quem, aonde e como você aprendeu sobre plantas medicinais?
9. Como os conhecimentos são passados para os demais da aldeia sobre plantas medicinais?	10. Os conhecimentos sobre plantas medicinais são passados para os demais da aldeia? Se sim, como esse conhecimento é compartilhado?

Fonte: Autoras, 2023.

O quinto e último bloco de perguntas sobre “Relações da medicina tradicional com a biomédica”, foram avaliadas as perguntas 10 a 12 do instrumento. Obtiveram-se 8 comentários dos juízes, sendo que somente 55,6% consideraram que as perguntas estão elaboradas de forma clara e de fácil compreensão. Então, com intuito de melhorar o índice de validade deste bloco, foram consideradas as sugestões dos avaliadores (Quadro 6): sendo acrescentados os seguintes termos “pessoas”, “em dia” e uma subpergunta em relação à pergunta 10, “Para o que elas usavam essas plantas e o que é usado atualmente em substituição a elas”. A pergunta 11 foi invertida com a 12 para aprimorar a sequência lógica das questões. Além disso, o termo “medicina moderna” foi substituído por “medicina branca” para facilitar o entendimento da questão para o entrevistado; e o termo “relação” também foi trocado por “interação”.

Adicionalmente, foi acrescentada pergunta baseada na questão 10 para assim obter um leque de respostas mais amplo e fornecer maior abrangência ao tema. Na pergunta 12 foi acrescentada a seguinte frase: “comprados em farmácia”; e para enriquecer ainda mais o instrumento foi adicionada uma última pergunta ao roteiro, em que será perguntada aos participantes se eles gostariam de acrescentar alguma informação relevante sobre o tema da pesquisa. Essa inclusão visa possibilitar que os entrevistados contribuam com sugestões valiosas que possam enriquecer a análise dos resultados (Torlig, 2022).

Quadro 5. Quinto bloco de perguntas: “relações da medicina tradicional com a “biomédica” (10^a a 12^a questões)

Perguntas iniciais	Perguntas modificadas
10. Existe alguma planta que era usada antigamente e hoje é difícil de encontrar ou não existe mais?	11. Existem plantas que as pessoas usavam antigamente, mas que não utilizam mais hoje em dia ? Para o que elas usavam essas plantas e o que é usado atualmente em substituição a elas?
11. Qual a relação da medicina moderna e a medicina tradicional na aldeia?	12. É fácil encontrar essas plantas que não são mais usadas hoje, ou elas estão mais difíceis de serem encontradas?
12. Você usa mais plantas medicinais ou remédios do postinho quando fica doente?	13. Você usa mais plantas medicinais, remédios do postinho ou comprados em farmácias ?
	14. Como é a interação entre a medicina branca e a medicina tradicional na aldeia?
	15. Você gostaria de acrescentar alguma coisa sobre o tema da pesquisa?

Fonte: Autoras, 2023

Os avaliadores consideraram que 88,9% das perguntas são relevantes para o estudo, evidenciando um aprimoramento significativo nesse bloco específico. Essas modificações têm como objetivo principal alcançar uma validade ainda maior e assegurar que o instrumento seja adequado e eficaz na obtenção das informações desejadas.

Os resultados da primeira fase da avaliação estão sumarizados na tabela 1, enquanto os da segunda fase da validação estão na tabela 2. Nesta última, na qual ocorreu a avaliação geral do instrumento, foram consideradas sugestões no campo sociodemográfico, de incluir o termo “ocupação” juntamente com “profissão” e assim contribuir para uma abordagem mais abrangente e inclusiva.

Tabela 1. Resultados das avaliações das versões iniciais dos roteiros do bloco de perguntas. Marabá-PA, Brasil, 2023.

Categorias Bloco de perguntas	Estão elaboradas de forma clara e de fácil compreensão	São relevantes	Estão adequadas à ordem de apresentação
Conceitos (Pergunta 1)	8 (88,9%) *	8(88,9%)*	6 (66,7%) *
Utilização (Pergunta 2 a 6)	5 (55,6%) *	9(100%)*	6 (66,7%) *
Origem (Pergunta 7)	7 (77,8%) *	9 (100%)*	7 (77,8%) *
Ensinaamentos (Pergunta 8 a 9)	6 (66,7%) *	9 (100%)*	7 (77,8%) *
Relações da medicina tradicional com a biomédica (Pergunta 10 a 12)	5 (55,6%)*	9(100%)*	7(77,8%)*

*quantidade e porcentagem de juízes que responderam “sim”

Fonte: Autoras, 2023.

Na etapa de "avaliação geral do instrumento", (Tabela 2) as categorias de "compreensibilidade" e "objetividade" obtiveram uma pontuação de 88,9%, demonstrando a eficácia em tornar as questões claras e objetivas para os participantes. Além disso, as categorias de "pertinência" e "abrangência"

receberam a pontuação máxima de 100%, indicando que o instrumento aborda de forma completa e relevante todos os aspectos importantes do fenômeno em estudo. Os resultados da validação do instrumento revelam uma avaliação positiva em geral, com algumas áreas se destacando em termos de qualidade e eficácia.

Tabela 2. Resultados das avaliações das versões iniciais dos roteiros do bloco de avaliação geral do instrumento. Marabá-PA, Brasil, 2023.

Avaliação geral do instrumento	Quantidade e porcentagem de juízes que responderam "sim"
Compreensibilidade: O instrumento está de fácil compreensão	8 (88,9%)
Objetividade: O instrumento apresenta perguntas claras e objetivas	8 (88,9%)
Pertinência: O instrumento aborda questões relevantes para a pesquisa proposta	9 (100%)
Abrangência (dentro do referencial teórico): O instrumento aborda aspectos relevantes do referencial teórico sobre a utilização de plantas medicinais	9 (100%)

Fonte: Autoras, 2023.

Após conclusão da validação do instrumento, ocorreram ajustes no roteiro (Quadro 7) com base nas avaliações dos juízes, conforme relatado: a primeira parte, referente à caracterização sociodemográfica, foi mantida com mesmo número de perguntas, totalizando 7 questões. Já a segunda parte, relacionada às perguntas diretas sobre plantas medicinais, passou por modificações, resultando em um total de 15 perguntas. Os ajustes realizados

visaram aprimorar a clareza, relevância e adequação das perguntas, buscando obter informações mais abrangentes e precisas sobre o tema das plantas medicinais, após os quais resultou-se o roteiro validado.

Quadro 6. Roteiro final validado por especialistas.

DADOS DO ENTREVISTADO:		Data: ____/____/____
Nº	_____	
Nome	_____	
Sexo	_____	
Idade	Endereço	Escolaridade
_____	_____	_____
Profissão/ocupação		

Estado civil		

SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS:		
1. Para você, o que é uma planta medicinal?		
2. Quais as plantas medicinais que você mais utiliza?		
3. Usa para alguma doença? Se sim, qual planta usa e para qual doença?		
4. Para cada uma das doenças citadas, qual parte das plantas é utilizada?		
5. Qual a forma de preparo para cada uma das doenças citadas?		
6. Como o remédio é usado, em que quantidade e por quanto tempo?		
7. Como você armazena e preserva os preparos?		
8. Onde consegue as plantas medicinais para fazer os remédios, são do mercado, quintal de casa, casa de algum conhecido ou da mata?		
9. Com quem, aonde e como você aprendeu sobre plantas medicinais?		
10. Os conhecimentos sobre plantas medicinais são passados para os demais da aldeia? Se sim, como esse conhecimento é compartilhado?		
11. Existem plantas que as pessoas usavam antigamente, mas que não utilizam mais hoje em dia? Para o que elas usavam essas plantas e o que é usado atualmente em substituição a elas?		

12. É fácil encontrar essas plantas que não são mais usadas hoje, ou elas estão mais difíceis de serem encontradas?

13. Você usa mais plantas medicinais, remédios do postinho ou comprados em farmácias?

14. Como é a interação entre a medicina branca e a medicina tradicional na aldeia?

15. Você gostaria de acrescentar alguma coisa sobre o tema da pesquisa?

Fonte: Autoras, 2023.

CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, após levantamento na literatura relacionado ao tema de plantas medicinais utilizadas por indígenas e avaliação do estado da arte, a primeira versão do roteiro foi construída com base em uma fundamentação científica adequada.

A participação de especialistas na validação de conteúdo é fundamental para garantir que o instrumento seja confiável e adequado para coletar informações relevantes. O fato de os especialistas serem experientes na área da pesquisa e/ou na metodologia de análise qualitativa torna a validação ainda mais robusta.

Ao longo do processo da validação, cada bloco de perguntas foi avaliado pelos especialistas e suas sugestões foram cuidadosamente avaliadas e parcialmente incorporadas ao roteiro. Isso demonstra a dedicação em garantir a qualidade do instrumento e obter dados valiosos sobre o uso tradicional de plantas medicinais usadas por indígenas.

O resultado de sua validação foi extremamente positivo, uma vez que o processo permitiu aprimorar significativamente o roteiro de entrevista, tornando-o mais claro, objetivo, relevante e abrangente.

O roteiro validado representa um recurso valioso e promissor para pesquisas futuras e o compromisso com a qualidade científica e ética, valorizando-se os estudos metodológicos e colocando a possibilidade de continuidade da pesquisa em uma posição favorável para produzir resultados relevantes e impactantes. Com dedicação e perseverança a pesquisa poderá avançar e contribuir para a compreensão e valorização das práticas tradicionais associadas as plantas medicinais na população indígena.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, MARA ZÉLIA. **PLANTAS MEDICINAIS**. 3 ED. SALVADOR: EDUFBA, 2011.

CAIRES, IAGO DA SILVA; VICENTINE, FERNANDA BERGAMINI; FERREIRA, JANISE BRAGA BARROS. A CONSTRUÇÃO DE ROTEIROS DE ENTREVISTA A PARTIR DO REFERENCIAL DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE: ENFOQUE SOBRE A POPULAÇÃO JOVEM QUE VIVE EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS. **CADERNO SAÚDE COLETIVA**. V.29, N. 3, P. 387-398. 2021.

COSTA, MARILIA AMARAL. **VALIDAÇÃO DE FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS A PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS**. DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, 2013.

FUNAI. **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. ATUAÇÃO, POVOS INDÍGENAS E O BRASIL INDÍGENA (IBGE)**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOV.BR/FUNAI/PT-BR/ATUACAO/POVOS-INDIGENAS/O-BRASIL-INDIGENAIBGE-1](https://www.gov.br/funai/pt-br/atualizacao/povos-indigenas/o-brasil-indigenaibge-1). ACESSO EM: 9 SET. 2023.

GIRALDI, MARIANA. HANAZAKI, NATALIA. O USO TRADICIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS NO SERTÃO DO RIBEIRÃO, FLORIANÓPOLIS, SC, BRASIL. **ACTA BOTÂNICA BRASILEIRA**, FLORIANÓPOLIS, V.24, N. 2, P. 395-406, 2010.

LEITE, SARA DE SÁ ET AL. CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO EDUCATIVO EM SAÚDE. **BRAS ENFERM**. V. 71, N. 4, P. 1732- 1738. 2018.

MELO, W. S. ET AL. GUIA DE ATRIBUTOS DA COMPETÊNCIA POLÍTICA DO ENFERMEIRO: ESTUDO METODOLÓGICO. **BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**, V. 70, N. 3, P. 552-560, 2017.

MENDONÇA, ADRIANA VAZZOLER, RODINI, CARINA ALEXANDRE, LOBO, CRISTINA COSTA. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS POR COMITÊ DE JUÍZES ESPECIALISTAS PARA APRIMORAMENTO DE COLETA DE DADOS. **GESTO-DEBATE**, CAMPO GRANDE - MS, VOL. 23, N. 03, P.47-86, JAN./DEZ 2023.

PASQUALI, LUIZ. PRINCÍPIOS DE ELABORAÇÃO DE ESCALAS PSICOLÓGICAS. **PSIQ. CLIN.** V. 25, N. 5. P. 206-213, 1998. DISPONÍVEL EM: [OCUMENT.ONL/DOCUMENTS/PASQUALI-PRINCIPIOS-DEELABORACAO-DE-ESCALAS-PSICOLOGICAS.HTML?PAGE=1](https://document.onl/documents/pasquali-principios-de-elaboracao-de-escalas-psicologicas.html?page=1). ACESSO EM: 30 JUN. 2023.

PEREIRA, BÁRBARA ELISA. DIEGUES. ANTONIO CRALOS. CONHECIMENTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS COMO POSSIBILIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: UMA REFLEXÃO SOBRE A PERSPECTIVA DA ETNOCONSERVAÇÃO. **DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**. N. 22, P. 37-50, JUL./DEZ. 2010.

PINHEIRO, LEONARDO DE SOUZA E SILVA. **VALIDAÇÃO DE CAMPO DO INTEGRATIVE MEDICINE ATTITUDE QUESTIONNAIRE (IMAQ) PARA USO NO BRASIL**. 2015. DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU EM MESTRE PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MEDICINA E CIÊNCIAS DA SAÚDE. UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. 2015.

SILVA, ÉLIDA ADRIANY BRITO ET AL. PLANTAS MEDICINAIS, USOS E MEMÓRIA NA ALDEIA DO CAJUEIRO, PARÁ. **GAIA SCIENTIA**, PARÁ, V. 14, N. 3, P. 31-50, 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFPB.BR/INDEX.PHP/GAIA/ARTICLE/VIEW/52668/31554](https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/52668/31554). ACESSO EM: 30 JUL. 2023.

TORLIG, ELOISA GONÇALVES DA SILVA ET AL. PROPOSTA DE VALIDAÇÃO PARA INSTRUMENTOS DE PESQUISA QUALITATIVA (VALI-QUALI). **ADMINISTRAÇÃO: ENSINO E PESQUISA**, RIO DE JANEIRO V. 23, N. 1, P. 5-31 JAN-ABR 2022.

DE CASTANHAL A PASTAGEM:

APROPRIAÇÃO DE TERRA PÚBLICA NA DINÂMICA TERRITORIAL
DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUDESTE PARAENSE*Edma do Socorro Silva Moreira*

Graduação e Mestrado em Ciências Sociais. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará e Université Paris 13 (2008). Professora Associada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), onde leciona nos cursos de Graduação em Ciências Sociais e na Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia (PDTSA). Pesquisas nas áreas da Sociologia Rural. E-mail: edma@unifesspa.edu.br

Simone Alves Martins

Licenciada e bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Pará, UFPA (2013). Especialista em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia – UFPA (2015). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA, 2020). E-mail: smartins_sa@hotmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva analisar as articulações entre o Estado e o sistema judiciário do Pará na disputa pela Fazenda Santa Tereza, antiga área de castanhal transformada em área de pastagem, resultado do poder do agronegócio no Sudeste paraense que para garantir a sua reprodução constrói uma rede sociopolítica complexa na região. Como caminho metodológico, a pesquisa qualitativa parte de um estudo de caso, apoiada em referenciais bibliográfica de autores como Emmi (1987), Carnoy (1988); Bruno (1997) (2010); Quijano (2005); Almeida (2010); e documental concentrada nas análises do processo administrativo: 2011/76613- do Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Nossa reflexão aponta que as articulações dos atores concernidos estruturam a rede sociopolítica do agronegócio que atua de maneira a facilitar a apropriação de terras públicas e sua territorialização.

Palavras chaves: Amazônia; Territorialização; Rede Sociopolítica; Estado.

Abstract: This work aims to analyze the articulations between the State and the judicial system of Pará in the dispute over Fazenda Santa Tereza, an old chestnut grove area transformed into a pasture area, a result of the power of agribusiness in the Southeast of Pará which, to guarantee its reproduction, builds a complex sociopolitical network in the region. As a methodological path, qualitative research starts from a case study, supported by bibliographical references from authors such as Emmi (1987), Carnoy (1988);

Bruno (1997) (2010); Quijano (2005); Almeida (2010); and documentary focused on the analysis of the administrative process: 2011/76613- from the Instituto de Terras do Pará -ITERPA. Our reflection points out that the articulations of the actors concerned structure the sociopolitical network of agribusiness that acts to facilitate the appropriation of public lands and their territorialization.

Keywords: Amazon; Territorialization; Sociopolitical Network; State.

INTRODUÇÃO

O agronegócio se reproduz por meio de uma economia de mercado imbricada com uma política territorial regulada pelo Estado, obedecendo a uma demanda mundial por produtos e trabalhos. Para se reproduzir como projeto econômico e de sociedade a terra continua sendo primordial, inclusive terras públicas.

A Fazenda Santa Tereza, área de antigo castanhal, foi destinada a terceiros através de instrumento jurídico, título de aforamento a partir de 1956. Em 2014, acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam a fazenda por tratar-se de terra pública. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) mesmo essa fazenda tendo sido objeto de transferência de domínio e de compra entre algumas famílias, a área é uma terra pública. Esse imbróglio envolvendo a Santa Tereza suscita a pergunta: porquê uma área pública não é destinada para reforma agrária e permanece com um processo administrativo inconcluso? Este trabalho objetiva analisar as articulações entre o Estado e o sistema judiciário do Pará na disputa de uma terra, anteriormente área de castanhal e transformada em área de pastagem, Fazenda Santa Tereza, resultado da expressão do poder do agronegócio no Sudeste paraense.

Para essa análise tomaremos como caminho metodológico a pesquisa qualitativa, partindo do estudo de caso da Fazenda Santa Tereza, localizada na região de Marabá, no estado do Pará, tendo como fonte de investigação o processo administrativo: nº 2011/76613 “Resgate de aforamento -ITERPA Fazenda Santa Tereza (Marabá)”, no qual quatro famílias oligarcas, Michel Moussalem, Nagib Mutran, Agostinho Roncetti e Rafael Saldanha, se articulam a mais de 25 anos, com a participação do Estado, na apropriação das terras dessa fazenda.

Em um movimento interdisciplinar aproximando aspectos históricos, sociológicos e jurídicos, recorreremos às contribuições de: Carnoy (1988) com sua reflexão do Estado de classes; Bruno (1997) (2010) que faz um estudo sobre as representações patronais do campo e analisa o agronegócio enquanto palavra política através do uso da linguagem; Quijano (2005) com a sua reflexão sobre a colonialidade de poder, por entender que, o agronegócio ao se afirmar hegemônico, ao mesmo tempo, nega as outras formas de produção e modos de vida, além de considerar a região um espaço vazio, portanto, se impõe reproduzindo formas colonialistas de poder; Almeida (2010) com a perspectiva da agroestratégia, conceito que nos permite entender a rede sociopolítica construída para a apropriação de terra pública. Sobre o sudeste paraense utilizarei, dentre outras, obras consideradas clássicas a exemplo de Emmi (1987) sobretudo por seus estudos nessa região paraense vinculados ao conceito de oligarquia.

O artigo se estrutura em 5 partes, além da introdução, são elas: 1) Desenvolvimento textual, item que traz uma reflexão sobre o agronegócio, suas estratégias e efeitos no campo e sua especificidade e expressão no sudeste do Pará; 2) Metodologia, descreve o caminho metodológico para a temática e os instrumentos teóricos e documentais necessários para essa pesquisa; 3) Análise de dados, pontua o processo de apropriação da terra pública Fazenda Santa Tereza, através do processo administrativo nº 2011/76613 e da atuação da rede sociopolítica construída para essa apropriação; 4) no item Discussão analisa-se as estratégias do agronegócio necessárias para ativar a rede sociopolítica; e por fim, 5) nas considerações reflete-se sobre o caráter político-ideológico do agronegócio que se revela um projeto de sociedade em contraste com o modo de produção e de vida da agricultura camponesa e de base agroecológica.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

O termo agronegócio está relacionado à noção de *agrobusiness*, que segundo Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), representa todos os agentes que direta ou indiretamente estão envolvidos numa complexa cadeia produtiva que estrutura e organiza atividades agrícolas e/ou agroindustrial, em nível mundial, gerando cada vez mais lucros. Sua dimensão política-ideológica universalizante escamoteia as contradições da sociedade capitalista dividida historicamente em classes sociais, por exemplo, a classe camponesa e a latifundiária que, em condições desiguais, disputam a terra.

Em seu discurso de posse, em 2019, a deputada e ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, afirma a linha do entendimento ideológico *agrobusiness* mundial:

Destaco que a família da agricultura brasileira está aqui reunida [...]. [...]. Comemoramos também a volta da agricultura familiar à nossa casa [...], os pequenos agricultores voltam ao MAPA de onde foram retirados, como existisse caminhos diferentes e até antagônicos para a agricultura. Somos convictos que a agricultura empresarial e a pequena agricultura são os mesmos negócios. A agricultura familiar desempenha um processo fundamental nos processos de segurança alimentar e de geração de excedentes agrícolas no Brasil¹.

Esse anúncio reforça o amplo entendimento unificador da sociedade recorrendo a palavra família, sobre a qual recai a unidade, o pertencimento, a harmonia, o equilíbrio e a hierarquia a ser assegurada. A ideia de família, aqui empregado, parece pretender sustentar a ideia homogeneizadora dos grupos, negando suas divisões, especificidades e mesmo suas diversidades que resguardam lógica e saberes singulares que não encontra força e nem sentido na produção voltada para o lucro, tal como ocorre com a lógica camponesa.

A difusão dessa ideologia, presente sobretudo a partir dos anos 1950, do século XX, fortalece a invisibilidade do poder concentrador de enormes extensões de terras produtivas e/ou improdutivas, que combina perfeitamente com a ideia de família que se constitui por objetivos comuns, sem antagonismos e sem patrão, pois a família é o todo, o que nos leva a refletir que essa lógica reforça o seguinte processo:

Há uma despersonalização crescente dos processos econômicos na agricultura: a agroindústria aparentemente não tem sujeito. É o capitalista coletivo que rege todo o processo. Antes, a figura do patrão era um componente da relação pessoal. Ele era o pai-patrão. Este personagem praticamente sumiu em meio as inúmeras cadeias produtivas e a uma certa dispersão da representação patronal. (Bruno, 1997, p. 04).

Para a autora isso ocorre devido ao processo de despersonalização na agricultura, após a sua mudança para níveis de agroindústria moderna. Assim, com a utilização do termo *agrobusiness* ou agronegócio não é possível identificar, por exemplo, a figura do patrão latifundiário, os grandes proprietários de terras. Essa é uma das contradições presente no processo de

1 BRASIL. MINISTRA. (2019 – 2022: Tereza Cristina Correa da Costa Dias). Tereza Cristina Correa da Costa Dias). Tereza Cristina dá posse a secretários com ministério fortalecido. Brasília, 2 jan. 2019.

apropriação e exploração de terras, que marca mudanças na semântica dos agentes envolvidos, estas estrategicamente substituída por todos os modernos significados e sentidos que o termo agronegócio carrega e anuncia, inclusive como “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”, como setor eficiente voltado para a superação do atraso, da terra improdutiva, e mesmo da violência (Cardoso; Sousa; Reis, 2019).

O caráter ideológico e político do agronegócio continua na dimensão de produção de discursos por meio das diversas mídias, nos canais de televisão aberta, bem como em jornais de circulação regional ou local. Esta produção de novos discursos o apresenta como uma economia geradora de riqueza para o país, o que muito contribui para a construção de sua hegemonia e a difusão de seu projeto de desenvolvimento político, de expansão do capital e também de uma cultura específica, ou seja, de um projeto societal que sustente seu poder. Nesse diapasão é eloquente recorrer a reflexão de Quijano (2005) ao afirmar que há uma forma colonial de dominação que é pautada no argumento de que há estrutura colonial dominadora que outorgou a legitimidade no domínio de povos para a colonização e exploração.

Essa padronização do modo de produção do modelo capitalista, no qual o agronegócio é representante, dissolve e deslegitima a diversidade de outros modos de produção, como, por exemplo, o modo de vida camponês, como também destaca Bruno (2010) ao analisar que, na construção hegemônica do agronegócio, há valorização de um padrão de modelo produtivo e de agricultura, e desqualificação de outras formas de produção. As padronizações reverberam também nas dimensões dos saberes e de visões de mundo, de maneira que o saber e o modo de vida que não se adequam ou não reproduzem a essa racionalidade hegemônica são desconsideradas como válidas. Essa padronização, portanto, pode ser considerada uma forma de dominação.

Entretanto, esse é um processo em que o Estado é um agente importante como regulador e de dominação, atuante nas políticas fundiárias de “desenvolvimento” com a facilitação de créditos por meios de incentivos fiscais, garantindo assim a reprodução de antigas práticas nas políticas modernas do agronegócio (Bruno, 2010).

A força dos discursos que o agronegócio anuncia objetiva, cada vez mais, a necessidade de aquisição de terras e de subsídios, a partir da qual movimenta a economia brasileira, gerando lucros e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A importância atribuída à economia primária-exportadora do Brasil reafirma a sua narrativa de indústria que gera riqueza,

ou de um padrão econômico eficaz. De 2012 a 2022, as exportações do agronegócio se destacam na mídia, tendo, em 2021, um aumento de 8,3% do PIB apresentando um percentual de 27,4% de participação no PIB brasileiro com a soja, segundo Alves (2022).

Nessa perspectiva, vale ressaltar a consideração de Michelotti (2019) ao destacar que o crescimento nas *commodities* agrícolas, como a soja e a produção bovina, vem ganhando maior destaque no Sudeste paraense, juntamente com as produções relacionadas à mineração. De acordo com Schenk (2024), baseado nos dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), no ano de 2023 o setor mineral no Brasil apresenta um faturamento da indústria de 248,2 bilhões de reais, que, mesmo com redução de 0,7% em relação ao ano de 2022, é positivo, considerando o faturamento estável do ano de 2023 e com previsão de aumento de investimentos de 2024 a 2028.

Assim, a estratégia para garantir os altos índices e assegurar uma economia exportadora eficaz se faz necessário a aquisição de terras que, com a participação do Estado, se concretiza através da legislação, a exemplo da Lei de Terras de 1850 e do Estatuto da Terra de 1964 e, inclusive, de leis estaduais como a Lei de Título de Aforamento de nº 913 de 1954. Esta última contribui de maneira central para a apropriação da terra pública onde se localiza a Fazenda Santa Tereza, objeto em análise.

Uma das formas de analisar a articulação em rede do agronegócio no sudeste paraense é a partir da formação e expansão do latifúndio por meio da apropriação de terras públicas que, no caso em análise, são advindas de terras das áreas dos antigos castanhais demonstrando relação direta com o poder local de famílias e/ou empresários do sudeste paraense.

Sobre essa questão, Emmi (1987) analisa que algumas famílias do sudeste do Pará, no século XX, principalmente do município de Marabá, ao longo do período de exploração da castanha-do-pará, adquiriram controle político e econômico na região por monopolizar as atividades ligadas à coleta e à comercialização da castanha. A autora afirma que, posteriormente, estas famílias também adquirem terras por meio de aforamentos, constituindo-se assim em “donas” de áreas de castanhais, com poder econômico e político que se estendia por toda a região do sul e sudeste do Pará, a exemplo da família Mutran, família oligárquica que construiu seu poder local a partir do comércio da castanha e da apropriação de áreas de castanhais.

Famílias como os Mutran adquirem grandes áreas de castanhais e se constituem como latifundiários nessa região, inclusive entre 1960 e 1980

detém enorme monopólio e, após este período, passa a dividi-lo com outras famílias e empresas, mas continua exercendo o poder local e se articulando com outros poderes, tendo em vista que se fazia presente na prefeitura de Marabá, na Câmara municipal e no Poder Judiciário, como afirma Petit (2003).

Esse cenário de articulação em rede também é melhor compreendido a partir da análise de Almeida (2010) ao destacar que “as agroestratégias se utilizam de mecanismos jurídicos-formais”. Esta análise do autor é exemplificada com os títulos de aforamento público, previsto em decreto Lei nº 913 de 1954, o qual trata-se de instrumento jurídico que transfere a particulares o domínio útil de determinada terra. De acordo com Mazutti (2019), em um primeiro momento, o domínio útil é provisório, mas pode também ser perpétuo. Este mecanismo beneficiou alguns grupos, e entre eles algumas famílias das elites agrárias na região sudeste paraense ao possibilitar o aforamento de áreas de castanhais.

O Decreto Lei n.º 913 de 1954 confere ao Estado o direito de conceder a terceiro o domínio útil de uma área pública, através do aforamento público, um exemplo é o caso da Fazenda Santa Tereza. Para Emmi (1987) e Mazutti (2019) este mecanismo apenas facilitou a aquisição de terras públicas pelas famílias de influência econômica e política, uma vez que, após o decreto, já no ano de 1956, a área é concedida pelo estado através do título de aforamento à família Moussalem.

METODOLOGIA

Para desenvolver as seguintes análises, tomamos como caminho metodológico o estudo de caso “uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real” (Rothman, 1996, p. 247). Esta modalidade de pesquisa qualitativa ainda é usada para estudar mais especificamente um caso para que este seja instrumento de compreensão de um fenômeno mais amplo (Ventura, 2007). Portanto, pretendemos estudar o caso da fazenda Santa Tereza para compreender o agronegócio e sua dinâmica na região do sudeste paraense.

O caminho percorrido é a análise documental do processo administrativo sobre a fazenda Santa Tereza, do acervo da CPT Marabá². De acordo com Lüdke e André (2018), os documentos são quaisquer materiais

2 A pesquisa no acervo da CPT, realizada em 2021, se deu através de registro fotográfico nos processos físicos, tendo em vista que, por ocasião da pandemia, não estava autorizado empréstimos e nem fotocópia de materiais.

escritos usados como fonte de informação de um dado comportamento. Elegemos para este trabalho a análise documental como método de coleta de informação por considerá-la “uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação” (Lüdke; André, 2018, p. 45).

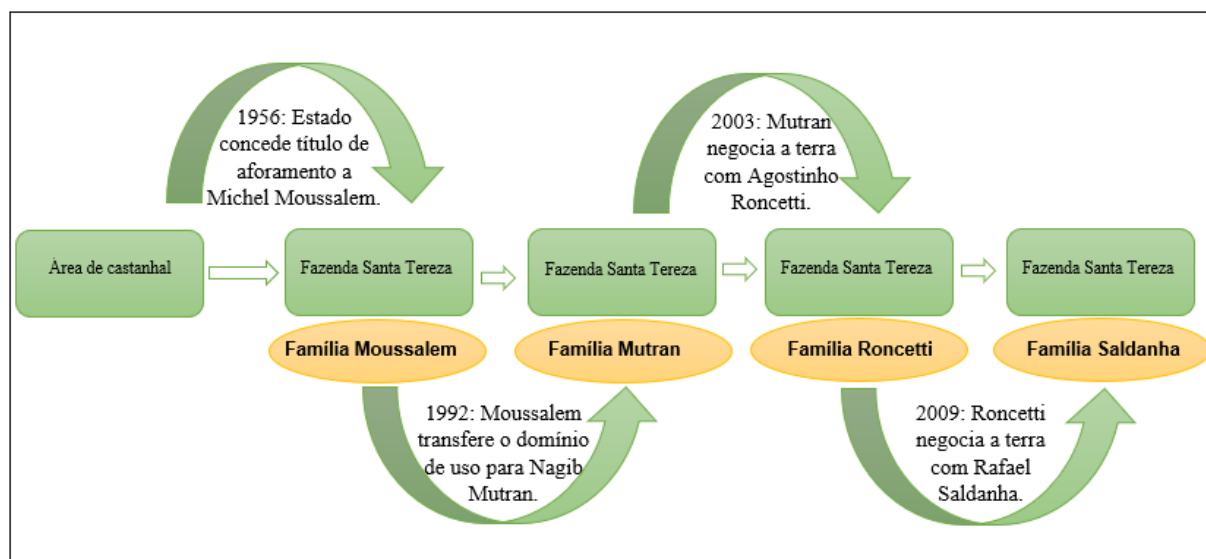
Entre os documentos pesquisados na CPT sobre a Fazenda Santa Tereza, foi selecionado o dossiê intitulado “Resgate de aforamento – ITERPA Fazenda Santa Tereza (Marabá)”, que traz como capa o processo administrativo n.º 2011/76613. Este processo refere-se à tentativa de Rafael Saldanha em requerer a área Fazenda Santa Tereza através do Título de Aforamento.

Esse material documental constitui-se em dossiê referente ao caso em questão, com os seguintes documentos: processo administrativo de regaste de aforamento a Rafael Saldanha n.º 2011/76613, do ITERPA; procurações e contrato de compra e venda da área, dos cartórios Antonio Santis, Marabá/PA, Plazzi Espírito Santo – ES e Emilio Gallo de Parauapebas/PA; Termo de declaração e boletim de ocorrência, da Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá/PA; ata de reunião com o Ministério Público do Estado do Pará; Autos processuais da CPT direcionado ao Juiz de Direito da Vara Agrária de Marabá; e Parecer jurídico da Vargas advogados associados de Redenção/PA requerido pela CPT. Embora o documento seja intitulado de resgate de aforamento a Rafael Saldanha, este dossiê da CPT faz um histórico das negociações existentes referente a esta área, apontando fatos que serão relevantes e suscitarão elementos para a nossa análise sobre a terra pública Santa Tereza.

ANÁLISE DE DADOS

A área da Fazenda Santa Tereza era área pública de castanhal concedida, inicialmente, a Michel Moussalem, em 1956, ao obter do Estado o título de aforamento conforme estava estabelecido na Lei Estadual n.º 913, de 4 de dezembro de 1954, até 1992, quando Moussalem transfere o domínio de uso da área a Nagib Mutran. Posteriormente, a família Mutran, em 2003, por meio de um instrumento de compra e venda, negocia e transfere a área a Agostinho Roncetti e este, por sua vez, em 2009, a vende para Rafael Saldanha (Iterpa, 2011). Assim, a área pública de castanhal passa a ser uma área de fazenda privada, ainda que o seu registro seja um aforamento conforme demonstramos no esquema abaixo:

Figura 1: Esquema do processo de “negociação” da área de castanhal Fazenda Santa Tereza.



Fonte: Elaborado com base em dados do Iterpa, 2011 (2022).

A área foi concedida através do título de aforamento à família Moussalem com autorização do estado do Pará, no segundo governo de Magalhaes Barata (1956-1959). Já em 1992, com a autorização governamental, no governo de Jader Barbalho, os Moussalem transferem o domínio de uso a Nagib Mutran Neto e Maria Cristina Coimbra Mutran, família que detinha a posse de diversos castanhais na região, inclusive se apropriavam daqueles de uso coletivos, como analisou Emmi (1987).

Após o domínio de 1992 a 2003, os Mutran, apenas por instrumento de promessa de compra e venda, negociam a mesma terra com Agostinho Roncetti. A transação foi realizada sem a autorização do governo do Estado do Pará (ITERPA, 2011), que por lei deveria ser o responsável em legitimar a transferência jurídica.

Em 2009, Agostinho Roncetti, também mediante “promessa de compra e venda” e sem autorização do estado, passa a área conhecida, agora, como Fazenda Santa Tereza à Rafael Saldanha de Camargo (ITERPA, 2011). As famílias simplesmente transferem a área entre si, não observando os critérios legais de transferência em Títulos de aforamento, agindo como proprietária da terra e não considerando o Estado, legal detentor da área, para a devida autorização. A família Saldanha, posteriormente, se considerando proprietária da área, faz solicitação junto ao Iterpa na tentativa de oficializar

sua posse. Assim, em 2011, requereu a transferência de direitos e resgate de aforamento com o processo administrativo 2011/76613. Marcando, assim, total conhecimento da situação legal da área com título de aforamento.

Com o processo administrativo 2011/76613 estabelecendo a “Transferência de direitos e resgate de aforamento”, o Iterpa suscitou a realização de vistoria técnica que foi realizada em 2012 como parte de requisito do processo. Com o título “Relatório de vistoria na área da Fazenda Santa Tereza, pertencente a Rafael Saldanha de Camargo, localizada no município de Marabá/PA”, o Iterpa reforça o termo “pertencente a” mesmo sendo um relatório obrigatório ao processo 2011/76613, no qual Rafael Saldanha não é o proprietário da área, apenas está solicitando a sua posse da fazenda Santa Tereza. Percebe-se o Iterpa apenas cumprindo formalmente um tramite solicitado, sendo que a posse pertencia, oficialmente neste ano de 2012, a Nagib Mutran Neto por este ter autorização do estado do Pará para domínio de uso.

O referido relatório ainda menciona as benfeitorias implantadas: “pastagem com capim *brachiaria decumbens* e leguminosa, correspondendo a aproximadamente 2.000 ha” (2012, p. 2) e entre os semoventes: “1900 animais da raça nelore com a finalidade para corte” (2012, p. 3). O relatório conclui “Finalmente informamos que a principal atividade a que se destinava a área era o extrativismo vegetal (com a coleta da amêndoa da castanha), que posteriormente foi transformada em atividade de pecuária que permanece até hoje” (ITERPA, 2012, p. 4).

No processo de transferência de domínio de uso da terra desde sua primeira ocupação em 1956 até o ano de 2012, data da vistoria, a paisagem natural foi transformada de área de castanhal a pastagem. Vale destacar que a transformação da paisagem em área de pastagem é também resultado da política de desenvolvimento planejada para a Amazônia, na qual a floresta em pé significava um espaço desabitado e os plantios de roça deveria ser transformado em pastagens, tornava-se necessário e urgente com ocupação dos espaços amazônicos. Esta lógica de exploração da natureza e de ocupação adotada pelo Estado segue a racionalidade do capital (Hébette, 2004).

No relatório consta que a atividade predominante é a pecuária de corte, tendo em vista que foram “1900 animais da raça nelore com a finalidade para corte” (ITERPA, 2012, p. 3), como afirmado anteriormente, em uma área de pastagem de 2.000 hectares, sendo a área total de 2.640 ha. Ressalta-se a transformação da paisagem que, a partir das concessões para domínio útil a área de castanhal vai sendo retirada, dando lugar à pastagem que, já no ano

de 2012, data do relatório de vistoria na área, já representava mais de 75% em pastagem.

Em relação à tramitação do processo 2011/76613, a folha de despacho, página 179, portaria nº 0411, de 19 de junho de 2013, concede autorização a Rafael Saldanha de Camargo a solicitação de resgate de aforamento. Este parecer dado pelo Iterpa³ é alvo de questionamentos e análises, no qual o Ministério Público do Estado do Pará – MPPA solicitou nulidade.

DISCUSSÃO

Na política de desenvolvimento para ocupação da região amazônica, o Iterpa tinha por responsabilidade a execução da política agrária escolhida pelo estado, sobretudo quando esta envolvia terras devolutas, cabendo a ele regularizar, reduzir, aumentar ou cancelar a posse ou propriedade de terra (Pará, 2021).

De acordo com Mazutti (2019), o governo do estado do Pará através de Decreto nº 2.363 de 2006, autorizou o Iterpa a conceder resgate de aforamento e, em seguida, o decreto nº 2.135 de 2010 outorga-lhe a regularização fundiária de terras públicas. Para o autor, o instituto, apesar de várias reponsabilidades, apenas regularizou imóveis com os resgates de aforamentos, sem, entretanto, observar as condições ambientais ou contratuais necessárias por se tratar de áreas de castanhais e conforme determina a normativa nº 06 de 26 de setembro 2008. A fazenda Santa Tereza é um exemplo dessa ação.

A relação parcial do Iterpa com Rafael Saldanha fica mais evidente, neste caso, quando a instituição autoriza, em 2013, o Regaste de aforamento das terras da área da Santa Tereza, que se deu a partir de um instrumento de processo com irregularidades, conforme vem sendo apontado ao longo deste trabalho.

Outra instituição presente neste processo de negociação das terras em questão é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Silva Junior (2021), baseado em documentos da CPT, afirma que o Instituto, no período em que o MST ocupou a fazenda em 2014, foi pressionado a propor a compra do imóvel para fins de reforma agrária, tendo em vista que houve

3 O Iterpa, instituição de destaque neste processo de apropriação da terra fazenda Santa Tereza, é uma autarquia estadual criada em 1975, na ditadura militar, pela lei nº 4.584 para execução da política agrária do Pará (PARÁ, 2021).

uma pressão das entidades – CPT e MST em relação à terra ter sido comprada por Rafael Saldanha.

Assim, o INCRA estabeleceu acordo com o Saldanha, e quando realizou os trâmites de vistoria e avaliação do imóvel, já com valor a ser pago definido, os técnicos do órgão notaram a existência de um passivo ambiental, fato que diminuiu a quantia já estabelecida. Ainda de acordo com documentos da CPT, Silva Junior (2021) relata que, com o abatimento do passivo ambiental, o “proprietário” Rafael Saldanha desistiu da venda, solicitando o arquivamento do processo e requerendo o despejo das famílias imediatamente.

Destaca-se a racionalidade capitalista, na qual o lucro é o objetivo fim. Rafael Saldanha compreendeu que a terra poderia ser mais rentável se assegurada sua posse em seu poder, e para imobilizar possíveis ações coletivas dos acampados utilizou-se da lei, e consequentemente dos órgãos de segurança, para requerer e executar o despejo dos ocupantes imediatamente, o que é compreendido como uma agroestratégia, como considera Almeida (2010), ao acionar o mecanismo jurídico de legislação.

Nesse relato, descrito em documento da CPT, observa-se que o INCRA, dada a descoberta da entidade e do MST que as terras não estavam mais em posse de Nagib Mutran, mas sim ser fruto de compra de Rafael Saldanha, fez com que o órgão tramitasse para a compra da área para assentar as famílias que ali estavam acampadas; outro fato é a própria negociação das terras que quando abatido o valor do passivo ambiental existente, Rafael Saldanha decide não mais “vender” a terra, porém requereu o despejo das famílias. A rede sociopolítica é marcada por relação de poder entre Rafael Saldanha com o INCRA e com o Iterpa e destes órgãos em favor do pecuarista, colaborando para a apropriação da fazenda Santa Tereza.

Esta situação, sobretudo de autorização do Iterpa em favor de Rafael Saldanha, fez a CPT – Diocese de Marabá, em 2018 reunir-se com o MPPA com o objetivo de tratar da ilegalidade na concessão de resgate de título de aforamento da propriedade Fazenda Santa Tereza. A CPT relata ao MPPA que uma das ilegalidades no processo nº 2011/76613 ocorreu quando, no: “Início de procedimento foi realizado o pedido de resgate do título de aforamento, contudo, no correr do processo foi convertido em processo de alienação do imóvel” (MPPA, 2018, p.14).

O processo se inicia com a finalidade de resgate de aforamento, porém no transcurso é transformado em alienação de imóvel, pelo solicitante. A tentativa de conversão do processo, de resgate de aforamento para

alienação do imóvel, como indica o relato da CPT, foi mais uma fraude nesta negociação, tendo em vista que finalidades distintas não podem fazer parte do mesmo processo. Além disso, o relato da entidade aciona ainda a legislação lei nº 7.289/ 2009 que versa sobre o impedimento de alienação de terras em situação de litígio. O artigo 8º, inciso III, desta lei, mencionado pela CPT, afirma que não será objeto de alienação: “III - imóvel objeto de conflitos sociais até a data do protocolo do pedido de regularização fundiária onerosa” (DIÁRIO OFICIAL DO PARÁ, 2009, p.5). As ocupações de 2008 e de 2014, realizadas por acampados, com a presença de violência fazem desta terra alvo de processo judicial e de conflito.

A ata de reunião entre CPT e MPPA teve como desdobramento uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do estado do Pará. O MPPA não aponta fraudes na transferência de domínio útil das famílias Moussalem a Mutran, possibilitada principalmente com a Lei Estadual 913/1954, que facilitou a apropriação de terras, como já destacava Emmi (1987) e Mazutti (2019). Porém, o domínio da área dos Roncetti aos Saldanha se deu sem autorização do Estado. Em se tratando de área pública esta mesma lei 913/54 preconiza que não é possível alienar uma área aforada sem a anuência do Estado, determinação não cumprida no caso Santa Tereza.

Além dessa irregularidade, o MPPA aponta para o desvio de finalidade da área, bem como que a cobertura vegetal não está em observância com a legislação ambiental. Ademais, a dimensão da área é também alvo de questionamento, já que, segundo a lei nº 1.805/09, áreas acima de 2.500 hectares necessita de autorização e aprovação legislativa.

Quanto ao desvio de finalidade do contrato de enfiteuse, de acordo com o relatório, observou-se a atividade predominante de pecuária e não mais de extrativismo (MPPA, 2019).

Diante dos fatos e apoiada nas observações da CPT e do ministério público do Pará, refletimos que o Estado, poderia ter retornado a posse desta terra, mas decidiu por não fazê-lo, o que beneficiou Rafael Saldanha. Essa ação reforça nosso argumento, apoiada a reflexão de Carnoy (1988), que o Estado, como instrumento de dominação de classe, não se encontra acima dos conflitos de classe, mas inserido neles, de maneira a se posicionar em favor e de seus interesses, portanto, nesse caso também em benefício do agronegócio. Soma-se a esse argumento a consideração de Mazutti (2019) ao analisar que a atuação do Estado não é apenas venda ou distribuição de terras, mas ainda de produzir aparato legal que favoreça a dinâmica de concentração de terras, a exemplo, destaca esse autor, a Lei 913/56 ou os Decretos nº 2.363

de 2006 e nº 2.135 de 2010 que beneficiaram diretamente sua instituição, o Iterpa.

Outro fato questionado neste documento é quanto à cobertura vegetal. A observância da “legislação ambiental que determina a conservação do estado natural de 25% de área coberta de mata virgem, preocupação ambiental redigida no decreto estadual nº 1.805/2009” (MPPA, 2019, p.14) que não foi cumprida tendo como base a vistoria realizada pelo instituto.

Esta lei nº 1.805/09 também versa sobre o tamanho limite de área objeto de aforamento, não sendo permitido ao Estado conceder área superior a 2.500 ha (dois mil e quinhentos hectares) sem a aprovação em congresso. (MPPA, 2019). No caso da Fazenda Santa Tereza, para resgate de aforamento com tamanho de 2.640 ha (dois mil e seiscentos e quarenta hectares) necessitaria de autorização do estado e ainda de aprovação em assembleia legislativa.

A Ação Civil Pública do MPPA, que objetiva analisar o resgate de aforamento e anular este procedimento administrativo de Rafael Saldanha de Camargo conclui que:

A legislação que define os procedimentos para o resgate de enfiteuse dos títulos de aforamento deixou de ser observada, o que torna nula a concessão do resgate do título de aforamento da área da Fazenda Santa Tereza (MPPA, 2019, p.18).

Diante disto, um questionamento seria o motivo desta área não ter voltado ao domínio do Estado e ter sido direcionada para fins de Reforma Agrária. A fraude em terras públicas se dá de forma variada, uma delas trata-se de grilagem em terras devolutas.

Considerando as manifestações da CPT, MPPA e da análise de Silva Junior (2021) a respeito do processo que concedeu o resgate de aforamento a Rafael Saldanha, podemos analisar que a rede sociopolítica para apropriação da Fazenda Santa Tereza articulou-se da seguinte forma: Estado, instituições do estado a exemplo do Iterpa, elites agrárias e judiciário. É interessante destacar o questionamento de que, se o parecer como do MPPA ou a análise de Silva Junior (2021) foi de que houve ilegalidades a ponto de se requerer uma nulidade do processo de resgate de aforamento de Rafael Saldanha, porque isto não foi realizado?

A disputa pela terra é também uma disputa por poder, como se verifica no caso da fazenda Santa Tereza em que o poder garante um projeto produtivo e de sociedade do agronegócio.

No processo administrativo para aquisição da terra Santa Tereza, apontaram-se para elementos de fraude, no entanto, observou-se que mesmo assim a negociação transcorreu para a apropriação desta terra como propriedade privada. Com isso, suscita-se alguns questionamentos a respeito das relações de poder da elite agrária, a família Saldanha, com os demais órgãos e entidades nesta rede sociopolítica.

Para compreensão deste questionamento, destaco, inicialmente, a importância da atividade de pecuária, que, entre os principais produtos do agronegócio em exportações, a carne bovina ocupou a segunda posição no *ranking* nacional de produtos de exportações do agronegócio no ano de 2021 e 2022, segundo Kreter; Pastre; Servo (2022). A importância desta atividade na região sudeste, bem como para o mercado de exportações, intensifica a apropriação de terras para a sua manutenção e crescimento.

A atividade de pecuária voltada ao mercado de carne bovina vem sendo destaque no país com crescimento de rebanho expressivo. No Brasil, os estados que mais se destacam em número de rebanho bovino são o Pará, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Na mesma direção, no ano de 2020, a Associação Brasileira das Indústrias e Exportadoras de Carne (ABIEC) publicou seu relatório com estatísticas no mercado de carnes no Brasil e no mundo. Entre os dados apontados, ainda de acordo com ABIEC (2022), destacam-se os dez municípios do Brasil campeões em crescimento de rebanho bovino entre os anos de 1999 a 2019. Entre os dez municípios, quatro pertencem ao estado do Pará, seguido de três no Mato Grosso, dois no Mato Grosso do Sul e um no estado de Roraima, sendo que o líder é São Felix do Xingu, no Pará.

Dados como esses nos conduzem a refletir sobre em que medida a importância desta atividade, com o seu aumento a cada ano, tem relação com as formas de apropriação de terras no país e no Pará.

No sudeste paraense, o aumento do rebanho bovino é analisado nos trabalhos de Michelotti (2019), que aponta em suas pesquisas que Marabá e seu entorno vêm apresentando crescimento do rebanho bovino entre 2000 e 2015 e analisa que esse crescimento não se trata somente da atividade bovina, em São Felix do Xingu e em Marabá, mas da sua integração aos setores da agroindústria de abate e comercialização da carne, abordando suas relações sociais de logística que coloca o sudeste paraense como região que possui centralidade em escoamento da produção, com a presença por exemplo de frigoríficos. O autor identifica ainda que tanto o rebanho quanto as áreas de

pastagens não pertencem ao pequeno agricultor, mas são provenientes da agricultura não familiar.

De acordo com Silva (2020), a territorialização do agronegócio no sudeste paraense se relaciona à atividade da pecuária ser beneficiada pela política desenvolvimentista do Estado. Ainda segundo Silva (2020), os grandes proprietários de terra se articularam em associações a exemplo da Uniao Democrática Ruralista (UDR). Assim, o jogo político envolve uma rede de sociabilidade, sociopolítica e econômica, que apresenta como protagonistas os grandes proprietários, que compunha a elite agrária regional, organizados e articulados na UDR para defesa da propriedade privada e pela manutenção de seu poder. Ou seja, além do aumento em produção para expansão do agronegócio, coloca-se outro fator que inclui as articulações em rede.

É importante destacar que, anterior à concessão do Estado com a posse da terra a terceiros em 1956, as áreas de castanhais eram do povo, que fazia dessa terra fonte para coleta de castanha, caracterizando-a em terra de trabalho. Posteriormente, com a apropriação de terras pelas elites agrárias inicia-se um processo de mudança de regime de propriedade ao torná-la uma terra de negócio, tendo em vista que, quando um capitalista se apropria da terra visando o lucro, tem-se a terra de negócio, na compreensão de Martins (1980).

É a partir dessa disputa pela fazenda Santa Tereza que o conflito entre latifundiário com a propriedade capitalista e o modo de vida de camponês com a propriedade familiar se faz presente e se evidencia a constituição da rede sociopolítica.

CONSIDERAÇÕES

A luta pela terra é uma luta por reprodução das vidas, mas também uma luta por poder, sendo a rede sociopolítica a expressão dessa relação de poder a partir da terra. Essa rede possibilitou visualizar uma disputa desigual entre Estado, judiciário, Elite agrária e acampados do MST. Estado e judiciário reafirmando e possibilitando a concentração de terra e de poder para uma elite agrária, que é pertencente ao setor agroempresarial do capitalismo; enquanto que acampados do MST disputam essa mesma terra visando sua desconcentração e sua utilização para produção de alimentos e reprodução de um modo de vida.

Observa-se que a decisão no processo administrativo em autorizar o domínio de uso ao Rafael Saldanha se relaciona ao fato do agronegócio ser uma economia dominadora, e ter como sustentação o Estado e por ser uma representação do capital. Neste ponto, a rede sociopolítica se mostra mais ampla envolvendo a política de governo, a bancada ruralista e a mídia. O fato da autorização de regaste de aforamento da Fazenda Santa Tereza ser concedida e sua possível nulidade se prolongar no sistema judiciário, em situação inconclusa, de 2013 até hoje, é resultado de toda essa rede que se articula para garantir seus interesses. A rede sociopolítica vem contribuindo para manutenção da concentração de terra na região e, assim, intensificando a desigualdade que se inicia na questão fundiária, mas que se prolonga em todo processo de produção e consumo de produtos, sendo ela, portanto, uma desigualdade social.

No campo ambiental, merece destaque a flexibilidade para a legislação ambiental, que pode ser exemplificado com o caso da fazenda Santa Tereza. A fazenda apresenta uma paisagem alterada, mudando de castanhal para pastagem. Silva Junior (2021) aponta que a norma ambiental foi infringida ao retirarem a vegetação natural para plantação de pastagem, cometendo-se uma infração ambiental de retirar a vegetação de castanheira.

Reflete-se ainda que para as discussões de agronegócio se faz importante compreendê-lo como projeto ideológico-político, como analisa Bruno (1997; 2010), não abrindo mão das práticas provenientes do latifúndio que são negadas na produção de discursos do agronegócio. Esta discussão é necessária para aprofundarmos os debates sobre latifúndio e grilagem que não são mencionados no discurso do agronegócio na mídia. Cabe também salientar que são deslegitimadas a agricultura camponesa e a agroecologia, invisibilizados como formas de produção e reprodução cuja potência política encontra na soberania alimentar a garantia das vidas – do homem e da natureza.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES. *BEEFREPORT: PERFIL DA PECUÁRIA NO BRASIL 2020*. 2020. 49 P. DISPONÍVEL EM: [HTTP://ABIEC.COM.BR/PUBLICACOES/BEEF-REPORT-2020/](http://abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2020/) ACESSO EM: 7 JUL. 2022.

ALMEIDA, ALFREDO WAGNER BERNO DE. AGROESTRATÉGIAS E DESTERRITORIALIZAÇÃO: DIREITOS TERRITORIAIS E ÉTNICOS NA MIRA DOS ESTRATEGISTAS DOS AGRONEGÓCIOS. IN: **CAPITALISMO GLOBALIZADO E RECURSOS TERRITORIAIS: FRONTEIRAS DA ACUMULAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA [ET AL.]. – RIO DE JANEIRO: LAMPARINA, 2010.

ALVES, STEPHANIE. **PIB DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO TEM CRESCIMENTO DE 8,3% EM 2021**. *BUSINESS*. CNN BRASIL. SÃO PAULO. 2022.

BRASIL. MINISTRA. (2019 – 2022: TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS). TEREZA CRISTINA DÁ POSSE A SECRETÁRIOS COM MINISTÉRIO FORTALECIDO. BRASÍLIA, 2 JAN. 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOV.BR/AGRICULTURA/PT-BR/ASSUNTOS/NOTICIAS/TEREZA-CRISTINA-DA-POSSE-A-SECRETARIOS-COM-MINISTERIO-FORTALECIDO](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/tereza-cristina-da-posse-a-secretarios-com-ministerio-fortalecido) ACESSO EM : 30/10/2024.

BRUNO, REGINA. NOVA RETÓRICA DAS ELITES PATRONAIS. IN: **SENHORES DA TERRA, SENHORES DA GUERRA: (A NOVA FACE POLÍTICA DAS ELITES AGROINDUSTRIAS NO BRASIL)** REGINA BRUNO: PREFACIO DE JOSE DE SOUZA MARTINS. – RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITÁRIA: UFRRJ, 1997.

BRUNO, REGINA. AGRONEGÓCIO, UMA PALAVRA POLÍTICA. IN: VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL. PORTO DE GALINHAS. P. 01-20. 2010.

CARDOSO, A. S. R.; SOUSA, R. A. D. DE; REIS, L. C. **O AGRO É TECH, É POP, É TUDO: O (DES) VELAR DESSA REALIDADE**. GEOSUL, FLORIANÓPOLIS, V. 34, N. 71-DOSSIÊ AGRONEGÓCIOS NO BRASIL, P. 836-857, ABRIL. 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFSC.BR/INDEX.PHP/GEOSUL/ARTICLE/VIEW/1982-5153.2019V34N71P836](https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019V34N71P836) ACESSO EM: 17 DE OUTUBRO DE 2024.

CARNOY, MARTIN. MARX, ENGELS, LENIN E O ESTADO. IN: **ESTADO E TEORIA POLITICA** (EQUIPE DE TRAD. PUCCAMP) 2ª ED. CAMPINAS: PAPIRUS. P.63 – 87. 1988.

DIARIO OFICIAL DO PARA. EXECUTIVO. GABINETE DA GOVERNADORA. LEI Nº 7.289, DE 24 DE JULHO DE 2009. 2009. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IASEP.PA.GOV.BR/SITES/DEFAULT/FILES/LEGISLACAO/02-29.07.CADERNO.01.PDF](http://www.iasep.pa.gov.br/sites/default/files/legislacao/02-29.07.CADERNO.01.PDF) ACESSO EM: 17 DE OUTUBRO DE 2024.

EMMI, MARILIA. **A OLIGARQUIA DO TOCANTINS E O DOMÍNIO DOS CASTANHAIS**. BELÉM, PARÁ: NAEA – UFPA. INSTITUTO IGARAPÉ, P. 196. 1987.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **BRASIL É O QUARTO MAIOR PRODUTOR DE GRÃOS E O MAIOR EXPORTADOR DE CARNE BOVINA DO MUNDO, DIZ ESTUDO**. 2021. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.EMBRAPA.BR/BUSCA-DE-NOTICIAS/-/NOTICIA/62619259/BRASIL-E-O-89QUARTO-MAIOR-PRODUTOR-DE-GRAOS-E-O-MAIOR-EXPORTADOR-DE-CARNE-BOVINA-DO-MUNDO-DIZ-ESTUDO](https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-89quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo) . ACESSO EM: 9 NOV. 2022.

HÉBETTE, JEAN. **CRUZANDO A FRONTEIRA: 30 ANOS DE ESTUDO DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA**. BELÉM: EDUFPA, 2004.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2011/76613, MARABÁ-PA, 2011. IN: COMISSAO PASTORAL DA TERRA. RESGATE DE AFORAMENTO - ITERPA FAZENDA SANTA TERESA (MARABÁ). ACERVO DA CPT.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. RELATÓRIO DE VISTORIA NA ÁREA DA FAZENDA SANTA TEREZA, PERTENCENTE A RAFAEL SALDANHA DE CAMARGO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA, 2012. IN: COMISSAO PASTORAL DA TERRA. RESGATE DE AFORAMENTO - ITERPA FAZENDA SANTA TERESA (MARABÁ). ACERVO DA CPT.

KRETER, ANA CECILIA; PASTRE, RAFAEL; SERVO, FABIO. **COMÉRCIO EXTERIOR DO AGRONEGÓCIO: FEVEREIRO DE 2022**. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. CARTA DE CONJUNTURA, N. 54, 2022. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.IPEA.GOV.BR/PORTAL/IMAGES/STORIES/PDFS/CONJUNTURA/220323_CC_54_NOTA_30_COMEX_AGRO.PDF](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/conjuntura/220323_CC_54_NOTA_30_COMEX_AGRO.PDF). ACESSO EM: 9 NOV. 2022.

LÜDKE, MENGA; ANDRÉ, MARLI. MÉTODOS DE COLETA DE DADOS: OBSERVAÇÃO, ENTREVISTA E ANÁLISE DOCUMENTAL. IN: LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. (ORG.). **PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ABORDAGENS QUALITATIVAS**. SÃO PAULO: EPU, 1986, P. 25-44.

MARTINS, JOSE DE SOUSA. TERRA DE NEGÓCIO E TERRA DE TRABALHO: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL. IN: **EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA: A QUESTÃO POLÍTICA NO CAMPO**. ED. HUCITEC. SÃO PAULO. 1980.

MAZUTTI, AMARILDO JOSE. **ACUMULAÇÃO POR DESAPOSSAMENTO: O CASO DO POLÍGONO DOS CASTANHAIS, AMAZÔNIA BRASILEIRA / DISSERTAÇÃO (MESTRADO) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA, MARABÁ, 2019.**

MICHELOTTI, FERNANDO. **TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO AGROMINERAL: RELAÇÕES DE PODER E NOVOS IMPASSES NA LUTA PELA TERRA NO SUDESTE PARAENSE**. RIO DE JANEIRO, 2019. TESE (DOCTORADO) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2019.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ. ATA DE REUNIÃO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 000023-960/2017. 2018. ACERVO CPT.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA URGENTE. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 000023-960/2017. 2019. ACERVO CPT.

PARÁ. GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2020 – BELÉM/PA, 2021. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PORTAL.ITERPA.PA.GOV.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2021/02/RELATORIO-DE-GESTAO-ITERPA-2020.PDF](http://portal.iterpa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/RELATORIO-DE-GESTAO-ITERPA-2020.PDF) ACESSO EM: 02 DE JULHO DE 2022

PETIT, PERE. **CHÃO DE PROMESSAS: ELITES POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO ESTADO DO PARÁ PÓS-1964**. BELÉM: PAKA-TATU, 2003.

QUIJANO, ANIBAL. COLONIALIDADE DO PODER. IN: **A COLONIALIDADE DO SABER: EUROCENTRISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS. PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS**. BUENOS AIRES: CLACSO, 2005.

ROTHMAN, FRANKLIN DANIEL. **O ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO CIENTIFICO DE PESQUISA**. IN: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1., 1996, VIÇOSA. ANAIS [...]. VIÇOSA: UFV, 1996.

SCHENK, ANA CAROLINA DIAS. (2024). **SETOR MINERAL BRASILEIRO FATURA R\$ 248,2 BILHÕES EM 2023**. REVISTA MINERAÇÃO E SUSTENTABILIDADE. 2024. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REVISTAMINERACAO.COM.BR/2024/01/31/FATURAMENTO-SETOR-MINERAL-BRASILEIRO-2023/](https://revistamineracao.com.br/2024/01/31/faturamento-setor-mineral-brasileiro-2023/) ACESSO EM 17/10/2024.

SILVA, LUZICLAUDIA DE FRANÇA. **JOGO POLÍTICO E FORMAS DE APROPRIAÇÃO DA TERRA: AS REDES E TESSITURAS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUDESTE DO PARÁ**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA, MARABÁ, 2020.

SILVA JÚNIOR, CLOVES PEREIRA DA. **ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA E CONFLITOS AGRÁRIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DISPUTA PELA POSSE DA FAZENDA SANTA TEREZA, (ACAMPAMENTO HUGO CHÁVEZ) – MARABÁ – PA, TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO MARABÁ – PA(GRADUAÇÃO): UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ, INSTITUTO DE ESTUDOS EM DIREITO E SOCIEDADE, FACULDADE DE DIREITO, CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO, MARABÁ, 2021.**

SOUSA, FRANCISCO OCTÁVIO BITTENCOURT DE. **SE O GRILEIRO VEM, PEDRA VAI: REDES DE SOLIDARIEDADE E SUBORNO NA FAZENDA BONITO, TERRITÓRIO KALUNGA. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (GRADUAÇÃO): UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA. BRASÍLIA. 2022. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.ABANT.ORG.BR/FILES/CAP-094568867888.PDF](https://www.abant.org.br/files/cap-094568867888.pdf) ACESSO EM 04 DE JUNHO DE 2022.**

VENTURA, MAGNA MARIA. **O ESTUDO DE CASO COMO MODALIDADE DE PESQUISA**. REV SOCERJ. PEDAGOGIA MÉDICA. 2007. DISPONÍVEL EM: [HTTP://SOCIEDADES.CARDIOL.BR/SOCERJ/REVISTA/2007_05/A2007_V20_N05_ART10.PDF](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/A2007_V20_N05_ART10.pdf) ACESSO EM: 17 DE OUTUBRO DE 2024.

ENTRE UM PONTO E OUTRO, O QUE HÁ DE GEOGRAFIA? O CAMINHO DOS ESTUDANTES NA COMUNIDADE RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E AS MUDANÇAS NOS PERÍODOS DE CHEIA E VAZANTE

Bianca da Silva Doza

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Foi bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/CNPq), na linha de pesquisa em Ensino de Geografia.

E-mail: bdoza99@gmail.com

Resumo: O presente texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado em Geografia que está em andamento. Nessa produção, destaco meus registros do caminho dos estudantes e as mudanças no período de cheia e vazante. Para isso, recorre à fotografia e à descrição a fim de alcançar o objetivo de registrar o caminho dos estudantes da escola ribeirinha e as mudanças ocorridas nos períodos de cheia e vazante. Para isso, entre junho e setembro, realizei campos na Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, na Comunidade Nossa Senhora de Fátima. Com isso, pretendo dialogar com professores e/ou pesquisadores da área urbana e, assim, incluir lugares não vividos por nós na criação e circulação de ideias.

Palavras-chaves: Escola Ribeirinha; Fotografia; Descrição; Paisagem; Seca.

Resumen: Este texto presenta parte de los resultados de una investigación de maestría en progreso. En esta producción, destaco mis registros de la ruta del estudiante y los cambios en el período completo y reflexivo. Para esto, recurre a la fotografía y la descripción para lograr el objetivo de registrar el camino de los estudiantes de la Escuela Riverside y los cambios que ocurrieron durante los períodos de inundación y reflujo. Para esto, entre junio y septiembre, realicé Campos en la Escuela Municipal José Sobreira do Nascimento, en la comunidad Nossa Senhora de Fátima. Con esto, tengo la intención de dialogar con maestros urbanos y/o investigadores y, por lo tanto, incluir lugares que no vivimos en la creación y circulación de ideas.

Palabras claves: Escuela de Riverside; Fotografía; Descripción; Paisaje; Seco.

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta os registros fotográficos e textuais dos campos realizados entre junho e setembro durante a pesquisa de mestrado em Geografia. A temática da investigação é o caminho dos estudantes das escolas ribeirinhas.

Neste texto, meu objetivo foi registrar o caminho dos estudantes da escola ribeirinha José Sobreira do Nascimento e as mudanças ocorridas nos períodos de cheia e vazante. Para isso, os procedimentos teóricos pautam-se na realização de um questionário, registros fotográficos e anotações de campo.

A interpretação desse material possui como principais referenciais teóricos Nestor André Kaercher (no prelo), por Élvio Martins (2007) e Eric Dardel (2011). O primeiro apresenta uma geografia feita na existência a partir dos caminhos cotidianos (no caso do autor, a ida à casa dos filhos). Élvio Martins (2007), de forma semelhante, demonstra as possibilidades da geografia enquanto experiência existencial. Por fim, inspiro-me ainda nas descrições de Eric Dardel (2011) acerca da paisagem.

Para a compreensão do leitor, divido esse texto em duas partes. A primeira refere-se a uma contextualização da comunidade, da escola e dos estudantes. Após situar o leitor acerca do meu ponto de chegada, apresento o meu caminho, sendo também o trajeto de outros agentes.

Como contribuição, pretende-se sistematizar e divulgar as repercussões dos fenômenos climáticos e alcançar pessoas que não vivem nesses lugares, como professores, pesquisadores e cidadãos da área urbana. Assim, os lugares não vividos por algum dos leitores pode ser incluída na criação e circulação de ideias.

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O LUGAR E AS PESSOAS: A COMUNIDADE, A ESCOLA E OS ESTUDANTES

Durante a realização da pesquisa, deparei-me com uma obviedade: não se pode conhecer o lugar sem conhecer as pessoas! Tal afirmação é cara à Geografia, uma vez que um dos seus principais expoentes, Paul Vidal de La Blache, afirmou ser uma ciência do lugar e não das pessoas.

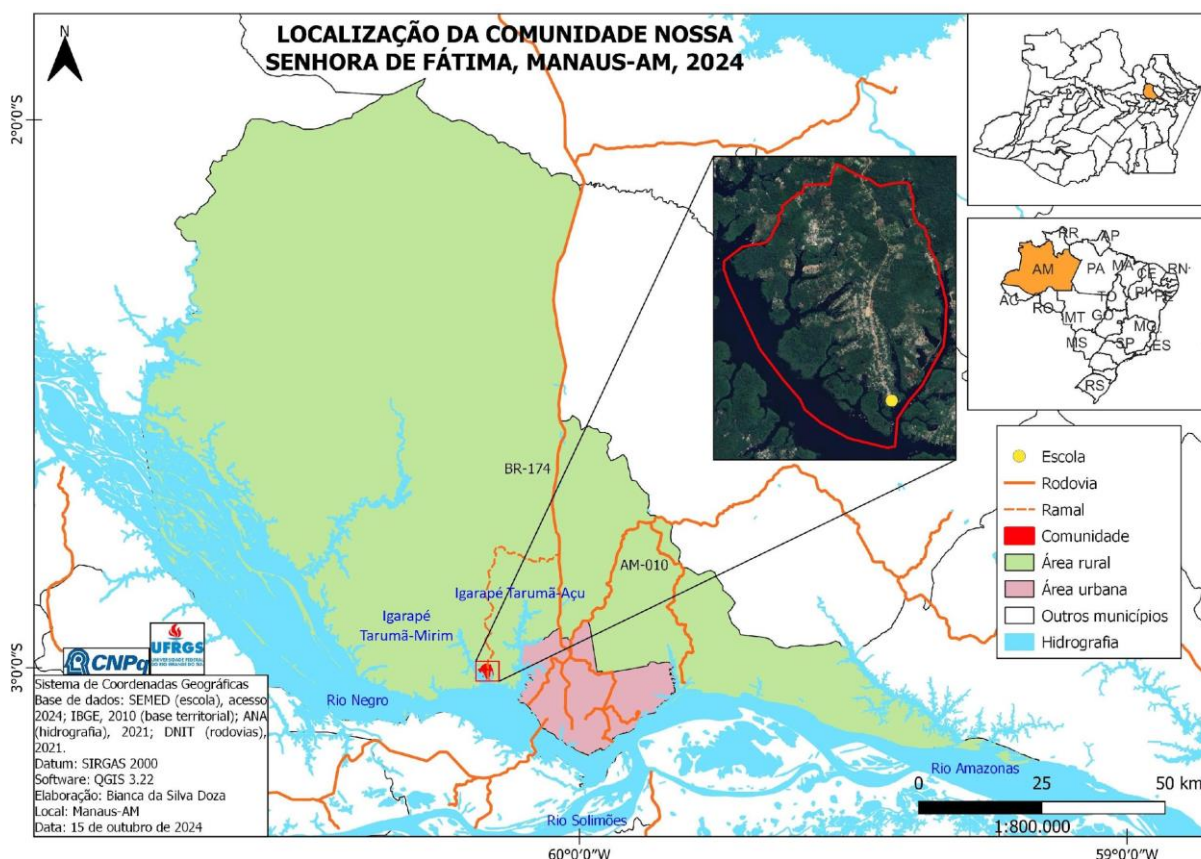
Apesar da discordância geral diante dessa afirmação, ainda encontramos dificuldades para executar pesquisas que não se limitem a um registro fotográfico e um compilado de dados secundários, estéril de conversa

e convivência. Quando a tentativa é realizada, deparamo-nos com a dificuldade de transpor esses acontecimentos e análises para o artigo científico.

Apesar disso, é necessário que você, leitor, saiba de *quem* e de *onde* estou falando. Para tal, recorro à mapas, bibliografias secundários e resultados do questionário realizado com os participantes da pesquisa, alunos de turma do 7ºA.

No que se refere ao quantitativo populacional, a comunidade possui 2354 habitantes (Unidade de Saúde Familiar Rural Nossa Senhora de Fátima, 2024) e localiza-se na Bacia do Tarumã-Mirim, próxima à área urbana (Figura 1):

Figura 1 – Mapa de localização da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Manaus-AM.



Fonte: Autora, 2024 (elaboração).

Com a base na dissertação de Gilmara Teles (2017), a fundação do lugar remonta a década de 60. Não se trata, portanto, de uma tradicionalidade

baseada no tempo cronológico, afinal não é um território centenário. A própria cidade de Manaus, por exemplo, possui mais de 300 anos.

Segundo Gilmara Teles (2017), foi quem iniciou a construção da comunidade. Tal empreitada se deu após sua expulsão da “cidade flutuante” em Manaus, ocupação de casas sobre o rio que foram retiradas devido às condições de saneamento básico e, principalmente, a má estética que causava a cidade.

Na confluência entre o igarapé do Tarumã-Mirim e o Rio Negro, avistaram as terras de José Sobreira do Nascimento, homenageado na denominação da escola (Teles, 2017).

Inicialmente, a comunidade se chamaria São José para homenagear o igarapé das redondezas. Contudo, José Sobreira do Nascimento solicitou que o nome fosse Nossa Senhora de Fátima, pois era católico e devoto da santa (Teles, 2017).

Após dois anos ocupando o local, Nelson e seu filho Romildo buscam criar uma comunidade para ter acesso à educação, religião e esporte sem precisar ir à área urbana de Manaus. Apesar da resistência inicial, José Sobreira do Nascimento autoriza Nelson Gonçalves e seu filho a delimitar os lotes, cadastrar as famílias e distribuir as terras (Teles, 2017).

No que se refere à educação, interesse desse texto, destaco o ensino formal realizado na Escola Municipal José Sobreira do Nascimento (Figura 2).

Figura 2 – Escola Municipal José Sobreira do Nascimento, Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Manaus-AM.



Fonte: Acervo pessoal, 25/08/2021.

Ao sair do porto flutuantes, logo é possível avistar uma larga construção de concreto, com uma grande quadra coberta anexada ao lado direito. Ao fundo, destacam-se o rio Tarumã-Mirim, o porto flutuante, postes de eletricidade e um veículo. Na comunidade, é possível acessar serviços de transporte de carro, moto e até van (kombi), uma vez que as casas são distantes.

Em seu interior, há 12 salas, Centro de Tecnologias Educacionais (CTE), Sala de Recursos e Biblioteca. Além disso, no turno noturno a escola é a sede do ensino médio televisionado proporcionado pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC).

Figura 3 - Interior da Escola Municipal José Sobreira do Nascimento.



Fonte: Acervo pessoal, 25/06/2024.

De forma geral, a escola possui uma boa estrutura com diversos ambientes educacionais (sala de aula, telecentro, sala de recursos). Sua magnitude se deve também ao quantitativo de estudantes, 276, sendo a maior escola em número de alunos de toda Zona Ribeirinha (SEMED, Acesso em 01 de novembro de 2023).

Desse total, foi possível desenvolver a pesquisa numa turma de 21 estudantes. No que se refere ao gênero, a turma é composta por 10 meninos e 11 meninas, sendo dois desses meninos diagnosticados com espectro autista. A faixa etária dos estudantes possui a seguinte distribuição:

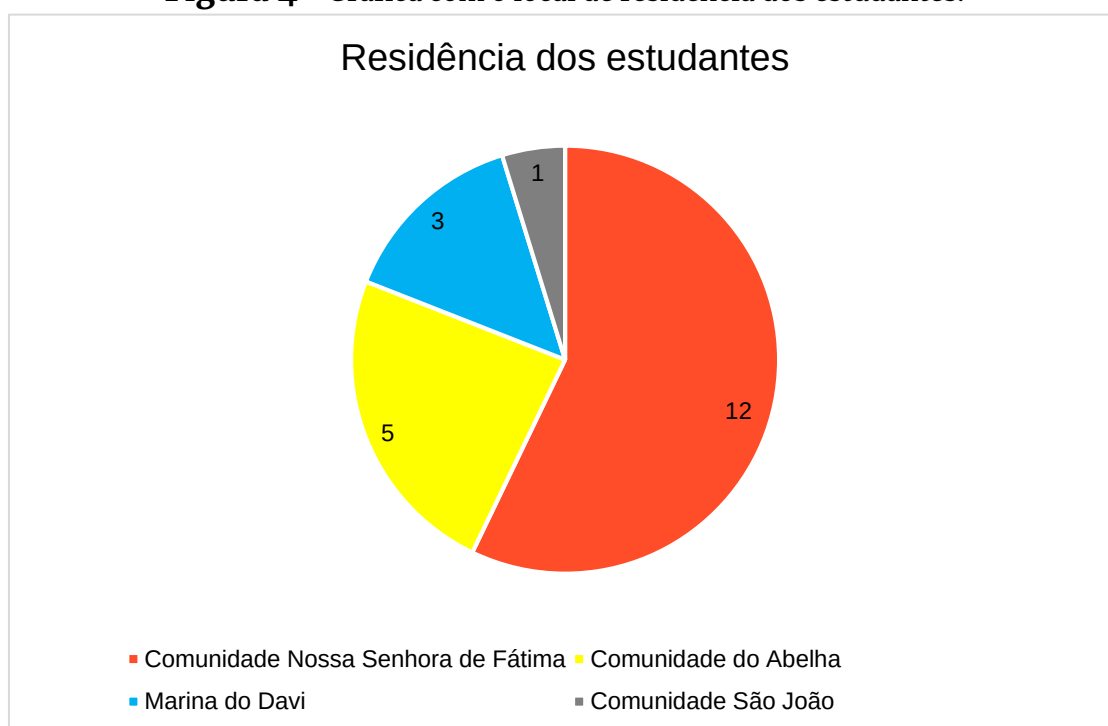
Tabela 1 - Idade dos estudantes da turma 7º A.

Nº de aluno	Idade
1	15
4	13
8	12
8	Desconhecida

Fonte: 7º A (informação); autora (organização).

Apesar da escola se localizar na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, o local da residência dos estudantes varia. Na turma 7º A, os alunos residem nas seguintes comunidades:

Figura 4 - Gráfica com o local de residência dos estudantes.



Fonte: 7º A (informações do questionário); autora (elaboração).

A partir da figura 4, nota-se que a escola é um lugar de encontro entre diferentes comunidades. Limitar-se ao vasto meio que a circunda não contemplaria o espaço vivido de cerca da metade dos estudantes (9), pois apenas 12 moram no local.

A escola, nesse caso, é uma localidade central, atraindo pessoas e recursos de lugares diversos, cuja permanência e ação tornam aquele lugar único. Na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, não há instituição religiosa ou comercial que exerça tal papel nessa intensidade.

Por se tratar de uma comunidade ribeirinha, pode-se considerá-la como “isolada”, com um funcionamento autônomo voltando para os moradores locais. Contudo, cerca da metade da turma é da comunidade. Apesar de características típicas ao meio rural (longas distâncias entre as casas) e ao ribeirinho em particular (o rio como via principal), existem conexões que possibilitam a circulação entre diferentes comunidades.

Para efetivar essas conexões, destaco nesse texto o caminho não só como substantivo, mas principalmente verbo (ação, portanto). Em seu percurso, para além de pontos ligados por linhas, há pessoas e paisagens em constante mudança.

Para apreender esse caminho e apresentá-lo ao leitor, recorri ao registro fotográfico e textual apresentado a seguir. Como principal fator de mudança, destaco a dinâmica de cheia e vazante.

REGISTRO DOS CAMINHO DOS ESTUDANTES

Meu ponto de partida foi o Porto Flutuante Marina do Davi, administrado pela Cooperativa dos Profissionais de Transporte Fluvial da Marina do Davi (ACAMDAF). Localiza-se no bairro Ponto Negra, zona Oeste de Manaus.

Figura 5 – Porto Fluvial Marina do Davi.



Fonte: Acervo pessoal (18/07/2024).

Uma vez no local, aguardo a lancha. Seu ritmo é influenciado pela dinâmica de cheia-vazante do rio, bem como o fluxo de turista. O primeiro se refere à subida do rio entre outubro e março, contrastando com a redução dos níveis das águas entre abril e setembro.

No segundo caso, um maior fluxo de turistas garante viagens mais frequentes. Essa rapidez diante da demanda do turismo beneficiou-me entre junho e julho. No final de julho e início de agosto, com o rio secando, dei-me conta da demora.

Dentre os passageiros, é possível observar as diferenças entre turistas e moradores. Os primeiros geralmente mostram parte do traje de banho, levam consigo grandes bolsas de lado, caixa térmica e até aparelhos de som.

Os moradores, por sua vez, carregam diversas sacolas estampadas com as grandes redes de hipermercados da cidade, sacos de juta e caixas de madeira e papelão. Nessas bagagens, levam os mais diversos produtos: floco de milho (para fazer cuscuz), abacaxi, maxixe, maracujá, cenoura, pepino, tomate, feijão, óleo.

Além dos alimentos, alguns arriscam transportar eletrodoméstico. No dia 30 de julho, um dos passageiros transportou uma televisão de LED cuja dimensão ocupou duas cadeiras da lancha.

Feito o embarque das pessoas e das coisas, a primeira parada é a Praia da Lua, onde descem a maioria dos turistas (Figura 6). Cerca de 10-15 minutos, chegamos na Comunidade Nossa Senhora de Fátima (Figura 7):

Figura 6 – Praia da Lua, Manaus-AM.



Fonte: Acervo pessoal (08/08/2024)

Figura 7 – Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Manaus-AM.



Fonte: Acervo pessoal (18/07/2024).

Nesse caminho, destaco a floresta e o rio. Eric Dardel (2011, 19 p.), ao se referir à floresta amazônica, destaca seu mistério, cujo silêncio torna assustador o mais doce canto dos pássaros. Ao adentrar os furos durante as viagens de lancha, o igapó me desorienta.

Como uma boa geógrafa, sei que estou no município de Manaus. Contudo, se a lancha parasse ali, eu não saberia voltar para casa e, diante da ausência de um chão e de casas, morreria em algumas horas.

Essa breve descrição já mostra a indissociabilidade com o segundo elemento: o rio. Ao falar do espaço aquático, Eric Dardel (2011, 19–23 p.) o remete à vida e à alegria, bem como um silêncio. Na água, esse silêncio é não só mistério das florestas, mas também a quietude do repouso.

Na Amazônia, a água também remete à vida dos que vivem nela (peixes), sobre ela (flutuantes) ou à sua margem (comunidades indígenas e ribeirinhas). De longe, a primeira observação é a escuridão funéria do rio, resultado de cadáveres de plantas e animais.

Essa aparente contradição com a vida logo é dissipada no primeiro mergulho, pois o rio nos envolve num abraço caloroso, um aconchego de quem absorve e retém o calor. Nessa vastidão escura, o espelho é suscinto ao revelar a paisagem.

No rio, refletem-se apenas as formas, deixando as cores e texturas à encargo da imaginação dos que o percorrem. Apesar de acolhedor, esse percurso exige uma luta contra a distância.

Diante da escassez de estradas e ausência de conurbação entre os municípios (mesmo os da região metropolitana), os tempos são lentos e os espaços longos. Vencida essa distância, chego na escola.

Uma vez nesse lugar, deparo-me com o caminho dos estudantes. Ao registrar o trajeto dos alunos, foi possível notar algumas mudanças da cheia e da vazante num curto intervalo de tempo.

Figura 8 - Desembarque de um estudante da Escola Municipal José Sobreira do Nascimento



Fonte: Acervo pessoal (25/06/2024).

Figura 9 – Desembarque de um estudante da Escola Municipal José Sobreira do Nascimento.



Fonte: Acervo pessoal (30/07/2024).

Com esses registros (Figuras 8 e 9), quero salientar dois aspectos da paisagem. O primeiro são os sítios suntuoso, cerca de cinco nesse trajeto, sendo um deles residência da estudante 18.

Numa das interações com a turma, ao localizar a residência dos estudantes no Google Earth, a residência da estudante 18 provocou aplausos e parabenizações. A estudante, no entanto, não esboçou reação.

Posteriormente, referi-me à residência da estudante (ausente naquele dia para confirmar a localização “da casa da aluna 18”. Ao fundo do Centro de Tecnologias Educacionais, escuto, em cochichos, “mas nem é dela”.

Essa relação com a terra (ou a privação) era desconhecida por mim até o momento. Antes do campo, imaginava um trabalho familiar baseado na pesca e no plantio.

A explicação estava numa conversa despretensiosa com a professora de ciências: a maioria dos estudantes são filhos de caseiros. Trata-se de profissionais que cuidam de sítios, lanchas e iates de outras pessoas.

Por conta disso, o caminho dos estudantes passa por portos privativos, com grandes construções ao fundo (algumas escondidas), palmeiras exóticas enfeitando a faixa e placas de “proibido o desembarque sem autorização”.

No caminho dos professores, que eu também percorria para retornar à cidade e por isso registrei de forma mais prolongada, foi capturada a seguinte mudança (Figura 10):

Figura 10 - Professores indo em direção ao porto flutuante.



Fonte: Acervo pessoal (22/08/2024).

Figura 11 - Professores, estudantes e monitores em direção ao porto flutuante.



Fonte: Acervo pessoal (16/09/2024).

Ao utilizar a construção vermelha (um bar) à margem direita das fotografias 27 e 28 como referência, destaca-se não só o sumiço da embarcação, mas também do porto flutuante e do próprio rio. Conforme as datas, a figura 11 já marcava o início da vazante, chegando a níveis extremos após uma seca histórica no ano passado.

Para embarcar, foi necessário caminharmos cerca de 10 minutos, sendo apenas o último trecho sombreado (Figura 12):

Figura 12 - Caminho da comunidade escolar até a rabeta.



Fonte: Acervo pessoal (16/09/2024).

Nesse dia, o nosso caminho foi marcado por areia, lama e pontes improvisada, assim como barcos e flutuantes virados. Após percorrê-lo, embarcamos numa rabeta (cerca de seis pessoas por vez), pois o porto flutuante não se encontrava mais nas proximidades:

Figura 13 – Professores embarcando na rabeta



Fonte: Acervo pessoal, 16/09/2024.

Além das embarcações, é necessário ainda pessoas para empurrá-los. Na Figura 13, a condição em que o homem de blusa amarela se encontra o deixa exposto a pisar numa arraia (aviso que era dado por alguns passageiros a esse e outros trabalhadores).

Após essa viagem, desembarcamos no Porto Flutuante da Comunidade Nossa Senhora de Fátima (figura 14) para, finalmente, pegar uma lancha até o Porto Marina do Davi. Aos moradores, essa viagem adicional até o Porto Flutuante custava cerca de três reais.

Figura 14 – Porto Flutuante da Comunidade Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: Acervo pessoal (16/09/2024).

Na Figura 14, é possível observar o Porto Flutuante da Comunidade Nossa Senhora de Fátima no meio do rio. No local, a lancha aguarda os professores enquanto um deles guia a rabeta com o remo.

Na Marina do Davi, último ponto aos que residem no porto e na cidade, encontramos as seguintes mudanças na paisagem:

Figura 15 - Porto Flutuante da Marina do Davi.



Fonte: Acervo pessoal (18/07/2024).

Figura 16 - Porto Flutuante da Marina do Davi.



Fonte: Acervo pessoal (16/07/2024).

Após uma frequência semanal nos campos, duas semanas sem ir foram o suficiente para mudar toda minha rota. Ao olhar essa paisagem, assustei-me, pois não sabia o caminho até o ponto de embarque.

Diante da minha impotência, aguardei as pessoas descerem na minha frente. Apesar de ser flutuante, não foi possível deslocar o porto, tornando-se uma estrutura provisoriamente abandonada.

Ao redor, o que antes era água, tornou-se um estacionamento arenoso. Onde antes havia lanchas, agora há carros empoeirados. Por conta disso, o desembarque exigia mais um trecho a pé:

Figura 17 - Trajeto após o desembarque no Porto Flutuante da Marina do Davi.



Fonte: Acervo pessoal (16/09/2024).

Apesar da limitação do enquadramento da foto, é possível visualizar os restos de madeira e o lixo que nos rodeavam. Conforme nos aproximávamos do rio, esses materiais serviam como base para não atolarmos. Felizmente, o dia estava ensolarado, pois em dias chuvosos o risco de queda torna a caminhada ainda mais desafiadora (conforme o relato de uma das professoras).

Com esses registros textuais e fotográficos, busquei relacionar o deslocamento dos estudantes com os períodos de cheia e vazante. Contudo, o desenrolar da pesquisa possibilitou que o caminho “deles” se tornasse “nosso”.

Evidentemente, a minha presença limitava-se a uma vez por semana, contando ainda com alguns imprevistos que tornaram os campos ainda mais esparsos. Contudo, a partir das relações criadas, foi possível prolongar o caminho e a permanência com os professores e alunos.

Nessa exposição, apesar do objetivo de chegar a um lugar, mostrei o que me rondava entre um ponto e outro: o caminho. Nele, enquanto processo ao invés de um fim, a geografia se mostra como uma possibilidade a compreensão de si e do mundo (Kaercher, no prelo).

A geografia a que Nestor Kaercher (no prelo) se refere é a que fazemos para existir, antecedente da sistematização escolar e universitária. Nesse sentido, a observação e a descrição fundam essa geografia cotidiana e vivida (Kaercher, no prelo).

Com isso, apresento-lhes a geografia enquanto categoria da existência, conforme Élvio Martins (2007). Segundo o autor, ela é formada por espaço, tempo, relação e movimento a partir da matéria (relação homem-meio e subjetivo-objetivo) e da ideia (Martins, 2007, 40 p.).

No cotidiano, a geografia nos conduz a partir do imperativo *onde* (pesquisar, estudar, morar, trabalhar, ser enterrado). Até aqui, apresentei os desdobramentos da questão “onde desenvolvi a pesquisa”. Vejamos a seguir as implicações do “ondeestudo” no cotidiano dos estudantes da escola ribeirinha José Sobreira do Nascimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho dessa escrita, retornemos ao elemento que orienta minha divagação: o objetivo de registrar o caminho dos estudantes da escola ribeirinha José Sobreira do Nascimento e as mudanças ocorridas nos períodos de cheia e vazante.

Mesmo as limitações da fotografia, o estático em diferentes momentos permitiu visualizar as mudanças na paisagem e no caminho dos estudantes. Com isso, muda-se também a experiência com a duração do tempo e as distâncias percorridas, tornando o percurso mais demorado e longo.

Além disso, recorre-se a uma fragmentação do caminho enquanto estratégia. O porto flutuante, antes em frente à escola, é deslocado para o meio do rio e, para chegar até lá, faz-se o uso de embarcações menores.

Apesar da familiaridade com a dinâmica da cheia e vazante, nota-se a frequência de eventos extremos. Apesar de não abordar os marcadores quantitativos de pluviosidade e cota do Rio Negro, busquei mostrar as repercussões desses eventos numa localidade ainda se recuperando da seca histórica de 2023.

Tais repercussões podem ser banais aos que a vivem cotidianamente. Contudo, aos pesquisadores, o trabalho de gabinete pode converter-se numa ação estéril de sentido se não imaginarmos o lugar e as pessoas.

Diante disso, as fotografias e descrições apresentadas propõem dialogar com professores, pesquisadores e cidadãos citadinos (curioso que a própria palavra “cidadão” remete à cidade). Assim, será possível incluir lugares não vividos em suas análises e levá-las aonde os pés não alcançam.

REFERÊNCIAS

DARDEL, ERIC. O ESPAÇO GEOGRÁFICO. IN: DARDEL, ERIC. **O HOMEM E A TERRA: NATUREZA DA REALIDADE GEOGRÁFICA**. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2011, 1-45 P.

KAERCHER, NESTOR ANDRÉ. **NO CAMINHO HÁ O CAMINHO: A ETERNA NOVIDADE DO MUNDO ACOTOVELANDO-SE DE PALAVRAS NA GRANDE PROCISSÃO DO DESTINO**. NO PRELO.

MARTINS, ÉLVIO. O SENTIDO DE LOCALIZAÇÃO E A CONSCIÊNCIA GEOGRÁFICA. IN: REGO, NELSON; KOZEL, SALETE (ORGANIZADORES);

AZEVEDO, ANA (COLABORADORA). **NARRATIVAS, GEOGRAFIAS E CARTOGRAFIAS: PARA VIVER, É PRECISO ESPAÇO E TEMPO.** PORTO ALEGRE: COMPASSO LUGAR-CULTURA, 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS (SEMED). **UNIDADE ADMINISTRATIVA.** DISPONÍVEL EM: [HTTPS://ABRIR.LINK/YCB3R](https://ABRIR.LINK/YCB3R). ACESSO EM: 01 NOV. 2023.

TELES, GILMARA ARAÚJO. **AS RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.** 2017. 107 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO) - CURSO DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA, INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2017.

UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR RURAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **RELATÓRIO CONSOLIDADO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO,** 2024.

VULNERABILIDADE DE COMUNIDADES TURÍSTICAS COSTEIRAS E POSSÍVEIS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Thays Rodrigues Pinho

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA – UFC – 2015-2019).

Doutorado Sanduíche na Université du Québec à Montréal (UQAM – 2016/2017).

Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais (UFPE – 2007). Graduação em Turismo (UFPE – 2003). Atualmente, é Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão no Departamento de Turismo e Hotelaria (DETUH – desde 2009). Tem experiência na área de Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo sustentável, responsabilidade social, planejamento sustentável e ecoturismo.

E-mail: thays.pinho@ufma.br

Resumo: As comunidades turísticas costeiras devem ser analisadas sob o viés da vulnerabilidade quanto às mudanças do clima, pois irão provocar alterações nos modos de vida locais e nos ambientes considerados atrativos turísticos, impactando na atividade considerada, muitas vezes, a principal fonte econômica. Objetiva-se examinar preliminarmente os possíveis efeitos das mudanças climáticas em comunidades turísticas costeiras, entendendo-as como uma precursora da crise climática premente e inevitável. Investiga-se comunidades costeiras do nordeste brasileiro (Vila de Jericoacoara, Mandacaru e Atins), adjacentes aos Parques Nacionais de Jericoacoara e dos Lençóis Maranhenses e stakeholders que compõem a governança ambiental local, a partir de uma abordagem qualitativa e categorial, com uso da análise de conteúdo para analisar os dados. Os resultados apontam que as comunidades costeiras dependentes do turismo poderão ser afetadas pela mudança do clima, uma vez que as dinâmicas locais sofrerão mudanças que poderão impactar nos fluxos turísticos. Ademais, os stakeholders desconhecem tecnicamente o tema, embora haja avanços em nível estadual quanto aos debates sobre as mudanças climáticas.

Palavras-chave: Mudanças do Clima; Turismo Litorâneo; Comunidades Locais; Parques Nacionais.

Abstract: Coastal tourism communities must be analyzed in the context of their vulnerability to climate change, as it will alter local lifestyles and the environments considered tourist attractions, significantly impacting activities often regarded as primary economic sources. This study aims to preliminarily examine the potential effects of climate change on coastal tourism communities, understanding them as precursors to the impending and unavoidable climate crisis. Our research focuses on coastal communities in northeastern Brazil (Vila de Jericoacoara, Mandacaru, and Atins), which are

adjacent to the Jericoacoara and Lençóis Maranhenses National Parks, and includes stakeholders involved in local environmental governance. We employ a qualitative and categorical approach, utilizing content analysis to interpret the data. The findings suggest that tourism-dependent coastal communities may be affected by climate change, with local dynamics experiencing shifts that could impact tourist flows. Furthermore, stakeholders are generally uninformed on the issue, despite progress in climate change discussions at the state level.

Keywords: Climate Change; Coastal Tourism; Local Communities; National Parks.

INTRODUÇÃO

O final do século XX é marcado pela evidência dos limites do desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico (Meadows *et al.*, 1972), com o agravamento dos problemas ambientais e pela possibilidade de exaustão dos recursos naturais (Carson, 1962). Questões envolvendo a poluição, a degradação ambiental, a crise de recursos energéticos e alimentícios são recorrentes e, adiciona-se, em tempos recentes, a crise climática que impõe desafios de grandes proporções para a sociedade.

O significativo aumento dos GEE na atmosfera terrestre, em decorrência das atividades humanas, causou o aquecimento global com a temperatura da superfície global atingindo um valor 1,1°C mais alto entre 2011-2020 do que no período de 1850-1900 (IPCC, 2023). Esse é um ponto chave para discorrer sobre mudanças socioambientais da atualidade e em vias de acontecer a COP-30, no Brasil.

Cientistas relatam que as mudanças climáticas, embora com gênese natural, seriam intensificadas pelos processos antrópicos, caminhando para o estabelecimento de uma crise climática iminente. As emissões globais de GEE em 2030, comprometidas pelas contribuições determinadas nacionalmente (NDCs), tornam provável que o aquecimento exceda 1,5°C durante o século 21 e seja mais difícil limitar o aquecimento abaixo de 2°C (IPCC, 2023).

O turismo é inserido no debate em um contexto paradoxal: como agente responsável pelo agravamento da crise e como agente afetado pelos efeitos das mudanças climáticas. No primeiro contexto, o efeito adverso do turismo se faz notar por ser uma atividade que contribui sobremaneira para as emissões dos GEE, a partir do deslocamento de pessoas e pela instalação e

operação da infraestrutura turística. Estudos demonstram que o turismo é responsável por 8% das emissões globais do GEE, sendo a área de transportes, shopping e alimentos e bebidas contribuidores significativos (Len Zen *et al.*, 2018).

No segundo contexto, foco deste estudo, o turismo é afetado seriamente pelos efeitos das mudanças do clima, pois depende das condições sazonais geoclimáticas do destino receptor para se desenvolver. Este aspecto é evidente em destinos cujo segmento turístico tem no clima o elemento principal de atratividade, a exemplo do turismo de sol e praia ou costeiro, do turismo náutico, do turismo baseado na natureza em áreas protegidas, dentre outros (Chikodzi *et al.*, 2022; Spencer *et al.*, 2022; Mushawemhuka *et al.*, 2022).

Nas destinações turísticas, encontram-se as comunidades costeiras que vivem em um processo de simbiose com a atividade, recebem e recebem fluxos crescentes de turistas e apresentam, na grande maioria, condições de vulnerabilidade socioeconômica, pois as mudanças do clima afetam diretamente e com maior amplitude as populações menos favorecidas e com frágeis condições de vida (Marincola, 2018; Saha *et al.*, 2024).

Objetiva-se, a partir desta contextualização, examinar com olhar preliminar – pela carência de dados sazonais e em escala regional e local –, os possíveis efeitos das mudanças climáticas em comunidades turísticas costeiras, entendendo-as como uma precursora da crise climática premente e inevitável. Para tanto, investiga-se comunidades costeiras do nordeste brasileiro, localizadas nas adjacências dos Parques Nacionais de Jericoacoara (PNJ) e dos Lençóis Maranhenses (PNLM) e stakeholders que compõem a governança ambiental local.

Justifica-se o estudo, pois transformações sociais e ambientais ocorridas em localidades turísticas costeiras motivadas pela dinâmica da atividade é uma realidade (Pinho *et al.*, 2019) que necessita, agora, ser analisada sob o viés das mudanças do clima, pois irão provocar novas alterações nos modos de vida locais e nos ambientes considerados atrativos turísticos, impactando na atividade turística, muitas vezes, reconhecida como a principal fonte econômica de municípios costeiros (Spencer *et al.*, 2022).

O estudo segue indicações de pesquisa para compreender melhor os impactos das mudanças climáticas nos sistemas de subsistência costeiros (Saha *et al.*, 2024), e busca suprir lacunas de pesquisas sobre a temática em ambientes costeiros (Chiquetto; Nolasco, 2024). Ademais, a urgência para

consecução dos ODS, em especial o ODS 13, Ação Contra a Mudança Global do Clima, impõe a necessidade de estudos que trabalhem a temática.

VULNERABILIDADE DAS ZONAS COSTEIRAS DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A zona costeira é um ambiente complexo, diversificado e de transição ecológica, cuja função é a convergência entre os ecossistemas marinhos e terrestres. Sua qualidade ambiental é de vital importância para as comunidades litorâneas, por isso a necessidade de práticas de gestão integradas e participativas (PBMC, 2016), especialmente quanto à crise climática que se aproxima.

A linha de costa é responsável por um conjunto de funções ecológicas, tais como proteção da costa frente às inundações e eventos extremos, à intrusão salina nas regiões estuarinas e aos processos erosivos da orla. É encarregada da produção e reciclagem de nutrientes, funciona como filtro de substâncias poluidoras e provê, direta ou indiretamente, habitats para a maioria das espécies marinhas (PBMC, 2016).

A preocupação com a integridade e equilíbrio ambiental da zona costeira decorre da pressão antrópica que está exposta, pois trata-se de área de interesses socioeconômicos, políticos e ambientais múltiplos com sobreposição de necessidades e conflitos. A pluralidade de usos e proveitos, que inclui desde exploração de minérios, implantação de zonas industriais e estruturas portuárias a atividades tradicionais de pesca e maricultura, além da vilegiatura, turismo e lazer, compromete pouco a pouco as regiões litorâneas. Ademais, afastados dos grandes centros urbanos, encontram-se assentamentos de pequenos produtores cuja base de sobrevivência é o usufruto dos recursos naturais (Pinho, 2019).

As localidades costeiras, desde seus processos formativos, coexistem com eventos extremos. No entanto, as mudanças do clima e o exacerbado desenvolvimento urbano ampliam seus efeitos, aumentando significativamente os prejuízos econômicos e as perdas ambientais, caminhando para a crise climática (PBMC, 2016).

Dentre os efeitos decorrentes das mudanças climáticas nas municipalidades à beira-mar, os mais relevantes serão: aumento da temperatura dos oceanos; elevação do nível do mar; e alteração na frequência e intensidade de eventos extremos (ressacas, estiagens, furacões e tempestades), acarretando alterações físicas, químicas e biológicas nos

ambientes costeiros naturais e antrópicos. Esses impactos estão descritos no Quadro 01 abaixo.

Quadro 01 – Impactos das Mudanças Climáticas nas zonas costeiras

Efeitos das Mudanças Climáticas	Impactos no meio físico	Impactos no meio biótico	Impactos no meio antrópico
Aumento da temperatura dos oceanos	Alteração das correntes costeiras e oceânicas; Mudanças no regime de ondas; Degelo das calotas polares.	Comprometimento dos recifes de corais; Alteração na produtividade marinha; Alteração dos fluxos migratórios de recursos pesqueiros; Alteração na reprodução de certas espécies; Alteração na distribuição e abundância das espécies; Mudanças nas interações ecológicas entre espécies.	Subsistência afetada pela baixa produtividade marinha; Desistência da prática de atividades econômicas tradicionais; Busca por outras formas de subsistência em outras localidades.
Elevação do nível médio do mar	Intensificação dos processos erosivos e retração da linha de costa; Alteração dos fluxos de transporte de sedimentos; Deslizamento de falésias; Inundações de baixios; Intensificação dos processos de intrusão salina em estuários; Salinização dos solos.	Supressão e comprometimento de ecossistemas costeiros; Morte de plantas por estresse salino em habitats de manguezal e de pântanos salinos; Perda de biodiversidade.	Deslocamento populacional por causa das inundações; Perda de patrimônio cultural; Perda de infraestrutura urbana; Danos em atividades produtivas (salineira, petrolífera, cunicultura, etc).
Alteração na frequência e intensidade de eventos extremos (ressacas, estiagens, furacões e tempestades)	Inundação de baixios; Inundação de manguezais; Intrusão salina em estuários; Erosão de praias arenosas.	Alteração das redes alimentares nos estuários; Mudanças no tempo de permanência de nutrientes e contaminantes; Alteração na produtividade de sistemas estuários e marinhos; Alteração da estrutura e funcionamento de ecossistemas no oceano; Perda da produtividade biológica.	Deslocamentos populacionais; Perda de edificações e infraestrutura urbana; Alterações nas condições sanitárias.

Fonte: adaptado de Diehl, Spinola, Azevedo (2011); IPCC (2014; 2023); Wong et al. (2014); PBM (2016).

As projeções globais indicam um aumento do nível médio do mar entre 0,26 e 0,55m, em um cenário otimista, e entre 0,45 e 0,82m até 2100, em um cenário pessimista (IPCC, 2014). Outro estudo mostra que todas as áreas costeiras do planeta estão vulneráveis à elevação do nível relativo do mar e que, em 2050, as inundações consequentes da elevação do mar em 0,2m pode simbolizar um prejuízo econômico anual na ordem de US\$ 940 milhões em 22 das maiores cidades costeiras da América Latina (World Bank, 2014).

Em termos globais, os estudiosos apontam ainda como principais consequências e impactos associados às mudanças climáticas: o derretimento mais acelerado das geleiras na Groelândia e Antártida; uma maior incidência

de extremos climáticos de chuva com mudança nos padrões de precipitação e inundações; pouca disponibilidade de água doce e interrupção do ciclo global da água; a ocorrência de temperaturas extremas de frio e de calor; as alterações nos ventos e ondas; a diminuição do aporte sedimentar das bacias hidrográficas; e o aumento da acidificação dos oceanos com ameaça a biodiversidade marinha (IPCC, 2014; Wong et al., 2014). Esses fatores estão intrinsecamente inter-relacionados e impactam diretamente nos ambientes costeiros por meio de processos erosivos.

Políticas para reduzir a vulnerabilidade de comunidades costeiras devem envolver ações para melhorar a capacidade adaptativa e os perfis socioeconômicos, atender às necessidades específicas dos grupos marginalizados nas comunidades e diversificar as atividades de subsistência (Saha *et al.*, 2024), por vezes, concentradas em bases turísticas.

CRISE CLIMÁTICA DA CONTEMPORANEIDADE E POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA O TURISMO COSTEIRO

Dentre os principais impactos dos efeitos das mudanças climáticas no turismo pelo mundo, destacam-se a escassez de neve nas regiões montanhosas (UNWTO; UNEP, 2008) e o branqueamento de recifes coralinos em mares tropicais, como na Austrália (Dawood, 2016). A América do Sul, embora sofra com eventos extremos, perda de diversidade terrestre e marinha e com aumento nos preços das viagens em decorrência da política migratória, não representa um dos pontos de maior vulnerabilidade.

Os relatos apontam que as mudanças climáticas afetarão os destinos turísticos, sua competitividade e sustentabilidade em quatro grandes áreas: a) impactos diretos: desaparecimento de atrativos turísticos, mudança das condições naturais do destino com interferência na concorrência e rentabilidade das empresas; b) impactos indiretos: afetarão os recursos naturais e patrimônio cultural; c) impactos nas políticas de mobilidade e da redução do turismo; d) impactos indiretos nas mudanças sociais: ameaças ao desenvolvimento econômico e a estabilidade social.

De modo gradual, as mudanças do clima vêm sendo identificadas como uma significativa ameaça ao turismo, devido à sua dependência em relação às previsões das condições climáticas e sazonalidade. O clima é um dos fatores que controla as práticas turísticas disponíveis no local, o que influencia a satisfação dos turistas com a destinação (Fitchett *et al.*, 2016; Mushawemhuka *et al.*, 2022). Ao mesmo tempo, as mudanças do clima oferecem um severo risco aos turistas, trade e infraestruturas turísticas.

Para muitas destinações, o clima e os recursos naturais são as principais atrações turísticas (Mushawemhuka et al., 2022) e, por consequência, formam uma base importante para as economias regionais. Qualquer alteração no ambiente ou no clima pode, portanto, criar oportunidades e ameaças para as principais atividades regionais, como o turismo. Esses riscos sistêmicos, no entanto, ainda não conseguiram produzir um senso de responsabilidade e compromisso social capaz de gerar mudanças comportamentais (Kirsch; Schneider, 2016), especialmente, quanto a atividade turística.

Tratando-se de comunidades localizadas próximas a áreas naturais protegidas costeiras, a magnitude do impacto das mudanças climáticas irá depender da importância do turismo para a economia local e regional, as características das mudanças climáticas e seus efeitos no ambiente natural. Outros fatores que influenciam são: a capacidade de resposta adaptativa do setor turístico e como os impactos irão interagir com outras variáveis que afetam o turismo no longo prazo, incluindo: globalização, flutuações econômicas, preços dos combustíveis, limitações ambientais e maior conscientização ambiental e cultural (UNWTO; UNEP, 2008). Os principais efeitos das mudanças climáticas e impactos no turismo costeiro estão descritos no Quadro 02.

Quadro 02 – Efeitos das Mudanças Climáticas no turismo costeiro

Efeitos das Mudanças Climáticas	Impactos no turismo costeiro
Aumento da temperatura dos oceanos	Diminuição das práticas turísticas associadas ao mar: pesca, mergulho, esportes náuticos; Busca por destinos com temperaturas mais amenas; Sazonalidade turística alterada; Estresse térmico para os turistas
Elevação do nível médio do mar	Perda de infraestrutura turística (hotéis, marinas, estabelecimentos de A&B); Redução da prática da vilegiatura; Diminuição da prática dos segmentos turísticos: litorâneo, náutico, mergulho, aventura etc.
Alteração na frequência e intensidade de eventos extremos (ressacas, estiagens, furacões e tempestades)	Perda de infraestrutura turística; Declínio de destinações turísticas litorâneas; Alteração na sazonalidade turística.

Fonte: adaptado de Diehl, Spinola, Azevedo (2011); IPCC (2014; 2023); Wong et al. (2014); PBMC (2016).

Indubitavelmente, o turismo não será o único setor a sentir os efeitos da crise climática. Entretanto, por representar uma das principais atividades mundiais em termos de geração de emprego e retornos econômicos e por sua particular importância em inúmeros países em desenvolvimento e para

pequenos governos insulares, qualquer impacto ao turismo terá substancial repercussão social, econômica e política. Além disso, o turismo é provavelmente mais suscetível às mudanças globais, pois a atratividade de muitas destinações se baseia no ambiente natural, especialmente na zona costeira, ao mesmo tempo em que as atividades recreativas ao ar livre também são suscetíveis aos extremos climáticos (Hall; Higham, 2005).

Perdas de espécies e mudanças nos ecossistemas terão enorme impacto no turismo baseado na natureza, especialmente em regiões periféricas às áreas naturais protegidas, as quais, ironicamente, são as que com mais frequência precisam do turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento regional econômico, bem como uma justificativa para medidas de conservação ambiental (Hall; Higham, 2005). As áreas naturais protegidas, por muitas vezes, abrigam exemplares representativos da fauna e flora que compõem a rica biodiversidade brasileira. Inúmeros segmentos turísticos são vivenciados nestes espaços, em destaque para aqueles ligados à natureza, os quais serão afetados pelas mudanças climáticas.

O potencial impacto de perdas econômicas para importantes praias (Spencer et al., 2022), devido à elevação do nível do mar associada às mudanças climáticas, são vistas como ameaça chave para o desenvolvimento econômico em algumas localidades, onde o turismo é um componente vital da economia. As praias das ilhas do Caribe, sob um cenário de baixas emissões de CO₂ (RCP4.5), terão uma perda média de 53%, resultando em uma perda de 30% dos quartos de hotel e uma redução de 38% na receita do turismo até 2100 (Spencer et al., 2022).

Metodologia

Este estudo é fruto de pesquisas iniciadas em 2018, período em que foram feitos levantamentos bibliográficos referentes ao tema, buscando identificar as ações desenvolvidas em relação à mudança do clima nas comunidades costeiras localizadas nas adjacências dos Parques Nacionais de Jericoacoara (PNJ) e Lençóis Maranhenses (PNLM), caracterizadas pelas similaridades em relação a dependência do turismo. As comunidades envolvidas no estudo foram: Vila de Jericoacoara (CE), Mandacaru (MA) e Atins (MA), embora também tenha sido estudado o contexto em uma escala mais abrangente, a nível municipal, Jijoca de Jericoacoara (CE) e Barreirinhas (MA).

Foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado com seis stakeholders locais, para identificar as mudanças socioambientais ocorridas nas comunidades a partir da prática do turismo e pelas mudanças climáticas.

Quanto às transformações socioambientais, foram identificados inúmeros aspectos descritos em tese de doutorado (Pinho, 2019). Entretanto, os resultados apontaram a inexistência de dados e o desconhecimento sobre as mudanças climáticas por parte dos stakeholders. Com o advento da pandemia (2020), os estudos foram interrompidos, retornando mais recentemente com a sistematização e atualização dos dados.

A atualização dos dados foi realizada a partir de pesquisas na internet, identificando eventos climáticos que podem ter relação com as mudanças climáticas nas comunidades estudadas. Além disso, foram mapeados e analisados discursos, ações e políticas relacionadas às mudanças climáticas ou crise climática, ao longo dos anos de 2021 a 2024.

Trata-se, portanto, de um estudo de caráter qualitativo, exploratório e categorial, com aplicação da técnica análise de conteúdo (Bardin, 2004) junto às falas dos entrevistados e nos documentos textuais.

Análise de dados e discussão

A vulnerabilidade das áreas costeiras face às mudanças climáticas deve ser considerada, sobretudo, no caso do Brasil, que possui grande extensão costeira, onde reside parte expressiva da população, com 111,2 milhões de pessoas (54,8% da população) morando a 150 quilômetros da costa (IBGE, 2022), além de concentrar inúmeras atividades econômicas. Esse contingente populacional é responsável por aproximadamente 30% de toda a riqueza nacional e atua, de forma direta ou indireta, em atividades ligadas ao turismo, produção de petróleo e gás natural, pesca e serviços para atender à dinâmica econômica demandada por esses municípios e outros próximos à zona costeira (PBMC, 2016).

Os riscos potenciais de elevação do nível do mar, aumento das precipitações e das temperaturas podem alterar as dinâmicas social, econômica e ambiental das comunidades locais que aí vivem, bem como das destinações turísticas costeiras que se apropriam dos recursos naturais para a prática do turismo.

No nordeste brasileiro, os eventos climáticos podem comprometer a existência e funcionalidade do turismo na zona litorânea, uma atividade econômica que vem se tornando prioritária para as comunidades no território

em estudo, e que faz uso, primordialmente, dos espaços naturais existentes para se desenvolver. É perceptível a intensificação do processo erosivo na zona costeira, decorrente de alterações dos padrões de ventos e das ondas e do aumento do nível do mar. Nesse cenário, prevê-se a destruição da infraestrutura urbana e turística, como ruas, calçadas, casas, bares e hotéis construídos à beira mar.

As localidades estudadas não são consideradas áreas de alta vulnerabilidade (Nicolodi; Petermann, 2010), devido à baixa densidade populacional. Entretanto, a zona costeira, de modo geral, está sujeita a: erosão costeira, ressacas do mar, secas e estiagens, enchentes, alagamentos e inundações, desertificação, temperaturas extremas, epidemias, infestação de insetos e pragas. Problemas que afetarão os modos de vida e atividades econômicas e de subsistência das comunidades costeiras, a exemplo das práticas tradicionais como a pesca e o extrativismo vegetal.

Muitos comunitários deverão abandonar sua atividade tradicional e migrar para as áreas urbanas, agravando a demanda por serviços sociais. Os impactos das mudanças climáticas têm potencial para conduzir ao declínio a produção pesqueira e comprometer os meios de vida das comunidades de pescadores que dependem da atividade.

Soma-se ainda a proximidade das comunidades aos parques nacionais, áreas naturais protegidas que são uma estratégia para a conservação da biodiversidade e permitem o uso público a partir da prática do turismo. Entretanto, a rede brasileira de áreas protegidas necessita ser incrementada pois não é robusta contra às mudanças climáticas (Malecha et al., 2023).

Alguns efeitos associados à mudança do clima que se farão presentes nas áreas naturais protegidas costeiras e em suas comunidades adjacentes são: aumento da radiação ultravioleta nas praias; aumento da temperatura nas praias; ondas de calor; expansão das fronteiras dos vetores de doenças como malária e dengue, devido à umidade e altas temperaturas; aumento do nível do mar com diminuição das faixas de areia; perda da biodiversidade terrestre e marinha. Nos PNLM e PNJ, a prática de segmentos turísticos e atividades relacionadas serão afetadas por consequência desses efeitos como apresentado no Quadro 03.

Quadro 03 – Segmentos turísticos e atividades praticados nos PNLM e PNJ vulneráveis às mudanças climáticas

Segmento turístico	Descrição	Atividades relacionadas
Turismo de observação	Observação da vida selvagem em seu habitat natural	Observação de animais como: tartarugas marinhas e cavalos marinhos (PNJ)
Turismo de aventura	Atividades ao ar livre realizadas em destinos incomuns, exóticas, remotas ou selvagens com alto nível de envolvimento dos participantes	Mergulho, práticas de esportes radicais na natureza, rally (PNLM e PNJ)
Turismo de sol e praia ou litorâneo	Atividades recreacionais realizadas em destinos litorâneos	Esportes náuticos (PNLM e PNJ)
Ecoturismo	Práticas turísticas que utilizam de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a conservação e busca formar uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente	Trilhas e caminhadas na natureza (PNLM e PNJ)

Fonte: A autora (2024).

Turismo costeiro na região dos Lençóis Maranhenses (MA) e Jericoacoara (CE): possíveis alterações nas dinâmicas locais face às mudanças climáticas

Os dois casos analisados possuem similaridades, estão localizados no nordeste brasileiro e encontram-se na zona costeira, principal motivação para sua escolha, pois lhes confere uma condição de vulnerabilidade em função das mudanças climáticas. Ademais, caracterizam-se pelo fluxo turístico intenso e constante nas últimas décadas motivado pela prática do turismo em áreas naturais protegidas, devido a presença dos PNLM e PJ.

A região dos Lençóis Maranhenses localiza-se no litoral oriental do estado do Maranhão, no nordeste brasileiro, caracterizado pela vulnerabilidade social de sua população registrando um dos mais baixos IDHM do país (0,639) (PNUD; IPEA; FJP, 2022). A região abriga o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), principal produto turístico do estado que ganhou notoriedade nos últimos anos pela sua beleza cênica (Pinho, 2019).

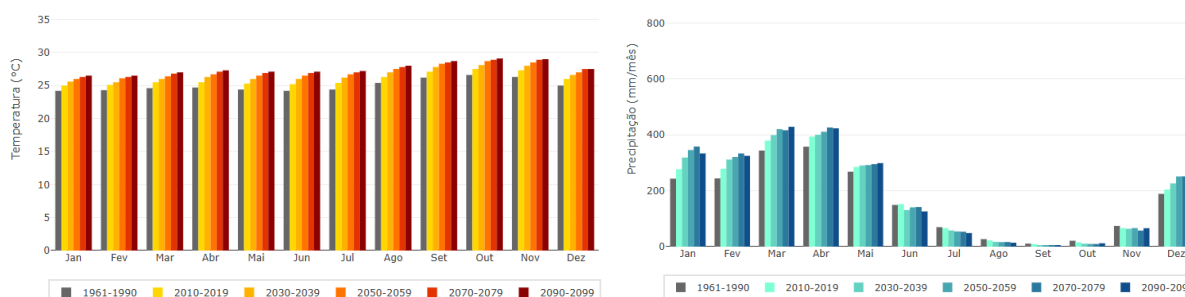
O parque possui grande extensão territorial, com 156.562 hectares, sendo 90.000 hectares composto por extensos campos de dunas entrecortadas por lagoas permanentes e temporárias (Brasil, 2023), formadas a partir de uma dinâmica resultante da ação simultânea dos agentes: ventos, clima, deriva litorânea, regime de marés e correntes marítimas (MMA; IBAMA, 2003). Os Lençóis Maranhenses são considerados uma raridade

ecológica, o que lhes conferiu o título de Patrimônio Mundial Natural pela Unesco em 2024.

Modificações rápidas e intensas nos Lençóis Maranhenses e em suas comunidades, que resultam em problemas socioambientais são relatadas em estudos anteriores (Silva, 2008; Gastão, 2010; Pinho et al., 2019). As lagoas, formadas a partir das precipitações, apresentam-se cheias e numerosas durante e logo após a estação chuvosa, mas diminuem consideravelmente em número e volume no alto verão.

Com projeções relativas à alteração das precipitações e o aumento de temperatura, conforme o Índice de Cenário Climático para o RPC 4,5 (Figura 1), efeitos das mudanças do clima, na região de Barreirinhas, principal município de acesso ao PNLM, novas reconfigurações da paisagem local podem surgir, o que poderá afetar o fluxo de turistas atraídos, hoje, pela beleza paisagística dos Lençóis Maranhenses.

Figura SEQ Figura * ARABIC 1 – Previsão para Barreirinhas.



Percebe-se uma reestruturação socioeconômica das comunidades locais próximas e no interior do PNLM, com foco no turismo como fonte de renda principal ou complementar. Vários pequenos empreendimentos ligados à atividade, como lojas de artesanato, lanchonetes, restaurantes, quiosques, equipamentos de hospedagem permitem a dinamização da economia local. Por consequência, os comunitários vêm abandonando as práticas tradicionais ligadas ao setor primário para dedicarem-se a atividades relacionadas à construção civil, ao turismo e à confecção de artesanato com o buriti (Pinho et al., 2019). A dependência em relação ao turismo pode maléfica caso a demanda turística seja afetada pelos efeitos das mudanças climáticas.

As comunidades costeiras tornam-se vulneráveis por habitarem espaços próximos à beira-mar e podem, portanto, sentir os efeitos do avanço do mar, como já ocorre nas comunidades de Atins e Caburé, adjacentes ao

PNLM. O parque, por sua vez, pode perder grande parte de sua atratividade turística, a partir da possível perda de biodiversidade e possível alteração das dinâmicas de vento e chuva, que interferem na formação das lagoas e das dunas.

Em Jericoacoara, segundo caso analisado, os desafios são similares. O fluxo é motivado pelos atrativos naturais presentes no PNJ, que possui 8.416 hectares. O principal ponto de apoio para visitação ao parque é a Vila de Jericoacoara, localizada no município de Jijoca de Jericoacoara, que dista 296 km da capital do estado do Ceará, Fortaleza. A vila   categorizada como área de Proteção Ambiental (APA) e está envolta pelo parque, o que torna seu acesso difícil e apenas com veículo tra ionado.

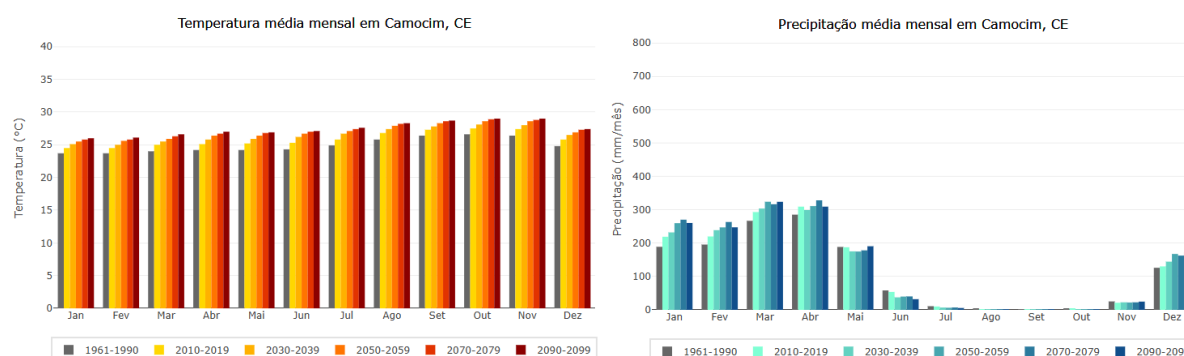
A vila, outrora de pescadores artesanais, tornou-se um dos principais destinos turísticos do país, reconhecida internacionalmente, acarretando transformações socioecon micas significativas e na paisagem local, consequência da acentuada turistificação da vila e massificação turística (Pinho *et al.*, 2019). Dessa maneira, o turismo cria formas específicas de espaço social, desenvolvendo lugares e novos espaços de consumação (Meethan, 2001). A localidade vem se tornando dependente do turismo e das novas dinâmicas inseridas pela atividade, o que aumenta a vulnerabilidade quanto às mudanças climáticas que poderão afetar o principal meio de subsistência das comunidades.

Os efeitos associados às mudanças climáticas, no Estado do Ceará, incluem, além daqueles descritos para a zona costeira, outros como: tempestade e ventos severos, movimentac o de dunas, solos salinos, desertificação e atividades sísmicas. O clima será marcado por extremos climáticos e pela maior vulnerabilidade a ameaças naturais, como estiagens, ressacas do mar e erosão costeira.

Alguns desses efeitos são percebidos nas comunidades estudadas, como as ressacas do mar, a erosão costeira e as mudanças nas dinâmicas das dunas. Por consequência do avanço do mar, por exemplo, infraestruturas básicas essenciais estão sendo prejudicadas em Jericoacoara, como o sistema de esgoto que requer ações emergenciais com desativação de tubulações que estão sendo expostas pela erosão e redirecionamento do fluxo de esgoto para mais distante da praia (Cagece, 2024).

A condição de aumento de temperatura para Camocim, município vizinho   Jijoca de Jericoacoara, será notada, como apontam as projeções do  ndice de Cenário Climático para o RPC 4,5, embora as precipitações também aumentem (Figura 2).

Figura 2 – Projeções para Camocim



Embora não tenha investigado sobre os parâmetros das mudanças climáticas, um estudo preditivo realizado sobre a linha costeira do Estado do Ceará, aponta que 49,16% dos 573 quilômetros de costa deverão perder 10 metros ou mais de faixa de areia até 2040 e localidades como Camocim deverão sofrer intensas erosões até 2030 (Leite; Almeida, 2023). Afetará, portanto, as atividades turísticas desenvolvidas em comunidades que estão localizadas nas proximidades da costa, bem como as estruturas construídas, impactando diretamente na economia local.

A visão dos stakeholders sobre as mudanças climáticas nas localidades estudadas

Os stakeholders entrevistados foram invasivos sobre as mudanças climáticas. A maioria concordou que ocorrem e que podem afetar as comunidades e os parques de alguma forma, entretanto, não desenvolveram o conceito nem explicitaram como afetaria a comunidade ou a biodiversidade local.

A falta de conhecimento técnico relativo às mudanças climáticas é uma realidade entre os entrevistados, que afirmaram não existir estudos ou pesquisas sobre o tema na região. Um dos entrevistados colocou que o aumento da pluviosidade estaria relacionado com a dinâmica natural daquele ambiente, não acreditando ter relação com a mudança do clima.

Ao contrário de apresentar dados a respeito das mudanças climáticas, descreveram as mudanças ambientais e negativas promovidas pelo turismo: o aumento dos resíduos e a massificação turística exacerbada em detrimento de uma conscientização ambiental. Discorreram, ainda, sobre os impactos ambientais e ações antrópicas que podem afetar a biodiversidade e o turismo. No caso da Vila de Jericoacoara, reforçaram a questão do planejamento desordenado das construções e estruturas para o turismo. Relataram casos de

empreendimentos construídos bem próximos ao mar, que foram invadidos pela maré, durante os períodos de forte ressaca.

As mudanças climáticas, segundo alguns entrevistados, podem impactar nas atividades turísticas relacionadas à prática de esportes náuticos, como o kitesurf, uma vez que pode haver mudança nos ventos, na pluviosidade, entre outros fatores. O kitesurf vem sendo desenvolvido ao longo da costa cearense, piauiense e maranhense, por existirem praias com ventos favoráveis à prática do esporte, a exemplo de Atins e Jericoacoara. A alteração na dinâmica dos ventos pode diminuir a frequência dos praticantes de esportes náuticos e de outros visitantes nas localidades.

Os PNLM e PNJ não possuem um plano de adaptação às mudanças climáticas, como mencionaram os entrevistados, embora os parques apresentem alta vulnerabilidade às mudanças do clima (Chikodzi et al., 2022). Um plano de adaptação deveria incluir estratégias de comunicação para as comunidades, pois as comunicações devem ser adaptadas ao público certo, feitas no momento certo e entregues por mensageiros confiáveis (Nursey-Bray, 2023).

As soluções baseadas na natureza são listadas como soluções emergentes para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, atuando tanto para mitigação quanto para adaptação, sendo fundamental a participação popular na construção conjunta dessas ações (Chiquetto; Nolasco, 2024). Além disso, para construir a resiliência futura, sugere-se disponibilizar mais financiamento para a documentação dos impactos das mudanças climáticas nos parques nacionais, o desenvolvimento de ações antecipatórias para gerenciar impactos potenciais e comunicação sobre as questões ambientais aos turistas (Chikodzi et al. 2022).

Infere-se, portanto, que a governança ambiental local não demonstra afinidade ou conhecimento sobre o tema. Reconhece-se, entretanto, no caso do Ceará, avanços com a instituição, desde 2016, da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas – PEMC, por meio da Lei n. 16.146 e do Fórum Cearense de mudanças climáticas, biodiversidade e de combate à desertificação, em 2008 e alterado em 2017. Ainda no estado cearense, existe uma recente mobilização de parlamentares para debater sobre a injustiça ambiental que aflige as comunidades cearenses em vulnerabilidade e sofrem mais com os impactos dos eventos extremos (IPECE, 2024). Essas comunidades vulneráveis tiveram menor contribuição para a mudança atual do clima e estão sendo afetadas de forma desproporcional (IPCC, 2023).

Outro avanço é a aquisição de equipamentos e tecnologias, como um cluster de computadores para processamento de modelos climáticos mais complexos e com simulações de previsão sazonal mais frequentes com uso de modelos globais e regionais que auxiliará nas previsões climáticas para o Ceará (Funceme, 2024).

Em relação ao Maranhão, evidências das mudanças climáticas, a partir de análise de dados das estações meteorológicas espalhadas pelo estado, indicaram aumento da temperatura (Silva et al., 2016), embora a pesquisa não tenha englobado em específico a região dos Lençóis Maranhenses. Estudos apontam os impactos das mudanças climáticas em espécies da vegetação nativa como o Buriti (Rocha et al., 2024), usado para confecção de artesanato pelas comunidades turísticas adjacentes ao PNLM.

Em âmbito institucional, foi instituído em 2014, o Fórum Maranhense de Mudanças do Clima, por meio da Lei n. 10.161, com o objetivo de promover ações, incentivar políticas e práticas de mitigação e adaptação das mudanças do clima. E, em 2024, foi instituída a Política Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas, por meio da Lei n. 12.301, que estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos aplicáveis para prevenir e mitigar os efeitos e adaptar o estado às mudanças do clima.

Essas ações e tecnologias, entretanto, parecem pontuar discursos e práticas em nível hierárquico mais elevado dentro da governança estadual e carecem de aplicação em escala mais local, no âmbito de atuação das comunidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da condição de vulnerabilidade que as comunidades costeiras possuem, não existem estudos específicos que retratem as consequências das mudanças climáticas para a Vila de Jericoacoara nem para as comunidades adjacentes ao PNLM, como Atins e Mandacaru.

Considera-se a sustentabilidade a melhor resposta de enfrentamento às mudanças ambientais globais e à crise climática, pontuando com clareza os riscos, vulnerabilidades e habilidades de adaptação que possuem os sistemas econômicos e naturais. Resulta necessário desenvolver, nestes espaços, um planejamento integrado e uma gestão estratégica, baseados em conhecimentos específicos da mudança global.

REFERÊNCIAS

BRASIL. WORLD HERITAGE NATURAL SITE NOMINATION FOR UNESCO (DOSSIÊ DE CANDIDATURA). BRASÍLIA: MMA, 2023.

CAGECE. CAGECE DESENVOLVE AÇÕES PARA CONTER O AVANÇO DO MAR SOBRE AS REDES DE ESGOTO EM JERICOACOARA. MEIO AMBIENTE, 28 DE ABRIL DE 2024.

CARSON, RACHEL. PRIMAVERA SILENCIOSA. SÃO PAULO: EDIÇÕES MELHORAMENTOS, 1962.

CHIKODZI, D.; NHAMO, G.; DUBE, K.; CHAPUNGU, L. CLIMATE CHANGE RISK ASSESSMENT OF HERITAGE TOURISM SITES WITHIN SOUTH AFRICAN NATIONAL PARKS. **International Journal of Geoheritage and Parks**, N. 10, 2022.

CHIQUELTO, JULIO BARBOSA; NOLASCO, MARCELO ANTUNES. CLIMATE ADAPTATION IN BRAZIL: ADVANCEMENTS AND CHALLENGES. **Environmental Science and Policy**, N. 161, 2024.

DAWOOD, ANFAL SAEED. CORAL REEFS WITHIN AUSTRALIAN COASTS: IMPACT OF CLIMATE CHANGE AND ENVIRONMENTAL THREATS. **European Journal of Sustainable Development**, 5, 2, 13–26, 2016. DOI: 10.14207/EJSD.2016.V5N2P13.

DI FELICE, MASSIMO. DEPOIS DA METRÓPOLE, AS REDES INFO-ECOLÓGICAS E O FIM DA EXPERIÊNCIA URBANA. **RCL – Revista de Comunicação e Linguagens, Journal of Communication and Languages**, N. 48, 2018.

DIEHL, FRANCELISE; SPINOLA, JULIANA; AZEVEDO, NATÁLIA. MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS E OS IMPACTOS FÍSICOS E BIOLÓGICOS NA ZONA COSTEIRA: UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO. **Âmbito Jurídico**, N. 87, 2011.

FITCHETT, J.M.; GRANT, B.; HOOGENDOORN, G. CLIMATE CHANGE THREATS TO TWO LOW-LYING SOUTH AFRICAN COASTAL TOWNS: RISKS VERSUS PERCEPTIONS. **SOUTH AFRICAN JOURNAL OF SCIENCE**, V.1, N. 112, MAY/JUNE, 2016.

FUNCEME. EM MEIO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, FUNCEME REFORÇA PREVISÃO CLIMÁTICA COM NOVO “SUPERCOMPUTADOR”. TECNOLOGIA, 05 DE SETEMBRO DE 2024.

GASTÃO, FRANCISCO GLEIDSON DA COSTA. **Caracterização dos lençóis maranhenses e dunas inativas (fósseis): IMPLICAÇÕES PALEOAMBIENTAIS**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM CIÊNCIAS MARINHAS TROPICAIS) – INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO MAR, UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, FORTALEZA, 2010.

HARVEY, DAVID. **Justice, Nature and Geography of Difference**. OXFORD: BLACKWELL PUBLISHERS, 1997.

IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO

IPCC. CLIMATE CHANGE 2014: SYNTHESIS REPORT. CONTRIBUTION OF WORKING GROUPS I, II AND III TO THE FIFTH ASSESSMENT REPORT OF THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON

CLIMATE CHANGE [CORE WRITING TEAM, R.K. PACHAURI AND L.A. MEYER (EDS.)]. GENEVA, SWITZERLAND: IPCC, 2014.

IPCC. SUMMARY FOR POLICYMAKERS. IN: CLIMATE CHANGE 2023: SYNTHESIS REPORT. CONTRIBUTION OF WORKING GROUPS I, II AND III TO THE SIXTH ASSESSMENT REPORT OF THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE [CORE WRITING TEAM, H. LEE AND J. ROMERO (EDS.)]. IPCC: GENEVA, SWITZERLAND, 2023. DOI: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001

IPECE. IPECE PARTICIPA DE DEBATE NA ALECE SOBRE EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. NOTÍCIAS, 13 DE NOVEMBRO DE 2024.

HALL, COLIN MICHAEL; HIGHAM, JAMES. INTRODUCTION. IN: HALL, COLIN MICHAEL; HIGHAM, JAMES. TOURISM, RECREATION AND CLIMATE CHANGE. CLEVEDON: CHANNEL VIEW PUBLICATIONS, 2005.

KIRSCH, HEITOR MARCOS; SCHNEIDER, SERGIO. VULNERABILIDADE SOCIAL ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM CONTEXTOS RURAIS. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, SÃO PAULO, V. 31, N. 91, 2016.

LEFF, ENRIQUE. **Epistemologia Ambiental**. TRADUÇÃO DE SANDRA VALENZUELA. 4 ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2006.

LEITE, LUIZ HENRIQUE JOCA; ALMEIDA, NARELLE MAIA. ANÁLISE ESPAÇO TEMPORAL E MODELAGEM PREDITIVA DA LINHA DE COSTA DO ESTADO DO CEARÁ. **Revista Geociências**, SÃO PAULO, V. 42, N. 3, 2023.

LEN ZEN, MANFRED ET AL. THE CARBON FOOTPRINT OF GLOBAL TOURISM. **Nature Climate Change**, N. 8, P. 522–528, 2018.

MALECHA, ARTUR; VALE, MARIANA M.; MANES, STELLA. INCREASING BRAZILIAN PROTECTED AREAS NETWORK IS VITAL IN A CHANGING CLIMATE. **BIOLOGICAL CONSERVATION**, N. 288, 2023.

MARINCOLA, FELIPE DE CARVALHO VOMMARO. MAPA DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO ÀS MUDANÇAS DO CLIMA, EM MUNICÍPIOS DO MARANHÃO. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA E MEIO AMBIENTE), FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2018.

MEADOWS, DONELLA H.; RANDERS, JORGEN; MEADOWS, DENNIS L. **The limits to growth**. A REPORT FOR THE CLUB OF ROME'S PROJECT ON THE PREDICAMENT OF MANKIND. NEW YORK: UNIVERSE BOOKS, 1972.

MEETHAN, KEVIN. **Tourism in global society**: PLACE, CULTURE, CONSUMPTION. NEW YORK: PALGRAVE, 2001.

MMA; IBAMA. PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES. SÃO LUÍS: [S.N.], 2003.

MUSHAWEMHUKA, WILLIAM; FITCHETT, JENNIFER; HOOGENDOORN, GIJSBERT. STAKEHOLDER PERCEPTIONS OF CLIMATE CHANGE THREATS TO THE ZIMBABWEAN NATURE-BASED TOURISM SECTOR. **Environmental Development**, N. 44, 2022.

NICOLODI, JOÃO LUIZ; PETERMANN, RAFAEL MUELLER. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A VULNERABILIDADE DA ZONA COSTEIRA DO BRASIL: ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E TECNOLÓGICOS. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 10, N. 02, P. 151-177, JUN. 2010

NURSEY-BRAY, MELISSA. COMMUNICATING CLIMATE CHANGE IMPACTS TO AUSTRALIAN COASTAL AND MARINE COMMUNITIES. **Ocean and Coastal Management**, N. 242, 2023.

PINHO, T. R. R. P. MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDAS PELO TURISMO LITORÂNEO EM COMUNIDADES QUE DÃO ACESSO A PARQUES NACIONAIS. TESE (DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE). UFC. 2019.

PINHO, THAYS REGINA RODRIGUES; DANTAS, EUSTÓGIO WANDERLEY; SANTOS, JADER OLIVEIRA. TURISMO E SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES COSTEIRAS: REFLEXÕES SOBRE MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS EM JERICOACOARA (CE) E BARREIRINHAS (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, SÃO PAULO, v.12, N.4, AGO/OUT 2019, PP.531-562.

PBMC. IMPACTO, VULNERABILIDADE E ADAPTAÇÃO DAS CIDADES COSTEIRAS BRASILEIRAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: RELATÓRIO ESPECIAL DO PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. MARENGO, JOSÉ A., SCARANO, F. R. (ED.). RIO DE JANEIRO: PBMC, COPPE – UFRJ, 2016. ISBN: 978-85-285-0345-6.

PNUD; IPEA; FJP. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2022. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/RANKING](http://www.atlasbrasil.org.br/ranking)

ROCHA, ALEXANDRE FERNANDO RODRIGUES ET AL. EFEITOS POTENCIAIS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA DISTRIBUIÇÃO DE DUAS ESPÉCIES DE PALMEIRAS COM POTENCIAL EXTRATIVISTA NO ESTADO DO MARANHÃO, BRASIL. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.17, N.05, 2024.

SAHA, MILTON KUMAR; BISWAS, AKM ABDUL AHAD; FAISAL, MD. LIVELIHOOD VULNERABILITY OF COASTAL COMMUNITIES IN CONTEXT OF THE CLIMATE CHANGE: A INDEX-BASED ASSESSMENT. **World Development Sustainability**, v. 4, 2024.

SILVA, DAVID LEONARDO BOUÇAS DA. **Turismo em unidades de conservação: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE TURÍSTICA SUSTENTÁVEL NO PARQUE DOS LENÇÓIS MARANHENSES**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL), UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, 2008.

SILVA, FABRÍCIO BRITO ET AL. EVIDÊNCIAS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA REGIÃO DE TRANSIÇÃO AMAZÔNIA-CERRADO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 31, N. 3, 330-336, 2016.

SPENCER, NEKEISHA; STROBL, ERIC; CAMPBELL, ALRICK. SEA LEVEL RISE UNDER CLIMATE CHANGE: IMPLICATIONS FOR BEACH TOURISM IN THE CARIBBEAN. **Ocean and Coastal Management**, N. 225, 2022.

UNWTO; UNEP. CLIMATE CHANGE AND TOURISM – RESPONDING TO GLOBAL CHALLENGES. MADRID: UNWTO, 2008.

WONG, P.P. ET AL. COASTAL SYSTEMS AND LOW-LYING AREAS. IN: CLIMATE CHANGE 2014: IMPACTS, ADAPTATION, AND VULNERABILITY. PART A: GLOBAL AND SECTORAL ASPECTS. CONTRIBUTION OF WORKING GROUP II TO THE FIFTH ASSESSMENT REPORT OF THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. CAMBRIDGE, UK AND NEW YORK, NY, USA: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2014.

WORLD BANK. TURN DOWN THE HEAT: CONFRONTING THE NEW CLIMATE NORMAL. WASHINGTON, DC: WORLD BANK, 2014. LICENSE: CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION—NONCOMMERCIAL—NODERIVATIVES 3.0 IGO (CC BY-NC-ND 3.0 IGO).

A RESILIÊNCIA AMBIENTAL NO AMAZONAS

Andreza Letícia Oliveira Tundis Ramos

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental (PPGDA)
pela Universidade do Estado do Amazonas*

Helder Brandão Góes

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental (PPGDA)
pela Universidade do Estado do Amazonas*

Luana Caroline Nascimento Damasceno

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental (PPGDA)
pela Universidade do Estado do Amazonas*

Priscila Farias dos Reis Alencar

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental (PPGDA)
pela Universidade do Estado do Amazonas*

Denison Melo de Aguiar

*Doutor em Direito pelo PPGD/UFGM. Mestre em Direito ambiental pelo PPGDA/UEA.
Coordenador da Clínica de Mecanismo de Soluções de Conflitos da UEA. Professor de Direito da
UEA. Contato: denisonaguiarx@gmail.com*

Resumo: A resiliência ambiental tem se tornado cada vez mais importante para o equilíbrio da floresta amazônica, uma vez que a degradação ambiental vem prejudicando a região amazônica de sua capacidade de resistir à seca e as queimadas. O desmatamento provoca situações desastrosas, pois as espécies de árvores locais não estão preparadas para lidar com o fogo e se recuperar. É essencial adotar medidas adequadas de gestão e conservação para ajudar a Amazônia a enfrentar as futuras mudanças climáticas. Nesse cenário, é essencial ter um quadro jurídico eficiente e uma governança baseada em políticas públicas que promovam um modelo socioambiental de resiliência ambiental. Este estudo examina o sistema jurídico atual em diferentes níveis – regional, nacional e internacional –, destacando a importância das normas jurídicas na orientação das políticas públicas de resiliência ambiental. A pesquisa busca responder como a legislação pode fomentar a construção de políticas públicas para promover a resiliência ambiental, sugerindo que uma legislação adaptativa, focada na resiliência ambiental, pode tornar essas políticas mais eficazes.

O objetivo é analisar os mecanismos jurídicos existentes e a evolução dessa legislação com uma perspectiva socioambiental desde a década de 1990. A metodologia envolve uma abordagem qualitativa e um estudo bibliográfico, além de analisar as consequências do descumprimento dessa legislação. Espera-se que a análise do cenário atual contribua para a adoção de práticas mais sustentáveis e eficazes, essenciais para a conservação da biodiversidade e para as futuras gerações.

Palavras-chave: Resiliência Ambiental; Amazônia; Mudança Climática; Legislação Ambiental.

Abstract: Environmental resilience has become increasingly important for the balance of the Amazon rainforest, as environmental degradation has been detrimental to the Amazon region's ability to withstand drought and fires. Deforestation causes disastrous situations, as local tree species are not prepared to cope with fire and recover. It is essential to adopt adequate management and conservation measures to help the Amazon face future climate change. In this scenario, it is essential to have an efficient legal framework and governance based on public policies that promote a socio-environmental model of environmental resilience. This study examines the current legal system at different levels – regional, national and international –, highlighting the importance of legal norms in guiding public policies for environmental resilience. The research seeks to answer how legislation can foster the construction of public policies to promote environmental resilience, suggesting that adaptive legislation, focused on environmental resilience, can make these policies more effective. The objective is to analyze the existing legal mechanisms and the evolution of this legislation from a socio-environmental perspective since the 1990s. The methodology involves a qualitative approach and a bibliographic study, in addition to analyzing the consequences of non-compliance with this legislation. It is expected that the analysis of the current scenario will contribute to the adoption of more sustainable and effective practices, essential for the conservation of biodiversity and for future generations.

Keywords: Environmental Resilience; Amazon; Climate Change; Environmental Legislation.

INTRODUÇÃO

A atividade humana alterou o equilíbrio da floresta e sua resistência à seca e ao fogo, uma vez que o desmatamento desidrata e facilita a combustão de galhos e folhas, resultando em eventos catastróficos, pois as espécies arbóreas locais não possuem adaptações para se recuperar e resistir ao fogo. Todavia, especialistas sugerem que, com medidas adequadas de gestão e conservação, é possível adaptar-se às futuras mudanças climáticas. Nesse contexto, um quadro jurídico eficaz e uma governança baseada em políticas públicas orientadas para um modelo socioambiental e de resiliência ambiental, pode ser fundamental para essa adaptação, o que justifica essa pesquisa.

Diante da necessidade de o Direito tutelar os fatos sociais, este estudo tem por objeto o sistema jurídico contemporâneo na esfera regional, nacional e internacional, já que a norma jurídica é que irá balizar as políticas públicas com o escopo de resiliência ambiental. Dessa maneira, o problema de pesquisa que baseia o estudo é: de que maneira a legislação pode fomentar a construção de políticas públicas a fim de fomentar a resiliência ambiental?

Partindo desse problema, surge como hipótese que uma legislação com uma abordagem adaptativa, com base na resiliência ambiental pode melhorar a realização dessas políticas. Assim, como objeto, a pesquisa pretende analisar os mecanismos jurídicos em vigor e a evolução dessa legislação com uma ótica socioambiental a partir da década de 90.

Dessa forma, considerando que a legislação desempenha um papel crucial no implemento da resiliência ambiental na Amazônia por meio de várias estruturas e programas voltados à conservação da biodiversidade, espera-se que análise do panorama atual contribua para práticas futuras.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

Conceito E Importância De Resiliência Ambiental

O mundo passou por diversas transformações tecnológicas, educacionais, revoluções culturais, guerras, reorganizações políticas, e, mais recentemente, uma pandemia que afetou significativamente a vida em sociedade. No entanto, a vivência da crise climática – caracterizada pela intensificação e maior frequência de eventos extremos em escala global, associada ao potencial colapso de processos ecológicos essenciais para a manutenção das sociedades humanas, tais como a perda de biodiversidade e

o surgimento de novas doenças letais –revela cenários marcados por incertezas e vulnerabilidades antropogênicas, e representa, na atualidade, o maior desafio do ponto de vista ambiental.

Essas dinâmicas não apenas colocam em risco a própria existência da humanidade, mas também implicam em um sofrimento humano de proporções imensas e moralmente inaceitáveis, afetando milhares de pessoas em todo o mundo. Entender as suas causas e impactos é fundamental para que se desenvolvam estratégias visando assegurar às presentes e futuras gerações, o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988):

Art. 225. Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A crise ambiental e climática, em conjunto com as transformações políticas contemporâneas, configura-se em um cenário moldado por alterações sociais e econômicas, além de ser permeado por medo, insegurança e o impacto das inovações tecnológicas. Tanto a humanidade quanto o planeta enfrentam uma transição de múltiplas dimensões, marcada por processos disruptivos que reconfiguram os modelos tradicionais de percepção e análise da realidade. Essa metamorfose global não é apenas uma possibilidade, mas uma realidade anunciada.

Nesse contexto de transição, torna-se essencial aprofundar o entendimento sobre como as questões ambientais e climáticas se articulam às dinâmicas políticas e econômicas nacionais e internacionais, além de sua influência no equilíbrio global de poder. A organização social, tal como se conhece, encontra-se vulnerável a potenciais colapsos decorrentes das incertezas e fragilidades geradas por três importantes acontecimentos que caracterizam essa crise ambiental global: mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição ambiental.

Diante disso, da mobilização coletiva para implementar novos estilos de desenvolvimento socialmente justos e ecologicamente sustentáveis, emerge o conceito de resiliência ambiental, como aspecto fundamental para o alcance do desenvolvimento sustentável, direcionador dos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas.

O conceito de resiliência, basicamente, é a capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar às adversidades ou às mudanças. O termo que se utilizará como parâmetro no presente artigo diz respeito à resiliência socioecológica, elaborado pelo ecologista canadense C. S. Holling, com a publicação do artigo Resiliência e Estabilidade dos Sistemas Ecológicos (1973), para o qual “resiliência socioecológica é a capacidade de um ecossistema retornar a um equilíbrio ou estado estacionário após uma perturbação (que também é definida como estabilidade por alguns autores)”.

Folke (2002, p. 14) afirma que “resiliência é a capacidade intrínseca que o ecossistema apresenta para manter os serviços ambientais desejados, mesmo em conjunturas ambientais instáveis induzidas pelas atividades humanas”. Observa-se, portanto, que a resiliência ambiental está diretamente relacionada com a capacidade que o sistema demonstra de manter a sua originalidade mesmo após intensos choques internos e externos.

Importante destacar quatro aspectos que justificam a importância de um ecossistema resiliente, quais sejam: a capacidade de recuperação, a redução de vulnerabilidades, a garantia de bem-estar humanos e a promoção da sustentabilidade. Isso porque um meio ambiente resiliente é capaz de se recuperar de distúrbios naturais, reduzindo os impactos de tais fenômenos sobre a população humana, assegura a conservação dos serviços ambientais, de modo a garantir que os recursos naturais sejam utilizados de modo adequado.

Investir na resiliência ambiental significa assegurar que os sistemas naturais e sociais estejam melhor preparados para enfrentar desafios futuros, promovendo equilíbrio, estabilidade e qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

REFLEXOS PARA A RESILIÊNCIA À LUZ DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

A trajetória da legislação ambiental brasileira é marcada por avanços significativos em prol de país mais resiliente ambientalmente. Baseada em princípios que têm como norte a proteção e recuperação dos recursos naturais, a Lei nº 6.938/81 (BRASIL, 1981), que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), proporcionou um marco legal para o controle da poluição e o incentivo a práticas sustentáveis.

Art. 2º. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento

sócioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios (Brasil, 1981)

Diante da gama de dispositivos trazidos nessa política, merece destaque a implementação de instrumentos, como o zoneamento e o licenciamento ambiental (art. 9º), que são exemplos claros para promoção à resiliência ambiental, pois além de garantir que as atividades sejam realizadas de forma ambientalmente adequada, ainda possibilitam a criação de áreas de proteção integral, que são fundamentais para a manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos (Brasil, 1981).

Em seguida, o advento da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85) (Brasil, 1985) possibilitou a defesa coletiva de direitos difusos, como aqueles relacionados ao meio ambiente, o que possui íntima conexão com a ótica da resiliência por demonstrar a preocupação do legislador com a proteção proativa dos ecossistemas e a participação social em prol da resiliência ambiental.

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).

I - ao meio-ambiente (Brasil, 1985)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a questão ambiental no Brasil presenciou um marco histórico. Ao consagrar, em seu artigo 225, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental, a Lei Maior conferiu à proteção ambiental um status inédito no ordenamento jurídico brasileiro, estabelecendo uma nova ordem jurídica com forte viés ecológico. Sobre o tema, pontua Prado (2005, p. 131-132):

[...] o ambiente – entendido como o conjunto dos elementos naturais essenciais para a vida e o desenvolvimento do homem – não se confunde com os demais bens jurídicos individuais ou supra-individuais protegidos pelo Direito Penal (v.g., saúde pública, urbanismo, integridade corporal, propriedade). É portador de substantividade ou textura própria, sendo vital em si mesmo como bem jurídico metaindividual sistematicamente autônomo. Além do assentir constitucional, sua conservação e manutenção é primordial ao ser humano, seja no que pertine às suas necessidades existenciais, seja no que se refere ao seu desenvolvimento pessoal e social.

Partindo da perspectiva de Sarlet e Fensterseifer (2019), a inserção da "constitucionalização da tutela ecológica" reflete a ascensão dos valores e direitos ambientais ao centro do ordenamento jurídico brasileiro e impacta todos os ramos do Direito, podendo influenciar a ponderação de outros direitos fundamentais. Nesse contexto, não é apenas um objetivo do Estado, mas também um direito fundamental do indivíduo e da coletividade.

Na sequência, o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) (Brasil, 2012) passou por importantes alterações, que o consolidaram como um marco legal para a conciliação entre a conservação ambiental e as atividades econômicas. Ao estabelecer como parâmetro norteador das suas disposições o desenvolvimento sustentável, a referida legislação deixa claro o seu incentivo ao uso racional dos recursos naturais e a manutenção dos ecossistemas. Assim determina:

Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios: (Brasil, 2012)

Assim, pode-se ter a percepção que o artigo 1º-A da Lei do Código Florestal (Brasil, 1981) objetivou assegurar que as atividades econômicas relacionadas à floresta sejam realizadas de forma a garantir a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações, atribuindo a responsabilidade a todos os entes federados e à sociedade civil na proteção e uso sustentável das florestas, bem como a necessidade de políticas públicas para a preservação ambiental em áreas urbanas e rurais.

Desse modo, conclui-se o arcabouço legal brasileiro, ao longo das últimas décadas, tem se fortalecido no sentido de promover a resiliência ambiental, seja mediante o estabelecimento de mecanismos para a proteção da biodiversidade ou na regulamentação de temas emergentes e até mesmo no incentivo da participação da sociedade, a fim de que se torne crescente a conscientização sobre a importância da proteção ambiental, que são elementos fundamentais para a construção de um futuro mais sustentável e resiliente.

PANORAMA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL AMBIENTAL E A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE RESILIÊNCIA

Admite-se o conceito de resiliência para expor preocupações sobre o desenvolvimento da comunidade e a preparação face a catástrofes, além de integrar a visão a longo prazo sobre os grandes desafios globais (Costa, 2020, p. 9). A esse respeito, algumas convenções internacionais das quais o Estado Brasileiro é signatário direcionam a regulamentação de temas atinentes à resiliência ambiental, à sustentabilidade e à governança.

Passar-se-á a demonstrar um panorama geral desses tratados vigentes que, dentre outras previsões, oferecem uma base principiológica útil ao legislador, ao intérprete da norma e à elaboração de políticas públicas, a exemplo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que se configura em um tratado da Organização das Nações Unidas estabelecido durante a ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD).

A Convenção sobre Diversidade Biológica entrou em vigor em dezembro de 1993, e o Brasil aprovou o texto por meio do Decreto Legislativo nº 2, de 1994, ratificando-a por meio do Decreto Federal nº 2.519 de 16 de março de 1998 (BRASIL, 1998). Tal norma possui três eixos principais: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Além disso, refere-se à biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos genéticos.

Segundo Steiner (2011, p. 109-110), “a CDB trouxe como principais inovações o uso do princípio da precaução, ou seja, garantia contra riscos em potencial que ainda não podem ser identificados com o estado atual do conhecimento científico; e o reconhecimento do valor intrínseco dos seres vivos”. Todavia, tal convenção não impõe sanções diretas aos países, servindo como estrutura para a cooperação internacional em conservação da biodiversidade.

Sob o ponto de vista mais prático, em nível nacional, destacam-se nas disposições da CDB (BRASIL, 1998) a estratégia e o plano nacional para a biodiversidade (artigo 6), que estão ligados à obrigatoriedade dos países em apresentar relatórios quanto às medidas tomadas para atingir os objetivos da

convenção e sua eficácia (artigo 26), além de integrar a temática nos processos decisórios nacionais (artigo 10^a).

Outra convenção internacional que possui enfoque na gestão sustentável dos recursos e na proteção dos ecossistemas é denominada Convenção da ONU para Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD) (BRASIL, 1996), que foi negociada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), mas somente entrou em vigor em 26 de dezembro de 1996, sendo ratificada pelo Brasil em 1997 e promulgada em 1998, revelando-se em um dos principais instrumentos internacionais criados para promover o desenvolvimento sustentável das regiões secas.

A UNCCD (Brasil, 1996) trata-se de uma convenção *sui generis* por não tratar de um tema específico, mas sim das chamadas terras secas do planeta. A esse respeito, Lima e Magalhães (2016, p. 235-236) explicam que “trata-se de regiões que cobrem 41,3% da superfície de continentes e ilhas e que abrigam um terço da população global. Mais da metade da pobreza, no mundo inteiro, aí se localiza”.

Os Artigos IX e X da UNCCD (BRASIL, 1996) exigem que cada país afetado desenvolva e implemente um programa de ação nacional (PAN) e colabore com outros países para criar programas sub-regionais e regionais como parte central da estratégia contra a desertificação. São especificados inclusive os elementos que esses programas devem conter, incluindo estratégias de longo prazo para combater a desertificação e mitigar os efeitos das secas.

Assim, a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CDB) (Brasil, 1992) desempenha um papel crucial no apoio a aspectos de resiliência ambiental, promovendo práticas favoráveis à biodiversidade e mecanismos de financiamento que aprimoram as funções e serviços dos ecossistemas.

Em março de 2015, por ocasião da 3^a Conferência Mundial para a Redução do Risco de Catástrofes, adotou-se o Quadro de Sendai, que sucedeu ao Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015, denominado Marco de Sendai, o qual definiu quatro prioridades de ação para prevenir e reduzir os riscos de catástrofes: compreender o risco de catástrofes; reforçar a governança para a gestão do risco de catástrofes; investir na redução de catástrofes para a resiliência e melhorar a preparação para as catástrofes e a resposta para “reconstruir melhor” no quadro da recuperação, reabilitação e reconstrução da cidade”. Nesse sentido, explica Costa (2020, p. 16):

Com a adoção do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030 verifica-se uma mudança de paradigma comparativamente com o preconizado no Quadro de Ação de Hyogo, com a passagem do conceito de gestão de catástrofes para o conceito de gestão do risco de catástrofes e introduzindo novas temáticas ou reforçando outras (Costa, 2020, p.16).

O Quadro de Sendai ampliou o escopo da redução de risco de catástrofes, adotando uma abordagem multirrisco e multissetorial, incluindo riscos não abordados no Quadro de Ação de Hyogo. A nova agenda abrange riscos de pequena e grande escala, catástrofes frequentes ou eventuais, súbitas ou progressivas, causadas por fenômenos naturais e ação humana, além de riscos ambientais, tecnológicos e biológicos relacionados (Costa, 2020, p. 16).

Posteriormente, o Acordo de Paris (Brasil, 2017), que objetiva limitar o aquecimento global e, por consequência, a perda de biodiversidade, passou a exigir que os países cumpram metas nacionais para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Na visão de Rei, Gonçalves e Souza, isso é crucial para manter o equilíbrio estrutural e funcional dos ecossistemas sob pressões externas, como as atividades humanas. Dessa forma, o acordo representa um marco significativo na governança ambiental global, que visa aumentar a resiliência dos ecossistemas (2017, p. 82).

O compromisso exigido aos Estados na estipulação de metas permite que, após tornarem-se mandatórios, possibilitem a cobrança pelos demais Estados, com possibilidades de ações e intervenções, a partir de avaliações periódicas a cada cinco anos, conforme o artigo 14 do Acordo de Paris (Brasil, 2017).

Além disso, o Acordo de Paris (Brasil, 2017) enfatiza os esforços de mitigação e adaptação, que são essenciais para aumentar a resiliência ambiental. Os esforços de mitigação visam a reduzir o impacto das mudanças climáticas, enquanto as estratégias de adaptação ajudam os ecossistemas e as sociedades humanas a se ajustarem aos seus efeitos. Essa abordagem dupla é vital para manter a resiliência dos ecossistemas em face das mudanças climáticas (Rei; Gonçalves; Souza, p. 82).

Portanto, observa-se que a postura das nações diante das mudanças climáticas, refletida na evolução das convenções internacionais, revela que política ambiental internacional mudou para uma abordagem adaptativa, em que a resiliência é vista como um meio de conviver e potencialmente

beneficiar-se das mudanças ambientais, em vez de tão somente combatê-las. É essa a política que deve ser aplicada também na região amazônica.

Metodologia

Para alcançar esse objetivo, será utilizada uma abordagem metodológica robusta, baseada em uma revisão extensiva da literatura e análise teórica, adotando o método dedutivo. Esse método permitirá partir de uma análise abrangente dos princípios e normas ambientais gerais para se chegar à legislação ambiental específica do Estado do Amazonas. O foco estará em identificar e examinar os recursos regionais previstos por essa legislação, como o programa Bolsa-Floresta, que incentiva a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia. Além disso, a pesquisa incluirá uma análise detalhada das consequências do descumprimento dessas normas ambientais, com um olhar crítico sobre os impactos socioeconômicos e ecológicos.

Inicialmente, será revisada a literatura existente sobre princípios ambientais, envolvendo conceitos fundamentais como a sustentabilidade, a preservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. Em seguida, essa análise será aplicada às normativas ambientais vigentes no Amazonas, avaliando como esses princípios são incorporados na legislação local (Schaedler, 2024).

Para alcançar esse objetivo, será utilizada uma abordagem metodológica baseada em uma revisão extensiva da literatura e análise teórica, adotando o método dedutivo. Esse método permitirá partir de uma análise abrangente dos princípios e normas ambientais gerais para se chegar à legislação ambiental específica do Estado do Amazonas. O foco estará em identificar e examinar os recursos regionais previstos por essa legislação, como o programa Bolsa Floresta, que incentiva a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia. Além disso, a pesquisa incluirá uma análise detalhada das consequências do descumprimento dessas normas ambientais, com um olhar crítico sobre os impactos socioeconômicos e ecológicos.

O método dedutivo é essencial para uma investigação sistemática e lógica, que inicia com fundamentos teóricos amplos e progride para situações concretas e específicas. Inicialmente, será revisada a literatura existente sobre princípios ambientais, envolvendo conceitos fundamentais como a sustentabilidade, a preservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. Em seguida, essa análise será aplicada às legislações ambientais vigentes no estado do Amazonas, avaliando como esses princípios

são incorporados na legislação local. Já a revisão da literatura incluirá fontes acadêmicas, que abordem os princípios ambientais e suas aplicações práticas.

A pesquisa se aprofundará no estado do Amazonas, nas leis e programas regionais, como o programa Bolsa Floresta (Viana, 2008), criado para promover a conservação da floresta através de incentivos econômicos a proprietários rurais que adotam práticas sustentáveis. A eficácia desse programa, seus mecanismos de implementação e seus impactos ambientais serão analisados minuciosamente. A pesquisa também examinará as consequências do descumprimento da legislação ambiental, abordando impactos ecológicos, sociais e econômicos. A degradação ambiental resultante da não observância das normas pode levar a perdas significativas de biodiversidade, redução dos serviços ecossistêmicos e agravamento das condições socioeconômicas das populações locais.

Dessa maneira, a pesquisa pretende oferecer uma visão compreensiva da importância das normas ambientais e dos mecanismos de incentivo à conservação, destacando a necessidade de uma aplicação rigorosa e de políticas públicas que favoreçam a resiliência ambiental na Amazônia (Rivetti, 2013). A análise das implicações para a governança ambiental busca contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e sustentáveis de gestão ambiental, que possam ser aplicadas tanto no contexto regional quanto em outras áreas com desafios ecológicos similares. A pesquisa espera demonstrar que uma legislação bem estruturada, aliada a programas de incentivo econômico, pode não só proteger o meio ambiente, mas também promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

Ao final do estudo, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a adoção de práticas mais sustentáveis e eficazes, essenciais para a conservação da biodiversidade e para o bem-estar das gerações futuras. Esta pesquisa não só amplia o entendimento sobre a legislação ambiental e sua aplicação prática, mas também oferece reflexões para formuladores de políticas, pesquisadores e a sociedade em geral sobre a importância de agregar a resiliência ambiental em todos os níveis de governança.

ANÁLISE DE DADOS

Legislação do Estado do Amazonas e resiliência ambiental

O Estado do Amazonas possui duas leis de importante destaque na proteção da resiliência ambiental: a Lei n.º 3.135/2007 (Amazonas, 2007), que instituiu a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e a Lei n.º 4.730/2018, que dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado do Amazonas.

Destaca-se, no inciso II do art. 5.º na Lei n.º 3.135/2007 (Brasil, 2007) o Programa Bolsa Floresta criado com o objetivo de instituir o pagamento por serviços e produtos ambientais às comunidades tradicionais pelo uso sustentável dos recursos naturais, conservação, proteção ambiental e incentivo às políticas voluntárias de redução de desmatamento.

A estratégia de intervenção do projeto, implementado pela Fundação Amazônia Sustentável, consiste no estímulo à implantação de uma economia baseada em produtos e serviços derivados do manejo florestal sustentável, como alternativa econômica ao desmatamento, mediante o apoio a atividades econômicas, capacitação aos empreendedores, organização comunitária e capacitação de lideranças, desenvolvidas especialmente em Unidades de Conservação de uso sustentável. A geração de renda por meio de atividades produtivas sustentáveis permite que as populações que residem na região não promovam o desmatamento da floresta, fortaleçam suas organizações associativas, bem como empodera as comunidades em sua relação com os diversos públicos (Fundo Amazônia, 2020).

A Lei n.º 4.730/2018 (Amazonas, 2018), por sua vez, estabeleceu, em seu art. 1.º, a exigência do Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, receberem concessão ou firmarem parceria público-privada com a Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Estado do Amazonas, cujos valores sejam superiores ao limite da modalidade de licitação por concorrência, sendo R\$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) para obras e serviços de engenharia, e R\$1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais) para compras e serviços, mesmo que na forma de pregão eletrônico, e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias.

Os programas de integridade também denominados compliance consistem em um conjunto de medidas internas que permite prevenir ou

minimizar riscos de violação às leis decorrentes de atividade praticada por um agente econômico e de qualquer um de seus sócios e colaboradores (Carvalho; Rodrigues, 2016, p. 9).

O processo licitatório, no âmbito do Amazonas, portanto, passou a incluir um critério adicional. Além de priorizar a proposta mais vantajosa e assegurar a igualdade entre os participantes, exige, por meio do edital, que o licitante implemente um programa de integridade como condição para sua futura contratação com o Poder Público. Nesse contexto, está inserida a exigência de compliance ambiental. Essa prática vai além da promoção da integridade, abrangendo também o monitoramento e a aplicação adequada das normas ambientais, a análise dos riscos associados a atividades potencialmente prejudiciais ao meio ambiente e a obrigatoriedade de programas específicos de compliance ambiental como requisito para as contratações, conforme Lei estadual n. 4.730, de 27 de dezembro de 2018 (Amazonas, 2018).

Observa-se, portanto, que tais legislações estaduais do Amazonas são importantes ferramentas estratégicas para promover a resiliência ambiental na Amazônia. O Programa Bolsa Floresta, ao combinar conservação ecológica com benefícios diretos às comunidades locais, garante que as florestas localizadas nas Unidades de Conservação permaneçam intactas e cumpram suas funções essenciais para o equilíbrio ambiental global. E os Programas de Integridade fortalecerem a governança ambiental, reduzindo a vulnerabilidade dos ecossistemas ao assegurar que atividades humanas estejam alinhadas a critérios de sustentabilidade e proteção ambiental.

DISCUSSÕES

Consequências do descumprimento da legislação

A capacidade dos ecossistemas de resistirem aos desafios de degradação ambiental e se recuperarem sem perder suas funções essenciais, conhecida como resiliência ambiental, é de extrema importância no contexto da Amazônia. Este importante bioma para o mundo, é fundamental na regulação do clima global e na preservação da biodiversidade. O descumprimento da legislação ambiental gera impactos graves, comprometendo essa resiliência e desencadeando várias consequências jurídicas, legislação branda e acúmulos de processos judiciais, sociais, através do êxodo das comunidades

tradicionais e povos indígenas e ecológicas, como o desmatamento, através das derrubadas indiscriminadas para a atividade agrícola, queimadas, ocasionando danos a vegetação e alterando o ciclo hídrico que ameaçam o equilíbrio ambiental e os direitos das comunidades locais. O desrespeito às normas ambientais, como o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) (Brasil, 2012), resulta na manipulação de áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais.

A expansão do desmatamento ilegal, das queimadas e da exploração predatória dos recursos naturais intensifica essa situação, levando à perda da biodiversidade, como espécies de animais, plantas e microrganismos existentes na região amazônica e à redução da capacidade de resiliência ambiental. Essa situação compromete o ciclo hidrológico, agrava os efeitos das mudanças climáticas. Segundo Milaré (2020), “o cumprimento da legislação ambiental é um dos pilares para a manutenção do equilíbrio ecológico, sem o qual a resiliência dos ecossistemas se torna insustentável”.

Na região amazônica, o descumprimento das normas coloca em risco sua função vital como reguladora climática global. As consequências jurídicas do descumprimento da legislação ambiental são severas, abrangendo avaliações administrativas, civis e penais. A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) (Brasil, 1998) prevê multas, embargos de atividades, obrigações de recuperação de áreas degradadas e, em casos mais graves, a responsabilização criminal de pessoas físicas e jurídicas, como o artigo 1º da lei que define as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e estabelece que as sanções administrativas, civis e penais poderão cumular-se, o artigo 59 que aborda o crime de tráfico de animais silvestres e prevê, além da pena de detenção, multa, entre outros.

Além disso, a fragilidade na aplicação das normas ambientais compromete os compromissos internacionais do Brasil, como o Acordo de Paris, gerando avaliações comerciais e prejudicando a imagem do país no cenário global. Fiorillo (2017) ressalta que “a fragilidade na aplicação da legislação ambiental compromete não apenas os direitos das gerações futuras, mas também a soberania nacional”. Um exemplo dessa fragilidade é o desmatamento na Amazônia, que apesar da existência de leis e políticas ambientais, como o Código Florestal, os órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental enfrentam sérios problemas de financiamento, o que limita sua capacidade de atuar de forma eficaz, a vasta extensão da Amazônia dificulta a fiscalização efetiva por parte dos órgãos ambientais, permitindo que atividades ilegais.

Os impactos socioeconômicos também são profundos, especialmente para as populações indígenas, ribeirinhas e comunidades tradicionais, cujas práticas de subsistência estão intimamente ligadas ao equilíbrio ambiental. A gestão da Amazônia prejudica a agricultura familiar, o extrativismo sustentável e o acesso a recursos hídricos de qualidade. Benjamim (2001) destaca que o cumprimento da legislação ambiental é essencial para garantir a justiça ambiental e proteger os direitos fundamentais das comunidades locais, enquanto sua inobservância perpetua desigualdades sociais e aumenta a vulnerabilidade de sociedade dependente dos recursos naturais.

A resiliência ambiental da Amazônia depende de uma governança jurídica eficaz, sustentada por políticas públicas eficazes e pela aplicação rigorosa das normas ambientais. Medidas como o fortalecimento dos órgãos fiscalizadores, a adoção de tecnologias de monitoramento e o envolvimento das comunidades locais são essenciais para garantir o cumprimento da legislação. Sampaio (2019) enfatiza que “a legislação ambiental deve ser acompanhada por medidas educativas e preventivas, fortalecendo a consciência coletiva sobre a importância da conservação da Amazônia e sua resiliência”.

Portanto, o descumprimento da legislação ambiental compromete de forma alarmante e grave, a resiliência da Amazônia, desencadeando impactos ecológicos irreversíveis, prejuízos jurídicos, desigualdades sociais e prejuízos econômicos. Para preservar este bioma essencial e garantir os direitos das gerações futuras, é prioridade que o Brasil reforce a aplicação de normas ambientais e promova políticas de desenvolvimento sustentável que conciliem conservação e progresso.

CONSIDERAÇÕES

O conceito de resiliência socioecológica, introduzido na década de 1970 pelo ecologista canadense C. S. Holling (1973), enfatiza que o equilíbrio dos sistemas ecológicos depende da preservação dos serviços ambientais indispensáveis ao bem-estar social das populações. Essa perspectiva destaca a capacidade tanto das sociedades quanto dos ecossistemas de resistirem a determinados níveis de estresse sem comprometer suas estruturas fundamentais. A resiliência, nesse contexto, emerge como um elemento central para reduzir as vulnerabilidades sociais, promovendo uma maior capacidade de adaptação e sustentabilidade frente às pressões ambientais.

A análise da Convenção sobre Diversidade Biológica, da Convenção para Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, do Marco de Sendai e do Acordo de Paris demonstrou uma transformação na política ambiental internacional em direção a um paradigma adaptativo, em que a resiliência é percebida não apenas como um mecanismo de coexistência, mas também como uma fonte potencial de vantagem das alterações ambientais, e não apenas como uma estratégia de oposição.

O Estado do Amazonas possui uma base legal focada na proteção ambiental e no desenvolvimento sustentável. Essa legislação é vital para a criação de políticas públicas que incentivem a resiliência ambiental, ajudando a região a se adaptar às mudanças climáticas e às atividades humanas. Desde os anos 90, houve um avanço significativo na inclusão de princípios de sustentabilidade nas normas ambientais do estado.

Entre os programas de destaque está o Bolsa Floresta, que oferece incentivos econômicos para comunidades que adotam práticas sustentáveis. Isso ajuda a reduzir o desmatamento e promove o uso consciente dos recursos naturais. Além disso, são realizadas iniciativas de educação ambiental e capacitação técnica, preparando as comunidades para adotar práticas mais sustentáveis.

A ideia central é que uma legislação adaptativa, focada na resiliência ambiental, pode tornar as políticas públicas mais eficazes. A análise das leis vigentes e sua evolução desde os anos 90 mostra que a legislação pode realmente fomentar a resiliência ambiental, beneficiando o meio ambiente e as comunidades locais, mas precisam de monitoramento e avaliação para serem efetivas, eficientes e eficazes. Dessa forma, espera-se que essas práticas ajudem a conservar a biodiversidade e garantir um futuro melhor para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **LEI N.º 3.135, DE 05 DE JUNHO DE 2007**. INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS. DISPONÍVEL EM: HTTPS://SAPL.AL.AM.LEG.BR/MEDIA/SAPL/PUBLIC/NORMAJURIDICA/2007/7590/7590_TEXTO_INTEGRAL.PDF. ACESSO EM 19 NOV 2024.

AMAZONAS. **LEI N.º 4.730, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**. DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE NAS EMPRESAS QUE CONTRATAREM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.LEGISCOMPLIANCE.COM.BR/LEGISLACAO/NORMA/230>. ACESSO EM 19 NOV 2024.

BENJAMIM, ANTÔNIO HERMAN. **DIREITO AMBIENTAL DAS ÁREAS PROTEGIDAS: O REGIME JURÍDICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**. 2. ED. SÃO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2001.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. BRASÍLIA, DF: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.HTM. ACESSO EM: 19 NOV. 2024.

BRASIL. **DECRETO FEDERAL Nº 2.519 DE 16 DE MARÇO DE 1998**. PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, ASSINADA NO RIO DE JANEIRO, EM 05 DE JUNHO DE 1992. BRASÍLIA, DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/DECRETO/D2519.HTM. ACESSO EM: 15 NOV. DE 2024.

BRASIL. **DECRETO Nº 9.073, DE 5 DE JUNHO DE 2017**. PROMULGA O ACORDO DE PARIS SOB A CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA, CELEBRADO EM PARIS, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2015, E FIRMADO EM NOVA IORQUE, EM 22 DE ABRIL DE 2016. BRASÍLIA, DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2015-2018/2017/DECRETO/D9073.HTM. ACESSO EM: 15 NOV. DE 2024.

BRASIL. **LEI Nº 12.651 DE 25 DE MAIO DE 2012**. DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA; ALTERA AS LEIS NºS 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, E 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO

DE 2006; REVOGA AS LEIS NºS 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, E 7.754, DE 14 DE ABRIL DE 1989, E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2011-2014/2012/LEI/L12651.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ATO2011-2014/2012/LEI/L12651.htm) ACESSO EM: 18 NOV. 2024.

BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS DE FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/L6938.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm). ACESSO EM: 18 NOV. 2024.

BRASIL. LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985. DISCIPLINA A AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE RESPONSABILIDADE POR DANOS CAUSADOS AO MEIO-AMBIENTE, AO CONSUMIDOR, A BENS E DIREITOS DE VALOR ARTÍSTICO, ESTÉTICO, HISTÓRICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO (VETADO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/L7347ORIG.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm). ACESSO EM: 18 NOV. 2024

CARVALHO, VINICIUS; RODRIGUES, EDUARDO FRADE (COORD.). **GUIA PARA PROGRAMAS DE COMPLIANCE.** CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE). MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, BRASÍLIA, 2016.

COSTA, FRANCISCO. **REDUÇÃO DE RISCOS DE CATÁSTROFES E RESILIÊNCIA NO QUADRO DE SENDAI: O EXEMPLO DAS CIDADES RESILIENTES.** IN RESILIÊNCIA AO RISCO. LOURENÇO, LUCIANO ET AL (COORD.) ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RISCOS, PREVENÇÃO E SEGURANÇA COIMBRA, 2020. ISBN DIGITAL 978-989-54942-7-9. DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.RISCOS.PT/WP-CONTENT/UPLOADS/2018/SEC/8/SEC_V8_CAP01.PDF](https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SEC/8/SEC_V8_CAP01.pdf). ACESSO EM 19 NOV. DE 2024.

FIORILLO, CELSO ANTÔNIO PACHECO. **CURSO DE DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO.** 20. ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2017.

FOLKE, C. *ET AL.* **RESILIENCE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: BUILDING ADAPTIVE CAPACITY IN A WORLD OF TRANSFORMATIONS.** AMBIO. VOL. 31, N. 5, 2002. DOI: 10.1579/0044-7447-31.5.437.

FUNDO AMAZÔNIA. **PROJETO BOLSA FLORESTA.** DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.FUNDOAMAZONIA.GOV.BR/PT/PROJETO/BOLSA-FLORESTA-00001/](https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/bolsa-floresta-00001/). ACESSO EM: 19 NOV. 2024.

LIMA, JOSÉ ROBERTO; MAGALHÃES, ANTONIO ROCHA. INSTITUCIONALIDADE E GOVERNANÇA PARA O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NO BRASIL. IN: **GOVERNANÇA AMBIENTAL NO BRASIL: INSTITUIÇÕES, ATORES E POLÍTICAS PÚBLICAS** / ORGANIZADORA: ADRIANA MARIA MAGALHÃES DE MOURA. – BRASÍLIA: IPEA, 2016, P. 231-252. DISPONÍVEL EM [HTTPS://REPOSITORIO.IPEA.GOV.BR/HANDLE/11058/9287?MODE=FULL](https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9287?mode=full). ACESSO EM 17 NOV. DE 2024.

MILARÉ, ÉDIS. **DIREITO DO AMBIENTE: A GESTÃO AMBIENTAL EM FOCO**. 12. ED. SÃO PAULO: THOMSON REUTERS BRASIL, 2020.

PRADO, LUIZ REGIS. **DIREITO PENAL AMBIENTAL**. SÃO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2005.

REI, FERNANDO CARDOZO FERNANDES; GONÇALVES, ALCINDO FERNANDES; SOUZA, LUCIANO PEREIRA DE. **ACORDO DE PARIS: REFLEXÕES E DESAFIOS PARA O REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**. VEREDAS DO DIREITO, BELO HORIZONTE, V. 14, N. 29, P. 81-99, MAIO/AGO. 2017. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.18623/RVD.V14I29.996](https://doi.org/10.18623/RVD.V14I29.996). DISPONÍVEL EM [HTTPS://REVISTA.DOMHELDER.EDU.BR/INDEX.PHP/VEREDAS/ARTICLE/VIEW/996](https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/996). ACESSO EM 16 NOV. DE 2024.

RIVETTI, LEONARDO VICENTE. **TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ENTORNO DA RESERVA BIOLÓGICA DE POÇO DAS ANTAS-RJ**. 2013. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REPOSITORIO.UFSCAR.BR/BITSTREAM/HANDLE/UFSCAR/173/5949.PDF?SEQUENCE=1](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/173/5949.pdf?sequence=1) ACESSO EM: 19 NOV 2024.

SAMPAIO, PATRÍCIA BATISTA. **DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO**. 5. ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2019.

SARLET, INGO WOLFGANG; FENSTERSEIFER, TIAGO. **O DIREITO CONSTITUCIONAL-AMBIENTAL BRASILEIRO E A GOVERNANÇA JUDICIAL ECOLÓGICA: ESTUDO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. CONSTITUIÇÃO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO: REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL. CURITIBA, 2019, VOL. 11, N. 20, P. 42-110, JAN-JUL, 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REPOSITORIO.PUCRS.BR/DSPACE/BITSTREAM/10923/18857/2](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/18857/2)

/O_DIREITO_CONSTITUCIONALAMBIENTAL_BRASILEIRO_E_A_GOVERNANA_JUDICIAL_ECOLGICA_ESTUDO_LUZ_DA_JURISPRUDNCIA_DO.PDF. ACESSO EM 18 NOV. 2024.

SCHAEDLER, HUGO AMÉRICO RUBERT. **PAINEL DE SUSTENTABILIDADE INTEGRADA: APOIO NA AVALIAÇÃO DE MUNICÍPIOS AMAZÔNICOS POR INDICADORES AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.** 2024. TESE DE DOUTORADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.TESES.USP.BR/TESES/DISPONIVEIS/6/6139/TDE-21082024-104716/PUBLICO/SCHAEDLERHAR_MTR_R.PDF](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/TDE-21082024-104716/PUBLICO/SCHAEDLERHAR_MTR_R.PDF) ACESSO EM: 19 NOV. 2024.

SFDR. **MARCO DE SENDAI PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES 2015-2030** (VERSÃO EM PORTUGUÊS NÃO-OFICIAL – 31 DE MAIO DE 2015). DISPONÍVEL EM: [FILE:///C:/USERS/ANDRE/DOWNLOADS/MARCO_DE_SENDAI_REDUCAO_RISCO_DESASTRE_2015_2030.PDF](file:///C:/Users/ANDRE/Downloads/MARCO_DE_SENDAI_REDUCAO_RISCO_DESASTRE_2015_2030.PDF). ACESSO EM: 19 NOV. DE 2024.

SOUZA, CRISTIANE MANSUR DE MORAES; MELLO, BRUNO JANDIR; GOMES, ANDERSON DE MIRANDA. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA: AGENDA PARA UMA TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS.** REDES (ST. CRUZ SUL, ONLINE), V.26, 2021. ISSN 1982-6745. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://ONLINE.UNISC.BR/SEER/INDEX.PHP/REDES/ARTICLE/VIEW/16759/10173](https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/16759/10173) ACESSO EM: 19 NOV. DE 2024.

STEINER, ANDREA QUIRINO. **A EFICÁCIA DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA: O CASO BRASILEIRO.** ORIENTADOR MARCELO DE ALMEIDA MEDEIROS. TESE DE DOUTORADO – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, CFCH. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, 2011. DISPONÍVEL EM [HTTPS://REPOSITORIO.UFPE.BR/HANDLE/123456789/1583](https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1583). ACESSO EM 16 NOV DE 2024.

VIANA, VIRGILIO M. **BOLSA FLORESTA: UM INSTRUMENTO INOVADOR PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA.** ESTUDOS AVANÇADOS, V. 22, P. 143-153, 2008. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/EA/A/HV9TTR8CKJMFDLTGQGY5CVP/?FORMAT=PDF&LANG=PT](https://www.scielo.br/j/ea/a/HV9TTR8CKJMFDLTGQGY5CVP/?format=pdf&lang=pt) ACESSO EM 19 NOV 2024.

TRANSIÇÃO SOCIOENERGÉTICA EM COMUNIDADES RURAIS DO MÉDIO SOLIMÕES/AM

Willian Rodrigues Carvalho

Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – PPGICH-UEA. Técnico Administrativo em Educação – Instituto Federal do Amazonas

Ana Claudeise Silva do Nascimento

Doutora em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia (2016), Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (2003) e Graduada em Ciências Sociais/Sociologia (2000), todos pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3068-1324>. E-mail: anaclaudaise@unifesspa.edu.br

Resumo: Considerando o cenário global de mudanças climáticas, o impacto das políticas energéticas estabelecidas ao longo dos anos, que contribuíram significativamente para a degradação ambiental, bem como a necessidade de uma transição energética sustentável a curto prazo. Este estudo propõe analisar como as políticas energéticas nacionais, voltadas para a universalização do acesso à energia elétrica como o Luz para Todos, tem alcançado as comunidades rurais Amazônicas. A pesquisa fundamenta suas análises nos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade que orientam as discussões contemporâneas sobre o tema. Além de uma extensa revisão bibliográfica, este estudo contou com participação de moradores de duas comunidades rurais situadas às margens do rio Solimões, no estado do Amazonas.

Palavras-chave: Transição energética; Desenvolvimento; Sustentabilidade; Médio Solimões.

Abstract: Considering the global scenario of climate change, the impact of energy policies established over the years, which have significantly contributed to environmental degradation, as well as the need for a sustainable energy transition in the short term. This study proposes to analyze how national energy policies, aimed at universal access to electricity such as 'Luz para Todos', have reached Amazonian rural communities. The research bases its analysis on the concepts of development and sustainability that guide contemporary discussions on the topic. In addition to an extensive literature review, this study involved the participation of residents from two rural communities located along the banks of the Solimões River in the state of Amazonas.

Keywords: Energy transition; Development; Sustainability; Médio Solimões.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o cenário desafiador para a promoção do acesso universal a energia elétrica no contexto da Amazônia rural brasileira, tem sido contornado pela implementação de políticas públicas como o Programa Luz para Todos. O Luz Para Todos foi criado no ano de 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do decreto de lei nº 4.873, visando atender parte da população rural que ainda não possuía acesso ao Serviço Público de energia elétrica (Brasil, 2018).

Esse programa do Governo Federal surgiu com a proposta de promover desenvolvimento e inclusão social, tendo em vista que os números do IBGE, no ano de 2000, apontavam a existência de 2 milhões de domicílios rurais não atendidos pelo serviço público de energia elétrica brasileiro (Brasil, 2018), sendo que, no período, cerca de 10 milhões de brasileiros habitavam no meio rural e 90% (noventa por cento) das famílias viviam com uma renda média mensal inferior a três salários mínimos (Brasil, 2018). Estima-se que até o mês de junho de 2018 o programa havia atendido mais de 16 milhões de pessoas na área rural (Brasil, 2018).

Os dados sobre ligações elétricas e as metas alcançadas indicam o êxito da proposta inclusiva do Programa. No entanto, é fundamental considerar, dentro de um contexto global no qual tem se discutindo ao longo dos anos, o desenvolvimento uma política energética que não apenas promova a inclusão, mas que também seja acessível em todas as suas dimensões — social, econômica, política, ambiental, geográfica e cultural. Nesse sentido, torna-se imprescindível uma análise abrangente desses números, utilizando como referência os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, que têm ganhado destaque nas discussões sobre questões ambientais contemporâneas. Essa abordagem holística permitirá uma compreensão mais profunda dos desafios e oportunidades, assegurando que as políticas energéticas contribuam efetivamente para um desenvolvimento sustentável e equitativo.

Considerando o exposto, este estudo apresenta uma análise fundamentada em dados obtidos durante uma pesquisa realizada em uma dissertação de mestrado¹ entre os anos de 2020 e 2022. A pesquisa incluiu uma

¹ A pesquisa que fundamenta a análise desenvolvida neste artigo, foi realizada durante a realização do mestrado pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências

ampla revisão bibliográfica e contou com a participação de moradores de duas comunidades rurais localizadas às margens do rio Solimões, no Amazonas, que foram beneficiadas pelo programa Luz para Todos. O estudo desenvolvido teve como objetivo compreender como os programas de eletrificação rural, como o Luz para Todos, têm se adaptado aos desafios que transcendem a mera extensão territorial e os aspectos econômicos. Buscou-se também entender de que maneira esses programas têm beneficiado as populações que habitam a Amazônia rural brasileira. Assim, foi possível analisar as transformações no modo de vida dos moradores dessas regiões, bem como os desafios enfrentados por aqueles que vivem em um contexto rural singular, característico da Amazônia.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

Garantir o acesso universal a fontes de energia confiáveis e acessíveis a todos é uma das principais metas globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas até 2030 (ONU, 2015). Para que essa meta seja concretizada, a implementação de medidas institucionais e adequações tecnológicas nas políticas energéticas vigentes em todo o mundo, tem se mostrado uma solução necessária. Nesse contexto, Philippi Júnior e Reis (2016) analisam o cenário global de transição para uma matriz energética sustentável e acessível, destacando a crescente preocupação em relação às questões climáticas e o papel da queima de combustíveis fósseis na emissão de gases de efeito estufa. Eles fazem a seguinte observação:

Para enfrentar de forma adequada a questão energética no âmbito da sustentabilidade, uma política nacional de energia deve ser construída com base em um processo de planejamento energético de longo prazo ajustado às realidades dinâmicas do cenário. Um que defina, os objetivos que se deseja atingir no país, o que ultrapassa os limites da questão energética; e então, decidir como os recursos energéticos possam ser melhor utilizados para atingir esses objetivos. E que considere nesse contexto, as restrições de longo prazo: econômicas, socioambientais, políticas, a disponibilidade dos recursos naturais energéticos e a evolução do cenário energético mundial (Philippi Junior; Reis, 2016, p. 8).

Segundo Philippi Junior e Reis (2016), reconhece-se atualmente a necessidade de adequações tecnológicas diante do cenário climático que se apresenta globalmente. Nessa direção, as indústrias têm buscado adotar modelos sustentáveis de desenvolvimento; no entanto, é fundamental

Humanas- Um programa de Mestrado vinculado a Universidade do Estado do Amazonas e contou com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa – FAPEAM.

atentar para a maneira como esse processo está sendo onduzido. Para ilustrar essa situação, os autores mencionam o uso da energia nuclear, que, embora não polua a atmosfera, levanta preocupações em relação à segurança dos reatores e ao tratamento dos resíduos radioativos gerados durante sua utilização. Contudo, atualmente existem tecnologias nucleares que oferecem níveis consideráveis de segurança e que diminuem os danos associados ao lixo atômico, como resultado dessa adequação tecnológica (Philippi Junior; Reis, 2016).

A situação abordada pelos autores provoca uma reflexão sobre as estratégias atualmente empregadas na busca por uma política energética sustentável e equilibrada, e evidencia a falta de priorização no uso de recursos naturais renováveis, como a biomassa, a energia eólica e a solar, que poderiam ser mais aproveitados na geração de energia nas áreas de maior demanda. Além disso, tem-se notado ao longo dos anos que essas alternativas energéticas frequentemente não são integradas a um planejamento energético de forma adequada, o que limita seu potencial e eficácia.

Assim, surgem os seguintes questionamentos: qual modelo de sustentabilidade tem sido priorizado na busca por uma política energética verdadeiramente inclusiva e acessível a todos? Que tipo de desenvolvimento tem sido enfatizado nesse processo? Para um melhor entendimento dessas questões, é necessário analisar os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento a partir das perspectivas que têm sido debatidas ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido, Boff (2017) oferece uma perspectiva reflexiva e pertinente sobre o chamado "tripé da sustentabilidade", amplamente relacionado ao modelo clássico de desenvolvimento sustentável. Segundo ele, para que uma abordagem possa ser considerada sustentável, com base nesse conceito, deve ser ao mesmo tempo economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta. No entanto, em sua análise, Boff (2017) demonstra que desenvolvimento e sustentabilidade podem seguir lógicas completamente distintas. O autor afirma que:

O desenvolvimento- é linear, deve ser crescente, supondo a exploração da natureza, gerando profundas desigualdades – A categoria sustentabilidade, ao contrário, provém do âmbito da biologia e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução, e responde pelas interdependências (Boff, 2017, p.41).

Com base nessa perspectiva, Boff (2017) argumenta que a apropriação política do termo desenvolvimento sustentável em um sistema dominante

pode ser armadilha: “[...] assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los e assume o ideal da economia (crescimento/desenvolvimento), mascarando, porém, a pobreza que ele mesmo produz” (Boff, 2017, p.41).

Veiga (2010) alinha-se ao mesmo pressuposto de Boff (2017) ao abordar o paradigma do desenvolvimento capitalista e a questão da sustentabilidade, apresentando uma análise reflexiva que distingue claramente crescimento e desenvolvimento. O crescimento é frequentemente associado a uma lógica de expansão numérica e quantitativa, intrinsecamente ligado à economia. Em contrapartida, o desenvolvimento é percebido como uma transformação que ocorre em termos de qualidade. Como afirma Veiga (2010, p. 56):

Ninguém duvida que o crescimento é muito importante para o desenvolvimento. Mas não deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela qualitativa, os dois estão interligados mas não são a mesma coisa é sobre vários prismas que a expansão econômica chega a ser mais intrigante que o desenvolvimento (Veiga, 2010, p. 56).

Nessa direção, Boff (2017) apresenta uma visão ideal e abrangente da sustentabilidade, embora o autor a considere mais como um princípio do que uma prática efetiva. Essa perspectiva é refletida na Declaração da ONU sobre o Direito dos Povos ao Desenvolvimento, de 1993, que estabelece que:

O desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada indivíduo, na base da sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele (Boff, 2017, p. 42).

Corroborando a esse pressuposto, Amartya Sen, em sua análise, define o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (Sen, 2010, p. 14). Ele classifica essas liberdades como instrumentais, englobando oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Assim, Sen argumenta que o desenvolvimento deve ser entendido além dos meros números que compõem os índices estatísticos, como o Produto Interno Bruto (PIB) de um país. Em vez de se limitar a indicadores como aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico e modernização social, sua proposta enfatiza a importância da expansão das liberdades e capacidades humanas.

Sachs (2008) reforça a perspectiva de Sen e, em relação à sustentabilidade social, ele afirma:

O desenvolvimento pode ser redefinido em termos de universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos, econômicos, sociais, culturais, bem como, direitos coletivos ao desenvolvimento, ao ambiente, e etc” (Sachs, 2008, p. 37).

A partir da redefinição proposta por Sachs (2008), podemos considerar que, além da igualdade no acesso a bens e serviços, que representa a dimensão social do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade de um sistema que se pretenda socialmente justo e, de fato, inclusivo, deve, em tese, abranger também aspectos conforme a indicação dos seus critérios, como:

a) Dimensão cultural:

- “Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito a tradição e inovação”;
- “Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto integrado e endógeno [...]”.

b) Dimensão territorial

- “Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminações das alocações urbanas nas alocações do investimento público)”;
- “Superação das disparidades inter-regionais”;
- “Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento)”.

c) Dimensão política (nacional):

- “Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos”;
- “Um nível razoável de coesão social” (Sachs, 2009, pp. 85-87).

Em síntese, entende-se que o desenvolvimento socialmente justo e inclusivo de fato se configura como um processo cultural e político abrangente. Para além de considerar as questões econômicas e ambientais, é fundamental que promova a participação democrática e igualitária de todos os indivíduos nas decisões que envolvem o acesso a bens e serviços públicos, indo além da mera satisfação de demandas específicas. Com base nessa compreensão, torna-se possível analisar de forma mais assertiva a eficiência das políticas energéticas em um contexto de transição energética mundial,

considerando os múltiplos cenários rurais que caracterizam a Amazônia brasileira, como se propôs neste trabalho.

METODOLOGIA

Para esta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental em bases dados científicos como Scielo, Science Direct e Google Scholar, além de livros com temáticas relacionadas à eletrificação rural na Amazônia e documentos jurídicos relevantes. Utilizou-se, ainda, o método de pesquisa Survey, considerado mais adequado para a ocasião devido às dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19, que limitou interações diretas com os interlocutores da pesquisa. Esse método mostra-se vantajoso quando se requer a coleta de dados por meio da aplicação direta de formulários aos participantes da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). Com base nessa abordagem, foram convidados a participar voluntariamente 30 representantes de famílias residentes nas comunidades rurais de Vila Soares, no município de Uarini/Amazonas (Figura 1), e Boa Vista, no município de Tefé/Amazonas (Figura 2), situadas em uma região que abrange o curso médio do Rio Solimões/Amazonas.

Figura 1- Mapa da localização da comunidade Vila Soares(Uarini/AM).



Fonte: Google Earth

Figura 2- Mapa da Localização da comunidade Boa Vista (Tefé-AM).



Fonte: Google Earth.

Após a submissão e devida a aprovação do protocolo de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (registro 45215921.4.0000.5016), foram aplicados, entre outubro e novembro de 2021, dois questionários semiabertos. Os questionários abordaram a exclusão elétrica na Amazônia rural e o processo de transição energética resultante do programa Luz Para Todos. Posteriormente, as informações coletadas foram organizadas em um banco de dados por meio do software Excel. Em seguida, foram conduzidas análises qualitativas e quantitativas, que incluíram o cálculo de frequências, a criação de gráficos para as respostas quantitativas, além da discussão e interpretação das informações descritivas obtidas.

Análise de dados

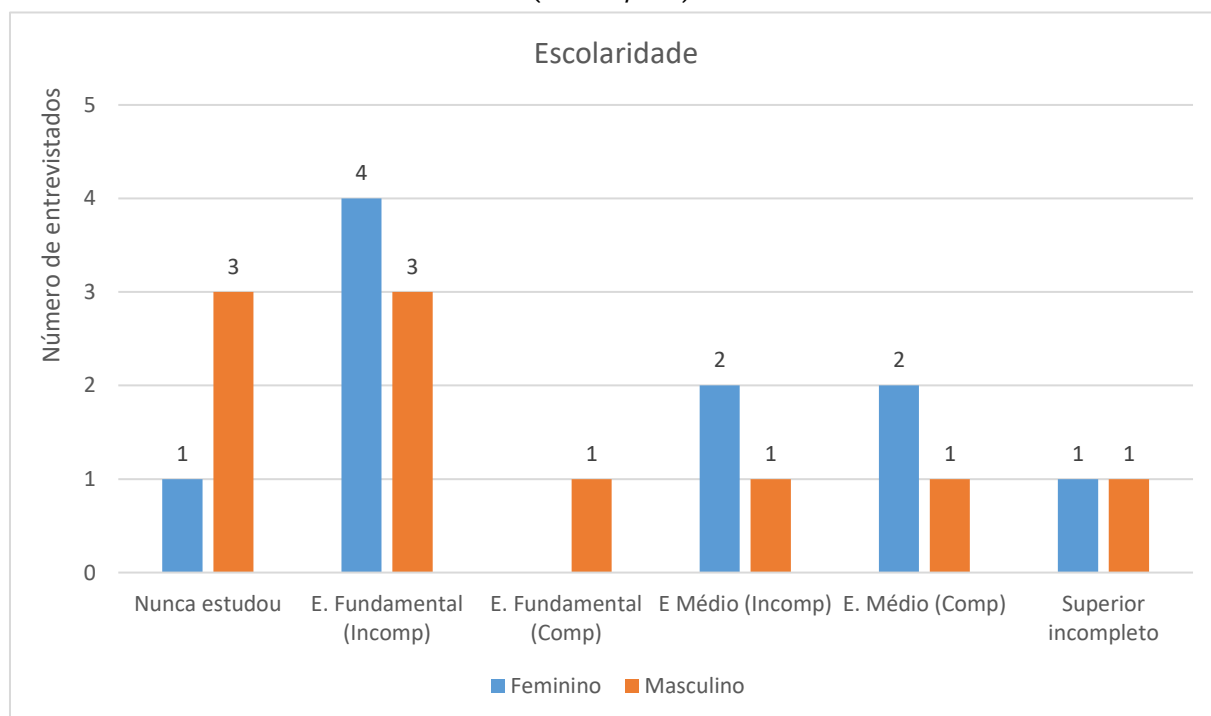
Para realizar uma análise holística dos diversos fatores envolvidos no processo de transição energética, considerando a proposta inclusiva e o desenvolvimento sustentável em um cenário que tem se mostrado desafiador ao longo dos anos, especialmente no que tange à universalização do acesso à energia elétrica. Nesse contexto, é essencial compreender o perfil dos moradores dessas localidades, por isso, inicialmente, buscou-se delinear o perfil socioeconômico dos indivíduos participantes desta pesquisa. Os dados coletados estão apresentados nos gráficos a seguir.

No total, participaram das entrevistas 20 representantes de família da comunidade Vila Soares e 10 da comunidade Boa Vista. Na Vila Soares, a pesquisa contou com a participação equitativa de 10 homens e 10 mulheres, cujas idades variam de 19 a 68 anos (conforme apresentado no gráfico 1). Já na comunidade Boa Vista, situada em Tefé/AM, participaram 6 homens e 4 mulheres, com idades entre 25 e 66 anos (conforme ilustrado no gráfico 2).

Com base nos formulários aplicados, observou-se um baixo nível de escolaridade entre os representantes de família entrevistados das duas comunidades. Na Vila Soares, apenas 5 dos 20 entrevistados conseguiram concluir o ensino médio. Por outro lado, na comunidade Boa Vista, 9 dos 10 representantes possuíam apenas o ensino fundamental. Essa situação é ilustrada nos gráficos 1 e 2.

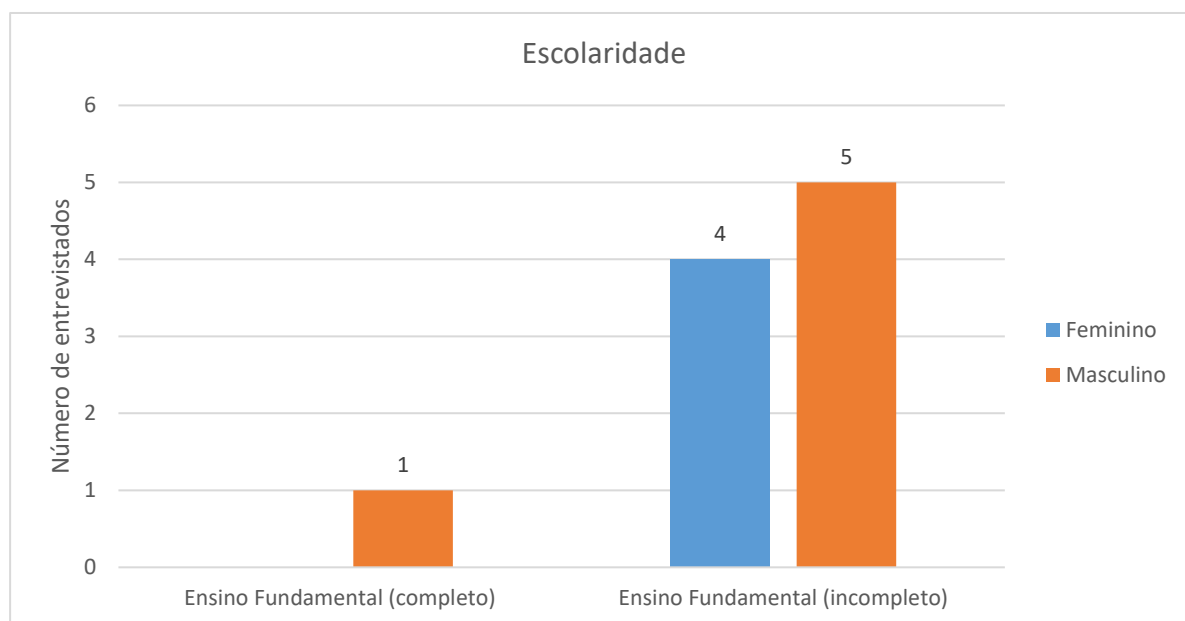
Considerando o universo amostral de 30 indivíduos de ambas comunidades selecionados para esta pesquisa, constatou-se que 20 não haviam concluído o ensino fundamental, sendo 11 da Vila Soares e 9 da Boa Vista. Dentre esses, apenas 2 indivíduos da Vila Soares haviam ingressado no ensino superior.

Gráfico 1- Nível de escolaridade dos informantes da comunidade Vila Soares (Uarini/AM).



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

GRÁFICO 2- Nível de escolaridade dos informantes da comunidade Boa Vista (Tefé/AM).

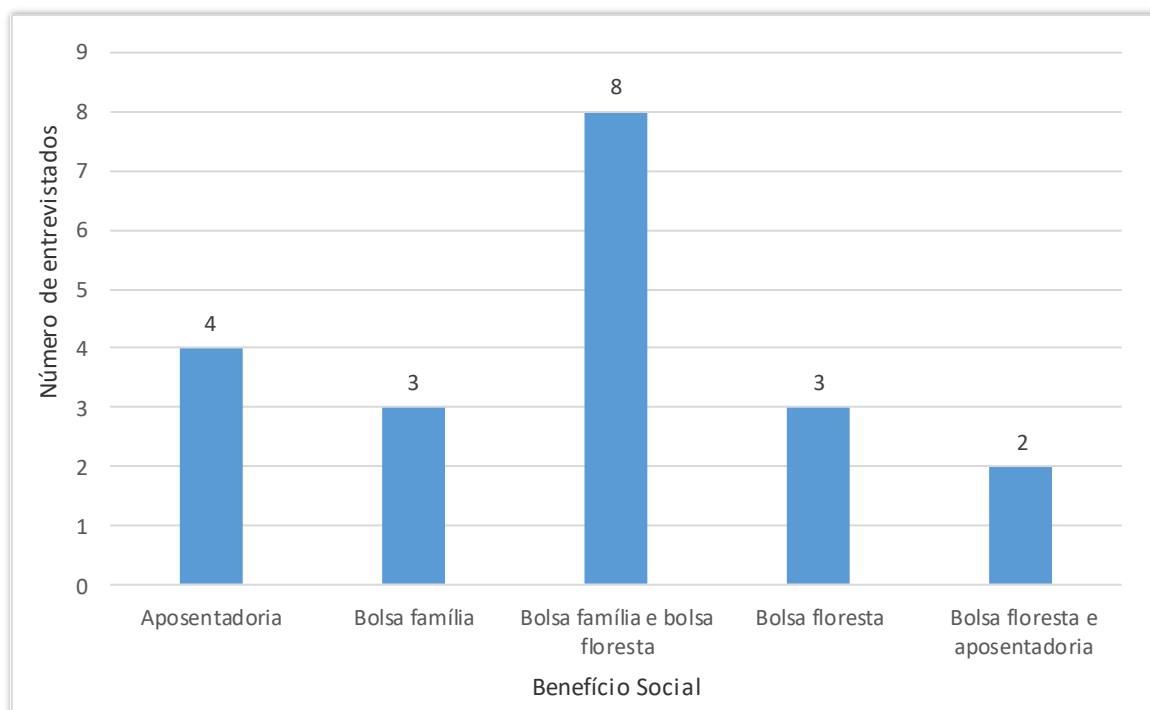


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Além da baixa escolaridade, constatou-se que a renda média mensal dos entrevistados de ambas as comunidades não ultrapassava três salários mínimos. Na comunidade Vila Soares, sete representantes de famílias relataram uma renda mensal familiar inferior a um salário mínimo (estimado em R\$ 1.212,00, naquele período), enquanto treze informantes indicaram rendimentos que variam de um a três salários mínimos. Por outro lado, na comunidade Boa Vista, cinco núcleos familiares apresentavam rendimentos inferiores a um salário mínimo, e outros cinco informantes relataram renda na faixa de um a três salários mínimos.

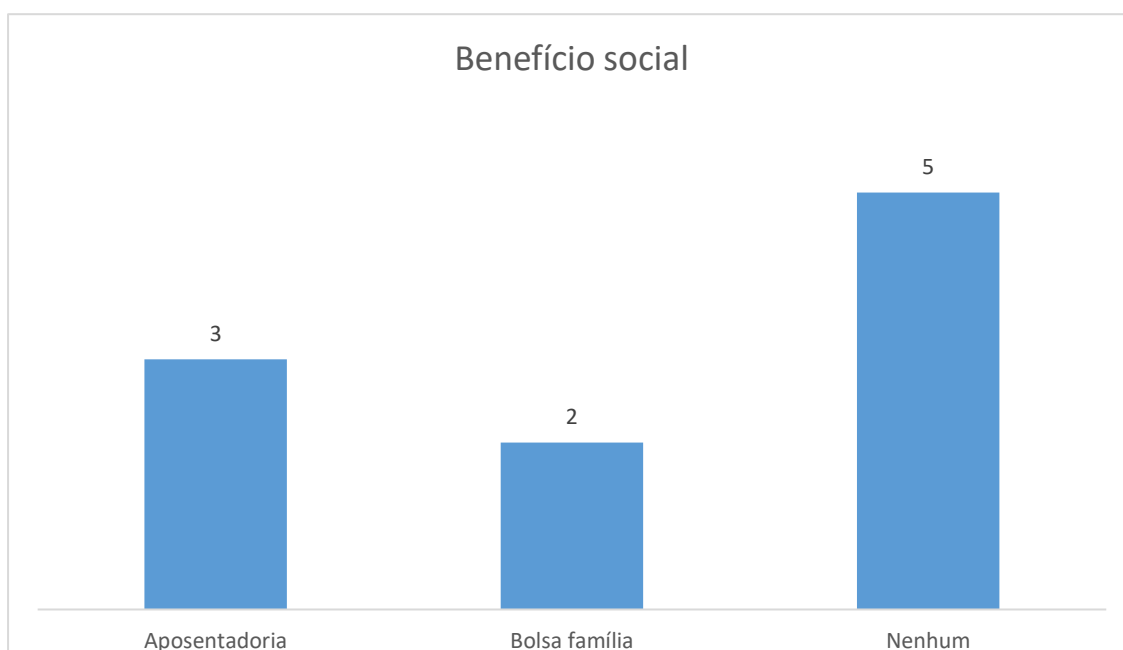
A composição dos rendimentos mensais era, em grande parte, proveniente dos benefícios sociais, como o Bolsa Família, o Bolsa Floresta e as aposentadorias, recebidos pelas famílias. No caso da comunidade Vila Soares, conforme ilustrado no Gráfico 3, entre os 20 informantes, 8 relataram receber tanto o Bolsa Família quanto o Bolsa Floresta, 2 informantes recebem o Bolsa Floresta juntamente com a aposentadoria, 4 recebem apenas a aposentadoria, e 3 recebem somente o Bolsa Floresta. O mesmo número, 3 informantes, declarou receber apenas o Bolsa Família. Por outro lado, na comunidade Boa Vista, apenas 5 dos 10 representantes familiares entrevistados afirmaram receber algum tipo de benefício social, conforme mostrado no Gráfico 4.

Gráfico 3- Benefícios sociais recebidos pelos núcleos familiares dos informantes da comunidade Vila Soares (Uarini/AM).



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Gráfico 4- Benefícios sociais recebidos pelos núcleos familiares dos informantes da comunidade Boa Vista (Tefé/AM).

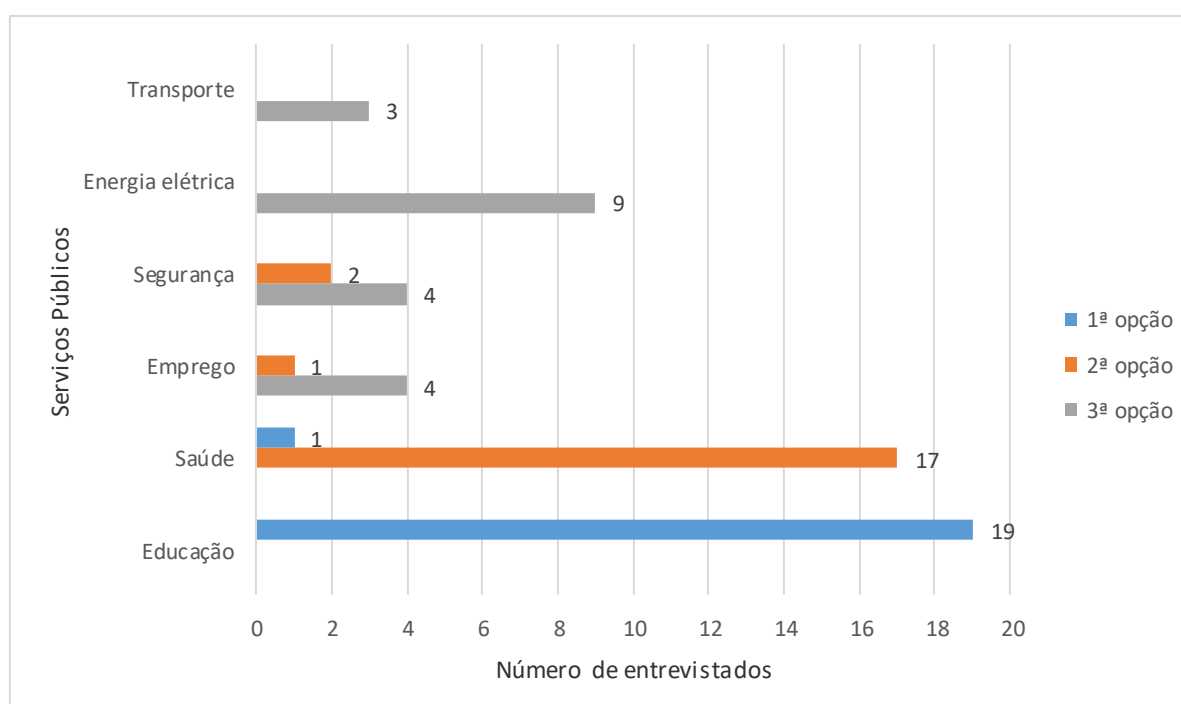


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com a obtenção desses dados, tornou-se possível traçar um panorama do perfil socioeconômico dos entrevistados. Dessa forma, procedeu-se com a análise da percepção dos representantes de famílias a respeito da exclusão elétrica rural. Com essas informações em mãos, foi possível buscar compreender como essas pessoas percebem a importância do serviço público de energia elétrica para seu modo de vida e para a comunidade na qual estão inseridas.

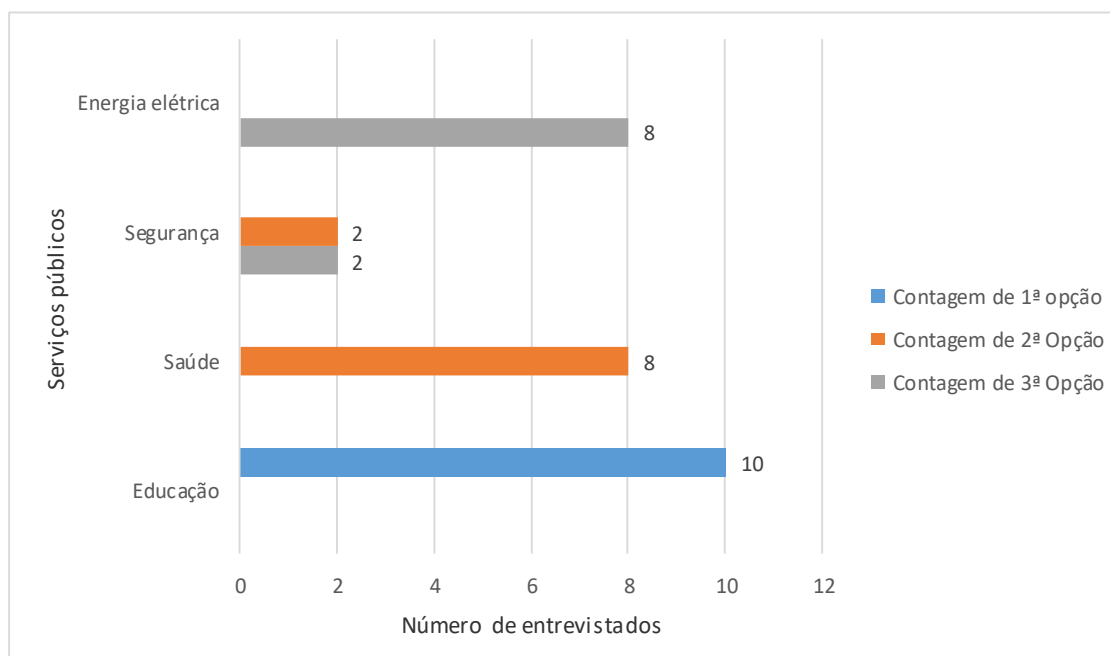
Com base nisso, buscou-se conhecer entre os entrevistados, quais os três serviços públicos que os mesmos consideravam mais importantes para se viver bem em uma comunidade rural. Como é possível notar nos gráficos 5 e 6, tanto na comunidade Vila Soares quanto na comunidade Boa Vista, a maioria dos informantes colocaram o acesso aos serviços públicos de educação (1ª opção), saúde (saúde 2ª opção) e energia elétrica (3ª opção), respectivamente, como os mais importantes em comunidades rurais.

GRÁFICO 5– Frequência dos serviços públicos declarados como os mais importante para viver bem em uma comunidade rural (Vila Soares).



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

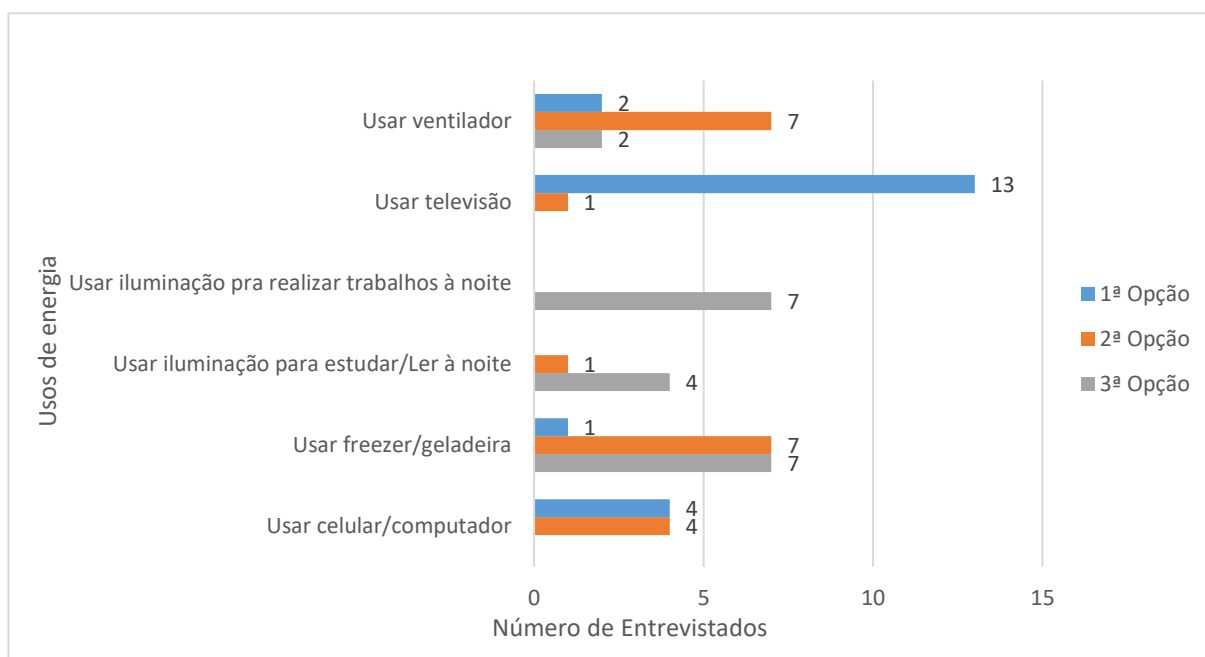
GRÁFICO 6- Frequência dos serviços públicos declarados como os mais importantes para viver bem em uma comunidade rural (Boa Vista)



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

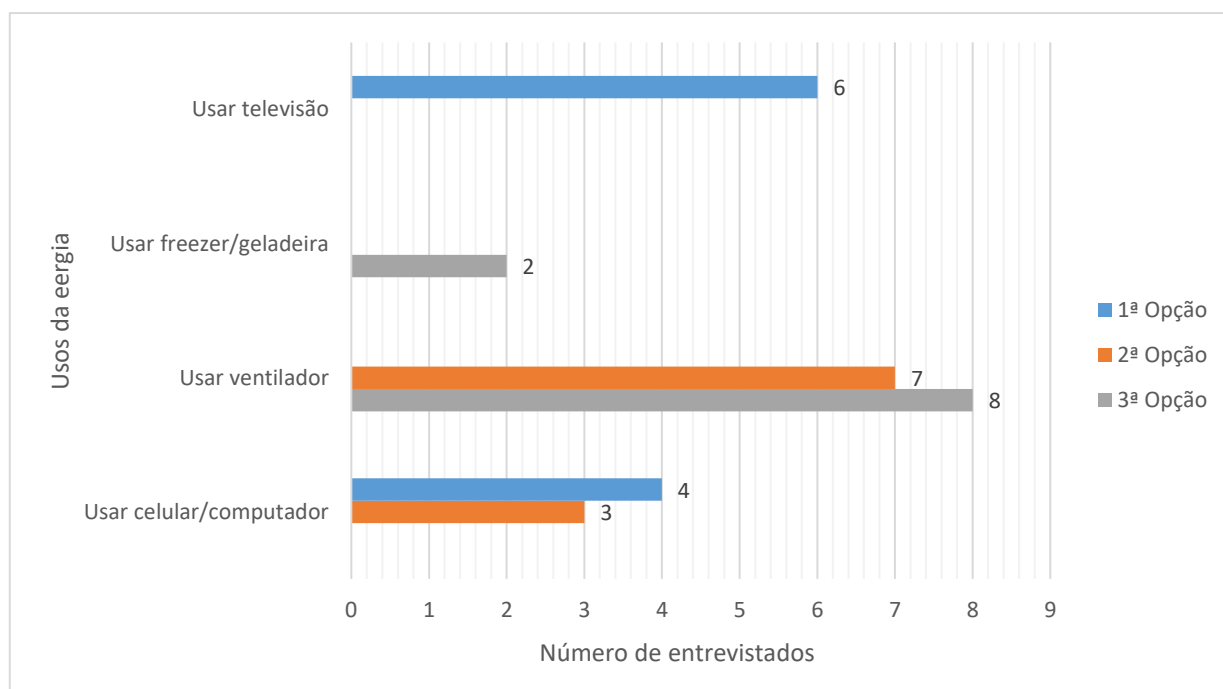
Com relação aos principais usos da energia elétrica para quem vive em uma comunidade rural, usar televisão (1ª opção), usar ventilador (2ª opção), usar Freezer/geladeira (2ª e 3ª opções) e usar iluminação para realizar trabalhos à noite (3ª opção), apresentam maior importância entre os informantes da comunidade Vila Soares (gráfico 7). Para os informantes da comunidade Boa Vista, ter energia elétrica para usar televisão (1ª opção) e usar ventilador (2 e 3ª opções), é de grande relevância para quem vive em uma comunidade rural, conforme é possível observar no Gráfico 8.

GRÁFICO 7- Os três principais usos da energia elétrica em uma comunidade rural para os informantes da comunidade Vila Soares (Uarini/AM).



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

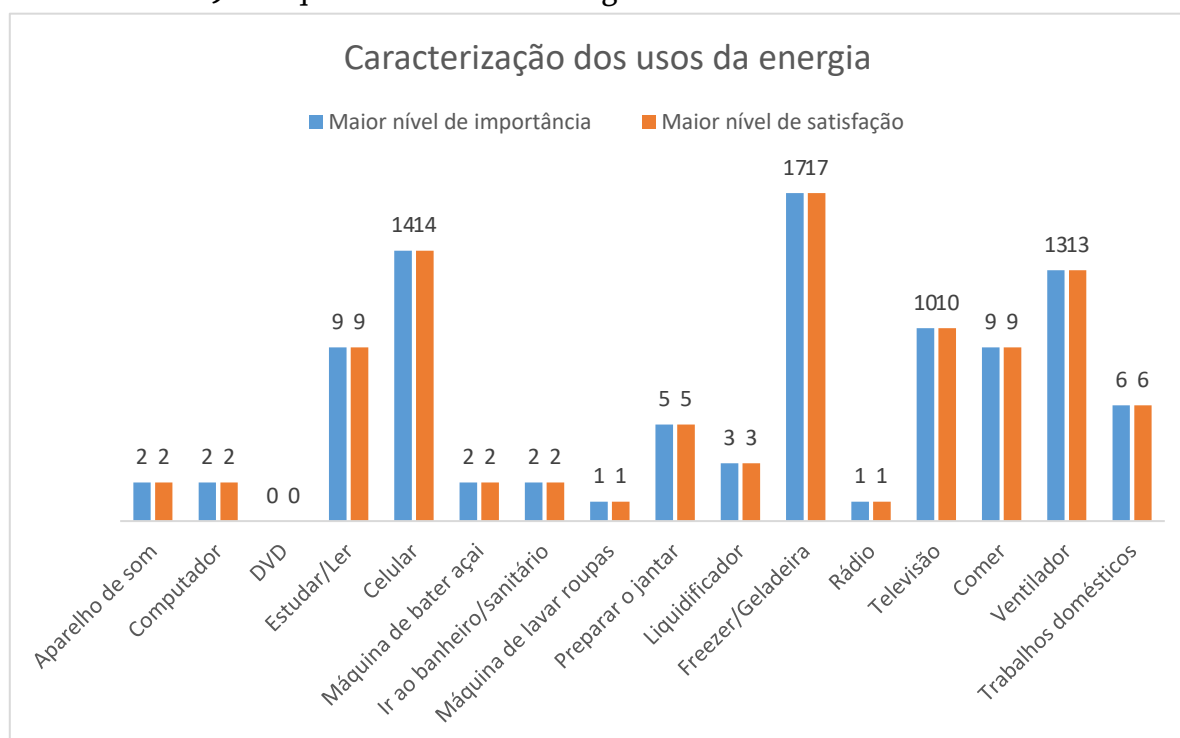
GRÁFICO 8- Os três principais usos da energia elétrica em uma comunidade rural para os informantes da comunidade Boa Vista (Alvarães/AM).



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

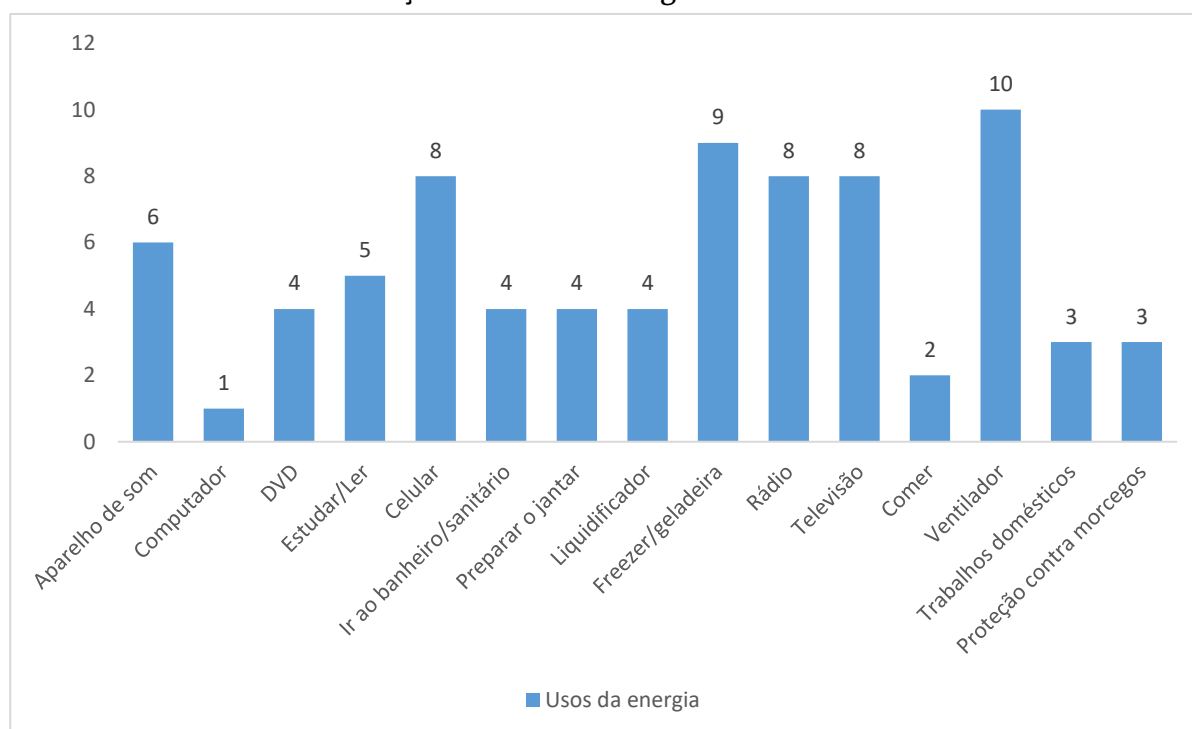
Para esclarecer melhor essas informações, instigou-se os interlocutores da pesquisa a descreverem o uso da energia elétrica em suas residências, além de avaliar esse consumo. Na comunidade Vila Soares, verificou-se que o uso de energia elétrica é predominantemente caracterizado pelo funcionamento de freezers e geladeiras (presente em 20 núcleos familiares), ventiladores (19 núcleos familiares), celulares (18 núcleos familiares) e televisores (16 núcleos familiares), conforme ilustrado no gráfico 9. Os participantes da pesquisa reconheceram que, nesta comunidade, o uso de freezers e geladeiras é considerado o mais importante e satisfatório, com 17 informantes avaliando-o positivamente. Em seguida, aparecem os celulares e ventiladores, cada um com 13 informantes, em uma escala de 0 a 5, onde 0 representa "pouco importante" e 5 "muito importante" (conforme demonstrado no Gráfico 10).

Gráfico 9- Frequência de usos da energia elétrica na comunidade Vila Soares



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

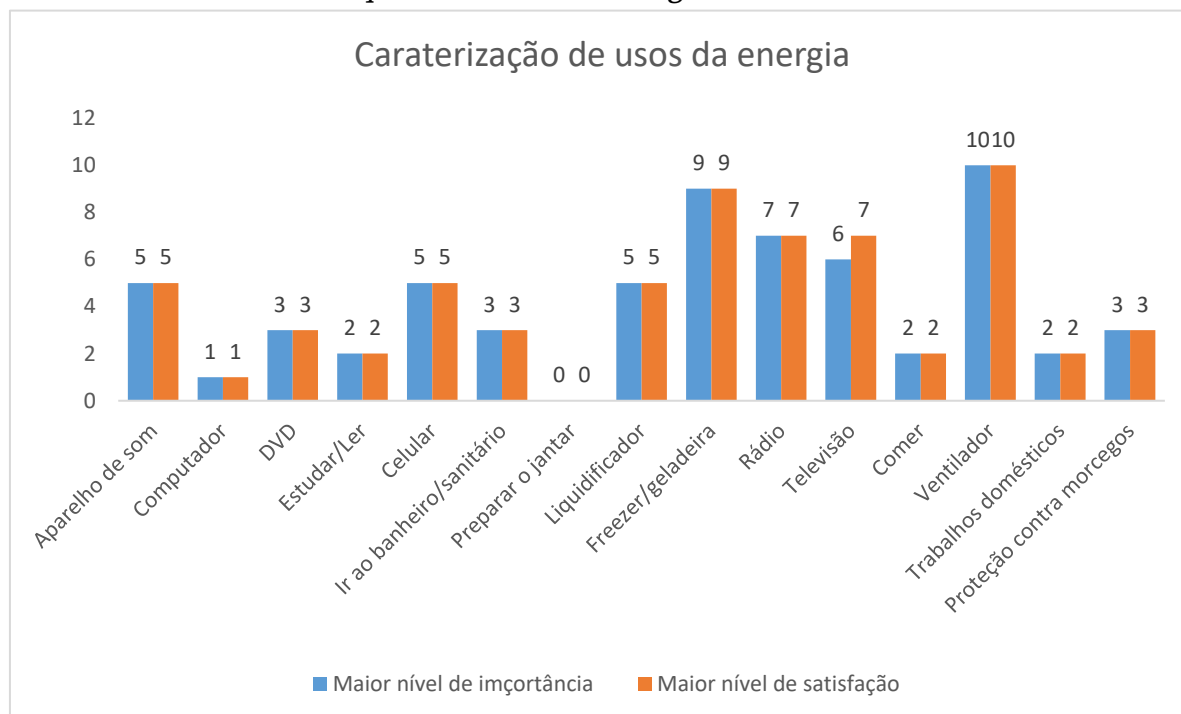
Gráfico 10– Caracterização de usos da energia elétrica na comunidade Vila Soares.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

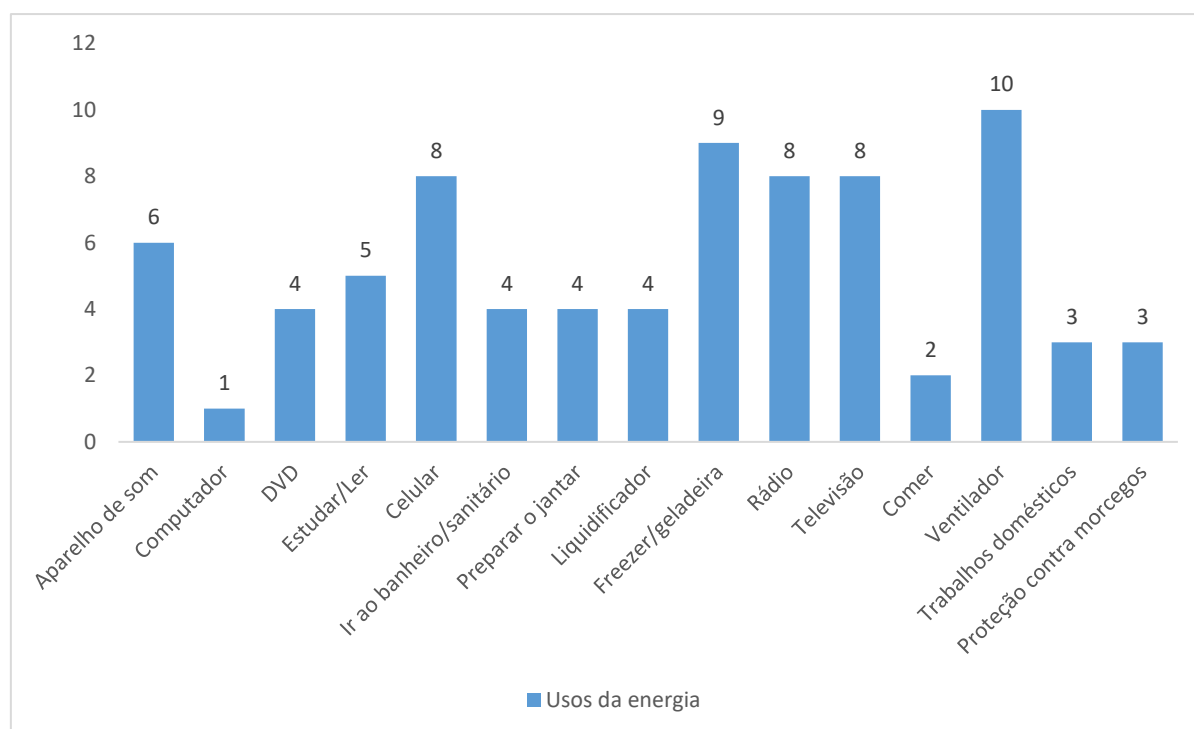
Na comunidade Boa Vista, o consumo de energia entre os núcleos familiares dos dez representantes que participaram da pesquisa não apresenta grandes diferenças em relação à comunidade Vila Soares. Como pode ser observado no Gráfico 11, a energia elétrica é predominantemente utilizada por eletrodomésticos, incluindo ventiladores (presentes em 10 núcleos familiares), freezers/geladeiras (em 9 núcleos), celulares (em 8 núcleos), rádios (em 8 núcleos), televisões (em 8 núcleos) e aparelhos de som (em 6 núcleos). O Gráfico 12 revela que os usos mais valorizados pela maioria dos informantes são o ventilador (indicado por 10 representantes de família), o freezer/geladeira (9 representantes) e o rádio (7 representantes).

Gráfico 11- Frequência de usos da energia elétrica na comunidade Boa Vista.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Gráfico 12- Caracterização de usos da energia elétrica na comunidade Boa Vista.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Discussão

O Estado do Amazonas é o maior do Brasil, em termos de extensão territorial, com uma área de 1.559.167,878 km², correspondendo a mais de 18% do território nacional (IBGE, 2020). Nele se localiza a bacia média do rio Amazonas, que, ao se tornar Solimões, se estende por 3.500 km no Brasil (Pereira, 2007). As margens do rio apresentam dois tipos de ambientes: a várzea, áreas rasas inundadas anualmente, e a terra firme, que permanece seca (Raseira *et al.*, 2008; Lima, 2005; Pereira, 2007). Esses ambientes alternados abrigam populações ribeirinhas, conhecidas como povos rurais amazônicos, que vivem e trabalham às margens dos rios (Lima, 2005; Neves, 2004).

A variação sazonal entre os dois tipos de ambientes que se alternam ao longo do ano na várzea amazônica, produz impactos nas diversas formas de sobrevivência neste território. Conforme Lima (2005, p.12): “Há variações nos padrões de renda, na disponibilidade de recursos naturais, nas condições de saúde e de alimentação dos moradores que respondem ao ritmo das águas do rio”. Neste contexto estão inseridos os participantes desta pesquisa, os moradores da comunidade Vila Soares (Uarini/AM) que é uma comunidade de Terra firme e que, no período da pesquisa, apresentava uma população estimada em 116 pessoas vivendo em cerca de 26 domicílios. A comunidade Boa Vista (Tefé/AM), que passa por períodos de inundações sazonais que é comum ao ambiente de Várzea, e segundo informações dos moradores contava com cerca de 30 habitantes, vivendo em 19 domicílios.

Tanto a comunidade Vila Soares (Uarini/AM), quanto a comunidade Boa Vista (Tefé/AM), foram atendidas pelo Programa Luz Para Todos no ano de 2010. Ambas tiveram um processo de implementação parecidos, que se deram por meio de articulações entre seus representantes e os atores políticos mais importantes das sedes municipais as quais fazem parte, que foram os prefeitos que cumpriam seus mandatos na época. A comunidade rural Vila Soares recebe atendimento de energia elétrica por extensão da rede da sede municipal de Uarini, assim como a comunidade Boa Vista, que é atendida pela rede de Alvarães, apesar de pertencer ao município de Tefé.

Analisando os gráficos e conversando com essas pessoas foi possível notar um entendimento semelhante entre os entrevistados de ambas as comunidades investigadas, que o acesso à energia elétrica tem grande contribuição para atendimento dos serviços públicos de saúde (armazenamento de medicamentos e ventilação do ambiente) e educação (ter

aulas à noite, acesso tecnologias da informação e melhoria do ambiente escolar).

Algo que é possível ser destacado na fala do informante 1, morador da comunidade Boa Vista: "Na saúde, eu acho que ajuda no armazenamento de vacinas e na ventilação do ambiente, ainda mais nessa pandemia de Covid, e na educação porque hoje em dia tudo é informatizado". Para o informante 18, morador da comunidade Vila Soares: "Quanto à saúde, permite a conservação de medicamentos; já na educação, é bastante necessário, pois os ambientes escolares requerem ventilação e iluminação."

Durante os diálogos estabelecidos, na tentativa de entender melhor a justificativa para a constatação anterior, as falas mais recorrentes entre os informantes das duas comunidades destacavam a relevância do acesso à energia elétrica para a prestação de serviços públicos nas áreas de saúde e educação. Um informante da comunidade Vila Soares expressou: "Principalmente na educação, porque permite que as pessoas que não podem estudar durante o dia, possam estudar durante a noite" (informante 14, comunidade Vila Soares, 2021). Assim como: "Com energia dá pra ter uma escola, os jovens podem se formar, dá pra ter acesso a tecnologias para fazer os trabalhos de aula" (Informante 5, comunidade Boa Vista, 2021).

Nesse sentido, Reis e Santos (2014), consideram o acesso à energia elétrica como um requisito básico de cidadania, sem o qual o indivíduo fica marginalizado daquilo que se entende por desenvolvimento. Logo, se o desenvolvimento é compreendido como um processo de expansão de liberdades, Sen (2010) considera proeminente que sejam removidas suas formas de privação: "pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência dos estados repressivos" (Sen, 2010, p.16-17).

A análise do perfil socioeconômico dos entrevistados revela importantes descobertas nesse contexto. A valorização das melhorias educacionais que o acesso à energia elétrica pode proporcionar em comunidades rurais é um aspecto significativo, devido a possibilidade de ter aulas à noite permite que jovens e adultos continuem seus estudos. Essa percepção foi especialmente destacada entre os informantes mais velhos, na faixa de 50 a 60 anos. Esse fenômeno pode ser compreendido como uma oportunidade que, no passado, lhes foi negada, seja devido à carga de trabalho

na agricultura ou pela falta de infraestrutura que os impediu de acessar a educação.

Essa constatação pode ser considerada extremamente relevante quando se discute políticas públicas como exercício efetivo dos direitos humanos. De acordo com Sachs (2008), das características que são comuns ao desenvolvimento excludente, uma delas seria: “fraca participação política, ou a completa exclusão dela de grandes setores da população, pouco instruída, suborganizada e absorvida pela luta diária pela sobrevivência [...]” (Sachs, 2008, p.37). Nesta direção, Sachs (2008) coloca que “a educação tem papel importante no desenvolvimento por contribuir no despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia” (Sachs, 2008, p.39).

Dentre os informantes da comunidade Vila Soares, 17 entrevistados afirmaram já ter participado de reuniões sobre saúde, educação ou energia elétrica e, destes, 14 consideram como algo muito importante. Na comunidade Boa Vista, 6 dos informantes, e todos consideram como muito importante participar destas reuniões, por ser geralmente um momento de definição de propostas que tendem a afetar direta ou indiretamente a estrutura destas comunidades. Portanto, no contexto das comunidades rurais do Médio Solimões, o acesso à educação e a continuidade dos estudos pelos(a) ribeirinhos (as) jovens e adultos, pode ser entendida como forma de as pessoas adquirirem os conhecimentos necessários a lutar por seus direitos, e buscar melhorias para o lugar onde vivem.

Além de garantir o acesso à informação por meio da televisão e facilitar a comunicação via celular, a energia elétrica proporciona conforto em dias de calor excessivo, oferecendo água gelada e um ambiente refrigerado. Com o uso da geladeira e do freezer, é possível gelar água e conservar verduras e alimentos, além de contar com água encanada em casa. Esses aspectos ressaltam a importância do acesso ao serviço público de energia elétrica em uma comunidade rural amazônica. A relevância dessa questão se torna ainda mais evidente nas falas dos entrevistados a seguir, que refletem o cotidiano dos ribeirinhos da Amazônia.

As mudanças ocorridas na vida dos moradores destas comunidades, são reconhecidas através de relatos, como do informante 17, morador da comunidade Vila Soares, que discorre o seguinte: “Da pra beber água gelada, armazenar os alimentos na geladeira, usar ventilador quando tá muito quente e estudar durante a noite”. Outra informante, que mora nessa mesma comunidade, destaca o seguinte: “Antes as pessoas dormiam cedo na

comunidade, agora tem uma tv pra assistir, um som pra ouvir nas festas e as pessoas se divertirem" (Informante 20, comunidade, Vila Soares).

O mesmo é relatado entre os informantes da pesquisa na comunidade Boa Vista: "Muda certas coisas, o que a gente antes não tinha acesso agora a gente tem, dá para ter um rádio, um celular que precisa de energia pra carregar" (Informante 4, comunidade Boa Vista, 2021). Assim como: "Agora a gente tem água gelada pra beber, dá pra ouvir um rádio, se comunicar com os familiares, através do telefone, que antes não tinha" (Informante 9, comunidade Boa Vista, 2021).

Além do que já foi mencionado, são reconhecidas e de forma consensual, por todos informantes de ambas comunidades, as mudanças positivas ocorridas em relação ao acesso a água. Para a informante 2, moradora da comunidade Vila Soares, houve, inclusive a melhoria na saúde das pessoas, conforme destaca-se a seguir:

[...] A criança e o adulto agora podem lavar a mão, e isso melhorou a saúde das pessoas, antes tinha muita verminose, com acesso água encanada, os casos de diarreia diminuíram bastante. Antes a gente também tomava banho no rio e corria risco de um acidente, ser picado por um animal. Com a energia elétrica até a higiene melhorou, hoje a gente pode até baldear a casa" (Informante 2, comunidade Vila Soares, 2021).

Destaca-se ainda, desta comunidade o relato seguinte:

Facilitou tudo. Antes a gente tinha que ir na beira, no sol quente descer um barranco de 150 degraus pra tomar banho, lavar a roupa e pegar água pra fazer as coisa em casa quando a gente chegava da roça. Tudo mudou, as roupas não ficavam limpas por causa da água que tinha sujo. Agora tem água limpa pra beber, tomar banho, lavar as roupas e limpar a casa (Informante, 20, comunidade Vila Soares, 2021).

Na comunidade Boa Vista há constatações no mesmo sentido: "Antes tinha que pegar água do rio pra gente tomar banho, tinha que carregar os baldes aqui pra casa pra gente poder fazer as coisas, agora a gente tem uma bomba que dá pra puxar direto do rio sem a gente fazer muito o esforço" (Informante 1, comunidade Boa Vista, 2021). Assim como:

Antigamente tinha que ir na beira do rio pra tomar banho, lavar as louças, e escovar os dentes. Eu tinha medo que acontecesse algum acidente com meus filhos, principalmente quando eles eram pequenos. Eu nunca deixei eles irem pra beira do rio, eu mesmo carregava água pra trazer pra casa para eles tomarem banho, dava mais trabalho. Depois que passou a ter energia melhorou bastante.

Porque agora a gente usa a bomba pra puxar a água pra fazer as coisas de casa (Informante 9, comunidade Boa Vista, 2021).

Esses relatos destacam os efeitos positivos da transição energética em comunidades rurais da Amazônia, abrangendo aspectos como a redução da carga de trabalho, do esforço físico e dos riscos de acidentes. A introdução da energia elétrica possibilitou o uso de bombas para a captação de água, permitindo que os moradores dessas comunidades tivessem acesso à água encanada proveniente de poços artesianos na Vila Soares e diretamente do rio na comunidade Boa Vista.

Essas melhorias significativas, reconhecidas pelos habitantes locais, impactaram positivamente a higiene pessoal, a limpeza dos lares e a lavagem de roupas e alimentos, agora realizadas em condições adequadas. Anteriormente, essas atividades eram realizadas às margens do rio, o que apresentava riscos de acidentes por afogamento. A energia que antes funcionava apenas por quatro horas diárias, não atendendo às necessidades básicas das comunidades e dependendo da disponibilidade de combustível e da boa vontade de atores locais para seu fornecimento, agora está disponível 24 horas por dia.

Ainda assim, é preciso levar em consideração alguns aspectos apontados pelos entrevistados, quando indagados se considerava que a tecnologia de extensão de redes era a melhor solução energética para a comunidade. De acordo com o informante 2, morador da comunidade Boa Vista: "Antes tinha motor de luz, tinha horário pra funcionar que era das 18:00 às 22:00 horas, quando tinha diesel, tinha noite que nem tinha, agora já tem mais acesso, (dia e noite) disponível a energia". Algo que também esteve presente na resposta de informantes da comunidade Vila Soares: "Por que tem energia elétrica por tempo maior na nossa comunidade, antes era só das 18:00 às 22:00 horas" (Informante 13, comunidade Vila Soares, 2021).

Além disso, destacam-se as falas como a do informante 15, da comunidade Vila Soares: "A gente fica sem energia alguns dias, mas temos acesso à energia aqui na nossa comunidade, a dificuldade de levar energia é onde fica mais difícil de chegar pela terra ou pelo rio". Assim como, do informante 10, também morador da comunidade Vila Soares: "Porque temos energia aqui na comunidade, e a gente precisa, como carregar um celular, ter uma TV, um freezer" (Informante 10, comunidade Vila Soares, 2021).

Dos que não consideram adequado, é possível destacar justificativas como a do informante 10, da comunidade Vila Soares, que afirma o seguinte: "Porque não é toda a comunidade que tem acesso à energia, principalmente

aquelas onde é difícil de chegar, pelo rio ou pela terra”. Assim como, a seguinte fala:

Porque se fosse energia solar, seria melhor, eu conheço algumas comunidades que tem energia solar e não tem queda de energia. No Amazonas tem muitas árvores e os galhos caem sobre os fios e os moradores das comunidades ficam sem energia. Por isso, eu acho que a energia para as comunidades não tinha que ser assim, metendo os fios por baixo das árvores (Informante 6, comunidade Boa Vista, 2021).

Com a implementação do sistema formal de energia, os moradores dessas comunidades agora pagam uma taxa mensal com base no consumo de energia. Na comunidade Vila Soares, essa taxa varia de 50 a 150 reais, enquanto na Boa Vista, os valores vão de 50 a 105 reais. Essa mudança é percebida como um aspecto negativo por alguns representantes de famílias, levando algumas delas a adotar medidas de economia, como desligar as lâmpadas durante a noite para reduzir o consumo energético.

Nesse sentido, o informante 2, morador da comunidade Vila Soares, coloca o seguinte: “Provocou mudanças negativas, fiquei sem condições de compra algumas coisas por ter que pagar energia”. (Informante 2, comunidade Vila Soares, 2021). O informante 7, que também é morador da comunidade Vila Soares, fez a seguinte colocação: “Antes a gente só pagava uma taxa de 30 reais, agora a gente paga muito caro”. Há entre os informantes, quem chegou a discorrer: “O ruim é ter que pagar, mas melhora a vida das pessoas, antes era tudo manual, hoje tudo é tecnológico e precisa de energia, a gente pode ter uma TV pra assisti as notícias, um celular pra falar com os parentes da cidade” (Informante 7, comunidade Vila Soares, 2021).

Segundo Boff (2017, p.16): “A sustentabilidade de uma sociedade se mede por sua capacidade de incluir a todos e garantir-lhes os meios de uma vida suficiente e decente”. Ao tratar da eletrificação rural no contexto rural amazônico sob a ótica do desenvolvimento social (sustentável) como uma expansão de liberdades, não se pode eximir da discussão, o que Sen (2010) define como facilidades econômicas, que são: “[...] oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca”. (Sen, 2010, p. 59). Considerando que a energia elétrica é um bem inserido em um mercado que tende a seguir uma lógica linear de desenvolvimento, é fundamental que os consumidores reconheçam tanto suas necessidades individuais quanto coletivas. Essas demandas podem ser atendidas pelos produtos e serviços oferecidos por esse mercado.

Assim, torna-se evidente a necessidade de desenvolver um planejamento energético nacional que esteja alinhado com a proposta de transição energética global de desenvolvimento e sustentabilidade em todas as esferas (social, cultural, ambiental, geográfica, política e econômica, que distoe da lógica linear do desenvolvimento capitalista, que visa o lucro a todo custo. Nesse processo, é fundamental analisar propostas que privilegiem o uso de fontes alternativas de energia modernas e descentralizadas, que sejam acessíveis a todos, que tenham viabilidade econômica e possa garantir formas de subsidio, considerando o modo de vida local.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa apresenta neste artigo, apesar da limitação e readequação de seus métodos devido ao cenário imposto pela pandemia de Covid-19, evidencia que o Programa Luz para Todos se consolidou, ao longo dos anos, como uma ferramenta fundamental para a transformação das comunidades rurais na Amazônia. Esse programa tem se configurado como um importante instrumento político nas mãos de agentes públicos, permitindo não apenas a inclusão digital por meio do acesso à informação e à comunicação, mas também a melhoria da infraestrutura para serviços sociais básicos, como saúde e educação, em diversos contextos rurais. A oferta de recursos como televisão e celulares tem potencializado essas mudanças, contribuindo significativamente para a qualidade de vida nessas comunidades.

Sendo a energia elétrica um instrumento que possibilita melhores condições de atendimento à educação, à saúde e ao acesso água, mostra-se a necessidade que nas políticas energéticas voltadas para o contexto rural amazônico, haja um rompimento com lógica linear do desenvolvimento capitalista. Que ao focar apenas lucro e na eficiência técnica, acaba deixando de lado o ser humano e os aspectos a sua cultura.

Por fim, é preciso incorporar o real entendimento do modo de vida das pessoas e a diversidade sociocultural que é a ruralidade amazônica, pode abrir caminhos para formas de desenvolvimento social que, além de promover a expansão das liberdades individuais das pessoas, possam ocorrer de forma includente, sustentável e sustentada.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2018). **MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO PARA O PERÍODO DE 2018 A 2022.** DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOV.BR/MME/PT-BR/DESTAQUES/PROGRAMA-DE-ELETRIFICACAO-RURAL/NORMATIVOS/ARQUIVOS/MANUAL-LPT-2018-A-2022.PDF](https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/programa-de-eletrificacao-rural/normativos/arquivos/manual-lpt-2018-a-2022.pdf). ACESSO EM: 20 MAI. 2020.

LIMA, D. A OCUPAÇÃO HUMANA NAS VÁRZEAS DOS RIOS SOLIMÕES E AMAZONAS. IN: **DIVERSIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS VÁRZEAS DOS RIOS AMAZONAS E SOLIMÕES: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE** /DEBORAH LIMA, ORGANIZADORA. — MANAUS: IBAMA, PROVÁRZEA, 2005. 416 p.

NEVES, J. G. RIBEIRINHOS, DESENVOLVIMENTO E A SUSTENTABILIDADE POSSÍVEL. PRESENÇA: REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE. VOL. 3, N. 28, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *FOLHA INFORMATIVA - COVID-19 (DOENÇA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS)*. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.PAHO.ORG/BRA/INDEX.PHP?OPTION=COM__CONTENT&VIEW=ARTICLE&ID=6101:COVID-19&ITEMID=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID-19&Itemid=875)> ACESSO 12 FEV. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS -ONU. **AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, 2015. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://BRASIL.UN.ORG/SITES/DEFAULT/FILES/2020-09/AGENDA2030-PT-BR.PDF](https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf)>. ACESSO EM: 15 NOV 2021.

PEREIRA, H. S. A DINÂMICA DA PAISAGEM SOCIOAMBIENTAL DAS VÁRZEAS DO RIO SOLIMÕES AMAZONAS. IN: **COMUNIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS: MODOS DE VIDA E USO DOS RECURSOS NATURAIS**. MANAUS: EDUA, 2007, p. 11-32.

PHILIPI JUNIOR, A.; REIS, L. B. **ENERGIA ELÉTRICA E SUSTENTABILIDADE**. BARUERI, SP: MANOLE, 2016.

RASEIRA, M.B.; DANTAS, J.; VIDAL, M.D.; RUFFINO, M.L (ORGANIZADOR). **PROJETO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS** – MANAUS: IBAMA/PROVÁRZEA, 48 p. 2008.

REIS, L. B.; SANTOS, E. C. **ENERGIA ELÉTRICA E SUSTENTABILIDADE: ASPECTOS TECNOLÓGICOS, SOCIOAMBIENTAIS E LEGAIS**. 2 ED. BARUERI, SP: EDITORA MANOLE, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA E DO TRABALHO ACADÊMICO**. NOVO HAMBURGO: FEEVALE, 2013.

SACHS, I. **CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. RIO DE JANEIRO: EDITORA GARAMOND, 2009.

_____. **DESENVOLVIMENTO INCLUDENTE, SUTENTÁVEL E SUTENTADO**. RIO DE JANEIRO: GARAMOUD, 2008. 1152 P.

SEN, A. K. **DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE**. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2010. P.460.

VEIGA, J. E. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O DESAFIO DO SÉCULO XXI**. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2006.

TRILHAS SECAS: CAMINHOS DOCENTES NA ESTIAGEM

Delva Vieira Cavalcante

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); especialista em Metodologia do Ensino de Sociologia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA) e bolsista Fapeam, POSGRAD

Gimima Beatriz Melo da Silva

Docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA) e ao curso de Bacharelado em Administração. É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), doutora em Antropologia (UFF) e Pós-Doutor pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (UPORTO).

Resumo: Este artigo, busca rememorar o direito à educação como direito humano, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Constituição Brasileira (1988), e na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Apesar do direito à educação estarem garantidos nos documentos importantes citados, a crise climática em curso, intensificadas na Amazônia nos anos de 2023/2024, em que a estiagem atinge seus níveis mais extremos, impacta diretamente nas comunidades ribeirinhas e limita o acesso a esse direito fundamental. Analisa, a partir da ótica de docentes que trabalham em comunidades ribeirinhas atingidas pela estiagem e de dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município de Manaus/AM, o impacto da estiagem, em relação ao cumprimento do calendário escolar, exigidos na LDB (200 dias letivos), durante as duas maiores estiagens já registrada no Amazonas, nos anos de 2023/2024. Analisa, ainda, as ações realizadas do ponto de vista pedagógico para mitigar os efeitos da estiagem na educação e no aprendizado dos alunos, e de que forma o não cumprimento do calendário escolar, portanto, a falta de acesso aos conteúdos necessários, reverbera no aprendizado dos alunos das escolas da zona ribeirinha no município de Manaus.

Palavras-chave: educação; docentes; ribeirinhos; estiagem.

Abstract: This article seeks to recall the right to education as a human right, through the Universal Declaration of Human Rights, the Brazilian

Constitution (1988), in the LDB - Law of Guidelines and Bases of Brazilian Education. Although the right to education is guaranteed in the important documents mentioned, the ongoing climate crisis, intensified in the Amazon in the years 2023/2024, in which drought reaches its most extreme levels, directly impacts riverside communities and limits access to this right fundamental. Analyzes from the perspective of teachers who work in riverside communities affected by drought, and data provided by the Department of Education of the Municipality of Manaus/AM, the impact of drought, in relation to compliance with the school calendar, required in the LDB, (200 school days), during the two biggest droughts ever recorded in Amazonas, in the years 2023/2024. The actions carried out from a pedagogical point of view to mitigate the effects of drought on students' education and learning. And, how does non-compliance with the school calendar, therefore, the lack of access to necessary content, reverberate in the learning of students in schools in the Riverside Zone in the Municipality of Manaus.

Keywords: education; teachers; riverside residents; drought.

INTRODUÇÃO

Este artigo, traz uma abordagem a respeito da educação enquanto direito humano, contemplado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e garantidos na Constituição brasileira, reverberado na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nas escolas ribeirinhas da Secretaria Municipal de Educação no Município de Manaus/AM, nos anos de 2023/2024, anos que registraram as maiores estiagens nos rios amazônicos, inviabilizando, portanto, o acesso às escolas e ao direito à educação.

Analisa, ainda, os desafios no cumprimento do direito à educação no período das maiores estiagens registradas na história (2023/2024).

A partir de entrevistas com professores que trabalham nas referidas escolas, dimensiona as dificuldades dos mesmos em relação ao acesso às escolas e o fazer docente no período da estiagem e, a partir da sua prática docente, dimensionar qual o impacto do não cumprimento do calendário letivo no aprendizado dos alunos, quais as possíveis soluções propostas pelos professores para mitigar o problema da estiagem e a ausência de conteúdos a

que deveriam ter acesso, e de que forma essa “desigualdade no aprendizado” pode refletir na vida escolar e na vida social dos alunos ribeirinhos.

Busca refletir de que forma a crise climática interfere em todos os aspectos da vida e, no caso da educação ribeirinha, interfere diretamente no direito à igualdade em relação ao direito à educação, acentuando as desigualdades educacionais.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

Amazonas moreno, tuas águas sagradas são lindas estradas, são contos de fadas, ó meu doce rio, a canoa que passa, o vôo da garça, as gaivotas cantando a ti vão levando o gosto de amar.

BRAGA, Celso; OLIVEIRA, Omar. *Amazonas moreno* (1992). Raízes Caboclas.

Figura 1: Tiú- Comunidade Nova Esperança, margem esquerda do Rio Negro- Área ribeirinha do município de Manaus/AM. Professores e alunos de escolas ribeirinhas a caminho da escola



Foto: Elisama de Oliveira Gaspar 27/08/24

Na Amazônia, os rios são nossas estradas, essas “lindas estradas”, decantadas pelo grupo musical Raízes Caboclas, permeiam toda a vida social do amazônida. A vida do amazônida perpassa pelas “veias dos rios”, desde o abastecimento de itens necessários à sobrevivência, à água, ao transporte e o acesso à saúde; em cidades em que essa é a única forma de acesso, os rios alimentam fisicamente, mas são também possibilidades imprescindíveis de acesso para saciar, também, a sede de conhecimento.

Diante das maiores secas registradas na história, como consequência das mudanças climáticas e do aquecimento global, nos anos de 2023/2024, em que presenciamos os nossos rios gigantes agonizarem e diminuírem os rios em fios de esperança, então, diante desse cenário, em que condições se dá o acesso à educação, esse direito humano é essencial para todos.

Ouvimos dizer que “precisamos preservar o Planeta, pois, se não o fizermos, podemos comprometer o futuro das futuras gerações”, a seca extrema em 2023/2024 nos deu a dimensão de que esse “futuro”, não é mais “futuro”, as mudanças climáticas anteciparam esse futuro, que agora é realidade presente e afeta toda a nossa vida, inclusive a educação, com potencial de comprometer não somente o futuro, mas também o presente das populações impactadas pela estiagem.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo 26, garante o acesso à instrução, porém, diante das mudanças climáticas e do aquecimento global e das secas extremas dos anos de 2023/2024, como de fato esse direito fundamental consegue ser garantido nas escolas ribeirinhas do município de Manaus.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 26

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brasil.declaracaouniversados>.

Acesso em: 11.11.24.

A Constituição brasileira garante o direito à educação, como direito fundamental de todos.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, o direito à educação deve ser de “igualdade de condições e permanência”

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

1- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Constituição brasileira, 1988.

Na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, prevê a obrigatoriedade de 200 dias letivos e das horas obrigatórias para o ensino médio e fundamental a serem cumpridas, também prevê a adequação do calendário escolar, inclusive em relação às questões climáticas.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Parágrafo único. São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades constantes do **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022).

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

I – a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e de 1.000 (mil) horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (Redação dada pela Lei nº 14.945, de 2024).

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

Acesso em: 15.11.2024.

A crise climática em curso, como crise civilizatória, pode ser considerada, nas palavras de Marcel Mauss, um “fato social total”, pois tem potencial de afetar a todos e todas as formas de organização social, (embora em proporções diferentes) e perpassa todos os tecidos da sociedade, além de ameaçar a sobrevivência da própria humanidade.

Em função de extrapolar a esfera econômica, apresentando-se como a materialização da vida social em suas variadas dimensões, tais fenômenos permitem a Mauss, sugerir a noção de fato social total, um dos grandes achados teóricos do Ensaio.

SERTÃ, Ana Luísa & ALMEIDA, Sabrina, 2016.

Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/obra/ensaio-sobre-dadiva>.

ISSN: 2676-038X.

Acesso: 16.11.2024.

O fazer pedagógico pressupõe a existência de sujeitos (aluno e professor), esses sujeitos que possibilitam, apesar das inúmeras dificuldades, o acesso a esse direito tão importante nas escolas ribeirinhas da Amazônia, que precisam aprender a se “adequar” às mudanças climáticas em curso.

É preciso aprender a ser sujeito do mundo, cidadão que possam buscar sua cidadania a partir da sua realidade, para ampliá-la de forma mais global, pois as mudanças climáticas atingem a todos em todo o mundo. Portanto, construir sonhos e utopias, a partir de uma perspectiva pedagógica, necessita de uma compreensão dos fatores sociais, políticos, econômicos, relações de poder e ambientais que afetam todo o globo e seus reflexos locais.

Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda a prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivos, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra (Freire, 1996).

A educação formal, como cita Leff, ainda está distante do que seria o ideal e, agora, cada vez mais, o urgente e necessário nos currículos escolares em relação à educação ambiental, no sentido de buscar refletir sobre os múltiplos fatores relacionados às causas da crise climática e civilizatória que estamos vivendo e, para um fato social com múltiplas causas e fatores,

necessita ser trabalhado na sua complexidade, na busca de uma educação ambiental que desperte o pensamento crítico e criativo, baseado em princípios e valores ambientais.

A educação ambiental está longe de ter penetrado e trazido uma nova compreensão do mundo no sistema de educação formal. Os princípios e valores ambientais promovidos por uma pedagogia do ambiente devem enriquecer-se com uma pedagogia da complexidade, que induza nos educandos uma visão de multicausalidade e das inter-relações dos diferentes processos que integram seu mundo de vida nas diferentes etapas de desenvolvimento psicogenético; que um pensamento crítico e criativo baseado em novas capacidades cognitivas (Leff, 2008).

METODOLOGIA

- Coleta de dados junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Manaus- SEMED;
- Entrevista com uma professora, que trabalha em escola ribeirinha, através de perguntas e respostas.
- Análise de dados;
- Relacionar os dados coletados com as entrevistas;
- Refletir a partir dos resultados das pesquisas com os autores selecionados.

Análise de Dados

A Secretaria de Educação do Município de Manaus (SEMED) atende, no total, 48 escolas na área ribeirinha, sendo, portanto, 29 escolas localizadas às margens do Rio Negro e 19 às margens do Rio Amazonas.

Sendo que, em 2023, havia apenas um calendário específico para as escolas localizadas às margens do Rio Negro.

O calendário 1 é específico para a área ribeirinha, do Rio Negro, e é o calendário oficial previsto no início do ano; o início do ano letivo é antecipado para o dia 10/01/2024, e a previsão de encerramento do ano letivo seria em 16/10/2024.

O calendário 2, específico para as escolas ribeirinhas do município de Manaus, do Rio Negro, foi feito com a reordenação do calendário, alterando a data para o encerramento do ano letivo, que foi antecipado para 24/09/2024.



Calendário 1



Calendário 2

Como mostram os calendários, a Secretaria de Educação precisou reordenar o calendário letivo do ano de 2024, que, inicialmente, encerraria em 14/10/2024; foi antecipado para 24/09/2024.

Essa mudança foi necessária por conta da inviabilidade de acesso às escolas, devido à seca extrema em 2024.

Em 2024, devido à seca extrema, houve a necessidade de se reordenar também o calendário das escolas às margens do Rio Amazonas, como mostram os calendários:

Calendário 1 - calendário do início do ano que prevê o início do ano letivo em 06/02/2024 e término em 17/12/2024.

Calendário 2 - calendário reordenado especificamente para as escolas às margens do Rio Negro, com o encerramento do ano letivo antecipado para 11/10/2024.



Calendário 1



Calendário 2

As mudanças climáticas, portanto, o aquecimento global, que estão causando a estiagem e a seca extrema, que se intensificou, e no Rio Negro atingiu o menor nível em 122 anos, em 2024, estão afetando o processo de ensino nas escolas ribeirinhas e obrigando a Secretaria de Educação a alterar o calendário e assim a reposição dessas aulas de forma antecipada, aos sábados e com a adoção do 6º tempo de aula.

Esse reordenamento no calendário, devido à seca extrema em 2024, foi feito no mês de junho, através do Memorando abaixo, no dia 26/06/2024.

Figura 6:Memorando GEDAE/SEMED que encaminhou novo calendário Escolar em jun/2024



MEMO CIRC. 016/2024 - GDAE/SEMED

DE: Gerência de Documentação e Auditoria Escolar
PARA: DEGE
ASSUNTO: Calendário Escolar – Rural Ribeirinha Rio Amazonas e Rio Negro

Senhor Chefe,

Atendendo ao cumprimento, encaminhamos os novos Calendários Escolares da Zona Rural Ribeirinha Rio Amazonas e Rio Negro para conhecimento e ampla divulgação junto aos setores do DEGE.

Atenciosamente,

Dirceu de Lima Alves
Gerente de Documentação e Auditoria Escolar – GDAE
Portaria nº 005/2024 – 02/07/2024

Luiz Antonio de Oliveira Junior
Gerente de Apoio e Controle Escolar – DEGE
Portaria nº 2.084/2024 – 03/07/2024

DATA: 26/06/2024

SEMED
Secretaria Municipal de Educação
RUA DO COMÉRCIO, 100 - JARDIM SÃO CARLOS - MANAUS - AM - 69.000-000
FONE: (0XX92) 322.1111 - FAX: (0XX92) 322.1112
E-MAIL: SEMED@MANAUS.AM.GOV.BR

Fonte: MANAUS(AM). Secretaria Municipal de Educação. Memo Circ.016/2024 –GDA. Manaus: SEMED,2024.

Analiso aqui os calendários das escolas ribeirinhas do Rio Negro e do Rio Amazonas no ano de 2024, somente para o ensino fundamental. Porém, existem, ainda, outros calendários específicos para o Ensino Infantil e EJA– Educação de Jovens e Adultos.

Esta entrevista foi realizada com uma professora de uma escola ribeirinha, com o intuito de visibilizar esta realidade a partir do lugar de fala dos professores ribeirinhos.

Professora Ellen Deliane dos Santos, 46 anos; formada em Pedagogia, Tecnologia em Manutenção Mecânica, pós-graduada em Gestão Escolar e Psicopedagogia, trabalha na Escola Municipal Professora Dian Kelly do Nascimento Mota, é professora há 15 anos, sendo 4 anos na zona ribeirinha.



Figura 7: Foto da professora Ellen Deliane dos Santos a caminho da Escola Profa. Dian Kelly do Nascimento Mota - escola ribeirinha em que a professora trabalha, município de Manaus/Am

Foto: Ellen Deliane dos Santos

Pergunta: Qual o itinerário que você precisa fazer para chegar até a escola em que você trabalha?

Resposta: Saio de casa mais ou menos 5:40, como vou de condução própria, esse horário é suficiente para sair do bairro Santo Antônio, chegar na Marina e pegar a condução (lancha) às 6:15 (não tem tolerância de horário); ou você chega esse horário ou precisa pagar uma passagem nas lanchas da ACAMDAF (Cooperativa dos profissionais de Transporte Fluvial da Marina do Davi). Da Marina até a escola é mais ou menos 20/25 minutos, desembarcamos no Porto do Abelha, eles chamam de Porto, mas não tem nenhum ancoradouro, nem nada, é somente uma pontinha de praia mesmo. Caminhamos de 3 a 5 minutos e chegamos à escola, esse percurso é quando o rio está cheio.

No período da vazante (seca), que ocorre geralmente no final do mês de outubro, então fazemos o mesmo percurso, com a diferença de que andamos um pouco mais, 20-30 minutos, somando o lado da Marina e da comunidade, e andamos poucos dias antes do término do ano letivo.

Em 2023, ainda tínhamos a lancha própria, essas lanchas faziam o transporte dos alunos, e os professores iam nas lanchas fretadas pela ACAMDAF.

Mas, dois meses antes da seca, os professores voltaram a ser transportados pelas mesmas lanchas que transportavam os alunos. Quando essa lancha não conseguiu mais navegar no canal (por conta da estiagem), nós passamos a ir de canoa até mais ou menos a entrada da comunidade de Fátima e, de lá, a caminhada é a pé, mais ou menos 1 hora.

Pergunta: Quantos alunos têm na sua turma?

Resposta: Este ano (2024), estou com 20 alunos, lá é mais ou menos essa média.

Pergunta: Em qual mês as aulas pararam em 2023?

Resposta: Em 2023, a seca atingiu o auge na terceira semana de setembro, houve aulas até o dia 6 de outubro.

Pergunta: Em qual mês as aulas pararam em 2024?

Resposta: A previsão inicial no calendário do início do ano letivo seria até 24 de setembro. Mas o rio secou antes do previsto e, na escola em que trabalho, os alunos conseguiram chegar à escola somente até o dia 13 de setembro.

Pergunta: Quais as medidas tomadas pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Manaus), no sentido de possibilitar o acesso aos conteúdos que deixaram de ser ministrados por conta da estiagem severa aos alunos das escolas ribeirinhas?

Resposta: Em 2023, ficamos “devendo” 10 dias de aula presencial, então a Secretaria de Educação nos orientou a produzir apostilas para que fossem enviadas aos alunos que ficaram isolados por conta da estiagem. Essa mesma medida foi tomada no período da pandemia de Covid-19, em que produzimos apostilas mensais, e a diretora e voluntários levavam para a escola e os pais iam buscar, os professores orientavam e tiravam as dúvidas por aplicativo de mensagens.

Houve o acréscimo de tempo de aula e a aula aos sábados que compensaram 15 dias letivos.

Pergunta: Levando em consideração a pandemia de Covid-19, em que as aulas foram ministradas de forma remota; e na sequência 2 anos de estiagem severa, qual sua percepção em relação à aprendizagem dos alunos ribeirinhos em relação aos alunos da zona urbana (escolas não afetadas pela estiagem)?

Resposta: O impacto da pandemia foi muito maior, não só devido à falta de acesso à internet, mas também à constante falta de energia.

Em relação ao aprendizado dessas duas realidades, saindo do período pandêmico, eu creio que existe sim, porque os alunos das escolas ribeirinhas

passam mais tempo fora da escola do que os alunos das escolas urbanas. O estímulo familiar é mínimo nesse período, mesmo os professores deixando apostilas, nesse período de férias prolongadas, poucos alunos fazem as atividades.

Mesmo durante as aulas presenciais, a aprendizagem é prejudicada por muitos fatores: falta de energia, excesso de faltas dos alunos, quadros endêmicos como a malária, a dificuldade de substituir professores, em licenças médicas, ou em outras situações, principalmente em escolas de tempo integral.

Pergunta: A escola contempla a educação ambiental? Se sim, de que forma é trabalhada com os alunos?

Resposta: Quanto à educação ambiental, não temos nenhum projeto específico, trabalhamos dentro do currículo apenas.

Não temos horta também, já tentamos, mas, por ser um prédio alugado, tem alguns pormenores que nos impediram.



Figura 8: Professores de escolas ribeirinhas do Município de Manaus/AM, a caminho das escolas em que trabalham durante a estiagem severa (seca dos rios)

Foto: Ellen Deliane dos Santos, 2024

Discussão

O direito humano à educação, garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantidos e na Constituição Brasileira e sacramentado na LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, é literalmente

impactado pelas mudanças climáticas em curso, que têm como reflexo as duas maiores estiagens na história nos anos de 2023/2024, com a seca dos rios. A crise climática em curso secou as “estradas” que dão acesso às escolas ribeirinhas, forçando a Secretaria de Educação a encerrar o calendário letivo mais cedo e complementar, com material didático (apostilas), os 200 dias letivos contemplados na LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

Citando a definição de “fato social total”, nas palavras de Marcel Mauss, podemos dizer que a crise climática se encaixa nessa definição, pois a mesma perpassa todos os tecidos sociais e tem potencial para afetar a economia, a política, as questões jurídicas e religiosas.

A crise climática está afetando a vida de todos (as), em diferentes proporções, friso aqui de que forma, a crise climática, que causou as estiagens históricas nos anos de 2023/2024, está afetando o direito à educação nas escolas ribeirinhas que dependem dos rios como meio de acesso.

Segundo a professora entrevistada, em 2023, as escolas ribeirinhas foram forçadas a encerrar o ano letivo no dia 6/10/, por conta da estiagem severa. Em 2024, o ano letivo encerrou-se em 13/09. Portanto, podemos perceber que, de 2023 para 2024, o calendário escolar precisou ser reordenado (antecipado), dada a realidade da seca severa dos rios, que impossibilitou o acesso às escolas de professores e alunos.

Figura 9: Professores e alunos de escolas ribeirinhas de Manaus/Am, a caminho da escola durante o período de estiagem (seca). Comunidade Jeferson Peres, margem esquerda do Tarumã



Foto: Elisama de Oliveira Pereira Gaspar – 03/09/24

As secas históricas dos rios Negro e Amazonas, nos anos de 2023/2024, se sobrepõem ao direito à educação, como frisa nossa Constituição ao “direito de igualdade de permanência e acesso”. No caso das escolas ribeirinhas, dada a realidade peculiar e, apesar de estar previsto na LDB, a adequação do calendário escolar, esse direito à igualdade está aquém de se cumprido, talvez porque, para a realidade das escolas ribeirinhas, o termo correto, nesse contexto de seca severa, seja a equidade, para diminuir o déficit educacional causado por esse nova realidade, lembrando que o Amazonas foi um dos Estados brasileiros que mais sofreu com a Covid-19, e as escolas ribeirinhas, no contexto pandêmico, tiveram aulas remotas (como as demais escolas de zona urbana), porém as realidades são bem diferentes, nas escolas ribeirinhas. Como citou a professora entrevistada, a internet funciona precariamente, assim como a energia, então as aulas para essas escolas eram ministradas de forma remota e por meio de apostilas, porém a professora frisou que o feedback dos alunos em relação às atividades propostas é mínimo.

Então saímos da Pandemia de Covid-19 e, nos dois anos seguintes, essas escolas precisaram encerrar o ano letivo antes do previsto, por conta da seca severa. Podemos dimensionar a dificuldade do fazer docente e dos alunos em relação ao aprendizado, provavelmente temos um déficit educacional muito maior que nas escolas urbanas. Essas “desigualdades educacionais”, acentuadas pela Pandemia de Covid-19 e pela estiagem, podem refletir seriamente e comprometer esse “direito igual à educação”, por isso, aqui talvez, o termo “equidade” seria mais adequado, pois não há possibilidade de ter direito igual para as realidades tão diferentes. Uma educação equitativa se faz necessária para que, a curto, médio e longo prazo, possam diminuir essas “desigualdades educacionais” e se possa garantir a equidade social a esses alunos e a essas comunidades.

Apesar dos esforços empreendidos pela Secretaria Municipal de Educação (reordenamento do calendário escolar) e dos sujeitos nesse processo de ensino (os professores), que enfrentam muitas dificuldades para realizar o trabalho docente, segundo a fala da professora, é perceptível o déficit educacional dos alunos atendidos pelas escolas ribeirinhas, pois existem dificuldades de ordem pedagógica, familiar e também de fatores externos

Em relação ao acesso aos conteúdos, essa dificuldade é potencializada pela dificuldade de acesso (especialmente na época da seca), o que foi acentuado nos anos de 2023/2024, com as maiores estiagens registradas na história, pela constante interrupção no fornecimento de energia, assim como o precário acesso à internet.

Figura 10: Professores e alunos ribeirinhos a caminho da escola durante a estiagem, em 2024.



Foto: Elizama de Oliveira Pereira Gaspar – 03/09/2024

A comunidade escolar é afetada por fatores externos que impactam diretamente o calendário escolar e o aprendizado dos alunos das escolas ribeirinhas e, apesar dos esforços para mitigar os efeitos da estiagem na educação ribeirinha, existem outras variantes como clima, energia e internet, que são problemas sociais não resolvidos em relação à essas comunidades, que, somados à estiagem e à dificuldade de acesso às escolas, causam impacto significativo no processo de ensino-aprendizagem. As mudanças climáticas têm o potencial de atingir, portanto, todos os tecidos da sociedade e impactar a vida das comunidades em todos os aspectos.

A possível mitigação desses impactos precisa ser trabalhada para além da questão pedagógica, mas também como direito à plena cidadania, ao acesso a serviços essenciais como energia e internet, assim como materiais pedagógicos adequados para esta realidade específica.

Para além da mitigação a curto e médio prazo, a educação ambiental precisa estar no currículo, de forma interdisciplinar e partir do real (seca extrema), como fala Paulo Freire, da sua “leitura de mundo”, que está fazendo parte da realidade dos alunos e comunidades, para que as gerações futuras possam entender os reais impactos das mudanças climáticas em curso e seu potencial para afetar a vida, o presente e o futuro dessas gerações.

A crise climática em curso nos evidencia, também, que, para chegarmos a esta crise, significa que ignoramos os alertas científicos e que fizemos péssimas escolhas enquanto tomadores de decisões, esta crise não seria possível sem nossas escolhas em relação ao consumo, dentro dos sistemas políticos a que estamos inseridos, e o enriquecimento de nações que enriqueceram em detrimento da fome e da miséria de outras, às custas da destruição da natureza (transformada em mercadoria e explorada até a exaustão). Portanto, a educação ambiental é urgente e precisa ser trabalhada a partir de uma ótica cidadã, pois a crise climática que estamos vivendo não poderá ser resolvida apenas com atitudes individuais, precisa ser um fazer coletivo.

Os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, educadores e alunos, necessitam compreender esse fenômeno chamada crise climática, bem como sua gravidade e seu potencial para impactar a vida de todos. Então, a educação ambiental precisa ser priorizada no currículo escolar, no sentido de “preparar” essas gerações para as alterações do clima em curso, pois, para além da mitigação dos problemas suscitados pelas mudanças climáticas, o fazer pedagógico em tempos de crise precisa ser de esperança. Assim como as sementes precisam de água para germinar, a vida precisa ser regada pelo conhecimento, para que possam germinar a esperança de um futuro possível, em que se possam reverter o aquecimento global e para que a vida, assim como os rios, possam seguir seu curso.

Figura 11: Professores ribeirinhos a caminho das escolas, empurrando a lancha (meio de transporte) devido à dificuldade de navegação por causa da seca severa em 2024



Foto: Elisama de Oliveira Pereira Gaspar

CONSIDERAÇÕES

Esperamos, com este recorte da realidade, visibilizar a desafiadora realidade da educação nas escolas ribeirinhas de Manaus, seus desafios e dificuldades enfrentadas pelos sujeitos (os professores), através do seu próprio lugar de fala.

Esta realidade, que tem suas especificidades e calendário escolar diferenciado, tem essas dificuldades impactadas e potencializadas pelas mudanças climáticas, com a seca extrema dos rios que dão acesso às escolas, especialmente nos anos de 2023/2024.

Os impactos da seca extrema nessas comunidades perpassam, segundo depoimento da professora entrevistada, todos os aspectos da vida social dessa comunidade e, ao dificultar o acesso às escolas, afeta também, de forma direta, o direito à igualdade da educação e a necessidade de pensar em equidade, para que a igualdade se torne possível, assegurada na nossa Carta Magna.

A realidade e dificuldades evidenciadas nas escolas ribeirinhas nos dão a dimensão do potencial que a crise climática tem de interferir em todos os aspectos da sociedade, nesse caso, no direito à educação. Portanto, a crise climática em curso se configura como o maior fato social e um dos maiores desafios para a humanidade.

A educação, com seu potencial transformador, carrega as sementes da esperança, porém precisa de terra fértil para germinar. Nesse sentido, a Secretaria de Educação e os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem precisam pensar para além do empenho em mitigar os problemas pedagógicos e remanejar o calendário escolar, precisamos fazer um esforço coletivo, para além das consequências, mas entender e refletir sobre as causas das mudanças climáticas, pois precisamos pensar qual mundo essas gerações estão “herdando” das gerações que as antecederam.

A educação ambiental, portanto, para além de repassar conteúdos, e cumprir o currículo, é um compromisso ético e moral com o presente e o futuro.

Agradeço à professora Ellen Deliane dos Santos pela entrevista e pelas imagens concedidas, à professora Elizama de Oliveira Pereira Gaspar por conceder as imagens e dedico este artigo aos professores ribeirinhos, que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no cotidiano do seu fazer docente, regam o conhecimento nas escolas ribeirinhas da Amazônia.

Figura 12: Embarcação utilizada para fazer o transporte escolar fluvial.



Imagem: Portal do Marcos Santos

REFERÊNCIAS

BRAGA, CELDO & OLIVEIRA, OMAR. **AMAZONAS MORENO**, 1992.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **TEXTO CONSTITUCIONAL PROMULGADO EM 5 DE OUTUBRO DE 1988**. BRASÍLIA: SENADO FEDERAL, COORDENAÇÃO DE EDIÇÕES TÉCNICAS, 2013.

FREIRE, PAULO. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. PAZ E TERRA, 1996.

LEFF, ENRIQUE. **SABER AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE, RACIONALIDADE, COMPLEXIDADE, PODER**. TRADUÇÃO DE LÚCIA MATHILDE ENDLICH ORTH. 6. ED. PETRÓPOLIS: VOZES, 2008.

SERTÃ, ANA LUÍZA; ALMEIDA, SABRINA. “ENSAIO SOBRE A DÁDIVA”. *IN: ENCICLOPÉDIA DE ANTROPOLOGIA*. SÃO PAULO: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, 2006.

REGIONALISMO DE VANGUARDA: O DISCURSO ARTÍSTICO-PRESERVACIONISTA DE UMA GERAÇÃO DE MÚSICOS DO AMAZONAS

Yomarley Lopes Holanda

Doutor e Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA-UFAM).

ORCID: 0009-0008-0977-9141

Email: yholanda@uea.edu.br

Arthur Figueira do Nascimento

Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA).

ORCID: 0009-0001-9322-5524

Email: afdn.mic23@uea.edu.br

George da Silva Inhuma

Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA).

ORCID: 0009-0005-2051-8899

Email: gdsi.mic23@uea.edu.br

Márcio Augusto Silva de Souza

Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA).

ORCID: 0009-001-2038-5265

Email: masds.mic23@uea.edu.br

Resumo: Esta pesquisa buscou mergulhar nas canções dos discos da cena musical amazônica da década de 1980 que representam, em sua produção musical artística, a ideia de preservacionismo e valorização da Amazônia, fazendo parte do gênero musical MPA (Música Popular da Amazônia), distinguindo-se por sua sonoridade amazônica, observando, a partir de um diálogo entre música e história, as características particulares dessas obras, bem como a trama poética dessas composições impregnadas de regionalismo. Nosso principal objetivo será evidenciar o discurso preservacionista pioneiro dessas composições artísticas para a história e cultura da Amazônia. A metodologia construída para a análise dessa tipologia textual consistiu em um diálogo interdisciplinar com outras ciências humanas, interessando-nos mais pelo conteúdo e abrangência dos autores estudados, como Edgar Morin (2005), Ivanir Fazenda (2008), Marcos Napolitano (2002), Erick Hobsbawm (1990), Roy Bennett (1986), Raimundo Cardoso (2017), Mário Augusto Dourado Menezes (2011), entre outras leituras que contribuíram para nossa metodologia de análise interdisciplinar. Em nossa análise, destacamos o papel do imaginário amazônico encontrado na composição das letras e na sonoridade dos artistas desse período.

Palavras-chave: música e história; diálogo interdisciplinar; imaginação poética.

Abstract: This research is the result of the development of a history teaching project, applied during supervised Internship II, in a state school, the methodology used was the use of music from the period of the civic-military dictatorship in Brazil (1964 -1985), the project proposal was based on the development of a didactic-musical parody about the historical period, seeking greater involvement of everyone in the teaching-learning process, the work is divided into the contextualization of the theme, in the dialogue with the psychology of education and learning, in the placement of MPB in its historical time, in the perspective of music in history teaching, and in the last section dedicated to the presentation of the lyrics developed in the project, as well as the explanation of its stanzas, we sought to bring our perspectives regarding the use of Amazonian Popular Music (MPA), based on the human potential worked on and our lived experience.

Keywords: music and history; interdisciplinary dialogue; poetic imagination.

INTRODUÇÃO

A Música Popular Amazonense (MPA) ou Música Popular Amazônica, quando pensada na dimensão maior, seria uma ideia de uma música regional única, com seus precursores em cada região, mas uma música que causa identificação da gente amazônida em qualquer lugar, pois tem como características, em suas composições, serem por essência músicas regionais. Isto tudo levando em conta, de antemão, a efervescência da musicalidade daquela geração de músico da década de 1980, fugindo da ideia de uma dicotomia entre o que chamaremos de uma música regional e uma música urbana, portanto, todas as obras desse período serão pensadas aqui, levadas em conta enquanto obras artísticas pertencentes a este contexto de fruição da música e poesia amazonense.

O período aqui em voga é de extremas transformações sociais no Estado do Amazonas, fora o palco principal de apresentação da cena da MPA dos anos 1980, onde as tecnologias vindas do estrangeiro chegavam na capital e no

interior, guardadas as proporções. “A partir do advento da Zona Franca de Manaus, cuja geopolítica da época prescrevia a integração regional do Norte à dinâmica de uma economia nacional concentrada no centro-sul do país” (Menezes, 2011, p. 39). Como ressalta o autor, a Música Popular toma à frente com sua forma e conteúdo, destacando as problemáticas sociais da região.

Não havia, até então, um segmento musical dedicado à temática regional da Amazônia, enquanto artistas dedicados a esse gênero musical, pois o contexto da época da nossa década em análise é singular, com a temática ambiental em voga, e os grupo regionais surgindo, era a atmosfera necessária ao florescimento da MPA nos moldes como a conhecemos hoje e a impulsão que os nossos artistas tiveram naquele período.

As canções de MPA emergem no ambiente dos festivais da canção na Amazônia nas décadas de 1970 e 1980. Nos ateremos em seu conteúdo e seu discurso preservacionista, sem precedentes na Amazônia neste momento da história, em que a arte fez vanguarda, estando à frente do discurso científico da época no Estado do Amazonas. As canções dando valor à Amazônia profunda se consolidaram baluartes perenes ao tempo.

OS VENTOS DA MPA

Na década de 1980, no Amazonas, havia uma sociedade em plena mudança atravessada pelo romper das tradições pelas novas tecnologias, como o rádio, os videocassetes, os aparelhos de TV e os resultados dos projetos políticos de desenvolvimento que, por sinal, ainda estavam em pleno curso. “A região amazônica, tal como a vemos hoje, no século 21 emerge de um processo que teve início nos anos 1960 e com a participação dos governos militares, naquilo que foi considerado o desenvolvimento da modernização da região” (Pizarro, 2012, p. 166).

O posicionamento dos artistas, por meio de suas letras das canções de MPA, está atrelado ao pensamento ambientalista de defesa da Amazônia, uma vez que as canções, enquanto monumento, não estão dispersa no ar, à parte de seu tempo histórico. Lembremos do postulado há muitos anos: “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (Bloch, 2002, p. 79). Um embate entre os planos de desenvolvimento e a luta dos movimentos e ideias ambientalistas estavam em pleno choque na Amazônia, como hoje em dia, mas, naquele momento, era tudo muito novo um devir. Aqueles jovens artistas bebiam nessa seara de pensamento, na fruição desse imbricado entre a tradição e a modernidade.

Como corroboram Keck & Sikkink (1998), no período da década de 1970, as preocupações ambientais à respeito da Amazônia vêm à tona em nível nacional e global, os olhos do mundo estão voltados para a Amazônia brasileira. Como podemos notar pela criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972, atrelado à Igreja Católica, e, no contexto internacional, a criação da organização humanitária Survival International nos fins dos anos 1960.

A visão de uma terra desabitada e do progresso por meio da oposição Homem x Natureza, a partir do avanço do capital e da industrialização, é uma constante na política brasileira, o que acarreta no cenário desta década de mudanças e embates. “Os enormes impactos socioambientais decorrentes dos projetos de ‘desenvolvimento’ financiados pelos bancos multilaterais mobilizaram, sobretudo durante os anos 1980, ambientalistas do Norte e do Sul em defesa da floresta amazônica” (Zhour, 2006, p. 140).

O protagonismo indígena começa a se manifestar com maior intensidade a partir das Assembleias Indígenas apoiadas pelo Cimi que, na

década de 1970, pela primeira vez, reuniam lideranças de diferentes povos de Norte a Sul do país. Nessas assembleias, os povos indígenas colocaram definitivamente na pauta a retomada e garantia de suas terras como condição para combater a violência de que eram vítimas e para assegurar o seu futuro.

Ao final desta década, vemos a consolidação, por meio da Constituinte, dos direitos e garantias asseguradas aos povos indígenas do Brasil. O respaldo assegurado pela Constituição Federal de 1988 deu representatividade e maior segurança jurídica para a manutenção das culturas e modos de vida indígena, com a demarcação de seus territórios e o gradativo acesso a outras conquistas, como as vagas específicas pela política de cotas, um processo ainda em andamento, em luta constante por seus direitos. Mas ao que nos cabe aqui verificamos estes fatos sociais em desencadeamento no mundo amazônico do período, influenciando as composições e pensamentos dos artistas da MPA.

No campo artístico, os movimentos regionais de música estavam à plenos pulmões espalhados pelo país, esses movimentos de jovens empenhados em fazer cultura através da musicalidade regional ditam as normas do que seria a música popular no período. Temos anteriormente no Brasil vários movimentos que marcariam a nossa história musical: A Bossa Nova, A Tropicália, O Clube da Esquina, Novos Baianos. Vemos essa passagem de movimentos musicais e o aproximar de nosso período, e a relação desse contexto com a concepção de uma Música Popular Amazonense (MPA) acompanhando essa tendência no país e a imensa fruição de ideias.

Essas músicas e grupos regionais, no sentido de uma produção musical inerente a cada sociedade do país, foram muito impulsionadas, também, pelo advento dos Festivais da Canção. Para Napolitano (2014), tiveram um papel social importante na década de 1960, quando atraíam grandes públicos, sendo o carro chefe das televisões da época. “Entre 1966 e 1968. Nestes anos, a

fórmula ‘festival da canção’ imperou na TV brasileira, tornando-se os seus programas de maior audiência. Inspirados inicialmente no famoso ‘Festival de San Remo’, da TV italiana” (Napolitano, 2014, p. 56).

Os festivais brasileiros tomaram forma e identidade próprias. Na antiga TV Excelsior ocorreu sua inauguração, sendo na TV Record onde este gênero se consagrou. “O festival era um tipo de evento que reunia um conjunto de músicas inéditas, de 36 a 40, dependendo da emissora, em que se escolhia entre estas algumas finalistas” (Napolitano, 2014, p. 56). Os prêmios eram disputados e o que atraía mais a atenção dos participantes era o de melhor canção, acabaram por se tornar veículos das manifestações populares.

O advento da TV possibilita a assimilação desse gênero para todas as classes sociais brasileiras, embora, nestes, a Bossa Nova e MPB mostrassem suas melhores canções. No fim da década de 1960, a ideia da TV começa a mudar quanto aos festivais devido ao contexto da época, de censura da ditadura militar muito forte nas obras de arte, além disso a própria configuração da programação que visava gastar menos e lucrar mais.

Com a passagem para a década seguinte, vemos a transição do material consumido e decadência dos festivais da canção: “A música popular brasileira entrava nos anos 1970 sem os seus maiores compositores; quase todos ‘viviam’ fora do país. Ao mesmo tempo, a grande tendência do mercado, com a crise dos festivais da canção e cerceada pela censura, era a música jovem” (Napolitano, 2014, p. 85).

No Amazonas, os festivais da canção têm uma característica diferente da região sudeste, não estando veiculadas nas televisões, mas sendo manifestações culturais populares onde os artistas podiam mostrar suas

obras, e algumas vezes, dando vazão à gravação dos discos compostos pelas canções selecionadas nos festivais.

Podemos observar que o Caboclo trabalhado nas composições de MPA, em suas obras, se trata do homem da floresta e das margens dos rios, lagos e igarapés, conhecedor e defensor da Amazônia, evidenciando sua relação íntima com a natureza. Essa dimensão mais interligada à relação homem e ambiente natural passa a ser entendida não mais como antagônicos, mas como partes diferentes e destoaantes de um mesmo sistema, abandonando a oposição meio natural e civilização. Através dos mitos, das lendas, de nossos mistérios amazônicos, se cria uma forma diferente de entender os processos e entender o conjunto.

Os artistas da nossa MPA buscavam pela regionalidade cabocla em suas composições, tecendo uma expressão própria no contexto da música popular, estabelecendo um diálogo entre tradição e musicalidade moderna, os instrumentos e retratando os rios, a floresta, os cantos dos pássaros. São características principais do Grupo Raízes Caboclas, Netinhos Solimões que possui um circuito diferente dos demais artistas que irão aqui ser apresentados, se vale muito da influência caribenha em suas canções. Outros artistas, como Cileno, Torrinho, Cândinho, enveredaram por uma musicalidade urbana dentro desse cenário de produção musical do período.

Os sentido físicos ou metafísicos compõe o que entendemos por uma análise cancional, que parte do campo da história, como o diálogo interdisciplinar entre o que se pode ver ou apenas sentir. Como nos coloca Napolitano (2002, p. 68), devemos observar certos elementos da música em nossa análise histórica, sendo estes letra e música em separado. Ao se caminhar na interpretação da tessitura poética, nos debruçamos sobre o pensamento de uma ciência não cartesiana, articulando principalmente

Gaston Bachelard e João de Jesus Paes Loureiro, ambos se combinam para aquilo que seria uma interpretação poético-científica das canções de MPA em seus fios condutores criacionais.

Este gênero cancional singular do Estado do Amazonas, possui, em seu cerne, uma hibridação cultural: “os países Latino-americanos são atualmente resultado de sedimentação, justaposição e entrecruzamentos de tradições indígenas (sobretudo nas áreas mesoamericana e andina), do hispanismo colonial católico e das políticas educativas e comunicacionais modernas” (Canclini, 2019, p. 73). Da capital aos interiores mais longínquos, podemos verificar a concepção das canções deste gênero, um processo histórico de formação de fronteiras territoriais latino-americanas, observado pelo autor em sua obra “Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade”, evidenciando grande fruição na questão dos simbolismos culturais, tanto nas cidades quanto nas zonas de campo na América-Latina.

REGIONALISMO DE VANGUARDA

Boto Vermelho

Raízes Caboclas – Celdo Braga

Boto Vermelho, no lago buiou

Boto vermelho, no lago buiou

Minha canoa ele arroudeou

Minha canoa ele arroudeou,

Apavorada, meu amor gritou

Boto vermelho, fuja, por favor!

Mas o malvado, meu amor flechou

Para bem longe

Ele a carregou

Para bem longe

Ele a carregou

Flechou, flechou, flechou!

Abordando as vivências amazônicas, a canção é uma perspectiva particular da Amazônia profunda, a Amazônia dos mitos, dos símbolos da vida cotidiana, das nossas crenças populares e lendas. O folclore popular amazônico desperta encanto e fascínio de todos os que com ele tem contato ou vivenciam estes em seu dia a dia, pois a nossa temporalidade é singular, um mundo no limiar como nos coloca Nestor Garcia Canclini em *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade*, esta fora a transmutação do compositor nessa letra.

Um limiar de culturas, resultado de um processo histórico social, onde transbordam, como resultado, as reminiscências de muitos povos, ou da essência deste a sua cultura, cultura na forma como entendemos atualmente em sua profusão de saberes e nuances, para alguém da ideia de um saber elitizado, pois o maior saber não seria o da vida? Das nossas formas de ser o que nos configura identidade? Foi uma longa jornada até esse entendimento amplo de cultura, como bem dissera Peter Burke em *O que é história cultural?*, portanto, esse exercício poético de metrificar as nossas particularidades sociais é, dessa forma, também um ofício de antropólogo que se debruça a pensar cultura.

Os hábitos se repetem dia após dia até se tornarem ciclos, até que já não percebamos sua existência, sua recorrência que independe de qualquer um. Ganham vida no caso das práticas sociais, como nos coloca Paes Loureiro em *Cultura Amazônica: uma poética do Imaginário*, é muito particular essa forma de relacionamento dos mitos e a humanidade na Amazônia, um mundo paralelo abstrato de um tempo único, onde metafísica e vida habitual dialogam na confluência de sentido e significados do existir amazônico, logo, o Boto Vermelho é um ser da fauna amazônica, mas também um ser com

características místicas, ele habita o imaginário, ele suplanta um espaço do entendimento da vida, é uma resposta, é uma forma de se explicar os acontecimentos factuais.

A lida na roça, vencendo as correntes dos rios, os bravos rios, são de fato uma aspecto da vida na Amazônia, a obtenção da condições da existência em sua forma primeira, na obtenção primária, no se colocar em relação ao mundo, de uma forma diferente no entendimento do lugar, não talvez como dono da floresta dos rios, mas talvez privilegiados seria a aproximação dessa relação, somos e existimos na e com a floresta, essa é a forma de relação perceptível na letra dessa canção, por onde passeia a poesia na escrita da mesma.

Forma de coabitar que traz consigo reminiscências de uma forma de ser mais tradicional, mais originária de nossos povos primeiros, pois o caboclo aprendera com estes, em um tempo distante, a sua forma de ser e de estar na floresta, de deslizar pelo coração cintilante do rios, de se aventurar na imensidão amazônica, sabendo de seus riscos e de suas encantarias, respeitando e preservando esses conhecimentos por meio da tradição, nos lembra muito as palavras do Xamã Yanomami Davi Kopenawa em *A queda do céu*, quando fala da relação de seu povo ao pensar o sistema ecoflorestal, que sua ecofilosofia nos coloca.

Para Paes Loureiro (1996), o universo dos encantados amazônicos é um âmbito particular na cultura local. Neste lugar, o tempo passa diferente, o tempo é trivial, o lembrado aqui se configura mais importante que o datado, a amada na canção fora encantada, ela habita um lugar no fundo do rio, fora em um dia comum onde ocorrera o incomum, mas plena de possibilidade dentro de nossa cultura onde o mito perpassa a razão pela razão, nosso traço

poético transgressor da realidade banal possibilita ao autor, ao retratar a lenda do Boto Vermelho, adentrar a esse arcabouço da dimensão do psíquico.

A segunda faixa nos mostra que há espaço para o *eros* na vida na Amazônia, um amor romântico de um eu lírico genérico, de uma história singular da nossa cultura, a água é o cenário onde nos vemos levados por essa letra, para acessar a poesia precisamos percebê-la, senti-la, ouvir o clamor do fundo dos rios da mulher encantada. O que Bachelard, em *A água e os sonhos*, nos leva a pensar cabe muito bem aqui, a dimensão dos mitos se assemelha a dos sonhos, o tempo aqui não comanda, o tempo é prene e perene em sua constância, a nossa história ocorreu em algum lugar, em alguma época, a poesia dos versos por trás dos arranjos é originária da água, em sua mudança, mas também constância. Ele nunca mais vai ao lago, pois tem receio, mas todos os dias vai ao lago e sente as mesmas coisas, todas as vezes, o ciclo se repete, o lago e sua água são cenário e protagonistas nessa canção ambígua, mas explicável.

Carta do Amazonas

Netinho Solimões

Mãe tô aqui!

Na Beira do Rio Negro tô aqui

Tô na zona Franca

Muito Peixe, muita fruta, muita ganja

Mas não tenho nada mora na quebrada

Peixe com farinha nada de salada

Mãe Manaus é linda!

Os turistas fazem fotos

Cor de rosa são os botos

Os vídeos cassete trazem neve para a mata...

Carta ao Amazonas é a visão de alguém do interior quando se depara com a imensidão da capital Manaus. Como expresso na canção, a hibridização cultural é um processo vigente em nossa sociedade, com as tecnologias e os modos de vida externos presentes em nossas cidades.

Uma canção que fala de um processo de mudanças elencada por Canclini (2019), com a influência da ocidentalização de culturas na América Latina, trazendo as novas tecnologias de comunicação para os lugares mais longínquos do planeta. Manaus de muito tempo recebe as influências externas da sociedade capitalista nesse momento de nossa história, víamos a chegada da Zona Franca na década de 1970.

Com o advento da Zona Franca, a tonalidade da cidade de Manaus novas possibilidades, novas formas de se viver na Metrópole da Selva. As novas tecnologias de comunicação como o cinema, o rádio, os modernos vídeos-cassetes, traziam o mundo de fora para a capital Manaus, e os jovens músicos da nossa MPA se depararam com essa efusão de mudanças em sua década, na década em que compuseram suas canções, canções estas que demonstram toda a profusão de influências e o que estas lhes pareciam.

Os vídeos cassete trazem neve para a mata é o que Bachelard (1993) coloca como poética do espaço, quando a percepção artística no processo criativo do cantor, nesse caso, o processo de mudanças que estavam ocorrendo naquele momento uma canção, do início da década de 1990, no Álbum Zona Ama, onde o artista pode colocar tudo aquilo que almeja para suas canções livre das amarras do mercado.

A poética do espaço é uma constante na composição desta canção, o poeta coloca sua expectativa com o mundo novo que vislumbra, um devaneio poético nos moldes de Bachelard (1988), pensa a neve na mata como um

simbolismo desse devaneio poético no qual a neve é símbolo de uma cultura externa que chega a partir dos novos veículos de comunicação.

O artista tem em sua perspectiva uma mensagem para a sua mãe que está consigo em seu devaneio poético, ou pode ser visto como uma mensagem para as pessoas que dele estavam distantes, pois, nesta composição, somos informados a respeito de seu tempo histórico. O imbricado cultural que se formava na Manaus dessa época em expansão, a redesenhar seu próprio espaço físico enquanto cidade. O poeta-letrista se concentra nas mudanças de sua época, anos deixando a evidência de um remodelamento das influências naquele período: o fluxo de turistas, as belezas Amazônicas representadas pelo Botos Cor de Rosa, o Rio Negro, a MPA, em sua síntese, o epicentro dessa poético do movimento Musical.

Meu Rio que é Amazonas

Rodrigo Augusto

Vou descendo cortando as água cheias de brilho e cor
Do meu rio Amazonas
Nas suas ondas estou tentando sustentar meu barco
Devido a força do vento que sopra livre
Devido a força do vento que sopra livre e forte
Vou descendo cortando as água cheias de brilho e cor
Do meu rio Amazonas
Nas suas ondas estou tentando sustentar meu barco...

A poética das águas de Bachelard (1997) se faz presente nesta canção ambientada no rio, o artista transita na ideia de uma navegação por este rio dos sonhos do poeta, o rio que guia a sua vida, que trilha o seu caminho, fazendo parte de seu cotidiano de homem amazônico, expressando em sua canção a esta inspiração poética.

O homem que navega que segue seu caminho, seguindo o intercuro dos rios que cerca a vida e permeia a existência do existir amazônico, o rio que inspira o nosso poeta-letrista nesta composição, no balançar e no navegar, no fruir de sua inspiração criadora, o rio é quem decide as formas pelas quais o homem amazônico vive a sua vida, suas possibilidades, seus caminhos o vir a ser.

O que Paes Loureiro (1997) coloca como a fonte de inspiração dos artistas e da própria mitologia amazônica em sua imensidão é uma metodologia de símbolos pensados a partir do visto ao redor. O rio é a inspiração do homem amazônico nesse sentido, desde tempos primais, a concepção do fazer criacional está ligada a uma ideia, a da imensidão da Amazônia, na qual se debruçam os fazedores de cultura, a canção em tela mergulha na imensidão do rio, no seu braço a navegar para nos cantar uma nova melodia sobre o grande rio.

O rio guia o barco no sentido dos destinos da vida do homem na Amazônia, colocando rumos, desafios, o rio é o sentido da vida a clarear da esperança e do medo, o rio é dualidade, é alegria, é desatino, é conforto. Uma canção de MPA com sua ênfase é estética regional, uma canção situada em seu tempo, uma canção que está por acabar.

Sangue Verde

Raízes Caboclas – Celdo Braga

Amazonas

Das mulheres guerreiras

Amazonas

Das lindas corredeiras

Amazonas

Das selvas perdidas

De mil tribos feridas

Pelas mãos traiçoeiras
No silêncio da noite
No clamor da agonia
Repousa o gigante
Pra tombar no outro dia...

Pensar Amazônia é pensar em um todo muito complexo. A definição de Amazônia é bem ampla, podendo nos remeter a ideia de um bioma, que, por si só, possui grande abrangência. O termo floresta amazônica se dirige a diferentes países, entre estes o Brasil. Para além de um bioma, trata-se de uma construção histórica percebida com fruição ao adentrarmos os territórios federativos atuais. Nesse lugar, na verdade, essas fronteiras são híbridas, como nos coloca Canclini (2019) ao pensar os processos de integração latino-americanos, mais especificamente nos processos de criação artística, ou como nos defende Burke (2005) na ideia de fronteiras culturais. A cultura se sobressai aos acordos político-diplomáticos construídos sistematicamente em decorrência do percurso histórico. A ocorrência de nações indígenas binacionais de nosso ponto de vista reforça esse argumento.

Santos (2002) disserta acerca da expedição de Francisco Orellana, ocorrida em meados do século XVI, percorrendo toda a extensão do rio Amazonas e fazendo o reconhecimento deste território para a coroa da Espanha. A nossa canção se propõe, em sua poesia, a percorrer os trechos desse rio em um processo de devaneio histórico, nos valendo novamente de Bachelard (1996). O devaneio é um sonhar acordado, um sonho diferente, um limiar entre o universo palatável e o sensorial. A história é uma memória coletiva construída através do tempo, sujeita a modificações e interferências, portanto, o início da letra citando as Amazonas da lenda lembradas pelo

cronista da expedição em questão, Frei Gaspar de Carvajal, que traz a ideia da canção e o fio condutor desta poética fora mais uma vez o mito.

Como afirma Hobsbawm (1997), a tradição é criada de uma forma abrupta e atrelada a vontade de um determinado segmento social, se construindo, muitas vezes, em uma tradição fraca, pois esta não carrega o selo do fator tempo, do fator da vontade do povo, e podemos completar que não carrega as marcas da cultura, ou ainda da história. A história, nesse sentido, é a cultura, e a cultura, a própria “mestra da vida” em uma colocação positivada de sua teoria. Fato que, no mais, não interessa por hora, é que o mito, a tradição e a história são intrínsecos a essa composição, a esta poesia, onde o eu lírico é, por enquanto, até aqui, mais um observador da cultura. Mais uma vez vemos o Malinowskiano trabalhado por Laplantine (2003): o observador da cultura observa e se insere na cultura para melhor entendê-la. Nosso compositor, com certeza, se coloca como observador, talvez um contador de histórias no melhor estilo Davi Kopenawa (2015) e Hampatê Bá (2010), ambos, à seu modo, trazendo a ideia da tradição e do ato de contar de suas histórias como fundamento crucial da manutenção de sua história e de seus modos de vida.

O jogo de palavras com as Amazonas, ou o Amazonas, é um recurso da construção poética, explorando os significados e significações que carrega esse substantivo devido à sua construção histórica devida a formação da nossa cultura, a forma como fora empregada ao longo do tempo. Cândido (1996) defende que as palavras, assim como todas as rimas escolhidas pelo poeta podem possuir uma significação específica, uma intenção. O poema, nos referindo a forma metrificada de texto, utiliza aliterações (repetição de sons de consoantes) para causar um efeito. Esses efeitos, podemos dizer, dão os ares de poesia, nos transportam ao texto, que funciona como mediador entre

nós e os devaneios do poeta, que escreve para declamar, ou para cantar. O texto na verdade tem sua própria vida, conquista rapidamente uma repentina independência.

A beleza amazônica encanta nosso autor, que considera a selva gigante, mas um gigante que precisa sobreviver a luta constante na arena da guerra contra um progresso que se pensa progresso ao transgredir a naturalidade do verde, ao solapar culturalidades ancestrais, a ideia de sangria remete. A ideia de um ferimento que vai sangrando lentamente e que levará a morte do ser que sofre em agonia, como na canção. O gigante que sobrevive todos os dias no remete a ideia da floresta, dos rios, do ambiente amazônico, mas pensar Amazônia e não pensar nos povos que nelas convivem é impraticável, como bem nos coloca Kopenawa (2015). Tudo está ligado, é um todo complexo onde mitologia, ecologia, o vivido e contado são uma mesma fruição. Logo o gigante também são as nações indígenas, também citadas na canção.

Se constitui em uma poética que se oriunda das águas quando pensamos no lugar do rio. É o rio que observa à tudo, inerte, mas participante da história de lutas que perpassam o mito, o capitalismo que, como afirma Loureiro (1995), se torna terror aos que procuram destruí-la, mas sonho aos que procuram entendê-la. O autor transborda em métrica as palavras que gostaria de dizer o nosso eu lírico da canção, a história ocultando a história somos nós enquanto sociedade, o que pensamos em nossos pactos sociais, o nosso projeto de nação, o sangue verde é também o nosso sangue, a nossa existência. A percepção disso está nos chegando de formas triste e de formas mais harmônicas, em formas práticas, como bem nos coloca Ailton Krenak *Caminhos para a cultura do bem viver*. Caminho cultura, cultura, história, nossa cultura-histórica está expressa nessa canção, a forma como, enquanto Estado, enquanto sociedade, nos relacionamos com a Amazônia, região, cultura, espaço de luta e vitórias, alegrias e tristezas.

Não Mate a Mata

Adelson Santos

Em questão de Solimões fundamental
É saber que o negro não se mistura com amarelo
É saber que o negro não se mistura com amarelo
Não mate a mata
Não mate a mata
A virgem verde bem que merece consideração
Mas a virgem verde bem que merece consideração...

Uma canção com características de Rock, uma vez que é pensada pelo maestro Adelson Santos ainda na década de 1970, época das grandes bandas de rock, com suas canções longas, riffs de guitarra épicos e toda uma estética própria do período em que a canção foi pensada. A canção é simbólica quando pensamos em um movimento da MPA na década de 1980, no Amazonas.

Gravada em 1980, inaugurando os trabalhos da MPA da nascente cena 80 no Amazonas, a sua inspiração poética transita entre o pensamento bachelardiano e de Paes Loureiro (1997), um pensamento de preservação da natureza e de preocupação social latente, pautada em uma poética do espaço de Bachelard (1993). O artista se depara com o contexto a sua volta dando origem a sua composição musical.

A ideia da mata como um ser vivo e não um algo a destruir, está presente nesta canção, uma inspiração poética na natureza, no deslumbramento com a natureza e a imensidão amazônica. Um verso conciso transcrevendo a razão de ser desta geração de artistas: fazer música e cantar seu contexto de época.

Nave Estelar

Wilson Chagas

Navegante do universo;

Uma nave estelar;

Vendo o sofrimento da terra;

A poluição do mar; Navegante do universo;

Uma estrela a brilhar...

Canção vencedora daquela edição do festival, fazendo parte do lado A do disco “Fecult I Festival Cultural de Tefé”, esta composição transita pelo universo dos devaneios poéticos bachelardianos, o autor faz alusão a um navegante do universo, um do imaginário poético com quem o artista se conecta na canção. O navegante do universo é um alguém que olha a situação de forma externa, por isso o artista recorre a ele, porque talvez tenha a solução para os problemas do planeta no que diz respeito aos problemas ambientais.

As interpretações para o que seria o navegante do universo podem ser diversas, podendo-se entender pelo viés da religiosidade ou uma questão mais científica. A interpretação fica em aberto, mas a inspiração poética transita perfeitamente dentro do que Bachelard (1997) traduz por devaneios poéticos, forma de composição na qual o artista navega em sua criação para além do convencional, transita no mundo metafísico objetivando uma resolução dos problemas da vida real nesta composição.

Os animais e seus cantos, a preservação da natureza fazem parte da inspiração poética desta canção Amazônica, uma canção de festival com preocupações de sua época e contemporâneas a nós, podendo sendo uma canção atual. Composição que transita pelo devaneio poético quando da escolha de um ser metafísico, além da compreensão entrelaçada com a

chamada poética Amazônica de Paes Loureiro (1997), inspirada na natureza e sua imensidão como sua aura mística e presença física que cerca a todos os habitantes amazônicos, lhes conferindo uma identidade e identificação.

Tribos (Tributo à Rauni)

Canhoto – Francisco T. Costa

O cacique homem forte;

Não se cansa de invocar;

Proteção para o seu povo;

Sua terra seu lugar;

Defendendo a ecologia;

De quem tanto quer-lhe a morte;

Terra de Yanomami, Arará, caiapó

Olhe os Tikunas

Esse rio tem peixe eu quero pescar...

Esta composição é bastante situada em sua época, uma vez que seu próprio título faz alusão a personagem do cacique Rauni, líder indígena que estava muito em alta naquele momento devido sua turnê internacional em defesa dos direitos dos povos indígenas, juntamente ao cantor Sting, conhecido vocalista da banda The Police.

O compositor faz o uso de muitos nomes de etnias indígenas e demonstra preocupação com o meio ambiente, assim como da luta desses povos representadas pelo Cacique Rauni. A figura do indígena e da manutenção de suas culturas é explícita nessas canções. As culturas indígenas, como fomentam Kopenawa e Albert (2015), está intimamente ligada a manutenção de seus territórios que, para estes, fazem parte de um único organismo vivo, entendimento ancestral que se antecipa muito a nossa moderna ecologia ocidental.

O rio, nesta composição, serve de inspiração para se trabalhar a temática, uma vez que é fonte de vida das sociedades amazônicas, a luta dos povos indígenas nesta composição se dá pela manutenção de seu povo, da preservação dos rios. O que Bachelard (1997) chama de poética das águas, uma ideia que permeia o pensamento do artista, o levando as demais frases da canção, nesse caso, porque o rio é associado a vida, a continuidade, a perenidade. Sem os rios, sem os peixes, a luta está perdida.

Uma canção que homenageia um grande nome da luta pela defesa do direito à autonomia dos povos indígenas no Brasil e no mundo, canção que representa sua época que se aproximava da primeira conferência mundial sobre desenvolvimento e meio ambiente, a conhecida ECO-92. Esta canção não é uma canção datada, mas que tem total sentido ainda nos dias de hoje, com sua preocupação com o período do antropoceno pelo qual passamos e com nossas populações ancestrais e seus modos de vida.

CONSIDERAÇÕES

Historiadores de formação, seguimos por uma abordagem interdisciplinar devido a tipologia de fonte pesquisada neste trabalho: a música, com sua linguagem própria em suas sonoridades, estilos musicais, tempos da canção relacionados a seu ritmo e suas influências, sua originalidade, sua composição poética presente em cada letra de cada canção oriunda do coração e do imaginário do letrista-poeta em sua prática de construção poética e os caminhos que esta percorre em seu modo de composição e em suas letras.

A MPA e suas construções subjetivas da atividade humana nos dedicando em um esforço para a interpretação desta tipologia de fonte histórica. Logo, a construção de um método que comporte essa análise se fez e se faz necessário, transitando entre uma postura teórica e outra e deixando

a sensibilidade muito em aberto no que consiste a nossa interpretação da tessitura poética das composições.

Para Fazenda (2008), o método interdisciplinar, diferentemente da ideia de um isolamento estratégico, tendo a noção de preservação do pesquisador em relação a seu objeto, deve influenciar o pesquisador interdisciplinar, atrelando características a sua pesquisa, bem como na construção desse método, que é particular de cada um devido a sua carga de subjetividade das pesquisas dessa natureza. Pesquisador e objeto se unem nessa hermenêutica interpretativo-subjetiva. A interdisciplinaridade é um caminho da uma pesquisa que procura dar conta das dimensões mais plurais dos sentidos e significações da existência humana.

Contribuíram as ideias de pesquisadores como Morin (2005) e Japiassu (1976). Entramos nos devaneios poéticos de nossos artistas, ouvimos e reproduzimos suas canções, conhecendo um pouco melhor da poética do imaginário amazônico de que nos fala Loureiro (1995), a poética que envolve e está envolvida em nosso ethos amazônico, que nos colocam da necessidade da renovação do método científico um método que comporte as subjetividades humanas e seja desprendido das amarras de uma ciência cartesiana, em uma razão da épocas das luzes que nos trouxeram grandes avanços, mas deixaram sequelas no pensamento científico vigente.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, GASTON. **A POÉTICA DO DEVANEIO**. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1988.
- _____. **A CHAMA DE UMA VELA**. RIO DE JANEIRO: ED. BERTRAND, 1989.
- _____. **A ÁGUA E OS SONHOS: ENSAIO SOBRE A IMAGINAÇÃO DA MATÉRIA**. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1997

_____. **A POÉTICA DO ESPAÇO**. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1993.

BENNETT, ROY. **UMA BREVE HISTÓRIA DA MÚSICA**. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR, 1985.

BLOCH, MARC. **“APOLOGIA DA HISTÓRIA OU O OFÍCIO DE HISTORIADOR”**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2002.

BURKE, PETER. **O QUE É HISTÓRIA CULTURAL?**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2005.

CANCLINI, NÉSTOR GARCÍA. **CULTURAS HÍBRIDAS: ESTRATÉGIAS PARA ENTRAR E SAIR E SAIR DA MODERNIDADE**. SÃO PAULO: EDUSP, 2019.

CARDOSO, RAIMUNDO GERSON LUZEIRO. **SONORIDADES DA FLORESTA: GRUPO RAÍZES CABOCLAS**. 2017. 148 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2017.

CERDEIRA, WESLEY DIAS; TORRES, IRAILDES CALDAS. **IMAGINÁRIO AMBIENTAL: A FLORESTA AMAZÔNICA COMO INSPIRAÇÃO POÉTICA**. IN: TORRES, IRAILDES CALDAS (ORG.). **POÉTICAS AMAZÔNICAS: GÊNERO, RELIGIOSIDADE E SONORIDADES CARTOGRÁFICAS**. MANAUS: EDUA; SÃO PAULO: ALEXA CULTURAL, 2021.

FARIAS, ELIAS SOUZA. **A CANÇÃO NA AMAZÔNIA E A AMAZÔNIA NA CANÇÃO**. 2017. 314 F. TESE (DOCTORADO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2017.

FAZENDA, IVANI (ORG.). **O QUE É INTERDISCIPLINARIDADE?**. SÃO PAULO: CORTEZ, 2008.

GOLDSTEIN, NORMA SELTZER. **VERSOS, SONS, RITMOS**. SÃO PAULO: ÁTICA, 2006.

GUATTARI, FELIX. **CAOSMOSE: UM NOVO PARADIGMA ESTÉTICO**. SÃO PAULO: ED. 34, 1992.

BÁ, AMADOU HAMPATÉ. **A TRADIÇÃO VIVA**. IN: KI-ZERBO, JOSEPH. **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, I: METODOLOGIA E PRÉ-HISTÓRIA DA ÁFRICA**. BRASÍLIA: UNESCO, 2010.

JAPIASSU, HILTON. **DOMÍNIO DO INTERDISCIPLINAR**. IN: JAPIASSU, HILTON. **INTERDISCIPLINARIDADE E PATOLOGIA DO SABER**. RIO DE JANEIRO: IMAGO, 1976. P. 36-113.

KECK, MARGARET; SIKKINK, KATHRYN. **ACTIVISTS BEYOND BORDERS: ADVOCACY NETWORKS IN INTERNATIONAL POLITICS**. ITHACA: CORNELL UNIVERSITY PRESS, 1998.

KOPENAWA, DAVI; ALBERT, BRUCE. **A QUEDA DO CÉU: PALAVRAS DE UNI XAMÃ YANOMAMI**. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2015.

KRENAK, AILTON. **CAMINHOS PARA A CULTURA DO BEM VIVER**. ORGANIZAÇÃO: BRUNO MAIA. [?]: CAMINHOS PARA A CULTURA DO BEM VIVER, 2020.

MENEZES, MAURO AUGUSTO DOURADO. **“EU CANTO PRA FALAR DO AMAZONAS”**: NARRATIVAS MUSICAIS DE UMA GERAÇÃO DE MÚSICOS DE MANAUS. 2011. 118 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2011.

MESQUITA, BERNARDO. **DAS BEIRADAS AO BEIRADÃO: A MÚSICA DOS TRABALHADORES MIGRANTES NO AMAZONAS**. MANAUS: EDITORA VALER, 2022.

MORIN, EDGAR. **INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO COMPLEXO**. PORTO ALEGRE: SULINA, 2005.

NAPOLITANO, MARCOS. **HISTÓRIA & MÚSICA**. BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA, 2002.

NAPOLITANO, MARCOS. MPB: A TRILHA SONORA DA ABERTURA POLÍTICA. **ESTUDOS AVANÇADOS**, SÃO PAULO, V. 24, N. 69, P. 389-402, 2010.

PAES LOUREIRO, JOÃO DE JESUS. **CULTURA AMAZÔNICA: UMA POÉTICA DO IMAGINÁRIO**. BELÉM: CEJUP, 1997.

PIZARRO, ANA. **AMAZÔNIA: AS VOZES DO RIO: IMAGINÁRIO E MODERNIZAÇÃO**. BELO HORIZONTE: EDITORA UFMG, 2012.

SILVA, LEONARDO SANTANA DA. CARLO GINZBURG: O CONCEITO DE CIRCULARIDADE CULTURAL E SUA APLICAÇÃO NOS ESTUDOS SOBRE A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. **REV. AUGUSTUS**, RIO DE JANEIRO, V. 22, N. 43, P. 72-83, JAN./JUN. 2017.

ZHOURI, ANDRÉA. O ATIVISMO TRANSNACIONAL PELA AMAZÔNIA: ENTRE A ECOLOGIA POLÍTICA E O AMBIENTALISMO DE RESULTADOS. **HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS**, PORTO ALEGRE, ANO 12, N. 25, P. 139-169, JAN./JUN. 2006.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: MAPEAMENTO DE IMPACTOS NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PONTA DAS LAJES, MANAUS, AMAZONAS

Jaime de Santana Oliveira

Doutorando em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), especialista em Educação Contextualizada no Semiárido, na Perspectiva da Educação do Campo, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Atualmente, trabalha como arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no estado do Amazonas. E-mail: jaime.arqueologo@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar os impactos ao patrimônio arqueológico, decorrentes das mudanças climáticas, e mapear os danos ao Sítio Arqueológico Ponta das Lajes, localizado no município de Manaus, no estado do Amazonas, entre os anos de 2023 e 2024. Como metodologia, foram executados levantamento bibliográfico, vistorias técnicas, caminhamento assistemático e registros fotográficos dos impactos e danos ao sítio. A partir da análise, pode-se constatar que o sítio arqueológico sofreu impactos naturais, como processos erosivos, provocados por elevadas taxas de dióxido de carbono (CO_2), além de danos e antrópicos de baixo impacto.

Palavras-chave: mudanças climática; seca extrema; patrimônio arqueológico; sítio arqueológico Ponta das Lajes.

Abstract: The purpose of the current article is to unfold the impacts on archaeological heritage resulted from climate change and map the damage to the Ponta das Lajes Archaeological Site, located in the Municipality of Manaus, State of Amazonas, between the years 2023 and 2024. The methodology applied included bibliographical survey, technical inspections, unsystematic walking, photographic records of impacts and damage to the site. From this study it is possible to conclude that the archaeological site suffered natural impacts, with erosive processes, caused by high levels of carbon dioxide (CO_2), in addition to low-impact anthropogenic damage.

Keywords: climate change; extreme drought; archaeological heritage; Ponta das Lajes archaeological site.

INTRODUÇÃO

O município de Manaus, estado do Amazonas, apresenta, ao menos, cinco décadas de pesquisas arqueológicas sistemáticas, com um maior crescimento nas últimas três décadas, especialmente em decorrência das pesquisas vinculadas à atividade de licenciamento ambiental (Neves, 2013; Lima; Silva; Moraes, 2006). Como resultado, o município demonstrou um rico patrimônio arqueológico composto por 91 (noventa e um) sítios cadastrados e registrados no banco de dados do Sistema Integrado de Gestão e Conhecimento – SICG.

Recentemente, os sítios arqueológicos de Manaus passaram por processo de atualização no citado banco de dados SICG. Tal atividade decorreu de Plano de Ação implementado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), voltado ao cadastramento dos sítios. Os dados obtidos constam nos processos IPHAN nº 01490.000094/2019-23, 01490.000062/2020-61 e 01490.000098/2021-26, os quais são públicos e acessíveis à população por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.¹

O Sítio Arqueológico Ponta das Lajes (Cond. SICG: AM-1302603-BA-ST-00115),² localiza-se na zona leste da cidade, nas confluências dos rios Negro e Solimões, no Amazonas (Figura 1). Até o ano de 2023, o sítio manteve-se relativamente preservado devido a sua condição de sítio subaquático, pouco conhecido e visitado, fatores que protegem o local de danos ambientais e antrópicos. O Sítio Ponta das Lajes apresenta-se como de notável valor para arqueologia brasileira, caracterizando-se como uma área de oficina lítica e gravuras rupestres esculpidas em rocha sedimentar, situada na confluência dos rios Negro e Solimões.

Vale destacar que a região do “Encontro das Águas”, além de ser tombada pelo valor paisagístico nos termos do Decreto-Lei nº 25/1937, apresenta ocorrência de diversos sítios arqueológicos que testemunham uma ocupação muito antiga, de maneira que estes locais de sítios estão intimamente ligados a paisagens – natural e cultural – habitadas por populações antigas que transformaram e simbolizaram de diferentes maneiras o ambiente, em temporalidades distintas (Lima; Silva; Moraes, 2006).

Logo, para entender o contexto da ocupação do Sítio Ponta das Lajes, faz-se necessário visualizá-lo dentro de um contexto maior, que compreende

¹ Link para consulta pública os processos SEI: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>>>.

² Visualizar a ficha de cadastro SICG do sítio no link: < <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/login>>.

os sítios arqueológicos Lajes, Daisaku Ikeda, Porto Encontro das Águas e o sítio Colônia Antônio Aleixo, localizado no bairro vizinho de mesma denominação. De acordo com Neves (2018), o “encontro das águas” reúne características naturais e culturais, atributos que o qualificam, por excelência, como uma paisagem passível de reconhecimento como patrimônio cultural brasileira.

Figura 1: Visão do Sítio Ponta das Lajes, ao norte os sítios do entorno



Fonte: Google Earth, 2025. Adaptado pelo autor

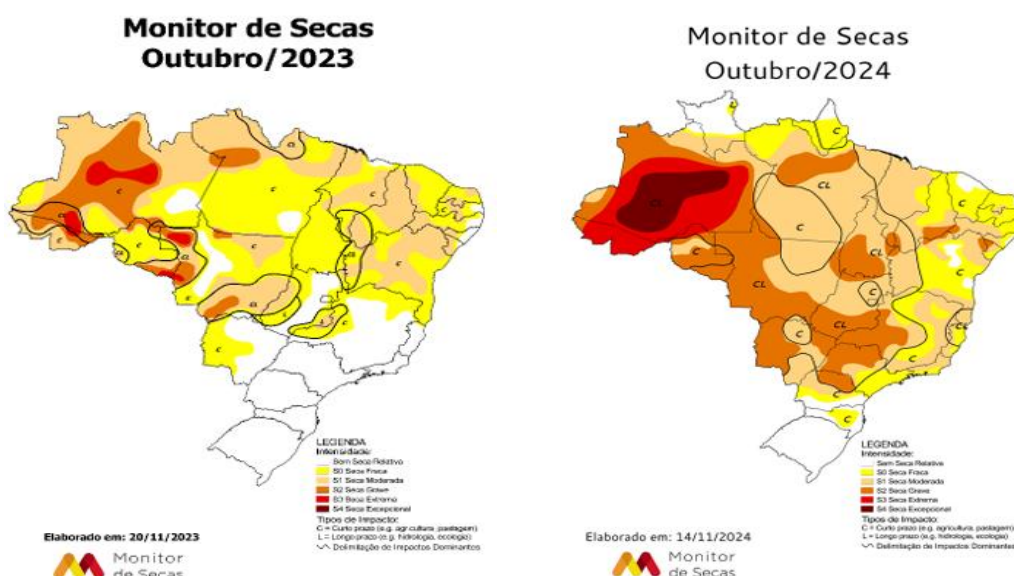
Não obstante, vistos os impactos que já fazem parte da realidade destes bens, como a instalação de empreendimentos potencialmente poluidores e o crescimento urbano desordenado em área de periferia da cidade, nos últimos anos, temos vivenciados um período de mudanças climáticas que afetaram a preservação dos bens arqueológicos de maneira direta e indireta. A partir desse contexto, este artigo tem como objetivo apresentar um mapeamento dos danos ao sítio arqueológico ocorridos entre os anos de 2023 e 2024. Como metodologia foram feitos: levantamento bibliográfico, vistorias técnicas, caminhamento assistemático e registros fotográficos dos impactos e danos ao sítio.

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS IMPACTOS AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Os eventos climáticos extremos, decorrentes da interferência do ser humano sobre o ambiente, tornaram-se frequentes no Brasil e no mundo, apontando a necessidade de se discutir estratégias para preservação do patrimônio enquanto componente sensível de memória e de patrimônio como fundante de outras posições sobre o presente e o futuro (Campos; Carvalho; Silva, 2024). Nas terras baixas sul-americanas, especialmente na Amazônia brasileira, as mudanças climáticas têm sido severas, provocando secas rigorosas e afetando as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e o patrimônio cultural dessas comunidades. Em razão disso, foi declarada emergência climática pelo Decreto Estadual nº 48.167, de 29 de setembro de 2023, situação que surge devido à estiagem, classificada como COBRADE 1.4.1.1.0, em virtude do severo período de vazante dos rios do estado no ano em curso (Figuras 2, 3 e 4). Condição que se repetiu no ano seguinte, sendo publicado o Decreto Estadual nº 50.129, de 28 de agosto de 2024.

A seca rigorosa no Amazonas está atrelada ao *El Niño*, fenômeno climático caracterizado pelo aquecimento superficial das águas do Pacífico Equatorial, que provoca alterações no comportamento climático, incluindo a intensidade dos ventos alísios, precipitação, secas, cheias e frentes frias que afetam diversas regiões do Brasil (Marcuzzo; Romero, 2013).

Figura 2 e 3: Monitora de Secas: dados do ano de 2023 e 2024 do mês de outubro

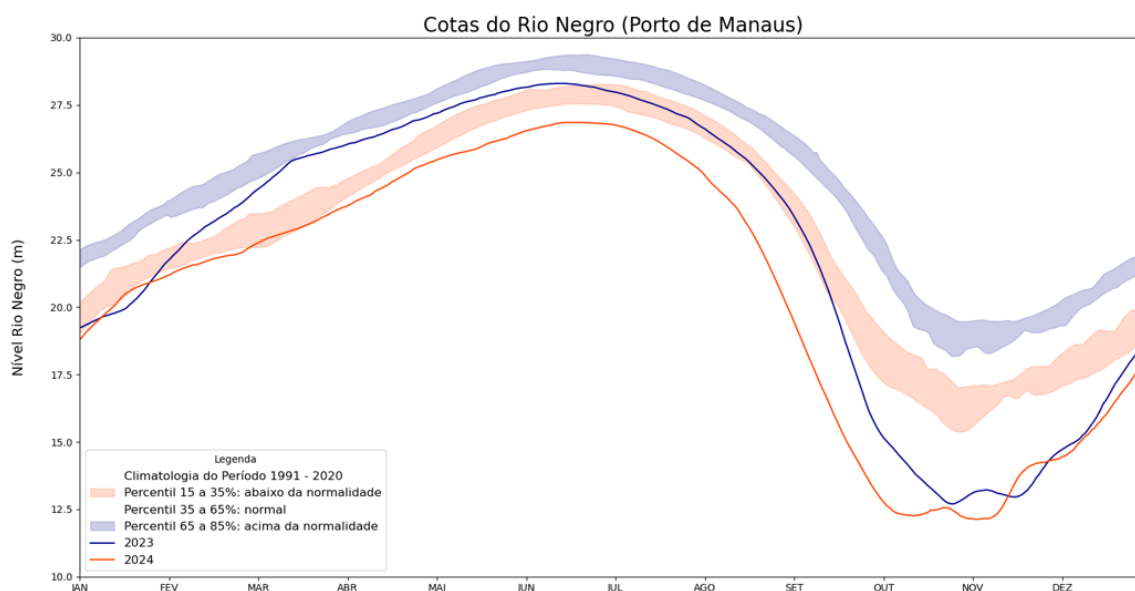


Fonte: Monitora Seca (2023-2024)

Análise dos dados do grupo de trabalho Monitora Secas (2023 e 2024) revela uma tendência de deterioração nos índices de seca na região. Destacam-se o avanço da seca moderada (S1) no nordeste do Pará e da seca grave (S2) no noroeste e sudoeste do Amazonas, bem como o agravamento da seca no norte do Pará, que evoluiu de moderada (S1) para grave (S2) (Figuras 5 e 6).

O Estado do Amazonas, nos anos de 2023 e 2024, a emergência climática provocou consideráveis baixas nos níveis dos rios, dentre eles, o Rio Negro foi drasticamente afetado (Figura 4). Com as baixas nos níveis dos rios, alguns sítios arqueológicos que, até então, ficavam submersos, apareceram revelando um patrimônio cultural rico e parcialmente desconhecido.

Figura 4: Cota do Rio Negro, Porto do Município de Manaus, AM



Fonte: Laboratório Anamã - INPA, 2024

Conforme os dados apresentados pelo Laboratório Anamã do INPA ao longo do ano de 2024, o Rio Negro, no Porto de Manaus, apresentou cotas inferiores às registradas no ano de 2023, nos 355 dias. Nas Figuras 5, 6 e 7, é possível dimensionar o quanto foi impactante e severa a seca na região da Amazônia Central. De maneira que, a conta de água do Rio Negro (Figura 4), entre o período de outubro a novembro de 2023 e 2024, teve níveis entre 15% e 35% abaixo da normalidade (INPA, 2014). As alterações climáticas, também chamada “mudança climática recente”, correspondem às variações do clima numa escala variável, de regional a global (Sitzia, 2024).

Figura 5, 6 e 7: Seca extrema que afeta a região metropolitana de Manaus-AM, e comunidades tradicionais, às margens do rio Amazonas



Fonte: Michel Dantas, 2024

Além de alterar o regime das cheias e vazantes dos rios, as mudanças climáticas recentes contribuem para o aumento das queimadas que indiretamente afetam o patrimônio cultural, dentre eles o patrimônio arqueológico.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO FRENTE AOS DESAFIOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A noção de patrimônio arqueológico como recurso cultural finito é amplamente debatida na literatura especializada, ainda que pese, o debate ganha contornos diversos, inclusive sobre o que deve ser preservado ou não (Pyburn, 2007; Meneses, 2007;). A ameaça concreta de destruição desses patrimônios exige estudos e pesquisas para mapear impactos e discutir estratégias de mitigação. As mudanças climáticas têm desafiado e suscitado debates recentes sobre possíveis impactos e estratégias para prevenir ou minimizar danos.

Em 1972, a UNESCO reconheceu a vulnerabilidade do patrimônio cultural mundial, ameaçado por fatores naturais e desenvolvimento socioeconômico. Em resposta, elaborou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, visando criar um sistema eficaz de proteção coletiva. Cinquenta anos após a Convenção da UNESCO, as mudanças climáticas despontam como uma ameaça significativa ao patrimônio cultural.

Refletir sobre os impactos das mudanças climáticas no sítio Ponta das Lajes, em Manaus, requer perceber duas especificidades. Primeiro, estamos trabalhando uma pesquisa em um sítio de arte rupestre. Segundo, é um patrimônio cultural subaquático, compreendendo que o último abrange “[...] todos os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos há pelo menos, cem anos” (UNESCO, 2001).

Na Amazônia brasileira, durante o período de seca, afloram muitos sítios compostos por blocos rochosos com gravuras que ficavam submersas ao longo dos rios da região, dentre os quais citamos os sítios Jauary e Carretas, em Itacoatiara-AM, o sítio São Sebastião de Uatumã, no município de mesma denominação, e os sítios Pedral São José, Pedral Porto Novo e Castanheira no Município de Urucará-AM. Especialmente nos meses de agosto a dezembro, no verão amazônico, quando os rios diminuem as águas, revelam a ocorrência de extensos afloramentos rochoso com concentrações de polidores, cúpulas e gravuras antropomórficas, assim como pode ser visto nas Figuras 10, 11 e 12 (Silva; Silva; Mouco; Oliveira; Fraxe, 2024).

Neste contexto, o sítio arqueológico Ponta das Lajes ganhou destaque na imprensa internacional por revelar bacias de polimento e gravuras antropomorfas esculpidas em blocos rochosos ainda não conhecidas na comunidade científica de pesquisadores. Não somente pelas gravuras, mas como um todo, o sítio apresenta um contexto e um testemunho de um modo de vida complexo na pré-história. Isso por ser constatado nas áreas contínuas ao sítio, nos locais de terra firme, onde encontra-se o sítio Daisaku Ikeda, no qual temos materiais cerâmicos referente a diversos períodos e estilos, que são chamadas fases ceramistas, tais como: Açutuba, Manacapuru e Paredão, da Tradição Borda Incisa, e a fase Guarita, da Tradição Polícroma da Amazônia (Neves, 2013; Lima, Silva e Moraes, 2006). Ao correlacionar as gravuras com a longa duração de ocupação da Amazônia Central, destacamos a hipótese das gravuras rupestres apresentar uma cronologia estimada do período do Holoceno Médio, sendo a suposta idade da cultura desse sítio entre 2.000 e 7.000 anos (Neves, 2013; Silva; Silva; Mouco; Oliveira; Fraxe, 2024).

No ano de 2010, a seca recorde registrada na boca do Rio Negro revelou, pela primeira vez que se tem notícia, a ocorrência de gravuras no Encontro das Águas (Neves, 2013). Na Figura 8, é possível ver a área do sítio que se estende por 205.249 m², conforme dados do SICG/IPHAN.

Figura 8: Sítio arqueológico Ponta das Lajes, Manaus, Amazonas



Fonte: Raphael Alves/ EFE, 2024

Dentre a diversidade de cultura material, presente no Sítio Arqueológico Ponta das Lajes, foram identificadas amoladores e bacias de polimento fixas em superfície na área de extensão do sítio arqueológico. Cabe informar que os amoladores-polidores fixos são conjuntos de marcas resultantes da confecção de objetos polidos (Figura 8) (Oliveira, 2023).

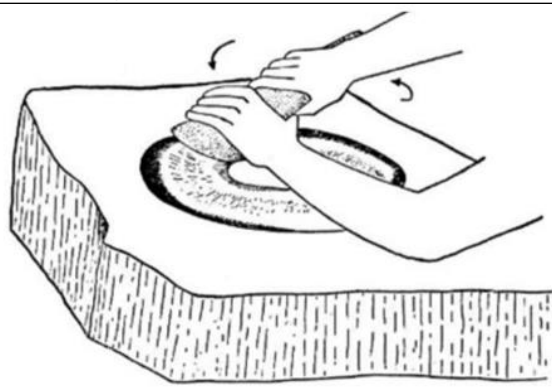
No período pré-colonial, os grupos utilizavam, dentre as técnicas de confecção de ferramentas, o lascamento das rochas ou o polimento, ou até mesmo utilizavam as duas técnicas. O polimento consiste na ação de polir o seixo (bloco rochoso) utilizando-se de força mecânica aplicada na rocha em contato com outra acrescido de adição de água e areia, conforme a Figura 10, (Oliveira, 2023).

Figura 9: Bacia de polimento, Ponta das Lajes



Fonte: Acervo do IPHAN, 2023

Figura 10: Técnica de Polimento



Fonte: Rohr, 1976 *apud* Cormelado, 2012

Os bens de natureza material, de valor arqueológico, são definidos e tipificados no art. 2º da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados bens patrimoniais da União. O sítio arqueológico Ponta das Lajes inclui-se no rol de sítios arqueológicos pré-históricos, em especial os tipificados no item d), como as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios (Figuras 9 a 13) e outros vestígios de atividade de paleoameríndios, caracterizando-se como um local de oficina lítica e grande concentração de registro rupestre (gravuras).

Figuras 11, 12 e 13: Gravuras antropomórficas, Sítio Ponta das Lajes, Manaus-AM



Fonte: Raphael Alves/EFE, 2024

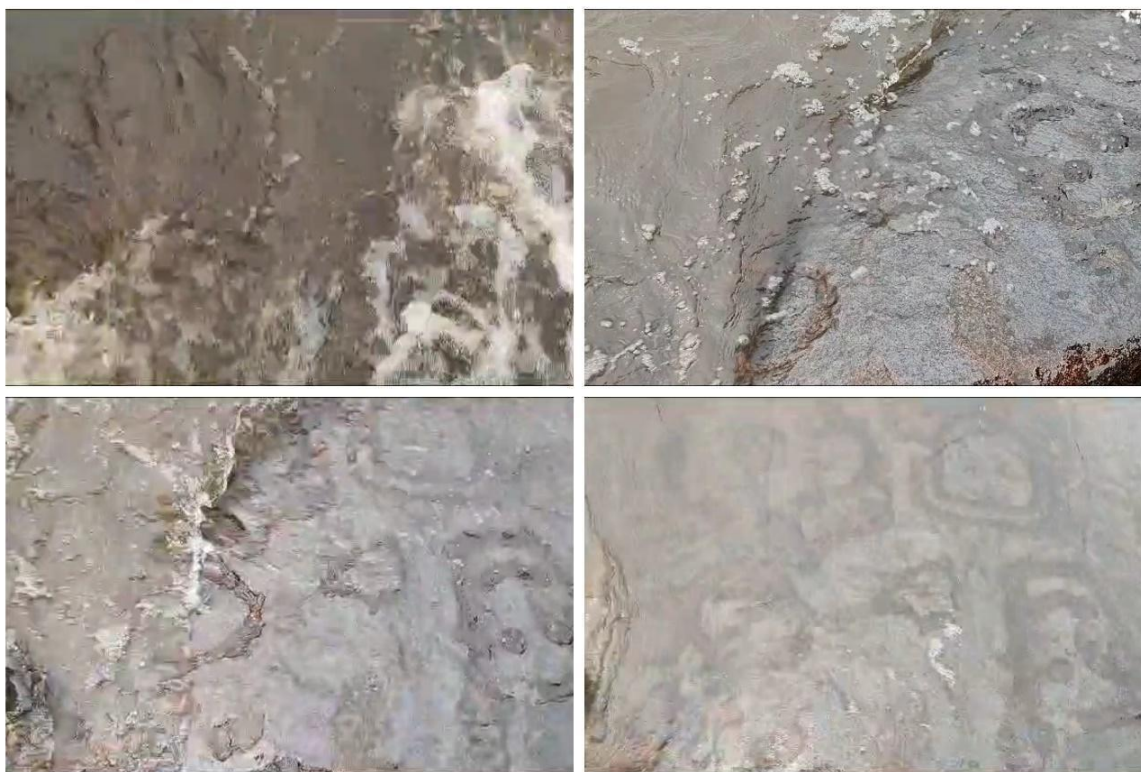
É importante frisar que os registros rupestres constituem-se como importante herança cultural dos grupos da pré-história, sendo estes um dos vestígios mais antigos, mesmo que não tenhamos, em quase todos os casos, os seus significados. Geralmente, através dos signos é possível inferir que as pinturas e gravuras fazem parte de conjunto de vestígios arqueológicos que compõem sistemas visuais de comunicação social, constituídos por elementos gráficos que fazem parte dos padrões de apresentação social próprio dos povos originários, sendo portadores de significação cultural (Pessis, 2002).

Ao analisar a literatura científica, constata-se que os registros rupestres estão sujeitos a processos de degradação, o que inclui os problemas relacionados à formação de depósitos minerais nas paredes rochosas (Farias Filho; Lages; Lima, 2017). Segundos os autores ora apresentados, esses depósitos, também chamados de eflorescências salinas, são agregados cristalinos de sais que apresentam forma e composição química variada e que se depositam sobre a superfície de uma estrutura rochosa. São materiais também encontrados em estruturas da construção civil, monumentos históricos e obras de arte.

O patrimônio arqueológico incluído aqui, o subaquático, como os blocos rochosos com gravuras rupestres, estão sujeitos a diferentes processos de erosão, sendo este mais ou menos intenso conforme a natureza do bloco rochoso, sua história geológica, suas propriedades físico-químicas e dos fatores climáticos (Lages, 2007; Sitzia, 2024).

Neste caso, o sítio arqueológico Ponta das Lajes, composto de gravuras rupestres, encontrava-se em ambientes úmidos, subaquático que, em razão das mudanças climáticas, emergiu e ficou exposto. Vale ressaltar que os sítios com estas características são potencialmente impactados e estão sujeitos a sofrer alterações físico-químicas, como a mudança de ambiente úmido para um ambiente seco. Dentre os processos de degradação em campo, um nos chamou atenção: o processo de erosão fluvial registrado nas Figuras 13 a 16. As ondas leves do Rio Negro chocavam-se a um dos principais blocos de gravuras gerando um processo erosivo. Na Amazônia brasileira ainda não se tem um estudo específico para impactos desta ação a longo prazo nos sítios. Contudo, a partir da pesquisa de campo, com apoio da literatura científica, é possível afirmar que as alterações do rio em razão da seca extrema afetaram o sítio arqueológico Ponta das Lajes.

Figuras 18, 19, 20 e 21: Erosão fluvial, marcado por ondas durante o fluxo de vazão do rio



Fonte: Acervo do IPHAN, 2023

Outras condições decorrentes da emergência climática que contribuem para a degradação de sítios arqueológicos incluem o clima seco e a baixa umidade. Esses cenários favorecem a propagação de incêndios na Amazônia Legal, especialmente no estado do Amazonas. Na região metropolitana de Manaus, os meses de setembro e outubro de 2023 e 2024 registraram períodos de intensa neblina e fumaça, conforme ilustram as Figuras 18 a 21.

Em recente estudo publicado, o autor Sitzia (2024) discute as consequências sobre o patrimônio cultural tangível em decorrência dos efeitos atmosféricos. No caso, a autora explica que as rochas, sejam elas naturais (pedra) ou artificiais (cimentos, argamassas, cerâmicas), são possíveis de serem degradadas pelos processos termo-higrométricos.

Dentre os fatores químicos, físicos e biológicos relacionados com o clima local que pode afetar o patrimônio cultural tangível, entre eles o arqueológico, Sitzia (2024) menciona alguns gases atmosféricos responsáveis pelas alterações climáticas que, além de contribuírem para o aquecimento global, são prejudiciais para o patrimônio cultural. Entre eles, um dos mais influentes e menos estudados é o dióxido de carbono (CO₂), que pode induzir a degradação em rochas carbonatadas (Sitzia, 2024).

Figuras 22, 23 e 24: Fumaças cobriu o céu à vista do sítio ponta das Lajes setembro de 2023



Fonte: Valter Calheiro, 2023

Ainda que o estudo de Sitzia (2024) tenha apresentado resultado para o material calcário, trabalhamos com a hipótese de que as intensas fumaças no sítio Ponta das Lajes (Figuras 22 a 24) expuseram o sítio à degradação, ainda que numa escala reduzida, especialmente nos meses de setembro a outubro de 2023 e 2024, meses de elevadas taxas de dióxido de carbono (CO_2). Há de se considerar também que a poluição na atmosfera se manifesta como smog (fumaça) intenso, que ocasiona a deposição de fuligem sobre as superfícies das gravuras rupestres. Acrescenta-se, ainda, que o aumento do CO_2 é um fator negativo que conduz à gradual acidificação das chuvas (Sitzia, 2024).

Não obstante, há de se considerar que a seca extrema, junto com elevadas taxas de CO_2 , elevam as temperaturas, contribuindo para fragmentação de blocos rochosos no sítio arqueológico Ponta das Lajes.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS IMPACTOS ANTRÓPICOS NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PONTA DAS LAJES

É inegável que as mudanças climáticas afetam sítios arqueológicos e paisagens mundialmente, incluindo a Amazônia. A seca extrema e as temperaturas elevadas na região exacerbam vulnerabilidades preexistentes e criam riscos para esses sítios, como o caso do sítio arqueológico subaquático Ponta das Lajes, que sofre com danos naturais e antrópicos.

Neste estudo, trabalhamos a noção de danos antrópicos a partir da pesquisa de Rufino (2021), que define danos antrópicos como aqueles causados por pessoa física, normalmente de natureza vandálica, que costumam ocorrer em momentos de passagem, descanso e lazer e diferem dos danos causados por pessoa jurídica, devido sua amplitude, neste caso. No caso do sítio Ponta das Lajes, a vazante do rio e o surgimento de praias no verão resultaram em um aumento dos banhistas e da atividade de pesca, o que contribuiu para atividade de natureza vandálica no sítio.

Para facilitar a visualização e compreensão dos resultados, foi elaborada uma ficha de identificação de danos, acompanhada de fotografias e informações detalhadas.

Quadro 1: Ficha de identificação de danos:

Figura 25: Sítio Ponta das Lajes		
Fonte:	Acervo do IPHAN, 2024.	Acervo do IPHAN, 2024.
Tipo Dano	a) Inscrições com tinta óleo em áreas não coincidentes com gravuras ou amoladores. Estima-se que o dano tenha acontecido antes de 2023.	b) Nota-se que as pichações foram realizadas em locais mais próximos da praia que não precisam de secas extra para ficar exposta.
Grau da intervenção?	Baixo	Baixo
Possibilidade de reversão?	Total	Total

Assim como pode ser visto nas Figura 25, A e B, as pichações com tinta a óleo não coincidentes com locais com bacias de polimento, nos amoladores polidores, bem como nas gravuras de arte rupestres. No entanto, as fotos apresentadas nesses estudos tiveram um caráter indicativo e não exaustivo, sendo possível encontrar outras pichações no sentido norte, perto da areia da praia. Para este dano é possível a sua remoção em sua totalidade, a partir de trabalho de conservação de registros rupestre.

Figura 26: Sítio Ponta das Lajes		
	Fonte: Acervo do IPHAN, 2024.	Acervo do IPHAN, 2024.
Tipo Dano	a) A gravura apresenta um contorno rabiscado, realizado com um bloco rochoso pontiagudo, que deixou marcas visíveis no substrato.	b) A gravura foi riscada com um bloco rochoso pontiagudo, que delineou seu contorno e deixou marcas visíveis, foram adicionadas orelhas com marcas suaves.
Grau da intervenção?	Baixo	Baixo
Possibilidade de reversão?	Parcial	Parcial

As rochas sedimentares de superfície, de coloração escuras, do sítio Ponta das Lajes, é resultado do seu contato direto com águas do Rio Negro. Segundo Neves (2018), o Rio Negro se constitui de águas pretas, devido a diluição na água da chuva e dos compostos secundários das folhas e cascas das árvores que ocupam a sua área de captação. Ao ficarem submersas, estas rochas criam uma leve camada de patina natural resultante do contato prolongado com águas pretas do Rio Negro que, ao riscar com outro bloco rochoso, deixam marcas visíveis a olho nu. Um ponto positivo é que essas

marcas podem desaparecer com própria ação do tempo, como observado na figura, de um curto espaço de um ano.

Figura 27: Sítio Ponta das Lajes		
	Fonte: Acervo do IPHAN, 2024.	Acervo do IPHAN, 2024.
Tipo Dano	a) Com a utilização de objeto pontiagudo, foi gravado a letra K, não coincidentes com gravuras.	a) Com a utilização de objeto pontiagudo, foi gravado a letra K, não coincidentes com gravuras.
Grau da intervenção?	Baixo	Baixo
Possibilidade de reversão?	Parcial	Parcial

A partir das marcas deixadas nas Figuras 27a e 28a e b, notamos que foram incisões mais profundas, não sendo possível, neste caso, a reversão total do dano, no entanto, um trabalho de pesquisa e restauro pode minimizar a poluição visual do bloco rochoso.

Figura 28: Sítio Ponta das Lajes		
	Fonte: Acervo do IPHAN, 2024.	Acervo do IPHAN, 2024.

Tipo Dano	a) Com a utilização de objeto pontiagudo, foi gravado em 2023, no bloco rochoso em áreas não coincidentes com gravuras.	b) Com a utilização de objeto pontiagudo, foi gravado as iniciais A G e J E, no bloco rochoso em áreas não coincidentes com gravuras.
Grau da intervenção?	Baixo	Baixo
Possibilidade e de reversão?	Parcial	Parcial

Para os casos reportados, avaliamos que a fiscalização e o monitoramento constante e sistemático, com registro detalhado, associados a atividades de educação patrimonial, constituem-se como alternativa para acompanhar os impactos e propor medidas de conservação.

INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO REALIZADA PELO IPHAN E INSTITUTO SOKA AMAZÔNIA

Pensar a gestão e preservação patrimonial do sítio arqueológico Ponta das Lajes é algo desafiador. No caso do sítio Ponta das Lajes, que é um bem excepcional de grande valor cultural, comumente esses sítios excepcionais são vistos não como propriedade de uma única cultura ou dos seus descendentes, daqueles que os criaram, mas como propriedade de todos os seres humanos, carregando consigo a condição de ser um bem de interesse difuso e coletivo. Para assegurar a preservação do bem, talvez o pensamento mais comum que vem à mente seria isolá-lo ou cercá-lo. Contudo, essa solução simples, para um problema tão complexo, tornou-se inviável pelo tamanho da área, por ser uma área de rio dentre várias outras questões incluindo a possibilidade de provocar um distanciamento na relação de pertencimento da comunidade para com o bem.

Entre 2023 e 2024, pautada nas diretrizes da Portaria IPHAN nº 357, de 17 de agosto de 2018, que institui a política de patrimônio cultural material, o IPHAN realizou fiscalizações regulares no sítio e estabeleceu parceria com o Instituto Soka Amazônia para promover ações de conscientização comunitária, visando preservar a bacia hidrográfica dos rios Negro e Solimões, além do sítio arqueológico Ponta das Lajes.

Figuras 29 e 30: Ações de coleta de resíduo sólido realizada pela comunidade local, o Instituto Soka e o IPHAN



Fonte: Acervo IPHAN, 2024

Em 2024, cerca de 300 voluntários da comunidade local participaram de um mutirão de coleta de resíduos sólidos na praia e no sítio arqueológico Ponta das Lajes, em Manaus (AM), no dia 23 de novembro, recolhendo aproximadamente 2,5 toneladas de resíduos sólidos (sacos plásticos, garrafas pets, material vítreo etc), contudo, é possível apontar que, quase em sua totalidade, esses materiais vêm carregados pela água no período de cheia do rio.

CONSIDERAÇÕES

Cientificando os dados ora apresentados, pode-se concluir que o patrimônio arqueológico do sítio Ponta das Lajes, infelizmente, tem sido ameaçado devido a múltiplos fatores ambientais e induzidos pelo homem. Nos últimos anos, devido ao fenômeno *El Niño*, a região norte, especialmente o estado do Amazonas, tem sofrido com mudanças climáticas drásticas que provocaram secas severas nessa parte do país. Com isso, diversos sítios arqueológicos subaquáticos que, até então, ficavam submersos apareceram e sofrem com processo de degradação, em especial o sítio Ponta das Lajes.

A pesquisa identifica os riscos de degradação do sítio arqueológico decorrentes de processos termo-higrométricos e de elevadas concentrações de dióxido de carbono (CO²), que contribuem para a acidificação das chuvas e danos às gravuras rupestres decorrentes da deposição sobre elas.

Foram apresentados e discutidos os principais danos antrópicos, considerando-os como aqueles causados por pessoa física, de natureza vandálica, que ocorrem em momentos de passagem, descanso e lazer.

Diante dos resultados apresentados, concluímos que as pesquisas sobre mudanças climáticas e seu impacto ao patrimônio arqueológico ainda estão

em estágio preliminar. Portanto, recomendamos que se dê continuidade das investigações para avaliar a progressão dos danos e validar as hipóteses propostas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Glaubia Santos, Michel Dantas, Raphael Alves, Valter Calheiro, Mauro Dourado e Manoel Pereira pelo apoio fundamental, pelas contribuições técnicas e pelo diálogo constante que viabilizaram a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. CRIA O SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, RIO DE JANEIRO, 2 DEZ. 1937.

_____. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. PORTARIA Nº 357, DE 17 DE AGOSTO DE 2018. INSTITUI A POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, BRASÍLIA, 20 AGO. 2018.

_____. LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961. DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, BRASÍLIA, 26 JUL. 1961.

CAMPOS, LUANA CRISTINA DA SILVA; SILVA, JOÃO PAULO; CARVALHO, ALINE VIEIRA DE. EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS: CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO DO PATRIMÔNIO PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS REALIDADES. IN: PINHEIRO, M. J. A.; COELHO, C. M. T.; CANDEIAS, A. J. E. G.; VALADAS, S. S. G. (ORGS.). PATRIMÔNIO CULTURAL, CIÊNCIA E INOVAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. RIO DE JANEIRO: MÓRULA EDITORIAL, 2024. P. 99-114. DISPONÍVEL: <<
[HTTPS://OJS.REVISTADELOS.COM/OJS/INDEX.PHP/DELOS/ARTICLE/VIEW/2145/1369](https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/deelos/article/view/2145/1369)>>
ACESSO EM: 27 DE DEZ. 2024.

COMERLATO, FABIANA. OFICINAS LÍTICAS DO LITORAL CENTRAL DE SANTA CATARINA, BRASIL. CADERNOS DO LEPAARQ, VOL. 12, N. 23, 2015.

FARIAS FILHO, BENEDITO BATISTA; LAGE, MARIA CONCEIÇÃO S. MENESES; LIMA, RÁSSIUS ALEXANDRE MEDEIROS. ESTUDO QUÍMICO DE EFLORESCÊNCIAS SALINAS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO TOCA EXÚ DO JURUBEBA DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ, BRASIL. QUÍMICA NOVA, SÃO PAULO, V. 40, N. 9, P. 983-988, 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.21577/0100-4042.20170100](http://dx.doi.org/10.21577/0100-4042.20170100). ACESSO EM: [27 DE DEZ. 2024].

FRANZINELLI, ELENA; IGREJA, HAILTON. PONTA DAS LAJES E O ENCONTRO DAS ÁGUAS, AM: A FORMAÇÃO ALTER DO CHÃO COMO MOLDURA GEOLÓGICA DO ESPETACULAR ENCONTRO DAS ÁGUAS MANAUARA. IN: WINGE, M. ET AL. (ED.). **SÍTIOS GEOLÓGICOS E PALEONTOLÓGICOS DO BRASIL**. MANAUS: SIGP, 2012. P. 266.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA – INPA. **COTA DO RIO NEGRO, PORTO DO MUNICÍPIO DE MANAUS, AM**. INPA, MANAUS. 2024. DISPONÍVEL: [WWW.INSTAGRAM.COM/CLIMA.AMAZONIA](https://www.instagram.com/clima.amazonia). ACESSO EM: 03 JAN. 2025.

LAGES, MARIA CONCEIÇÃO SOARES MENESES. A CONSERVAÇÃO DE SÍTIOS COM REGISTRO RUPESTRE. IN: LIMA, TÂNIA ANDRADE (ORG.). **O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO**. REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, N. 37, 2018, P. 95–108.

LIMA, HELENA PINTO; SILVA, CARLOS AUGUSTO DA; MORAIS, BRUNO MARCOS. SÍTIOS DO ENCONTRO: ARQUEOLOGIA DO ENTORNO DO ENCONTRO DAS ÁGUAS. **REVISTA SOMANLU**, MANAUS, V. 11, N. 2, JUL./DEZ. 2011. DISPONÍVEL: [HTTPS://PERIODICOS.UFAM.EDU.BR/INDEX.PHP/SOMANLU/ARTICLE/VIEW/525/353](https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/525/353). ACESSO EM: 25 DEZ. 2024.

MARCUZZO, FRANCISCO FERNANDO NORONHA; ROMERO, VANESSA. INFLUÊNCIA DO EL NIÑO E LA NIÑA NA PRECIPITAÇÃO MÁXIMA DIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS. **REVISTA BRASILEIRA DE METEOROLOGIA**, V. 28, N. 4, P. 429–440, 2013. DISPONÍVEL: [HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/RBMET/A/ZMZ5pNnyrF4BxBRNBHNBBKH/ABSTRACT/?LANG=PT](https://www.scielo.br/j/rbmet/a/zmZ5pNnyrF4BxBRNBHNBBKH/abstract/?lang=pt). ACESSO EM: 25 DEZ. 2024.

MENESES, ULPIANO TOLEDO BEZERRA. PREMISSAS PARA A FORMAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EM ARQUEOLOGIA. IN: LIMA, TÂNIA ANDRADE (ORG.). **O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO**. REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, N. 37, 2018, P. 37–58.

MONITOR DE SECAS DO BRASIL. **MONITORAMENTO DE SECAS E IMPACTOS NO BRASIL – [OUT/2023]**. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO, 2023. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://ANA-MONITOR-SECAS-FILES.S3.SA-EAST-1.AMAZONAWS.COM/UPLOADS/MAPAS/MONITOR_SECAS_SINTESE_OUTUBRO2023.PDF](https://ana-monitor-secas-files.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/mapas/monitor_secas_sintese_outubro2023.pdf). ACESSO EM: 27 DEZ. 2024.

_____. **MONITORAMENTO DE SECAS E IMPACTOS NO BRASIL – [OUT/2024]**. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO, 2024.

NEVES, EDUARDO GOES. **SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO: OITO MIL ANOS DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA CENTRAL (6.500 AC – 1.500 DC)**. 2013. TESE (LIVRE DOCÊNCIA) – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2013. ACESSO EM: 04 JAN. 2025.

_____. ENCONTRO DAS ÁGUAS DOS RIOS NEGRO E SOLIMÕES. IN: LIMA, MARIA DOROTÉA DE (ORG.). **O NORTE DO BRASIL: IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**. REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, N. 37, 2018.

OLIVEIRA, JAIME DE SANTANA. **VISTORIAS AOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PONTA DAS LAJES E DAISAKU IKEDA, LOCALIZADOS NA COLÔNIA DO ANTÔNIO ALEIXO, ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE MANAUS, ESTADO DO AMAZONAS**. MANAUS: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO AMAZONAS, 2023. 1 RELATÓRIO (RELATÓRIO 10, N. 488613/2023). (PROCESSO N. 01490.000298/2023-41).

PESSIS, ANNE-MARIE. DO ESTUDO DA GRAVURA RUPESTRES DA PRÉ-HISTÓRICAS DO NORDESTE DO BRASIL. **REVISTA CLIO ARQUEOLÓGICA**, 2002. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFPE.BR/REVISTAS/CLIOARQUEOLOGICA/ARTICLE/VIEW/246985](https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246985). ACESSO EM: 27 DEZ. 2024.

PYBURN, ANNE. UMA QUESTÃO NADA SIMPLES. IN: LIMA, TÂNIA ANDRADE (ORG.). **O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO**. REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, N. 37, 2018, P. 25–36. DISPONÍVEL: [HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR/UPLOADS/PUBLICACAO/REVISTA_33COMPRESSED.PDF](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_33compressed.pdf). ACESSO EM: 28 DEZ. 2024.

RUFINO, ELENITA HELENA. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: DANOS NATURAIS E ANTRÓPICOS. **REVISTA NOCTUA: ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO**. FUNDAÇÃO PARANÁ-BUC, VOL. 2, N. 6, 2021, P. 117–133.

SILVA, LUCIANO DE SOUZA; SILVA, CARLOS AUGUSTO DA; MOUCO, IUÇANA DE MORAES; OLIVEIRA, JAIME DE SANTANA; FRAXE, THEREZINHA DE JESUS PINTO. AMBIENTE, CULTURA MATERIAL, ARTE RUPESTRE E OS PETRÓGLIFOS NO ALTO RIO NEGRO NA AMAZÔNIA. **REVISTA DELOS**, CURITIBA, V. 17, N. 60, P. 01–34, 2024.

SITZIA, FÁBIO. AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PATRIMÔNIO CULTURAL. IN: PINHEIRO, M. J. A.; COELHO, C. M. T.; CANDEIAS, A. J. E. G.; VALADAS, S. S. G. **PATRIMÔNIO CULTURAL, CIÊNCIA E INOVAÇÃO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**. RIO DE JANEIRO: MÓRULA EDITORIAL, 2024, P. 84–98. DISPONÍVEL: [HTTPS://WWW.ARCA.FIOCRUZ.BR/HANDLE/ICICT/67727](https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/67727). ACESSO EM: 27 DEZ. 2024.

UNESCO. **CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO**. PARIS: UNESCO, 2001. DISPONÍVEL: [HTTPS://WWW.ICOMOS.PT/IMAGES/PDFS/2021/16](https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/16). ACESSO EM: 27 DEZ. 2024.

O CONSERVADORISMO LEGISLATIVO EM FACE DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA:

A IMPORTÂNCIA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E CONTINGENCIAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Amaiama Lamarão Josaphat

Assessora do Núcleo de Defesa da Moradia da Defensoria Pública do Pará. Mediadora Judicial certificada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Especialista em Direito Ambiental e Sustentabilidade pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestra egressa do Programa de Pós-graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGDDA-UFPA)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8434-3462>

Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos

Assessora do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Advogada Licenciada e Professora Universitária. Especialista em Direito Constitucional Aplicado pela FALEGALE. Mestra em Direito pela Universidade Federal do Pará. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará. Pesquisadora do CASP-IDP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2365-4977>

Resumo: Este escrito trata-se um de artigo científico que se dispõe a analisar como, apesar da inegável emergência climática a nível mundial, os direitos das populações indígenas têm sido mitigados por meio da ação de uma linha conservadora no Poder Legislativo brasileiro. Desse modo, para este exame, o presente texto se subdividirá em três seções. Primeiramente, se proporá a uma breve reflexão sobre a emergência climática que já se tornou realidade; a segunda seção se destinará a analisar acerca do bem viver e a ancestralidade dos povos indígenas e como estas populações são essenciais para a proteção da biodiversidade e o contingenciamento dos efeitos negativos das mudanças climáticas; e, por fim, a terceira seção se disporá a observar a presença da linha conservadora atuante no Congresso Nacional brasileiro e a sua movimentação em prol do enfraquecimento dos direitos dos povos indígenas, em contraponto à essencialidade dessas populações para o equilíbrio ambiental e a mitigação dos riscos das mudanças climáticas para a vida humana na Terra, destacando-se a Lei Federal nº 14.701/2023 (lei do marco temporal) e a PEC 48. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida por meio de análise bibliográfica e documental.

Palavras-chaves: emergência climática; povos indígenas; conservadorismo legislativo; mudanças climáticas.

Abstract: This writing is a scientific article that aims to analyze how, despite the undeniable global climate emergency, the rights of indigenous populations have been mitigated through the action of a conservative line in the Brazilian Legislative Branch. Therefore, for this exam, this will be subdivided into three sessions. Firstly, a brief reflection will be made on the climate emergency that has already become a reality; the second session will aim to analyze the good life and ancestry of indigenous peoples and how these populations are essential for protecting biodiversity and mitigating the negative effects of climate change; and, finally, the third session will observe the presence of the conservative line active in the Brazilian National Congress and its movement in favor of weakening the rights of indigenous peoples, in contrast to the essentiality of these populations for environmental balance and the mitigation of risks of climate change for human life on earth, highlighting Federal Law No. 14,701/2023 (time frame law) and PEC 48. Methodologically, the research was developed through analysis bibliographic and documentary.

Keywords: climate emergency; indigenous peoples; legislative conservatism; climate changes.

INTRODUÇÃO

A relação entre os extremos climáticos e a violência institucional que atinge populações humanas desamparadas pelas políticas de Estado destaca uma problemática cada vez mais evidente no contexto atual. Eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e tempestades intensas, têm impactos devastadores, especialmente entre os povos indígenas e as comunidades tradicionais, que se encontram em posições vulneráveis, sendo frequentemente negligenciadas pelos sistemas de proteção social e governamental.

As populações indígenas e tradicionais, de um modo geral, são as primeiras impactadas pelos efeitos das mudanças climáticas oriundas da ação humana, pois, muitas vezes, estão localizadas em áreas de risco e com infraestrutura precária, enfrentando barreiras significativas para acessar assistência emergencial e recursos básicos necessários para lidar com os efeitos de tais desastres.

Ademais, a negligência institucional perpetua ciclos de vulnerabilidade, exacerbando desigualdades históricas e estruturais. As comunidades afetadas enfrentam uma dupla penalização: a exposição desproporcional aos riscos ambientais e a ausência de respostas eficazes por parte do Estado.

Esse cenário evidencia não apenas a ineficiência das políticas públicas, mas também uma falha ética em priorizar a proteção dos povos indígenas e comunidades tradicionais diante da emergência climática.

As populações indígenas e tradicionais possuem uma relação historicamente singular com o meio ambiente, uma vez que estas comunidades não lidam com a natureza como mero recurso, mas manifestam uma ligação mutualística entre o ser humano e o meio ambiente.

Os povos originários e as comunidades tradicionais, com base nos seus conhecimentos ancestrais, compreendem que na natureza se extrai apenas o necessário, entendendo os seus limites e respeitando a floresta, tornando-se, assim, seus guardiões.

Contudo, apesar dos povos indígenas e as comunidades tradicionais serem os maiores responsáveis por manter a floresta de pé, seus direitos constitucionais seguem sendo violados e sofrem constantes tentativas de serem reduzidos ou suprimidos do ordenamento jurídico brasileiro.

Desse modo, este escrito tem por escopo analisar como, apesar da inegável emergência climática em âmbito mundial, os direitos das populações indígenas e tradicionais têm sido mitigados por meio da ação de uma linha conservadora no Poder Legislativo brasileiro, especificamente as garantias constitucionais e originárias referentes aos povos indígenas.

Propostas de emendas constitucionais e leis promulgadas pelo Congresso Nacional ignoram os efeitos negativos das mudanças climáticas, pois prejudicam diretamente os guardiões históricos e ancestrais da floresta, os povos originários.

O enfraquecimento institucional dos direitos das populações indígenas agrava sua exposição aos riscos ambientais, dificultando a recuperação diante das adversidades climáticas, uma vez que, consequentemente, a biodiversidade e o equilíbrio do meio ambiente são afetados.

Assim, para o exame da questão proposta, o presente artigo se subdividirá em três seções. Primeiramente, se fará uma breve reflexão sobre a emergência climática que se encontra vigente; a segunda seção se destinará a analisar o bem viver e a ancestralidade dos povos indígenas e como estes são essenciais para a proteção da biodiversidade e o contingenciamento dos efeitos negativos das mudanças climáticas; e, por fim, a terceira seção se disporá a observar a presença da linha conservadora atuante no Congresso Nacional brasileiro e a sua movimentação em prol do enfraquecimento dos direitos dos povos indígenas, em contraponto à essencialidade dessas populações para o equilíbrio ambiental e a mitigação dos riscos das mudanças

climáticas para a vida humana na terra, destacando-se a Lei Federal nº 14.701/2023 (lei do marco temporal) e a PEC 48.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

A convenção de mudança do clima e a emergência climática

Há décadas, as nações se reúnem para debater acerca das mudanças climáticas e as suas consequências. Contudo, tais mudanças, que outrora eram discutidas no campo da previsão e evidências, hoje, inquestionavelmente, são uma realidade.

Rotineiramente, o mundo acompanha notícias de desastres ambientais em diversas partes do globo, como enchentes e incêndios, que impactam diretamente a sociedade independente de recortes sociais. Todos estão na mesma tempestade.

As mudanças climáticas, hoje, são uma emergência, sendo fundamental que as entidades e instituições públicas de cada país se mobilizem para conscientizar a população e dirimir os danos da temida crise climática que hoje se estabelece.

Para contenção das mudanças climáticas e o contingenciamento desta emergência, é essencial que o meio ambiente tenha a adequada proteção institucional de cada país que se comprometeu a atuar em sua custódia, o que implica em absorver a preservação ambiental no seu ordenamento jurídico.

O texto introdutório da Convenção da Mudança do Clima¹ relata que, desde os anos 80, já havia pesquisas científicas que apontavam que as alterações climáticas afetariam negativamente a vida humana na terra e que providências deveriam ser tomadas.

De acordo com a convenção, “mudança do clima” significa aquela alteração climática que pode ser atribuída direta ou indiretamente à ação humana somada às variações naturais do meio ambiente (art. 1º).

A Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima consiste em um tratado internacional celebrado em 1992, que estabeleceu princípios e obrigações aos países signatários, dentre estes o Brasil.

Para a reflexão deste escrito, dentre os princípios (art. 3) que as nações signatárias se comprometeram a observar, destaca-se o princípio número 3 da Convenção sobre a Mudança do Clima, aqui transcrito:

¹Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/inventario-gee-sp/wp-content/uploads/sites/34/2014/08/convencaomudancadoclima.pdf>

3. As Partes devem adotar medidas de precaução para prever, evitar ou minimizar as causas da mudança do clima e mitigar seus efeitos negativos. Quando surgirem ameaças de danos sérios ou irreversíveis, a falta de plena certeza científica não deve ser usada como razão para postergar essas medidas, levando em conta que as políticas e medidas adotadas para enfrentar a mudança do clima devem ser eficazes em função dos custos, de modo a assegurar benefícios mundiais ao menor custo possível. Para esse fim, essas políticas e medidas devem levar em conta os diferentes contextos socioeconômicos, ser abrangentes, cobrir todas as fontes, sumidouros e reservatórios significativos de gases de efeito estufa e adaptações, e abranger todos os setores econômicos. As Partes interessadas podem realizar esforços, em cooperação, para enfrentar a mudança do clima.

Quando a convenção estabelece como princípio que as partes “devem adotar medidas de precaução para prever, evitar ou minimizar as causas da mudança do clima e mitigar seus efeitos negativos”, compreende-se que, dentre essas medidas, estão inclusas a elaboração e promoção de políticas públicas em prol do combate às mudanças climáticas. Ou seja, as instituições públicas dos países signatários do tratado devem atuar em prol de uma gestão ambiental convergente aos objetivos da convenção, incluindo a elaboração de diplomas legislativos.

Deste modo, conclui-se que não há como se pôr em prática ações de combate às mudanças climáticas sem a promoção de políticas públicas e a promulgação legislativa de diplomas que fortaleçam a proteção da biodiversidade e a preservação do meio ambiente.

Assim, não restam dúvidas de que as instituições públicas são essenciais para a consolidação de uma gestão socioambiental administrativa e legislativa para o contingenciamento das mudanças climáticas e seus impactos negativos. Contudo, ao refletir sobre o contexto brasileiro e sua notória diversidade, é possível contar com aliados para o cumprimento dos preceitos acordados mundialmente, dentre os quais, sobretudo, os povos indígenas, que são historicamente conhecidos como guardiões do meio ambiente.

Os povos indígenas e o bem viver para a preservação da biodiversidade e a contenção da emergência climática

Para o desenhar da presente reflexão, é importante recordar o discurso emblemático de Ailton Krenak, em 1987, na tribuna da Constituinte que concebeu a atual Constituição brasileira, destacando-se aqui um pequeno trecho de sua valiosa fala:

[...] o povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco, e nunca colocaram, a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos.²

A fala de Krenak trava embate direto com a política integradora e assimilacionista empregada aos povos indígenas e consolidada até aquele momento, uma vez que afirma que a autonomia dos povos e o seu modo de vida em nada atingiria a segurança nacional e o desenvolvimento do país, muito pelo contrário.

O discurso de Krenak também elucida o bem viver dos povos indígenas, uma vez que ensina que cada povo tem a sua forma de ser e de existir, e seguem construindo memórias e tradições que atravessaram gerações (Kambebe, 2020).

O Bem Viver fundamenta o estilo de vida dos povos indígenas e é compreendido por Krenak (2020) como “a abundância que a Terra proporciona como expressão mesmo da vida”, explicando que “a gente não precisa ficar buscando vantagem em relação a nada, porque a vida é tão próspera que é suficiente para nós todos” (Krenak, 2020, p. 17).

Alberto Acosta (2016) ensina que o Bem Viver não se trata de um conceito imperativo, e sim “é, por um lado, um caminho que deve ser imaginado para ser construído, mas que, por outro, já é uma realidade” (Acosta, 2016, p. 69). Deste modo, a concepção do Bem Viver se apresenta como uma oportunidade de construção de novas formas de vida.

O Bem Viver norteia a autodeterminação dos povos indígenas e é concebido a partir de seus próprios conhecimento, tradições, ancestralidade e formas de organização social, e se sustentam a partir da memória coletiva dos povos e comunidades tradicionais.

² Discurso de Ailton Krenak na Assembleia Nacional Constituinte em 1987. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ildN6lyXDNE>

A compreensão do bem viver dos povos indígenas, além de seus aspectos culturais e ancestrais, também se reflete na relação das comunidades originárias com a natureza e a biodiversidade circundante de seus territórios, possuindo conhecimento sobre a conservação e proteção do ecossistema de forma sustentável.

O conhecimento é traço característico dos povos indígenas, pois, através dele, o povo expressa sua identidade, sua forma de ser, suas tradições, sua ancestralidade. Por mais que este conhecimento seja diminuído ao que a sociedade ocidental considera como inferior, tribal, atrasado (Loureiro, 2002), “o conhecimento tradicional é a forma mais antiga de produção de teorias, experiências, regras e conceitos, isto é, a mais ancestral forma de produzir ciência” (Moreira, 2007, p. 1).

Ademais, o conhecimento dos povos indígenas e de seus territórios tem se posicionado como barreira de resistência contra a exploração desenfreada do meio ambiente, a destruição da floresta e a extinção das espécies. Desde a sua ancestralidade, os povos indígenas reconhecem a importância de se proteger e respeitar a natureza, pois nela está a sobrevivência das gerações futuras.

Por meio do seu bem viver, os povos indígenas desenvolveram práticas sustentáveis de manejo de terra e a de convivência equilibrada com o meio ambiente, contrastando com práticas predatórias da agroindústria e da mineração, que causam grandes danos ao ecossistema. As terras indígenas costumam ser muito mais protegidas do desmatamento e da destruição do que outras áreas, o que demonstra a eficácia de suas técnicas.

A relação dos povos indígenas com a terra vai além de uma simples exploração de recursos. Para muitos povos, a terra é sagrada e a natureza é vista como um ente com vida própria. Há um profundo respeito pela fauna, flora, rios, montanhas e todos os elementos naturais, que são frequentemente integrados em suas práticas espirituais e rituais. Essa cosmovisão estabelece uma relação harmônica, na qual a preservação do ambiente é essencial para o bem-estar das próximas gerações e da própria comunidade.

Os povos indígenas são verdadeiros guardiões da natureza. Sua visão de mundo, práticas e conhecimento tradicional são essenciais para a conservação da biodiversidade e para a proteção dos ecossistemas.

O reconhecimento e a valorização de seus direitos territoriais, culturais e ambientais são fundamentais para a sustentabilidade do planeta e para o combate às crises ambientais globais. A preservação do meio ambiente, nesse sentido, depende diretamente da preservação dos direitos e da autonomia dos povos indígenas.

Todavia, por mais reconhecida seja a importância dos povos indígenas na preservação da biodiversidade e no combate às mudanças climáticas, observa-se que tais comunidades ainda sobrevivem no âmbito da vulnerabilidade, tendo em vista que, dentro do Poder Legislativo brasileiro, há constantes movimentos que atacam seus direitos originários, o que, por sua vez, enfraquece preservação ambiental e acentua a emergência climática.

O conservadorismo vigente no Congresso brasileiro frente a emergência climática

Qualquer cidadão que atualmente reside no Brasil é capaz de observar com nitidez a polarização no cenário político vigente. Ao mesmo tempo em que grupos atuam pela efetivação de pautas tidas como progressistas, há a ação de grupos interessados em conservar a sociedade dentro de padrões considerados inerentes à “moral e aos bons costumes”.

Esta polarização é naturalmente percebida em diferentes ambientes de convívio social, tais como: nas ruas, no local de trabalho, nas redes sociais, nos encontros familiares etc.; ou seja, está intrínseca no cotidiano do brasileiro e mesmo de estrangeiros residentes no Brasil. Deste modo, por consequência, uma vez internalizada no contexto social dos brasileiros, esta dinâmica é refletida nas instituições estatais, como na eleição dos representantes de cada polo junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Em análise do contexto político ao longo da década de 2010, é possível observar que, à medida em que pautas consideradas progressistas ganharam lugar de discussão nas casas legislativas, houve um crescimento de bancadas tidas como conservadoras para fazer frente a essas temáticas (Quadros; Madeira, 2018), como, por exemplo, a oposição da “bancada evangélica” à efetivação dos direitos das comunidades LGBTQIAPN+.

Dentre as bancadas conservadoras que têm ampliado espaço no cenário político-legislativo, está a chamada bancada ruralista, também conhecida como bancada do boi, que assim é elucidada por Bruno que:

A redemocratização da sociedade brasileira e a modernização conservadora da agricultura efetivada nas últimas décadas contribuíram para uma transformação no sistema de representação de interesses dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais no Brasil. Entre as mudanças mais significativas, destaca-se a organização de frentes parlamentares suprapartidárias voltadas prioritariamente para a defesa de interesses corporativos e para o fortalecimento político dos setores por elas representados (Bruno, 2017, p. 155).

A bancada ruralista foi concebida nos anos 80, no contexto das discussões acerca do Plano Nacional da Reforma Agrária, quando grandes empresários e empresários rurais e agroindustriais se organizaram para fazer frente a esta política, que consideravam uma ameaça à propriedade privada (Bruno, 2017).

Deste modo, a pretexto de lutar pela preservação do direito absoluto da propriedade e do desenvolvimento econômico pelo agronegócio (Silva, 2017), a atuação da bancada ruralista tem interferido e impactado na efetivação de direitos constitucionalmente garantidos, como os direitos originários dos povos indígenas.

A bancada ruralista é declaradamente defensora da chamada tese do marco temporal de ocupação, que estabelece que serão consideradas para demarcação as terras indígenas aquelas que estavam efetivamente ocupadas por populações indígenas na data da promulgação da atual Constituição, ou seja, 05 de outubro de 1988 (Pegorari, 2017).

Contudo, esta tese representa grave violação aos direitos originários dos povos indígenas, uma vez que ignora todo o histórico de extermínio e confisco dos seus territórios, além da possibilidade do esbulho renitente, que, de acordo com Bruno Pegorari:

[...] é dizer: as recorrentes situações em que os indígenas foram expulsos de suas terras pelos não índios, e a elas foram impedidos de regressar, ainda que com a terra guardassem as condições necessárias – materiais e imateriais – para a configuração da ocupação tradicional (Pegorari, 2017, p. 249).

Deste modo, como quem se mostra alheio ao constante debate mundial acerca das mudanças climáticas e de suas consequências, o Congresso Nacional brasileiro tem reforçado pautas que vulnerabilizam direitos dos entes essenciais para a conservação da biodiversidade e o contingenciamento das mudanças climáticas: os povos indígenas.

A bancada ruralista, com o apoio das demais frentes conservadoras que marcam forte presença em ambas as casas do Congresso Nacional, protagonizou os debates acerca da incorporação da tese do marco temporal no ordenamento jurídico brasileiro, o que resultou na promulgação da Lei nº 14.701/2023, também denominada “Lei do marco temporal”.

Lei Federal nº 14.701/2023: a Lei do Marco Temporal

Em outubro de 2023, o Congresso Nacional promulgou a Lei nº 14.701, também conhecida como “lei do marco temporal”, que estabelece a

regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal no que diz respeito ao reconhecimento, gestão, uso e demarcação de terras indígenas.

O trâmite do projeto de lei que originou a Lei nº 14.701/2023 foi marcado por um polêmico debate recheado de argumentos contra e a favor da sua aprovação. Contudo, após deliberações, prevaleceu a tese defendida pela frente conservadora do Congresso Nacional, encabeçada pela bancada ruralista.

Contudo, a Lei nº 14.701/2023 dispõe de pontos que se revelam controversos quando analisados sob a ótica da efetivação dos direitos originários dos povos indígenas constitucionalmente previstos, como, por exemplo, é possível observar no seu artigo 4º, que adota expressamente o marco temporal de ocupação como critério para demarcação de terras indígenas.

Também destaca-se o artigo 18 da lei, que traz o conceito de “terras indígenas adquiridas”, definidas como aquelas havidas pelos povos indígenas através dos meios de aquisição permitidos pela legislação civil, e estabelece que tais terras seguirão o regime jurídico da propriedade privada.

A Lei nº 14.701/2023 foi sancionada com 34 vetos do Presidente da República³, sob a justificativa de dispositivos contrários ao interesse público e por inconstitucionalidade, por usurpar direitos originários previstos constitucionalmente.

Em dezembro de 2023, os vetos presidenciais foram derrubados pelo Congresso Nacional, mantendo-se os vetos referentes a: a retomada de terra indígena por alteração de traços culturais; o plantio de transgênicos em terras indígenas; e o contato com povos isolados, que deve ser evitado ao máximo, salvo para prestação de auxílio médico ou para intermediar ação estatal de utilidade pública.⁴

Concomitantemente às deliberações no Congresso Nacional que resultaram na promulgação da Lei nº 14.701/2023, em setembro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1017365, que debatia acerca da constitucionalidade do critério do marco temporal para demarcação de terras indígenas, declarou a inconstitucionalidade da tese⁵, no entanto, este entendimento foi claramente ignorado na tramitação do projeto de lei.

³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/23/terras-indigenas-lula-veta-marco-temporal-aprovado-pelo-congresso>

⁴ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/14/congresso-derruba-veto-ao-marco-temporal-para-terras-indigenas>

⁵ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1>

Deste modo, ao derrubar os vetos presidenciais e promulgar lei diretamente contrária ao entendimento do STF, e atentar contra os direitos originários dos povos indígenas, que são os principais guardiões da preservação ambiental e do combate à emergência climática, o Poder Legislativo brasileiro manifesta posicionamento contrário aos compromissos firmados nos tratados internacionais firmados em prol da proteção ao meio ambiente.

Proposta de Emenda Constitucional nº 48 (PEC 48)

A Lei nº 14.701/2023 se encontra em vigor, contudo, em razão do atual posicionamento do STF, foram apresentadas as Ações Diretas de Constitucionalidade (ADIN) de nº 7582, 7583 e 7586⁶, em razão da imposição legal de limitações aos direitos originários dos povos indígenas sem respaldo constitucional.

Deste modo, enquanto se pleiteia junto ao STF pela inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023⁷, se encontra em análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Proposta de Emenda à Constituição nº 48 de 2023, que tem por escopo a alteração do §1º do artigo 231 da Constituição Federal para incorporar o critério do marco temporal para demarcação de terras indígenas.

A PEC 48 propõe a alteração do §1º do art. 231 para o seguinte texto:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, sendo-lhes garantida a sua posse permanente, **estabelecido o marco temporal em 05 de outubro de 1988** (grifo nosso).

O trâmite da PEC 48 segue sob a relatoria do Senador Federal Esperidião Amin, do Partido Progressista (PP), e membro do Bloco Parlamentar da Aliança, formado por parlamentares integrantes da bancada ruralista, representando a ala conservadora do Congresso Nacional.

Caso aprovada, a PEC 48 concederá o condão da constitucionalidade para a Lei 14.701/2023, e os povos indígenas que se encontravam longe de suas terras no dia 05 de outubro de 1988, em razão de um processo histórico de

⁶ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=523742&ori=1>

⁷ ADIs 7582, 7583, 7586

expulsão e extermínio, podem perder o direito à retomada e demarcação do seu território.

A PEC 48 é mais um exemplo de uma ação legislativa que atenta contra aos direitos originários e constitucionais dos povos indígenas e, por consequência, põe em risco o meio ambiente e aumenta a vulnerabilidade no contexto da emergência climática, tendo em vista que os territórios indígenas são historicamente reconhecidos pela preservação ambiental e da biodiversidade.

CONSIDERAÇÕES

O impacto dos extremos climáticos sobre populações indígenas que se encontram desamparadas pelas políticas de Estado revela uma interseção alarmante entre crises ambientais e decisões políticas legislativas.

Os eventos climáticos extremos evidenciam como a ausência ou insuficiência de ações políticas e governamentais contribuem para a perpetuação da vulnerabilidade e marginalização dos povos indígenas, ignorando a sua essencialidade para o equilíbrio ambiental e o bem-estar da vida humana.

A análise da supressão de direitos dos povos indígenas pela frente conservadora no Congresso Nacional brasileiro, tem por consequência o agravamento da crise ambiental e intensificação dos efeitos negativos das mudanças climáticas.

A ação institucional legalizada que objetiva reduzir os direitos originários e constitucionais dos povos indígenas em prol de interesses privados acaba por ameaçar a vida humana na Terra, inclusive a dos próprios parlamentares que pleiteiam a mitigação desses direitos.

Ao invés de enfraquecidos institucionalmente, as populações indígenas deveriam ter sido declaradas legalmente como guardiões da floresta e seus territórios reconhecidos como essenciais para o equilíbrio ambiental e a sobrevivência da vida humana na Terra.

A solução para esse desafio exige não apenas a revisão emergencial de marcos legais, mas também transformações estruturais que consolidem os direitos dos povos indígenas e concedam instrumentos para a sua sobrevivência e bem-estar. Esse compromisso ético e político é essencial para minimizar os impactos das mudanças climáticas e assegurar a dignidade da vida humana na Terra.

INTERPRETATIVA. PETRÓPOLIS: EDITORA VOZES, 2018.

GONÇALVES, CARLOS WALTER PORTO. **AMAZÔNIA, AMAZÔNIAS**. SÃO PAULO: EDITORA CONTEXTO, 2012.

GEDIEL, JOSÉ ANTÔNIO PERES. TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL: O DESCOBRIMENTO DA RACIONALIDADE JURÍDICA. IN: CUNHA, MANUELA CARNEIRO DA; BARBOSA, SAMUEL RODRIGUES (ORGS.). **DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS EM DISPUTA**. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2018. P. 101-138.

GONZAGA, ALVARO DE AZEVEDO. **DECOLONIALISMO INDÍGENA**. 2. ED. SÃO PAULO: MATRIOSKA, 2022.

KRENAK, AILTON. **CAMINHOS PARA A CULTURA DO BEM VIVER**. 2020.

KAMBEBA, MARCIA WAYNA. **SABERES DA FLORESTA**. 1. ED. SÃO PAULO, 2020.

BRASIL. **LEI N. 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015**. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2015-2018/2015/LEI/L13140.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm). ACESSO EM: 14 NOV. 2024.

LOUREIRO, VIOLETA. **AMAZÔNIA, ESTADO, HOMEM E NATUREZA**. BELÉM: CEJUP, 2004. P. 17-66.

MACHADO, ALMIREZ MARTINS. NHANDE NHE'E RUPIA'E (POR NOSSAS PRÓPRIAS PALAVRAS). IN: OLIVEIRA, ASSIS DA COSTA; CASTILHO, ELA WIECKO VOLKMER (ORGS.). **LEI DO ÍNDIO OU LEI DO BRANCO – QUEM DECIDE?: SISTEMAS JURÍDICOS INDÍGENAS NAS INTERVENÇÕES ESTATAIS**. RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2019. P. 201-220.

MOREIRA, ELIANE. **CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E SUA PROTEÇÃO**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.BOELL.DE/SITES/DEFAULT/FILES/ASSETS/BOELL.DE/IMAGES/DOWNLOAD_DE/ECOLOGY/B_EITRAG_ELIANE_MOREIRA_PORTUGIESISCH.PDF](https://www.boell.de/sites/default/files/assets/boell.de/images/download_de/ecology/B_EITRAG_ELIANE_MOREIRA_PORTUGIESISCH.PDF). ACESSO EM: 13 DEZ. 2024.

MOREIRA, ERIKA MACEDO; ZEMA, ANA CATARINA. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA JURISDIÇÃO INDÍGENA NO BRASIL. IN: OLIVEIRA, ASSIS DA COSTA; CASTILHO, ELA WIECKO VOLKMER DE (ORGS.). **LEI DO ÍNDIO OU LEI DO BRANCO – QUEM DECIDE?: SISTEMAS JURÍDICOS INDÍGENAS NAS INTERVENÇÕES ESTATAIS**. RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2019. P. 237 – 278.

OLIVEIRA, RODRIGO MAGALHÃES DE. “RESPEITEM A FORMA DE A GENTE SER”: PROTOCOLO DE CONSULTA MUNDURUKU E PLURALISMO JURÍDICO. **REVISTA DIREITO E PRÁXIS**, RIO DE JANEIRO, V. 12, N. 4, P. 2628-2657, 2020.

OLIVEIRA, ASSIS DA COSTA. SENSIBILIDADE JURÍDICA E EMBATE COLONIAL: ANÁLISE DO CASO SARAMAKA VS. SURINAME. **DIREITO E PRÁXIS**, VOL. 04, N. 01. P. 26-53, 2012.

OLIVEIRA, ASSIS DA COSTA. O JÚRI INDÍGENA DE RORAIMA E A ATUAÇÃO DO SISTEMA

JURÍDICO INDÍGENA. IN: OLIVEIRA, ASSIS DA COSTA; CASTILHO, ELA WIECKO VOLKMER DE (ORGS.). **LEI DO ÍNDIO OU LEI DO BRANCO – QUEM DECIDE?: SISTEMAS JURÍDICOS INDÍGENAS NAS INTERVENÇÕES ESTATAIS**. RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2019. P. 237 – 278.

PEGORARI, BRUNO. A TESE DO “MARCO TEMPORAL DA OCUPAÇÃO” COMO INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO DIREITO À TERRA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **ARACÊ – DIREITOS HUMANOS EM REVISTA**. VOL. 4, N. 5, ANO 2017.

PONTES JÚNIOR, FELÍCIO. **POVOS DA FLORESTA: CULTURA, RESISTÊNCIA, ESPERANÇA**. SÃO PAULO: PAULINAS, 2017. P. 165.

QUADROS, MARCOS PAULO DOS REIS; MADEIRA, RAFAEL MACHADO. FIM DA DIREITA ENVERGONHADA? ATUAÇÃO DA BANCADA EVANGÉLICA E DA BANCADA DA BALA E OS CAMINHOS DA REPRESENTAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL. **OPINIÃO PÚBLICA**, CAMPINAS, V. 24, N. 3, 2018. DISPONÍVEL EM: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>. ACESSO EM: 30 NOV. 2024.

SANTILLI, JULIANA. **SOCIOAMBIENTALISMO E NOVOS DIREITOS**. SÃO PAULO: PEIRÓPOLIS, 2005. P. 25-53.

SILVA, ELIZÂNGELA CARDOSO DE ARAÚJO. **CONSERVADORISMO, BANCADA RURALISTA E INDÍGENAS**. TEMPORALIS, BRASÍLIA (DF), ANO 17, N. 34, P. 437-457, JUL./DEZ. 2017.

SOUZA FILHO, CARLOS FREDERICO MARÉS. **O RENASCER DOS POVOS INDÍGENAS PARA O DIREITO**. 1. ED. 10º REIMPR. CURITIBA: JURUÁ, 2021.

SABERES ALIMENTARES TRADICIONAIS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO PREJUDICADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS - ESTUDO DE CASO:

COMUNIDADE QUILOMBOLA DA LAPINHA, NORTE DE MINAS GERAIS

Alice Meiry Silva Dias

Bióloga com ênfase em Conservação da Natureza
(Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES);
Mestranda em Biodiversidade e Uso dos Recursos Naturais - PPGBURN (UNIMONTES);
Pesquisadora no Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana
- LEAEH (UNIMONTES). ORCID: 009-009-0934-2705

Thaís Pereira Dos Santos Souza

Cientista Social (Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES);
Mestre em Desenvolvimento Social - PPGDS (UNIMONTES);
Pesquisadora no Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana – LEAEH
(UNIMONTES). ORCID: 0009-0005-3859-2106

Resumo: O artigo aborda como as mudanças climáticas estão impactando os saberes alimentares da comunidade Quilombola da Lapinha, situada na região do Médio Rio São Francisco, no norte de Minas Gerais. Essas práticas, que incluem o cultivo de alimentos baseado nos princípios da agroecologia e da pesca artesanal, têm sido passadas por gerações e são fundamentais para a garantia de autonomia e segurança alimentar local. No entanto, o aumento das temperaturas, a escassez hídrica, a degradação ambiental, entre outros fenômenos climáticos têm modificado o modo de viver e de produzir alimentos da comunidade, pois altera a disponibilidade e qualidade da água e a fertilidade do solo, dificultando a perpetuação do modo de vida tradicional vazanteiro e quilombola. O artigo destaca a percepção tradicional perante este cenário e como lidam com essas mudanças.

Palavras-chave: comunidade tradicional; saberes alimentares; percepções; Médio São Francisco; mudanças climáticas.

Abstract: The article addresses how climate change is impacting the food knowledge of the Quilombola community of Lapinha, located in the region of the Middle São Francisco River, in the north of Minas Gerais. These practices, which include the cultivation of food based on the principles of agroecology and artisanal fishing, have been passed down for generations and are fundamental for ensuring local food autonomy and security. However, rising

temperatures, water scarcity, environmental degradation, among other climatic phenomena, have changed the community's way of living and producing food, as it alters the availability and quality of water and soil fertility, making it difficult to perpetuate the traditional ebb and quilombola way of life. The article highlights the traditional perception of this scenario and how they deal with these changes.

Keywords: traditional community; food knowledge; perceptions; Middle São Francisco; climate change

INTRODUÇÃO

As atividades antrópicas nas últimas décadas têm sido agentes determinantes para o agravamento das mudanças climáticas globais, a partir da alteração das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, resultando no aumento agressivo da temperatura média do planeta – o que chamamos de aquecimento global (Marengo, 2007). Apesar de registros históricos de mudanças no clima provenientes de causas naturais, o Quarto Relatório Científico do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC, liberado em 2007, concluiu que o aquecimento global dos últimos 50 anos foi promovido pelas ações antrópicas, especialmente a partir da Revolução Industrial (Marengo, 2007).

O efeito estufa e a ótica das mudanças climáticas firmam, na atualidade, uma alarmante preocupação, discutida em todo o mundo. Atividades cotidianas básicas e recursos naturais necessários para a manutenção da vida na Terra e que são diretamente dependentes do clima, estão ameaçadas. Os impactos prejudicam os padrões regionais de precipitação e de evapotranspiração, causando alterações no sistema hidrológico, biológico e agrícola, ocasionando escassez hídrica, infertilidade dos solos, erosão, propagação de pragas e doenças, que afetam a agricultura e pesca, entre muitos outros problemas interligados ao setor ambiental, social e econômico (Siqueira *et al.*, 2001).

Embora povos e comunidades tradicionais sejam atores importantes na conservação e manutenção de ecossistemas naturais, sendo indispensáveis no desenvolvimento de conhecimentos e compreensões para a sua sobrevivência, seja através da agricultura de vazante, da pesca ou pelo extrativismo sustentável, como na comunidade de estudo deste artigo, estes, são os mais expostos à vulnerabilidade ambiental e social em relação às alterações climáticas.

Em razão à íntima conexão com os recursos naturais locais, são fortemente prejudicados pelos extremos climáticos na região, principalmente pela baixa disponibilidade e qualidade da água, consequência do padrão de produção industrial de alimentos e do sistema econômico capitalista predominante, fatores que expandem a injustiça climática através da acentuação da pobreza e das desigualdades sociais.

O objetivo deste artigo, portanto, visa, a partir da percepção das mudanças climáticas, entender os seus impactos sobre a comunidade Quilombola e Vazanteira da Lapinha, no Norte de Minas Gerais, e como os saberes alimentares tradicionais da comunidade estão sendo prejudicados pelas alterações do clima.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

Situada na zona rural do município de Matias Cardoso, no norte do estado de Minas Gerais, a comunidade Quilombola da Lapinha localiza-se às margens do Médio Rio São Francisco. A identidade Quilombola Vazanteira é delineada por uma referência histórica moldada por experiências e pela evolução cultural do grupo, com o Rio São Francisco figurando como um elemento essencial na narrativa de vida da comunidade.

A pesca e a agricultura sustentável emergem como as principais atividades exercidas pela comunidade. No acampamento São Francisco, onde ocorreu essa pesquisa, encontram-se a maioria das moradias, os quintais (destinados ao cultivo de plantas de pequeno porte, especialmente medicinais e ornamentais) e áreas dedicadas à criação de animais domésticos (porcos, galinhas, cães e gatos), enquanto as atividades agrícolas mais robustas são desenvolvidas na ilha adjacente ao rio.

Figura 1: Acampamento São Francisco – Comunidade Quilombola da Lapinha



Fonte: Centro de Agricultura Alternativa (CAA), 2019

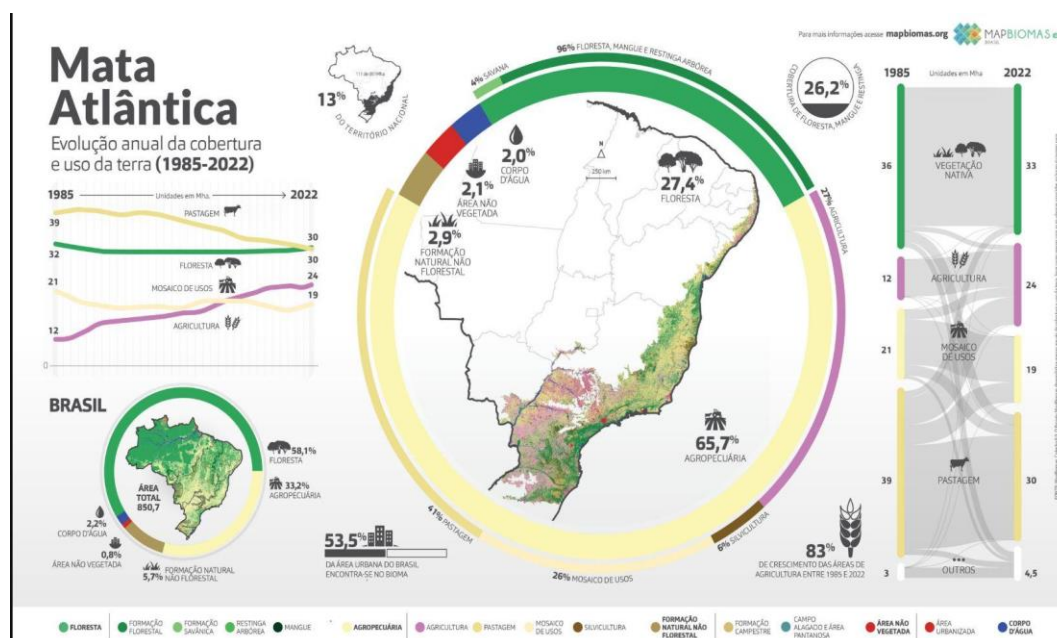
As modificações no ciclo hidrológico natural do Rio São Francisco e, consequentemente, em sua vazão, representam um aspecto fundamental que afeta o modo de vida da comunidade. De forma singular, compromete a sua estrutura alimentar, a qualidade nutricional, a segurança alimentar e o direito à escolha no que diz respeito ao consumo de alimentos e ao autocuidado, além de ameaçar a identidade cultural local e regional que integra a realidade dos povos.

Dados extraídos do Quarto Relatório Científico do IPCC – Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas com projeções futuras, indicam que a média de vazão do Rio São Francisco tende a diminuir nas próximas décadas, transformando a região do semiárido brasileiro em um clima árido. Esse fenômeno acarretará um aumento tanto na intensidade quanto na frequência dos períodos de seca, culminando em uma redução da disponibilidade de recursos hídricos (Castro; Pereira, 2019).

Os resultados dos pesquisadores do AR5 do sexto relatório (IPCC, 2022) sinalizam que o aumento da temperatura e a diminuição das chuvas podem reduzir a produtividade agrícola até 2030, ameaçando a segurança alimentar das populações mais pobres. Os impactos refletem no aumento de áreas de alto risco, na diminuição dos rendimentos das colheitas, no deslocamento de plantações, na restrição dos períodos de plantio e na exclusão de municípios previamente indicados para o cultivo de diversas culturas.

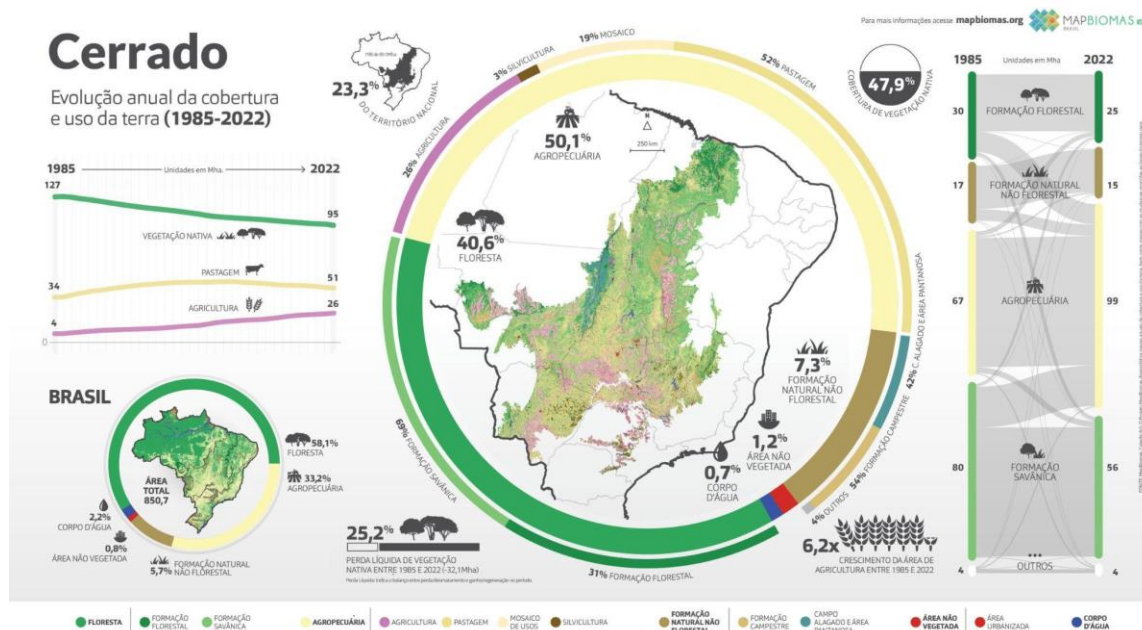
Segundo o estudo do MapBiomas sobre o Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra entre 1985-2022, foi observada uma significativa degradação ambiental nos biomas da caatinga, cerrado e mata atlântica que compõem a bacia do São Francisco, influenciando eventos de seca e causando danos na região. A perda de água tem grande influência na cobertura da vegetação.

Figura 2: Infográfico de Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra de 1985 a 2022 – Mata Atlântica



Fonte: Info São Francisco, 2024

Figura 3: Infográfico de Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra de 1985 a 2022 – Cerrado



Fonte: Info São Francisco, 2024.

Caatinga

Evolução anual da cobertura e uso da terra (1985-2022)

93% FORMAÇÃO SÁLVICA

10,1% DO TERRITÓRIO NACIONAL

53 28 3 1985

47 34 3 2022

FLORÊSTA

AGROPECUÁRIA

FORMAÇÃO NATURAL NÃO FLORÊSTA

BRASIL

ÁREA TOTAL 850,7

2,2% CORPO D'ÁGUA

0,8% ÁREA NÃO VEGETADA

58,1% FLORÊSTA

33,2% AGROPECUÁRIA

5,7% FORMAÇÃO NATURAL NÃO FLORÊSTA

1,1% CORPO D'ÁGUA

1,2% ÁREA NÃO VEGETADA

3,5% FORMAÇÃO NATURAL NÃO FLORÊSTA

39,8% AGROPECUÁRIA

26% MOSAICO DE USOS

68% PASTAGEM

10,8% PERDA LÍQUIDA DE VEGETAÇÃO NATIVA ENTRE 1985 E 2022

57,9% COBERTURA DE VEGETAÇÃO NATIVA

7% FORMAÇÃO FLORÊSTA

21,8% CRESCIMENTO DA ÁREA DE AGROPECUÁRIA ENTRE 1985 E 2022

52,6 46,9 1985 2022

FLORÊSTA

28,2 34,2

AGROPECUÁRIA

3,4 3,0

FORMAÇÃO NATURAL NÃO FLORÊSTA

2,1 2,1

OUTROS

FLORÊSTA

FORMAÇÃO FLORÊSTA

FORMAÇÃO SÁLVICA

AGROPECUÁRIA

AGRICULTURA

PASTAGEM

MOSAICO DE USOS

FORMAÇÃO NATURAL NÃO FLORÊSTA

FORMAÇÃO CAMPESTRÊ

ÁREA NÃO VEGETADA

ÁREA URBANIZADA

CORPO D'ÁGUA

Os infográficos demonstram análises em termos percentuais de vegetação nativa, agricultura, pecuária e outros usos. Na região de caatinga, entre 1985 e 2022, verifica-se o aumento da área destinada à agropecuária, que implica em redução da floresta, refletindo a intensificação das atividades econômicas na região e a consequente degradação ambiental, apontando, ainda, a queda de vegetação nativa para 57,9%. Na região de Cerrado, a perda de vegetação consiste em 47% e, no bioma de Mata Atlântica, apenas 26,2% da vegetação nativa ainda está preservada, com destaque para a predominância de áreas agrícolas (65,7%) e urbanização crescente.

¹ Referência do artigo sobre meio ambiente e entrevista com o meteorologista Humberto Barbosa, Lapis/UFAL sobre o bioma da caatinga. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/10/07/com->

40% ainda neste século. Esses impactos são percebidos pela comunidade participante desta pesquisa localizada na região do Médio São Francisco.

METODOLOGIA

O projeto Saberes e Tradições Alimentares no Médio São Francisco – MG, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Processo – APQ – 02591-17, objetivou a investigação dos saberes e tradições alimentares de comunidades ribeirinhas de um trecho do médio Rio São Francisco.

Para a realização dessa pesquisa e o alcance dos objetivos do projeto, a metodologia utilizada nesta etapa baseou-se na coleta qualitativa de dados, pautada em entrevistas livres e semiestruturadas, observação participante e caminhada guiada pelas áreas produtivas dos moradores da comunidade, com a finalidade de levantar narrativas e memórias sobre os alimentos, o manejo e sua obtenção, assim como a relação com o Rio São Francisco e as percepções sobre o efeito das mudanças climáticas no modo de vida da comunidade.

Foram seguidas as etapas de: a) reconhecimento e inserção, através de visitas e diálogos informais com principais representantes (lideranças comunitárias da comunidade), para entendimento da sua dinâmica e organização social; b) descrição geral e aprofundamento da inserção, através de entrevista livre, coleta de narrativa de memória dos interlocutores (escolhidos conforme indicação do grupo, identificados como referências importantes em termos de conhecimento e memória biocultural); c) aprofundamento da pesquisa a partir da aplicação de roteiros estruturados,

secas-e-degradacao-caatinga-perdeu-40-de-agua-original-em-35-anos.htm. Acesso em: dez. 2024.

contendo informações específicas dos alimentos, recursos biológicos e uso dos recursos naturais.

ANÁLISE DE DADOS

As análises dos dados basearam-se na “análise de categoria”, derivada da análise de conteúdo conforme Laurence Bardin (1977), seguindo as fases de organização da análise: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados, com foco na transcrição de áudios e realização de grupo focal para levantamento das espécies cultivadas no quilombo.

Diversas espécies são cultivadas nas áreas do quilombo. A organização das plantações é estruturada em conformidade com os ciclos naturais do rio – cheias, secas, enchentes e vazantes –, evidenciando, assim, a notável resiliência da população quilombola ao se adaptar a essas dinâmicas fluviais e aos eventos climáticos que têm se manifestado. Sendo assim, com base no clima do semiárido e no conhecimento tradicional, os vazanteiros definem o seu calendário agroalimentar em dois períodos: Tempo das Águas, entre outubro a março, e Tempo das Secas, de maio a setembro.

Na vazante, onde o Rio entra, é o local de plantio das espécies sequeiras (que não necessitam de irrigação, pois são diversidades crioulas e, portanto, mais resistentes, plantadas na época das chuvas e resistem até a época da seca), são integradas variedades de abóbora sequeira, batata doce, feijão catador e de arranca, melancia sequeira, quiabo sequeiro, mandioca, moranga sequeira, melão de açúcar e outros, caxixi, feijão cariocão, feijão rosinha, andú, feijoa, cana-de-açúcar e maxixe. No período das águas de outubro a março/abril, acontece o lameiro (quando o Rio sai e a lama permanece), neste ambiente é possível plantar durante todo o ano, conforme a baixa do rio. As variedades de cultivo se repetem conforme a vazante e a comunidade utiliza-

se da reserva de sementes para caso o rio suba novamente e perca suas plantações.

Já nas terras altas da ilha, chamadas também de baixão/capão, ocorre o plantio de abóbora, milho, feijão catador, feijoa, amendoim, gergelim, maracujá, hortaliças como cebola branca, ciganinha, folhas (couve, alface, coentro), e organizam o cultivo para a fase de lua nova, conforme o calendário tradicional vazanteiro. As espécies que não são cultivadas em associações também são cultivadas nesse ambiente, como a beterraba, repolho, mostarda e cebola de cabeça. Nas terras altas denominadas de quintais e roças, há a ocorrência principalmente de espécies nativas e frutíferas como úmbu, acerola, goiaba, maracujá nativo, manga, seriguela, araçá, entre outras.

Figura 5: Dona Isabel Quilombola na colheita de feijão e hortaliças de sua área produtiva, na Ilha, Quilombo da Lapinha



Fonte: De autoria própria, 2023

Figura 6: Mandioca branca cultivada na comunidade



Fonte: De autoria própria, 2023

Figura 7: Senhor Emanuel Quilombola apresenta seu cultivo de milho



Fonte: De autoria própria, 2023

Apesar da resiliência produtiva da comunidade ser evidente, relatos indicam a percepção de alterações climáticas, como o aumento das temperaturas e a redução da vazão do rio, observadas nos últimos vinte anos. *“Naquela época, porque não faltava quase chuva, a gente plantava mais. (...) Esse ano, nós plantamos com a moeda da água, mas não choveu em cima”* (fala o senhor Emanuel). Em todas as nossas conversas com os vazanteiros e quilombolas sobre a produção de alimentos, o termo aparecia como queixa devido à escassez de chuvas na região e à passagem por secas prolongadas. Segundo o entrevistado, a produção de alimentos na vazante tem sido dificultada, apesar da riqueza orgânica que as águas do rio depositam no solo.

(...) Porque já teve vezes que o rio secava assim, mas agora quase todo o ano o rio está secando muito. Enche e seca muito. Esse riozinho aqui era difícil de secar e agora tá secando. Esse ano ele tava bem rasinho, agora que encheu aí porque eles estavam com a barragem cheia d'água e solta água aí (...).

(Sr. Zé do Coco – Morador do quilombo da Lapinha, entrevista em julho de 2023).

Figura 8: Plantação associada de abóbora e quiabo às margens do médio São Francisco



Fonte: De autoria própria, 2023

O Senhor Zé do Coco, quilombola e vazanteiro, relata que, há cerca de 23 anos, quando chegaram no quilombo, ainda havia mais fartura do que os dias atuais.

Batata hoje não tá plantando mais, tá difícil a semente. A batata é assim... quando vinha a enchente, cê pegava a rama e levava pro alto. Quando o rio baixava, trazia aquela rama de lá pra planta aqui, aí dava bastante. Hoje em dia, até pra plantar não dá igual dava. Foi indo, foi indo, foi acabando porque vem a enchente, cê planta lá no alto, a chuva é pouca, não segura. Eu acho que até a água hoje tá diferente, de primeiro, eu acho que a água era melhor porque hoje tem muito veneno, essas coisas, barrage.

Figura 9: Variedades frutíferas cultivadas no Quilombo da Lapinha – Melância, Acerola e Melão de Açúcar



Fonte: De autoria própria, 2023

Para alguns, o assoreamento é acirrado pelo desmatamento feito pelos fazendeiros e pelos projetos que se instalaram na região. Compreendem que a remoção de árvores ao redor do rio retira a proteção natural, que age como barreira para evitar a entrada de sedimentos, como lixo, terra, areia e outros materiais levados ao leito do rio. A preocupação com o São Francisco é vital para a sustentação da vida da comunidade, refletindo uma inquietação diária diante dos desafios ambientais, ressaltando a importância do rio não apenas

como recurso natural, mas como componente inerente às suas práticas culturais e modos de vida.

A comunidade utiliza-se de algumas estratégias para que consiga perpetuar seu modo de vida através do cultivo de alimentos e da transmissão de seus saberes tradicionais, a partir de práticas agroecológicas, fundamentadas na rotação e associação de culturas, adubação orgânica e uso de plantas na preparação de receitas caseiras usadas no controle de pragas. Além disso, a criação de um banco de sementes comunitário foi implementada para que espécies centrais sejam armazenadas, conservadas e utilizadas por aqueles que necessitam.

Figura 10: Variedades de milho – amarelo e branco –, mostrados pelas mãos de dona Isabel. Configura a conservação e armazenamento de sementes crioulas



Fonte: De autoria própria, 2023

O reconhecimento das boas práticas na agricultura sustentável pelas comunidades tradicionais, agricultores familiares e vazanteiros demonstra a

importância do Sistema Agrícola Tradicional (SAT) no Brasil para a manutenção da biodiversidade e da segurança alimentar, não somente para os povos que efetuam essas práticas, mas para todo o conjunto da sociedade brasileira.

DISCUSSÃO

Tim Ingold – antropólogo e pensador – argumenta que os processos perceptivos são universais à experiência de todos os seres, tanto humanos quanto não humanos. Esses seres, imersos nas forças dinâmicas do ambiente, moldam suas próprias formas de vida. Ao reconhecer a diversidade dos fluxos de vida, percepções e relações, este fenômeno se manifesta de maneira íntima na interconexão entre a comunidade quilombola da Lapinha e o Rio São Francisco. Na obra “Cultura, Percepção e Ambiente: Diálogos com Tim Ingold”, organizada por Carlos Alberto Steil e Isabel Cristina de Moura Carvalho (2012), Ingold reforça que:

[...] Cada criatura é a sua história, sua tradição, de modo que segui-la é realizar um ato de lembrança e de continuidade com os valores do passado. Como um nó emaranhado de descrições, histórias, chamados, visões e observações, nenhuma ontologicamente superior às outras ou em algum sentido mais real do que outras [...] (p. 23).

A ciência tem mostrado o quanto os recursos naturais têm sido devastados em prol de um esmagador sistema de industrialização, como observamos nos infográficos de Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra. Já os povos e comunidades tradicionais vivenciam diariamente as mudanças e os efeitos da alteração do clima sobre os modos de vida, construídos ao longo de décadas. Deste modo, a única alternativa viável em meio ao retrocesso governamental perante políticas públicas de conservação da biodiversidade e do patrimônio biocultural é a resiliência e adaptação no seu modo de viver.

Para manter a soberania alimentar, a adaptação ao cultivo em sequeiro e o uso de sementes crioulas têm se destacado nos momentos de escassez de água. Diegues (2007, p. 5) apresenta que “a sazonalidade das águas nas sociedades tradicionais é fundamental para a organização econômica e vida social em função da estação das águas e estação da seca”. As águas são o termômetro temporal que define as etapas da agricultura de vazante: a limpeza e o aplanamento do solo que receberá o cultivo, a adubação e, por fim, o plantio. Ademais, os marcos que consolidam a identidade vazanteira estão indissociavelmente ligados à vitalidade do Rio São Francisco, exercendo influência direta em toda a dinâmica de vida, regulando todas as atividades produtivas desde a pesca ao plantio (Silva, 2023, p. 196).

CONSIDERAÇÕES

A população quilombola e vazanteira analisada nesta pesquisa entende que os recursos naturais são esgotáveis e trabalham mutuamente para manter a paisagem, vegetação nativa e a sociobiodiversidade do território. Observamos que a problemática das mudanças climáticas e dos impactos na bacia do rio São Francisco, apontados pela falta de chuvas e aumento das temperaturas, não se limitam às intempéries climáticas. A percepção dos moradores quanto às alterações climáticas refere-se à escassez hídrica, ao aumento de temperaturas e à mudança no solo. Em concordância com as percepções dos moradores antigos e dados do mapa Biomas, observa-se que as mudanças da água e na cobertura vegetal resultam de conflitos ambientais causados pelas grandes fazendas, que suprimiram a vegetação. Os moradores salientam que a modificação das paisagens reduz a incidência de chuvas, aumentando a sensação de sol e de temperatura mais elevada, o que aumenta as dificuldades do trabalho agrícola.

REFERÊNCIAS

ARTAXO, PAULO. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O BRASIL. **REVISTA USP**, SÃO PAULO, N. 103, P. 8-12, 2014.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **É NO SEMIÁRIDO QUE A VIDA PULSA**. 2023. DISPONÍVEL EM: SEMIÁRIDO – ASA BRASIL – ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. ACESSO EM: 02 DEZ. 2024.

ASSIS, JANAÍNA MARIA DE OLIVEIRA. **VARIABILIDADE DO CLIMA E CENÁRIOS FUTUROS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO TRECHO SUBMÉDIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**. 2016. 187 F. TESE (DOUTORADO EM ENGENHARIA CIVIL) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, 2016. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REPOSITORIO.UFPE.BR/HANDLE/123456789/22481](https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/22481). ACESSO EM: 10 DEZ. 2024.

CASTRO, CESAR NUNES DE; PEREIRA, CAROLINE NASCIMENTO. **REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO: HISTÓRICO, DIAGNÓSTICO E DESAFIOS**. BRASÍLIA: IPEA, 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://CANOADETOLDA.ORG.BR/](https://canoadetolda.org.br/). ACESSO EM: 10 DEZ. 2024.

CONTRERAS, JESÚS; GRACIA, MABEL. **ALIMENTAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA**. RIO DE JANEIRO: FIOCRUZ, 2011.

CORDEIRO, ANGELA. *ET AL.* **PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA CONSERVAÇÃO, USO E GESTÃO COMPARTILHADA DA AGROBIODIVERSIDADE NO SEMIÁRIDO MINEIRO COMO ESTRATÉGIA PARA ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PARA A SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**. PUBLICAÇÃO DE 2014-2020. CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS MONTES CLAROS, MINAS GERAIS, 2014.

DIEGUES, ANTÔNIO CARLOS. ÁGUA E CULTURA NAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS BRASILEIRAS. *IN: I ENCONTRO INTERNACIONAL: GOVERNANÇA DA ÁGUA*, SÃO PAULO, 2007. P. 1-20.

INFOSÃOFRANCISCO. **MAPBIOMAS: NOVOS MAPAS DE COBERTURA, USO E MUDANÇAS DE USO DO SOLO**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://INFOSAOFRANCISCO.CANOADETOLDA.ORG.BR/NOTICIAS/BIODIVERSIDADE/MAPBIOMAS-NOVOS-MAPAS-DE-COBERTURA-USO-E-MUDANCAS-DE-USO-DO-SOLO/](https://infosaofrancisco.canoadetolda.org.br/noticias/biodiversidade/mapbiomas-novos-mapas-de-cobertura-uso-e-mudancas-de-uso-do-solo/). ACESSO EM: 30 ABR. 2024.

IPCC, 2022: CLIMATE CHANGE 2022: IMPACTS, ADAPTATION, AND VULNERABILITY. CONTRIBUTION OF WORKING GROUP II TO THE SIXTH ASSESSMENT REPORT OF THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE [H.-O. PÖRTNER, D.C. ROBERTS, M. TIGNOR, E.S. POLOCZANSKA, K. MINTENBECK, A. ALEGRÍA, M. CRAIG, S. LANGSDORF, S. LÖSCHKE, V. MÖLLER, A. OKEM, B. RAMA (EDS.)]. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, CAMBRIDGE, UK AND NEW YORK, NY, USA, 3056 pp., DOI:10.1017/9781009325844.

LETRAS AMBIENTAIS. SECA SE EXPANDIU PELA BACIA DO SÃO FRANCISCO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://WWW.LETRASAMBIENTAIS.ORG.BR/POSTS/SECA-SE-EXPANDIU-PELA-BACIA-DO-SAO-FRANCISCO-NAS-ULTIMAS-DECADAS](https://www.letrasambientais.org.br/posts/seca-se-expandiu-pela-bacia-do-sao-francisco-nas-ultimas-decadas). ACESSO EM: 28 NOV. 2024.

MARENGO, JOSÉ ANTÔNIO. ÁGUA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **ESTUDOS AVANÇADOS**, SÃO PAULO, v. 22, n. 63, p. 91, 2007. DOI: 10.1590/S0103-40142008000200006.

MARENGO, JOSÉ ANTÔNIO. **MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS E SEUS EFEITOS SOBRE A BIODIVERSIDADE: CARACTERIZAÇÃO DO CLIMA ATUAL E DEFINIÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS PARA O TERRITÓRIO BRASILEIRO AO LONGO DO SÉCULO XXI**. 2. ED. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), 2007. P. 214.

SILVA, QUEITE MARRONE SOARES DA. **SABERES TRADICIONAIS E BEM VIVER: VAZANTEIROS EM MOVIMENTO E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA FRENTE À DINÂMICA AGROALIMENTAR GLOBAL**. 2023. 271 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

TOLEDO, VICTOR MANUEL; BARRERA-BASSOLS, NARCISO. **LA MEMORIA BIOCULTURAL: LA IMPORTANCIA DE LAS SABIDURÍAS TRADICIONALES**. JUNTA DE ANDALUCIA: ICARIA EDITORIAL, 2008. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SOCCLA.CO/WP-CONTENT/UPLOADS/2014/MEMORIA-BIOCULTURAL.PDF](https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/memoria-biocultural.pdf).

ENTRE PANOS, PLANTAS E FÉ: PRÁTICAS DE SAÚDE POPULAR NO PARTEJAR QUILOMBOLA DE UMARIZAL, PARÁ

Maria Gisele da Silva Santa Rosa
<http://lattes.cnpq.br/2753135936102999>

Ana Claudeise Silva do Nascimento
<http://lattes.cnpq.br/7497740042553065>

Marília de Jesus da Silva e Sousa
<http://lattes.cnpq.br/0340816209069718>

Resumo: O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica realizada com parteiras tradicionais da comunidade quilombola de Umarizal, localizada no município de Baião, estado do Pará. O estudo tem como objetivo compreender as práticas de cuidado em saúde desenvolvidas por essas mulheres no contexto do ciclo gravídico-puerperal, bem como os saberes ancestrais que orientam o partejar quilombola. Foram entrevistadas, entre os meses de agosto e novembro de 2024, seis parteiras com perfis distintos, mas todas profundamente enraizadas em práticas culturais e na medicina popular de matriz afro-brasileira. As narrativas revelam um processo de aprendizado informal, transmitido oralmente entre gerações, e uma atuação marcada pela solidariedade, espiritualidade, territorialidade e resistência. Entre panos, plantas e fé, essas mulheres mobilizam conhecimentos e técnicas que envolvem o uso de azeites, ervas medicinais, objetos simbólicos e rituais de proteção. Tais práticas são associadas a um modelo de cuidado integral, centrado na escuta, no vínculo comunitário e na autonomia das mulheres gestantes. A análise das entrevistas considerou também a história de formação do quilombo de Umarizal e os modos de vida que estruturam o cuidado em saúde dentro da comunidade. A pesquisa evidencia a relevância do reconhecimento institucional dos saberes tradicionais e propõe o fortalecimento do diálogo entre os sistemas de conhecimentos ancestrais e o Sistema Único de Saúde, respeitando a diversidade cultural e a especificidade dos territórios quilombolas.

Palavras-chave: parteiras tradicionais; saúde popular; quilombo de Umarizal; saberes ancestrais; saúde da mulher

Abstract: The article presents the results of an ethnographic study conducted with traditional midwives from the quilombola community of Umarizal, located in the municipality of Baião, in the state of Pará, Brazil. The study

aims to understand the health care practices developed by these women in the context of the pregnancy-postpartum cycle, as well as the ancestral knowledge that guides quilombola midwifery. Between August and November 2024, six midwives with distinct profiles were interviewed, all deeply rooted in cultural practices and Afro-Brazilian popular medicine. The narratives reveal an informal learning process transmitted orally across generations, and a mode of care shaped by solidarity, spirituality, territorial belonging, and resistance. *Amid cloths, plants, and faith*, these women mobilize knowledge and techniques involving the use of oils, medicinal herbs, symbolic objects, and protective rituals. These practices are associated with a holistic model of care centered on attentive listening, community bonds, and the autonomy of pregnant women. The analysis of the interviews also considered the historical formation of the Umarizal quilombo and the ways of life that structure health care within the community. The research highlights the importance of institutional recognition of traditional knowledge and advocates for strengthening the dialogue between ancestral knowledge systems and Brazil's Unified Health System (SUS), while respecting cultural diversity and the specificities of quilombola territories.

Keywords: traditional midwives; community-based health; Umarizal quilombo; ancestral knowledge; women's health

INTRODUÇÃO

As parteiras tradicionais quilombolas são protagonistas na sustentação da vida e da saúde em territórios historicamente marcados pela ausência ou precarização das políticas públicas. Em comunidades como o Quilombo de Umarizal, situado no interior do estado do Pará, essas mulheres não apenas assistem as experiências do parto, mas personificam uma prática ancestral que entrelaça saber, fé, cuidado e resistência. Elas são figuras centrais que desempenham um papel vital na saúde e no bem-estar dessas comunidades. São mulheres que não apenas auxiliam no processo da gestação e no parto, mas também preservam e transmitem conhecimentos tradicionais e culturais que foram passados de geração em geração (Silva, 2005).

As parteiras tradicionais atuam majoritariamente em contextos comunitários, especialmente em regiões com pouco acesso aos serviços formais de saúde. Suas práticas se baseiam em saberes ancestrais, uso de plantas medicinais, rituais de matriz africana e vínculos profundos com o território e a coletividade (Fernandes, 2022). Essas práticas se alinham aos

princípios da saúde popular comunitária, por valorizarem o saber local, o diálogo e a autonomia das comunidades.

O conceito de saúde popular comunitária foi analisado na tese de doutorado de Ferreira (2023), a autora define como uma prática de cuidado enraizada nos saberes ancestrais e decoloniais das comunidades. A construção do conhecimento é inspirada na cosmosensação e na cosmopercepção, destacando os diferentes significados que compõem os processos de cura e emergem da ecologia dos saberes e da fenomenologia da percepção que caracterizam as experiências vividas. Nesse sentido, as práticas das parteiras se alinham a esses princípios, pois promovem o cuidado de forma integral, respeitosa e baseada na troca de saberes, contribuindo para a mobilização social e a promoção da saúde com equidade.

Ao realizarem partos em contextos domiciliares, utilizando panos fervidos, azeites, ervas medicinais e rezas, as parteiras reproduzem e recriam um complexo sistema de saber que é, ao mesmo tempo, terapêutico e espiritual. Esses procedimentos, muitas vezes realizados em condições materiais adversas, envolvem não só o acompanhamento técnico do nascimento, mas um conjunto de práticas de acolhimento, proteção e ensinamento que se estendem ao pré-natal, ao puerpério e ao cuidado com o recém-nascido. Como destacam Langdon e Wiik (2010), esses sistemas médicos tradicionais operam com base em outras racionalidades, que não podem ser reduzidas à lógica biomédica ocidental, mas que devem ser reconhecidas em sua integridade epistemológica.

Importante destacar que o trabalho das parteiras tradicionais quilombolas vai além do parto, como em muitas outras comunidades, incluindo o acompanhamento das gestantes durante a gravidez, oferecendo suporte emocional e físico e cuidando da saúde da mãe e do bebê após o nascimento, mas também na transmissão de saberes ancestrais e na preservação dos rituais tradicionais associados ao nascimento.

Seu papel na comunidade também é uma forma de resistência, pois representam certa autonomia das comunidades quilombolas em relação ao sistema de saúde formal, que muitas vezes é inacessível ou insensível às especificidades culturais dessas populações. Muitas parteiras quilombolas não recebem o devido reconhecimento do sistema de saúde e enfrentam desafios para obter suporte e materiais adequados para desempenhar seu trabalho. A falta de acesso à recursos de saúde, como medicamentos e

equipamentos básicos, dificulta o trabalho das parteiras, especialmente em comunidades mais remotas.

É fundamental que haja iniciativas para preservar e valorizar o conhecimento das Parteiras Quilombolas, garantindo que tenham o suporte necessário para continuar seu trabalho e que suas práticas sejam respeitadas e valorizadas dentro e fora das comunidades.

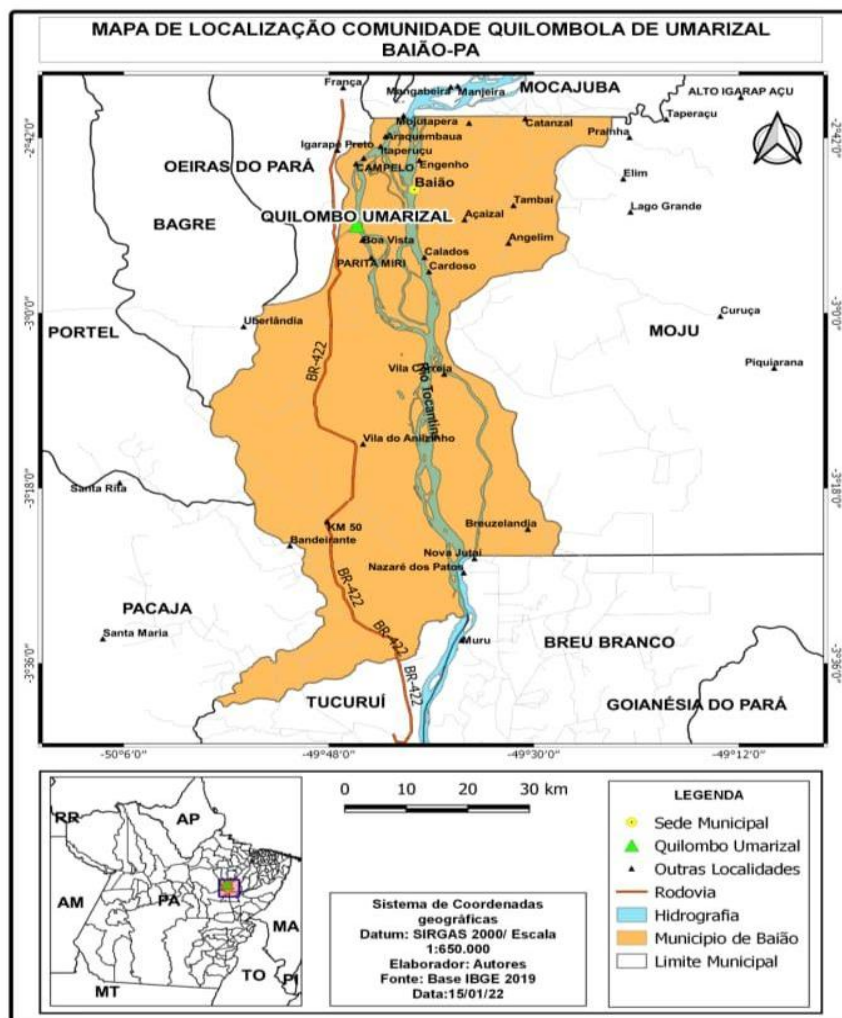
A partir de um estudo de caso realizado em 2024, na Comunidade Quilombola de Umarizal, localizada na margem esquerda do Rio Tocantins, com seis parteiras quilombolas, este artigo busca compreender as práticas de cuidado em saúde desenvolvidas por essas parteiras no contexto do ciclo gravídico-puerperal, bem como os saberes ancestrais que orientam o partejar quilombola. Além disso, busca evidenciar como o ofício do partejar se entrelaça às dimensões simbólicas, espirituais e políticas da vida quilombola, configurando-se como uma prática de resistência, cuidado e afirmação identitária no contexto amazônico.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, que tem como objetivo compreender as experiências e os cuidados praticados por parteiras tradicionais no ato de partejar na comunidade quilombola de Umarizal, localizada no município de Baião, no estado do Pará. O quilombo está situado às margens do Rio Tocantins, na zona rural do município, a aproximadamente 2 horas de barco da sede municipal. Os principais centros urbanos que influenciam a dinâmica territorial da região são: Baião, Tucuruí, Mocajuba e Cametá.

A comunidade de Umarizal foi oficialmente certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em 13/12/2006, ainda não titulada, e conta atualmente com uma população de aproximadamente 5 mil habitantes. O acesso à comunidade é realizado pela BR-422, conhecida como Transcametá, com parte do trajeto feito por estrada de chão, o que representa desafios significativos à mobilidade, especialmente durante o inverno amazônico. A base econômica local é sustentada por atividades como agricultura familiar, pesca artesanal, criação de pequenos animais e o extrativismo vegetal.

Figura 1: Localização da comunidade quilombola de Umarizal



Fonte: Base cartográfica IBGE, (2019)

Fonte: Base cartográfica IBGE, 2019

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas a partir de um formulário dividido em duas partes. A primeira parte reuniu informações sobre o perfil sociodemográfico das entrevistadas, enquanto a segunda foi orientada por um roteiro temático, que serviu de guia para a condução das conversas de forma dialógica e respeitosa à tradição oral da comunidade. Ao todo, foram entrevistadas seis parteiras tradicionais, com idades entre 54 e 93, todas residentes na comunidade de Umarizal e com diferentes trajetórias de atuação no cuidado ao parto.

As entrevistas foram registradas por meio de anotações e gravações de áudio, com consentimento prévio das participantes. Os dados obtidos foram transcritos e analisados a partir da técnica de Análise de Conteúdo. As informações foram organizadas em categorias temáticas a partir do material empírico: a) trajetória do aprendizado; b) práticas e formação; c) saberes e cuidados; d) condições de trabalho.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

A FORMAÇÃO DO QUILOMBO DE UMARIZAL

De acordo com os relatos do professor Divaldo Vieira, o Quilombo de Umarizal formou-se a partir da fuga de um grupo de negros escravizados que buscavam um lugar seguro e fértil para viver. Esses fugitivos deram origem às famílias mais antigas do quilombo. Um dos nomes mais lembrados nas histórias contadas pelos moradores mais velhos é o de *Sinfrônio*, conhecido como “capitão maior”, o líder do grupo. Ele foi escolhido para liderar por sua experiência em combate, tendo participado da Segunda Guerra Mundial.

Mesmo após a abolição formal da escravidão no Brasil, muitos ainda eram mantidos sob condições de trabalho forçado. O grupo de Sinfrônio era formado por pessoas oriundas de diferentes regiões. Em busca de liberdade e de uma vida melhor, caminharam por dias na mata até estabelecerem seu primeiro acampamento em uma área que hoje corresponde ao atual Umarizal Centro. Esse local foi batizado de “Novo Destino”, simbolizando a esperança em uma nova vida. A sobrevivência ali se deu por meio da pesca, caça e agricultura.

No entanto, com o tempo, perceberam que o local não era apropriado para o cultivo, pois no inverno alagava e no verão secava. Decidiram então migrar para uma nova área, que denominaram *Paxibal*, localizada às margens da BR-422. O nome foi inspirado na abundância da palmeira *paxiúba*, cujos troncos eram utilizados para assoalhar os barracos de pau a pique que construíram.

Com receio de que ainda pudessem ser perseguidos por seus antigos senhores, Sinfrônio designou a família Costa para se estabelecer em um ponto estratégico, elevado, com vista para o Rio Tocantins. Esse local foi chamado de *Boa Vista*, e a função da família era observar a movimentação na região e alertar o grupo em caso de perigo.

Durante um período, espalhou-se a notícia de que os indígenas Asurini, cujo território hoje se localiza próximo à cidade de Tucuui, planejavam invadir Paxibal e áreas vizinhas em busca de mantimentos, como roupas, redes e alimentos. Temendo os ataques, que ocorriam entre 6h da manhã e 18h da noite, os quilombolas passaram a sair de suas casas às 16h, atravessando o rio para dormir em uma ilha segura, que passaram a chamar de *Umarizal Beira*, em referência aos muitos umarizeiros (árvores de umari) que havia no local. Ao amanhecer, retornavam às terras para trabalhar.

Com o tempo, passaram a circular constantemente entre a ilha e uma área mais afastada da população, onde também havia grande concentração de umarizeiros. Esse local ficou conhecido como *Umarizal Centro*. Percebendo a praticidade e a segurança da nova localização, entre o Umarizal Beira e o Umarizal Centro, o grupo fixou residência definitiva na região.

Assim nasceu o Quilombo de Umarizal, fundado sobre os valores da coletividade e da solidariedade. Desde o início, a participação das mulheres foi essencial, especialmente nos cuidados com a saúde e nos saberes relacionados ao nascimento de novos membros da comunidade, garantindo a continuidade da vida quilombola e de seus saberes ancestrais.

HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA, TRABALHO E SOLIDARIEDADE

A origem do quilombo está diretamente vinculada à migração de seus primeiros habitantes. O deslocamento do Paxibá para o Umarizal não foi apenas uma mudança geográfica, mas também uma resposta aos contextos de insegurança, como o medo de conflitos com populações indígenas, que forçaram os moradores a buscarem novas formas de proteção, e sobrevivência. A união entre os primeiros moradores foi um elemento essencial para garantir a permanência no novo território. Como nos conta outro morador:

Eu sei que a união teve bem. Que aqui, os velhos que já morreram, eles eram bem unidos. Eles roçavam junto, eles derrubavam junto. Daí que fui a... A união deles (Parteira 6, 93 anos).

Além da construção das casas, a organização comunitária se consolidou também por meio das festas populares, como os sambas realizados no Paxibá, que funcionavam como momentos de confraternização e fortalecimento da identidade coletiva. A festa, a música e a dança desempenhavam um papel

vital na manutenção dos laços sociais e na preservação das tradições culturais quilombolas.

Lá no Paxibão que eles faziam a festa de convidados de samba (Parteira 4, 69 anos).

A migração também foi um processo contínuo, com a chegada de moradores de diversas localidades vizinhas, como Mocajuba e Cametá, que vinham para extrair castanha e, aos poucos, foram se estabelecendo e formando uma rede de solidariedade. Esse movimento de deslocamentos, também conhecido como os “refugiados”, contribuiu para o crescimento e fortalecimento do quilombo:

Tinha uns que vieram, os refugiados vieram primeiro pro Combuca. Aí do Combuca vieram pra ir pro Paxibão, o negócio de tirar a castanha; vinha de Mocajuba, de Cametá; vinha pra tirar a castanha, aí já iam ficando pra ir (Parteira 4, 69 anos).

A chegada de novas gerações, como a de uma moradora que chegou em 1990, e trouxe a memória de tempos de poucos recursos e muitas dificuldades, também traz à tona o processo de reconhecimento e organização formal da comunidade. Ela lembra como a comunidade cresceu e como a associação quilombola, que inicialmente tinha pouca participação, passou a ser fortalecida pela atuação de lideranças como o de Sr. Narciso, que buscava a regularização da terra e a luta por direitos:

Quando nós chegamos aqui, já existia o quilombo de Umarizal... Mas não tinha aquele empenho dos membros. Com o decorrer do tempo, o Sr. Narciso integrou com o povo e foram fazendo pedido... levantamento para requerer a área de pretendência do quilombo (Parteira 3, 86 anos).

Esse movimento de organização e reconhecimento territorial culminou com a implementação de políticas públicas, como a cota quilombola, que ajudaram a fortalecer ainda mais a comunidade, promovendo uma maior inclusão e garantindo direitos sociais importantes, especialmente para as novas gerações:

Hoje nós já estamos com quilombo avançado tanto em sócio, devido que surgiu aí a cota quilombola, né? Uma maioria dos

sócios hoje entrou por causa dessa cota que vem ajudando a comunidade (Parteira 3, 86 anos).

Todo o processo de resistência de Umarizal não se limita ao passado, sendo visível na estrutura atual da comunidade. A Unidade Básica de Saúde (UBS) “Tia Zinha”, por exemplo, foi estabelecida em homenagem a uma importante parteira local, refletindo não apenas um avanço na saúde comunitária, mas também a valorização dos saberes tradicionais relacionados ao cuidado com a saúde. Além disso, a presença de alunos da comunidade nas escolas locais, sendo uma delas reconhecida como Educação Escolar Quilombola, demonstra o impacto das políticas públicas de educação, que, ao lado das iniciativas de saúde, contribuem para o fortalecimento da identidade quilombola e o bem-estar da população.

ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

O PERFIL DAS PARTEIRAS ENTREVISTADAS

As seis parteiras entrevistadas apresentaram perfis distintos, mas todas compartilham a experiência de um ofício profundamente enraizado nas tradições culturais e na medicina popular. A partir de suas respostas, é possível traçar algumas características comuns, além de destacar as particularidades de cada uma.

Em termos de número de partos realizados, as informações variaram significativamente com algumas acumulando um vasto histórico de atendimentos. Uma delas, atualmente com 93 anos, relatou ter realizado mais de 600 partos, sem registrar qualquer óbito, o que reflete uma vasta experiência e domínio da prática. Outras parteiras, com números menores de partos, como 7 e 24, também destacam o sucesso nas suas práticas, com registros de partos bem-sucedidos, incluindo a ausência de mortes. O número de partos realizados é um indicador importante da trajetória, da confiança e da legitimidade adquirida pelas parteiras no contexto da comunidade.

Atualmente, todas as entrevistadas declararam não estar mais em atividade como parteiras. A idade média que decidiram parar foi por volta dos 63 anos de idade. Outro fator relevante apontado nas narrativas é a falta de apoio mútuo entre as parteiras – uma parteira alegou que quando decidiu parar as colegas não a incentivaram a continuar –, bem como o desinteresse das novas gerações em aprender e dar continuidade a esse saber ancestral.

Tais aspectos representam desafios para a preservação dessa prática tradicional e evidencia um processo de descontinuidade do ofício, possivelmente relacionado a necessidade de valorização das parteiras tradicionais como agentes fundamentais de cuidado e saúde dentro de suas comunidades, especialmente em contextos marcados pela escassez de acesso aos serviços públicos.

Embora o número de partos realizados varie, todas as parteiras têm uma forte ligação com a comunidade e com o compromisso de manter a tradição de assistir partos com segurança e humanizado. As narrativas que envolvem “sucesso sem morte” e a experiência direta com a assistência a gestantes, evidenciam o impacto positivo dessas parteiras na vida das mulheres da comunidade. Elas não apenas garantem o nascimento de crianças, mas também contribuem para a preservação de um saber ancestral vital para a população.

O perfil dessas parteiras é também marcado pela dedicação e por um forte compromisso com o cuidado humanizado. Elas realizam o parto em ambientes familiares e acolhedores, muitas vezes sozinhas ou com o apoio de amigas parteiras, o que denota a relação de confiança e a intimidade com a mulher grávida durante o processo.

As parteiras entrevistadas demonstram perfis distintos, mas todos apresentam como características essenciais uma profunda dedicação ao ofício e um comprometimento com as mulheres de suas comunidades. A preservação do saber das parteiras tradicionais é um elemento fundamental para o fortalecimento da saúde comunitária e para a manutenção da identidade cultural dessas populações.

Quadro 1: Síntese do perfil das parteiras entrevistadas

Parteira	Número de Partos Realizados	Características do processo formativo
Parteira 1	420 ou mais	Primeiro parto foi emergencial, demonstrou habilidade instintiva, aprendeu e, posteriormente, acompanhou parteiras da família.
Parteira 2	7 partos	Aprendeu na prática, acompanhando os partos, e também participando de estudos e palestras, como as que aconteciam em Baião, junto com as colegas. Disse ter um livro

		chamado “Onde Não Há Médico”, que ensinava como fazer partos. Disse trazer no sangue, que a avó também era parteira, e acredita que isso influenciou nesse dom.
Parteira 3	24 partos	Aprendeu sozinha, disse que tem o dom, mas acompanhou parteiras experientes e participou de eventos formativos.
Parteira 4	2 partos sozinha + 14 acompanhada	Aprendeu com a mãe que não era parteira, mas realizava o parto das irmãs dela, então ela ia ajudando, aprendendo e acompanhando as parteiras da época.
Parteira 5	25 partos	Relata ter nascido com o dom; iniciou a prática por iniciativa própria e necessidade comunitária.
Parteira 6	Mais de 600 partos	“Com ninguém, foi dom”

Suas trajetórias revelam não apenas a diversidade de experiências, mas também a força de um saber tradicional profundamente enraizado na ancestralidade, no acúmulo de conhecimentos adquirido na prática, especialmente sobre os corpos e a saúde das mulheres.

Todas as parteiras relataram ter iniciado o ofício a partir de experiências práticas, movidas pela necessidade e pela observação direta. Algumas aprenderam acompanhando parteiras mais velhas ou ajudando familiares em momentos de parto. Uma das entrevistadas descreveu seu primeiro parto aos 11 anos de idade, quando foi chamada às pressas para ajudar a mulher de seu sobrinho. Sem nenhuma experiência formal, mas guiada pela intuição e por memórias visuais de outras mulheres cuidando de recém-nascidos, ela conseguiu conduzir o parto com sucesso. Seu relato é marcado por improviso, atenção aos detalhes e uma impressionante capacidade de tomar decisões em um momento crítico, elementos que reforçam a ideia do partejar como sendo “um dom”, designado por Deus, “cujos sentimentos de coragem e solidariedade são fundamentais para dedicar-se à prática de partejar” (Schweikardt *et al.*, 2020).

Duas parteiras mencionam ter aprendido com suas mães ou avós, mesmo que essas não fossem parteiras “oficiais”, mas mulheres que, em contextos de escassez de recursos médicos, prestavam auxílio umas às outras. Uma das entrevistadas começou a partejar aos 37 anos, influenciada pelas experiências que vivenciava em casa, observando os partos das irmãs assistidos por sua mãe. Já outra parteira narra que começou a atuar aos 29 anos, depois de participar de palestras sobre saúde reprodutiva, higienização e cuidados com o cordão umbilical, ministradas por profissionais de saúde. Ela associa sua atuação à vivência comunitária e à herança familiar: “tenho isso no sangue”, diz, referindo-se à sua avó que também era parteira.

Uma das entrevistadas relatou ter iniciado sua prática aos 37 anos, destacando também “o dom” como fator essencial. Já outra parteira disse não ter aprendido com ninguém, mas sentia que tinha “o dom” e, mesmo sem lembrar a idade exata, associava o início da prática ao seu período pós-casamento, reforçando a ligação entre maturidade social e responsabilidade comunitária.

O que se destaca nesses relatos é que o saber do partejar é multifacetado, ele emerge da prática, da oralidade, da observação, do cuidado cotidiano e da escuta atenta ao corpo e ao tempo da mulher em trabalho de parto. Além disso, há uma nítida dimensão coletiva nesse saber, pois todas declararam que atuavam acompanhadas por outras mulheres ou passavam a atuar quando sentiam que outras parteiras já não estavam disponíveis.

Portanto, o perfil das parteiras do Umarizal é composto por mulheres com diferentes faixas etárias de início de atuação (de 11 a 37 anos), com aprendizado empírico ou transmitido por tradição oral, sendo muitas vezes impulsionadas por urgências e necessidades comunitárias. Mesmo com variações no número de partos realizados, que vão de menos de 10 a mais de 600 partos, todas compartilham o compromisso com a vida, com o bem-estar das mães e dos recém-nascidos e com a manutenção de um saber ancestral que resiste às margens do sistema biomédico hegemônico.

O quadro 2 sintetiza a diversidade das experiências e destaca que, apesar da ausência de uma formação formal, as parteiras do Umarizal construíram seus saberes por meio da vivência comunitária, do apoio intergeracional e da percepção sensível do cuidado. O “dom” aparece como elemento recorrente, associado ao acúmulo de conhecimentos práticos e à responsabilidade coletiva. Assim, as parteiras quilombolas são detentoras de conhecimentos ancestrais que foram sendo apropriados por meio de suas práticas de cuidados no contexto da oralidade e intergeracionalidade.

Quadro 2: As trajetórias das seis parteiras entrevistadas: aprendizado, idade de início no ofício e características do processo formativo.

Nº	Idade atual	Idade de Início	Idade que parou	Por que parou de partejar
Parteira 1	73	11 anos	60 anos	Por conta da idade, os médicos recomendaram para ela não se comprometer mais.
Parteira 2	54	29 anos	54 anos	Pelo acesso à saúde ser mais avançado na comunidade, só faz partos se for realmente necessário
Parteira 3	86	37 anos	67 anos	Por conta da idade, o médico recomendou para ela não se comprometer mais.
Parteira 4	69	37 anos	60 anos	Por conta de um caso em que a gestante não sabia que estava grávida e só descobriu no momento do parto, ela acabou pegando a criança, mas a placenta não saiu. A mulher a culpou pelo ocorrido, o que a fez decidir parar. Além disso, relata não ter recebido incentivo das outras parteiras para continuar.
Parteira 5	77	22 anos	63 anos	Adoeceu de reumatismo, braços e mãos doíam, logo em seguida veio a falta da visão.
Parteira 6	93	Não lembra a idade, só lembra que já	77 anos	Por conta da idade parou de se comprometer.

		era casada e casou nova		
--	--	----------------------------	--	--

O EXERCÍCIO DO PARTEJAR: TERRITORIALIDADE, PRÁTICAS E FORMAÇÃO

Eu tinha meu preparo de parto. Até hoje ainda tenho. Eu tinha tesoura. Parelho de escutar quando a criança tá viva. Agora já não tá pegando, mas já tá fora da validade. E o pano de amarra em riba. Tudo isso eu tenho aí. Uma bolsa vermelha. Ainda tenho guardado (Parteira 6 – 93 anos).

Nenhuma das parteiras entrevistadas está atualmente acompanhando gestações de forma ativa, o que reflete um processo de descontinuidade do ofício, em parte relacionado à ausência de incentivos institucionais, à idade avançada das parteiras e à crescente medicalização do parto. Ainda assim, algumas relataram que, quando procuradas, realizam práticas tradicionais como “puxar a barriga”, indicando que os saberes permanecem latentes e disponíveis à comunidade.

A prática de “puxar barriga” ou “pegar barriga”, em geral, é exercida pelas parteiras mais velhas que desenvolveram maiores habilidade com este método de cuidado. Outras parteiras mais velhas, quando decidem parar de fazer parto, passam a atuar somente com a prática de “puxar barriga”, uma vez que o momento do parto exige força e vitalidade que as parteiras mais idosas não garantem mais (Schweickardt *et al.*, 2020).

Os partos quando são realizados nas casas das gestantes, muitas vezes, acontecem no chão (assoalho da casa) forrado com pano, sobre malas ou com apoio de redes. Uma das parteiras destacou que chegou a atender um parto em uma rede, utilizando estratégias próprias para assegurar o conforto e a segurança da gestante e da criança. Essa capacidade de improvisação é uma marca da expertise tradicional, fortemente enraizada nos conhecimentos ancestrais e práticos e numa criteriosa observação do corpo feminino.

A territorialidade do cuidado revela-se ampla e diversa. As parteiras relataram ter atuado em várias comunidades como Umarizal, Boa Vista, Paritá Mirí, Florestão, Combucão, São Bernardo, Bailique, Campelo e Pusão. Essa atuação em múltiplas localidades evidencia tanto a centralidade do saber da parteira nas redes comunitárias de cuidado quanto a confiança social depositada nelas.

No que diz respeito à formação e capacitação formal dos serviços de saúde local, duas das entrevistadas participaram de cursos e encontros promovidos em Baião, alguns em parceria com profissionais da saúde. No entanto, uma delas relatou que precisou abandonar o curso por falta de recursos como transporte e alimentação, demonstrando as dificuldades de acesso à políticas públicas de valorização do saber tradicional. As demais parteiras afirmaram não ter tido formação técnica formal, mas aprenderam com outras parteiras, com mães e avós ou por meio do “dom”, compreendido como uma vocação inata e espiritual para o cuidado.

O perfil das parteiras entrevistadas reflete uma prática ancestral profundamente conectada aos territórios quilombolas e à lógica comunitária de cuidado. Ainda que afastadas da atuação cotidiana, essas mulheres permanecem como referências vivas da cultura do partejar tradicional, cujos saberes precisam ser reconhecidos, valorizados e, quando desejado, transmitidos às novas gerações.

Quadro 3: Perfil do exercício do partejar

	Práticas e Formação
Situação atual do partejar	Nenhuma das parteiras realiza partos regularmente hoje. Algumas ainda prestam cuidados pontuais, como “puxar barriga”.
Território de atuação	Atuação em múltiplas localidades: Umarizal, Boa Vista, Paritá Mirí, Florestão, Combucão, Bailique, Campelo, São Bernardo e Pusão.
Ambientes e condições de parto	Partos realizados geralmente em domicílio, adaptando-se ao contexto local com redes, panos no chão e cadeiras.
Formas de aprendizagem	Predomínio da oralidade e da aprendizagem empírica. Influência familiar forte (mães, avós). Uma parteira menciona aprendizado com o livro “Onde não há médicos”
Início do ofício	Variou entre a infância (11 anos) e a vida adulta (até 37 anos). Em geral, começou diante de uma emergência ou por convite comunitário.
Percepção do Dom	O “dom” é elemento recorrente, visto como herança ancestral ou sensibilidade própria ao cuidado com gestantes.

Formação e capacitações	Duas parteiras realizaram cursos em Baião. Uma iniciou e abandonou por falta de apoio logístico. Três não participaram de capacitações formais.
Desafios e descontinuidade do trabalho	Falta de apoio institucional, ausência de políticas públicas contínuas, envelhecimento e desvalorização do saber tradicional.
Reconhecimento e prestígio	Apesar da interrupção do ofício, seguem sendo respeitadas como referências culturais e espirituais na comunidade.

PRÁTICAS E RITUAIS DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS

As rezas, orações e gestos de proteção espiritual têm papel central na atuação das parteiras entrevistadas. Três delas relataram orações específicas que realizavam antes e durante o parto, em momentos críticos como o nascimento da criança ou a saída da placenta. Uma das parteiras compartilhou uma oração aprendida com uma senhora mais velha que, segundo ela, protegia a mulher e a parteira de complicações:

Nos campos de Belém e Missa Nova vão contar. Quem rezar essa oração de pato não morrerá. Jesus estará nessa hora, nesse momento. Ele lhe acudirá. Jesus, Jesus, não deixe faltar. Com seu sangue, lavará a ofensa que essa mulher estará (Parteira 3, 86 anos).

Outra parteira recitava versos do chamado “Beto Lumeo”, uma reza tradicional entoada fora do quarto, especialmente quando o parto estava difícil ou quando havia necessidade de retirar a placenta. Esse ritual evidencia a importância da fé como recurso de enfrentamento e segurança emocional durante o processo do nascimento.

Eu não sei nem se eu sei de cor, do “Beto Lumeo” era... Quando a mulher estava acostando o ter. Era assim, “onde vai, Beto Lumeo? Eu vou para a sacrista encontrar a Nossa Senhora, que vem com o raminho na mão. Pedi um galho a ela, ela me disse que não. Tornei pedi a ela, ela me deu seu coração. O cordão era tão grande que arrastava pelo chão. Aí, Nossa Senhora me deu a mão. Desate esse cordão dessa criança que eu quero pegar em minha mão.”

Aí, a gente ficava esperando, né? Mas tinha que ser fora do quarto pra rezar, na porta do quarto, quando a mulher tava com dor. Se tivesse custando. Mesmo pra jogar a placenta também, quando eu vinha me buscar aqui pra tirar placenta da mulher, era essa a reza que eu rezava

E depois do parto, a senhora fazia alguma reza?

Não. Só fazia entrega mesmo, pra Deus, né? Que ajudava, aí a... as coisas que a gente, quando tá trabalhando, a gente pega a Santa Margarida, que é a nossa protetora, e o São José. Agradece, né? Faz a entrega, agradece. Pronto (Parteira 1, 73 anos).

Além da espiritualidade, as parteiras utilizavam práticas de cuidado corporal e fitoterápico. O uso de chá de gengibre foi mencionado como auxílio para induzir o “puxo”, isto é, as contrações necessárias para o nascimento. Após o parto, era comum preparar chás de buta e salva para a limpeza interna da mulher, prática substituída hoje, em parte, por produtos industrializados, como a “água inglesa”.

O cuidado com o recém-nascido também era marcado por práticas simples, mas significativas: banhos com água e sabão para retirar o “coxa” (sujidades do nascimento) e observação atenta da mãe durante os oito dias posteriores ao parto, um período considerado crítico na tradição popular.

O “preparo do parto” inclui ainda óleos (como o azeite e o óleo de amêndoas doces), usados para massagens no abdome e para cuidados respiratórios com o recém-nascido, como demonstrado neste relato:

Quando nasce, né? A criança tá tudo fechada aí na garganta. [...] Uma mel de abelha, uma amêndoa doce, aí tem o agudão, enrola, aí tu cura a garganta da criança. A criança puxa a respiração. Por quê? Abriu o canal da respiração (Parteira 3, 86 anos).

Essas práticas demonstram uma cosmologia do cuidado que não separa corpo, espiritualidade e ambiente, noções também discutidas por Langdon e Wiik (2010) ao analisarem os sistemas médicos tradicionais como sistemas completos de significação e cuidado. Trata-se, como afirma Santos e Meneses (2010), de uma epistemologia do Sul, onde os saberes tradicionais não são

“resíduos do passado”, mas conhecimentos vivos e eficazes que enfrentam as desigualdades da modernidade.

Em relação à presença de objetos simbólicos, uma parteira mencionou carregar uma bolsa com o nome de uma santa, Nossa Senhora do Montserrat, usada como proteção durante o parto. Apesar de não lembrar a oração, o gesto revela o valor da materialidade sagrada como elemento de segurança e conexão espiritual no momento do nascimento.

Algumas parteiras, por outro lado, não utilizavam rezas específicas ou rituais definidos, mas destacavam a importância da fé pessoal em Deus como alicerce para garantir a saúde da mãe e da criança.

SABERES DAS PARTEIRAS: CUIDADOS COM A SAÚDE DAS MULHERES NO PÓS-PARTO

As entrevistas com as seis parteiras revelam um conjunto denso de saberes e práticas tradicionais de cuidado com parturientes e puérperas. Esses cuidados articulam o uso de plantas medicinais, técnicas corporais e prescrições alimentares, constituindo um sistema complexo de conhecimentos ancestrais, majoritariamente transmitidos por via oral, no cotidiano de comunidades quilombolas e rurais.

Um dos elementos centrais nas falas é a produção e administração de garrafadas e chás à base de plantas medicinais, como salva, alfazema, alecrim, verônica, jucá, urtiga, alfavaca, casca de mangueira e buiúçu, frequentemente associadas ao vinho, ou à cachaça, ou fervidas em água. Esses preparados têm finalidades específicas: “limpar” o útero, cicatrizar o corpo por dentro, reduzir inflamações, aliviar dores nos ovários e prevenir infecções. A água inglesa, um composto amargo vendido em farmácias, também é incorporada como estratégia complementar de “limpeza interna”, o que demonstra uma articulação entre saberes tradicionais e elementos da medicina popular moderna.

Outro aspecto relevante é a prática corporal chamada de “puxar a barriga”, realizada sistematicamente nos oito dias seguintes ao parto. Essa técnica é descrita como essencial para recolocar a “mãe do corpo” ou “artéria do corpo” no lugar, uma noção que remete a uma compreensão do corpo feminino como um sistema interligado, sensível ao deslocamento de estruturas internas após o parto. Tal prática reflete uma cosmopercepção corporal específica, que entende o pós-parto como um momento de vulnerabilidade e exige reorganização energética e fisiológica (Schweickardt *et al.*, 2020; Ferreira, 2023).

Complementam esses cuidados o uso de banhos de assento com ervas (como verônica e casca de manga), a defumação do quarto com brasas e ervas aromáticas e a observância de restrições alimentares, como a proibição do consumo de peixes de pele, carnes gordurosas e animais silvestres de “carne quente”.

Essas práticas são parte do que Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (2010) chamam de epistemologias do Sul, ou seja, modos de produção de conhecimento enraizados em experiências locais, silenciadas pelo modelo hegemônico da ciência ocidental. Segundo o autor, reconhecer tais saberes implica ampliar as fronteiras do que é considerado ciência e valorizar práticas que respondem concretamente às necessidades de cuidado das populações.

Do ponto de vista da saúde da mulher, as práticas descritas pelas parteiras ecoam princípios da integralidade, do cuidado centrado na mulher e do reconhecimento da autonomia sobre o próprio corpo, conforme propõe o Ministério da Saúde em sua Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004). Esses saberes não apenas preenchem lacunas do sistema formal, mas produzem sentidos, vínculos e proteção simbólica, constituindo-se como formas de cuidado que atravessam dimensões físicas, emocionais, espirituais e sociais.

CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS PARTEIRAS

As narrativas das memórias das parteiras evidenciam um cotidiano de trabalho marcado pela inventividade, pela autonomia e, ao mesmo tempo, pela precariedade material. O ato de partejar exige dessas mulheres não apenas conhecimentos técnicos sobre o corpo, o parto e o puerpério, mas também habilidades para criar e adaptar instrumentos, suprir a ausência do Estado e manejar recursos limitados com segurança e ética do cuidado, como relatado abaixo:

Era tesoura que naquele tempo não tinha pinça, né? Era tesoura só. Tesoura que comprava nova pra usar. A tesoura, os fios, a gente comprava uns fios pra fazer. Quando nós usávamos fios desses de pano de rede mesmo. Aí estereliza tudinho, aí na tampa da panela assim. Fazia tudinho tecido, bem tecidinho. Aí esterilizava todinho, amarrava e botava na bauta pra gente trabalhar. A gente põe a tampa da panela no fogo, a água. Aí deixa esquentar, a água tá fervendo lá e a

gente põe em cima da tampa da panela. Tá quente. Aí tá esterilizando ali. Depois que eu tive a baútinha, aí que eu esterilizava dentro com álcool, né? Que taca o fogo e esteriliza a tesoura, a pinça, tudinho pra gente trabalhar (Parteira 1, 73 anos).

Um dos pontos recorrentes nos relatos é a improvisação e esterilização artesanal de instrumentos como tesoura e fios, prática que revela tanto os desafios sanitários quanto a engenhosidade dessas mulheres. Apesar da existência de legislações, como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), e da valorização das parteiras tradicionais no SUS em contextos específicos, sua atuação ainda carece de institucionalização adequada, formação intercultural e reconhecimento profissional.

No livro *Bruxas, Parteiras e Enfermeiras: Uma história das curandeiras*, Barbara Ehrenreich e Deirdre English (1973) analisam criticamente a construção histórica da medicina ocidental, revelando como as mulheres, especialmente as curandeiras, parteiras e outras figuras tradicionais do cuidado, foram sistematicamente perseguidas e excluídas dos espaços de saber e prática em saúde. As autoras demonstram que essa exclusão não foi um processo acidental ou neutro, mas parte de um movimento deliberado de profissionalização da medicina sob hegemonia masculina. O sexismo que estrutura o sistema de saúde, portanto, não pode ser compreendido apenas como reflexo de atitudes individuais, mas como expressão de uma opressão institucionalizada, anterior à consolidação da medicina científica moderna.

Reconhecer as condições de trabalho das parteiras é reconhecer também seu papel como agentes de saúde pública comunitária, portadoras de um conhecimento técnico-cultural fundamental à atenção à saúde da mulher, sobretudo em contextos de invisibilidade social e sanitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, construída a partir de um processo etnográfico com mulheres parteiras do Quilombo de Umarizal, evidenciou como os saberes tradicionais ligados ao partejar estão profundamente entrelaçados às trajetórias de vida, ao território e às formas de organização coletiva da comunidade. O ofício da parteira tradicional se manifesta como uma prática de cuidado que resiste ao apagamento histórico e ao domínio da medicina institucionalizada, sendo sustentado por uma rede de memórias,

experiências e relações sociais que se formam e se fortalecem no seio da coletividade quilombola.

A história do Quilombo de Umarizal, marcada por resistência, trabalho e solidariedade, constitui o chão a partir do qual as parteiras constroem suas práticas e reproduzem seus saberes. O processo de formação dessas mulheres, como revelam os relatos, ocorre majoritariamente de forma informal, pela observação, pela escuta, pelo chamado espiritual e pela experimentação cotidiana. Esse aprendizado não segue uma lógica linear ou técnica, mas se organiza em torno da convivência com outras parteiras, do respeito aos ciclos da natureza, da intuição e da sensibilidade diante dos corpos, das dores e dos nascimentos.

As seis parteiras entrevistadas, embora apresentem perfis distintos em idade, tempo de atuação, uso de materiais e inserção nos serviços de saúde, compartilham o pertencimento a uma tradição de cuidado ancestral e territorializado. A prática do partejar no Umarizal não é apenas uma atividade técnica, é também um rito de passagem, um gesto comunitário, um cuidado espiritual e um exercício político de manutenção da vida. Os banhos com ervas, as garrafadas, as defumações, a “puxação” do ventre, o uso de azeites e óleos, como a amêndoa doce, e o acompanhamento próximo durante o resguardo revelam uma cosmopercepção ampla sobre o que é saúde, cura e bem-estar, especialmente no contexto do corpo feminino e da maternidade.

No pós-parto, os cuidados com a mulher e com o recém-nascido seguem sendo norteados por saberes transmitidos entre gerações, que articulam ciência popular, espiritualidade e empatia. Práticas como a cura da garganta do bebê com mel e amêndoa doce, o uso de algodão e óleos para facilitar a respiração e o fortalecimento do vínculo entre mãe e criança expressam a potência desses saberes no cuidado integral. A territorialidade, neste contexto, não é apenas o espaço físico onde as parteiras atuam, mas também o lugar simbólico onde suas práticas ganham legitimidade, sentido e eficácia.

As condições de trabalho relatadas, marcadas por precariedade e criatividade, também evidenciam a ausência histórica de políticas públicas que reconheçam e apoiem essas profissionais. Ainda assim, as parteiras seguem atuando com dignidade, respeito e saber acumulado, esterilizando instrumentos com as ferramentas disponíveis, improvisando insumos e cuidando com profundo zelo da saúde das gestantes. Suas práticas demonstram uma capacidade de articular técnicas empíricas, elementos da

medicina biomédica (como o uso do álcool e da luva) e saberes tradicionais de modo complementar e autônomo.

Diante disso, esta pesquisa reafirma a importância de reconhecer as parteiras tradicionais como detentoras de saberes legítimos e fundamentais à saúde coletiva, especialmente das mulheres negras e quilombolas. Como defensoras de um cuidado enraizado na ancestralidade e na reciprocidade comunitária, elas representam uma pedagogia do corpo e da terra, uma pedagogia que ensina a viver, cuidar e nascer em comunhão com o território, com os ciclos naturais e com os ensinamentos dos mais velhos.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, LUCIANA MENDES. **TERRITORIALIDADE, HISTÓRIA, CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS AMAZÔNIDAS: O CASO DE UMARIZAL BEIRA, BAIÃO, PARÁ.** 2020. 355 F. TESE (DOUTORADO EM SAÚDE PÚBLICA) – ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, RIO DE JANEIRO, 2022.

FERREIRA, FERNANDA DE FIGUEIREDO. **A SAÚDE POPULAR COMUNITÁRIA E O PROJETO CASA DO CAMINHO: CONSTRUINDO A SAÚDE INTEGRAL COM BASE EM SABERES ANCESTRAIS E DECOLONIAIS EM COMUNIDADES RURAIS E DE PERIFERIAS URBANAS NA REGIÃO DO SUL DO RS.** 2023. 338 F. TESE (DOUTORADO EM EXTENSÃO RURAL) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA, 2023. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REPOSITORIO.UFSM.BR/HANDLE/1/31959](https://repositorio.ufsm.br/handle/1/31959). ACESSO EM: 26 MAI. 2025.

LANGDON, ESTHER JEAN; WIIK, FLÁVIO BRAUNE. ANTROPOLOGIA, SAÚDE E DOENÇA: UMA INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE CULTURA APLICADO ÀS CIÊNCIAS DA SAÚDE. **REVISTA LATINO-AMERICANA DE ENFERMAGEM**, RIBEIRÃO PRETO, V. 18, N. 3, P. [09 TELAS], MAIO/JUN. 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.EERP.USP.BR/RLAE](http://www.eerp.usp.br/rlae). ACESSO EM: 26 MAI. 2025.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; MENESES, MARIA PAULA (ORGS.). **EPISTEMOLOGIAS DO SUL.** SÃO PAULO: EDITORA CORTEZ, 2010.

SCHWEICKARDT, JÚLIO CESAR; SOUSA, MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E; NASCIMENTO, ANA CLAUDEISE SILVA DO; FREITAS, SEBASTIANA COSTA DE; OLIVEIRA, TEREZA NUNES DE; VALE, FRANCISCO DA SILVA; VALE, MARIA LUCIMAR PEREIRA; TIBÚCIO, RAIMUNDA DE NAZARÉ; PEREIRA, SEBASTIÃO TAVARES. “TEM QUE TER AS MÃOS LEVES”: A TÉCNICA DE “PEGAR A BARRIGA” COMO CUIDADO DA GESTANTE PELAS PARTEIRAS TRADICIONAIS NA REGIÃO DO MÉDIO RIO SOLIMÕES, AMAZÔNIA-BRASIL. IN: SCHWEICKARDT, JÚLIO CESAR ET AL. (ORG.). **PARTEIRAS TRADICIONAIS:**

CONHECIMENTOS COMPARTILHADOS, PRÁTICAS E CUIDADO EM SAÚDE. 1. ED. PORTO ALEGRE: REDE UNIDA, 2020. (SÉRIE SAÚDE & AMAZÔNIA, v. 11). E-BOOK (PDF; 12 MB). ISBN 978-65-87180-23-6.

SCHWEICKARDT, JÚLIO CESAR; SOUSA, MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E; NASCIMENTO, ANA CLAUDEISE SILVA DO; REIS, ANA ELIZABETH SOUZA. OS CAMINHOS DO CONHECIMENTO PELAS MÃOS DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS DO AMAZONAS: DIÁLOGOS DA ESCRITA COLETIVA. *IN*: **PARTEIRAS TRADICIONAIS: CONHECIMENTOS COMPARTILHADOS, PRÁTICAS E CUIDADO EM SAÚDE**. 1. ED. PORTO ALEGRE: REDE UNIDA, 2020. (SÉRIE SAÚDE & AMAZÔNIA, v. 11). E-BOOK (PDF; 12 MB). ISBN 978-65-87180-23-6.

SILVA, ALZIRA NOGUEIRA DA. **“PEGANDO VIDA NAS MÃOS”**: UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE SABERES E PRÁTICAS DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS NOS CIRCUITOS DO AMAPÁ EM MUDANÇAS. 2005. 189 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SOCIOLOGIA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, FORTALEZA, 2005.

INTRODUÇÃO À CULTURA ENQUANTO PODER ESTRUTURANTE

Sâmela de Freitas Valamatos

Mestre em Ciências Humanas – Universidade Estadual do Amazonas (UEA), 2024;
Especialista em Neuropsicologia – Universidade Metropolitana de Manaus (FAMETRO),
2020; Graduada em Psicologia – Universidade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), 2018.

Atuação como professora universitária, psicóloga organizacional, palestrante e pesquisadora. Abordagem holística do ser biopsicossocial, abordagens da psicologia integrada com foco em autodesenvolvimento e autogerenciamento. Domínio em projetos de pesquisa e pesquisa. Pesquisas e publicações em relações sociais e envelhecimento humano.

E-mail: sdfv.mic22@uea.edu.br

Gimima Beatriz Melo da Silva

Docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA) e ao curso de Bacharelado em Administração. É graduada em Ciências Sociais (UFAM), mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), doutora em Antropologia (UFF) e pós-doutorado pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (UPORTO).

E-mail: gbeatriz2008@hotmail.com

Resumo: As relações sociais e suas formas foram basilares na construção deste artigo, no qual se aborda a cultura enquanto poder estruturante. Para a discussão, este conta com 3 tópicos: “o conceito de cultura”, no qual foram utilizados como fundamento os estudos dos antropólogos Roque de Barros Laraia e Clifford Geertz, o sociólogo Zygmunt Bauman e o autor Renato Ortiz. O segundo tópico aborda um “Conceito de poder estruturante”, no qual foram utilizados os teóricos Michel Foucault, com seus estudos presentes em “Vigiar e Punir”, e Pierre Bourdieu em “O Poder Simbólico”. No último tópico, “A cultura enquanto poder estruturante”, foram utilizadas as ideias discutidas nos tópicos anteriores, seus autores, e acrescentadas as ideias do professor crítico literário Edward W. Said. Este artigo tem como objetivo introduzir o leitor a uma realidade implícita nas relações corriqueiras e invisível ao imaginário da maioria dos viventes, mas que causa um efeito basilar na experimentação individual da vida de cada indivíduo humano.

Palavras-chave: cultura; poder; disciplina; símbolos; império.

Abstract: Social relations and their forms were fundamental in the construction of this article, which addresses culture as a structuring power. For the discussion, this account with 3 presented: “the concept of culture”, in which the studies of the anthropologists Roque de Barros Laraia and Clifford Geertz, the sociologist Zygmunt Bauman and the author Renato Ortiz were used as a foundation. The second topic addresses a “Concept of structuring

power” in which the theorists Michel Foucault were used, with his studies present in “Discipline and Punish” and Pierre Bourdieu in “The Symbolic Power”. In the last topic “Culture as a structuring power”, their authors were used as supported ideas in those presented above and added as ideas of literary critic professor Edward W. Said. This article aims to introduce the reader to an implicit reality in everyday relationships and invisible to the imagination of most living beings, but which causes a fundamental effect on the individual experimentation of the life of each human individual.

Keywords: culture; power; discipline; symbols; empire.

INTRODUÇÃO

Para iniciar os comentários deste artigo, abordo uma frase de Said que me inspirou a abordar tal temática: “A dominação e as injustiças do poder e da riqueza são fatos perenes da sociedade humana” (Said, 2011, p. 39). Não buscando uma essencialidade a partir da interpretação da mesma, mas sim uma reflexão que, ao colocar a dominação e as injustiças do poder enquanto constância nas sociedades, nos leva à visualização destes fenômenos e nos inspira a buscar mais conceitos para a compreensão destes, chegando nas mais profundas reflexões, a visualizar a nós mesmos enquanto dominadores e detentores de práticas injustas nos encontros sociais, de forma, por vezes, inconsciente, ao mesmo passo que, dominados por outras estruturas.

Ao falar de interações e relações sociais, é importante falar da cultura, aquela que, segundo Bauman, é a própria prática humana, os afazeres corriqueiros dos indivíduos e, segundo Weber, são os significados que os homens têm das coisas, do outro e do mundo. Não somente esses, mas outros estudos permeiam por essas ideias conceituais e simbólicas, expansíveis de compreensão quando nos questionamos sobre seus potenciais poderes estabelecidos como naturais, suas disputas e exercícios de dominância, sutis, porém já bem descritos por alguns estudiosos, não em sua totalidade, mas em suas formas passíveis de compreensão e possíveis extensões compreensivas.

Este artigo busca inserir o leitor de forma introdutória à cultura enquanto poder e não suprime a necessidade de se aprofundar nas leituras aqui referenciadas e outras para maior entendimento da temática.

Conceito de cultura

“A natureza dos homens é a mesma, são seus hábitos que os mantêm separados” (Confúcio [IV a.C.?] *apud* Laraia, 2008, p. 10). As diferenças tanto entre homens, quanto entre homens e outras espécies, sempre se mostraram um fenômeno que desperta curiosidade causal nos que os observam e identificam, tentando explicar tais diferenças a partir de variações nos ambientes os quais se encontram (*Ibid.*, p. 13) ou fatores que não geram subsídios suficientes para uma causalidade sustentável.

Os fatores biológicos também são requisitados às explicações necessárias aos teóricos curiosos que se aventuram nesse campo de observação das diferenças e, tais fatores, de fato, não devem ser negados enquanto existência. O homem, para sua sobrevivência, precisa “satisfazer um número determinado de funções vitais, como a alimentação, o sono, a respiração, a atividade sexual etc.”, atividades “comuns a toda humanidade”, porém os grupos diferem quanto ao modo de satisfazê-las, o modo de serem executadas, variando “de uma cultura para outra” e é “esta grande variedade na operação de um número tão pequeno de funções que faz com que o homem seja considerado um ser predominantemente cultural” (*Ibid.*, p. 37-38).

Taylor (1817) é um dos primeiros teóricos dos quais temos registro de uma conceituação da cultura, o qual a descreveu como “todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (*Ibid.*, p. 28). Nós utilizamos da cultura em todas as conexões que realizamos com o outro e com o mundo, “para todos os propósitos”, em

todos os seus significados, “com generalizações e derivados” (Langer *apud* Geertz, 1989, p. 03).

A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza e se transformou no mais temível dos predadores. Sem asas, dominou os ares; sem guelas ou membranas próprias, conquistou os mares. Tudo isto porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura (Laraia, 2008, p. 24).

O homem, tal qual o conceituamos nas diversas ciências, é “o resultado do meio cultural em que foi socializado”, um herdeiro e um feitor de um processo acumulativo de conhecimento a partir das experiências “adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam” e por ele mesmo (*Ibid.*, p. 4).

Quando o conhecimento do “patrimônio cultural” é bem manipulado, tanto pelos teóricos, quanto pelos próprios integrantes das culturas, tornam-se possíveis inovações e invenções, não a partir de um único “gênio”, mas a partir “do esforço de toda uma comunidade” (Laraia, 2008 p. 45), porém esse processo “depende de um aprendizado, um processo que chamamos de endoculturação” (*Ibid.*, p. 19-20), o qual acontece por duas vias: de forma consciente de seu aprendizado e de forma inconsciente, naturalizada, na qual sua articulação se dá por meio do comportamento, da ação social, “em várias espécies de artefatos e vários estados de consciência” (Geertz, 1989, p. 27), de forma que tudo é transmitido de um para o outro e para os próximos, “criando assim um interminável processo de acumulação” de conhecimentos, símbolos e signos (Laraia, 2008., p. 52).

Geertz chega a caracterizar a cultura como uma “chave para o universo” (Geertz, 1989, p. 03). O modo de ver o mundo, o outro e a si mesmo, as ordens morais e valorativas e até “mesmo as posturas corporais” são “produtos de uma herança cultural”, “o resultado da operação de uma

determinada cultura” (Laraia, 2008, p. 68) e, por mais que o *ecletismo* seja uma opção, este é passível de causar no indivíduo uma “auto frustração” (Geertz, 1989, p. 04).

Geertz traz o entendimento de Max Weber sobre o conceito da cultura, no qual a coloca como uma “teia de significados” tecida pelos próprios homens, (Geertz, 1989, p. 15), de tal forma que o mundo no qual vivemos é composto de representações, e essas representações “constituem o próprio elemento da cultura” (Said, 2011, p. 81). Portanto, para mais efetividade no tratamento teórico da cultura, é preciso pensa-la enquanto um “sistema simbólico”, “em seus próprios termos”, isolando seus elementos e especificando-os, caracterizando “todo um sistema de uma forma geral” (Geertz, 1989, p. 27).

Bauman, não discordando dos demais, mas acrescentando entendimento, descreve a cultura enquanto “práxis”, a prática do indivíduo humano, seus afazeres, seus comportamentos, sendo a cultura tanto “um agente de desordem quanto um instrumento de ordem”, “um espaço de criatividade e um marco de regulação normativa” (Bauman, 2012, p. 219). O aspecto de “ordem” da cultura pode ser identificado também por Laraia, quando descreve que “a chegada de um estranho em determinadas comunidades pode ser considerada como a quebra da ordem social ou sobrenatural” (Bauman, 2008, p. 73).

Um conceito mais *moderno* faz-se necessário de atenção para os entendimentos da cultura: a “globalização” ou “mundialização”. “É preciso sair de um modelo territorializado para se pensar a sociedade [...], o homem é agora um cidadão global, é desterritorializado” (Ortiz, 1994, p. 16). Esse fenômeno articula a cultura “a duas dimensões”, ao próprio “movimento de globalização das sociedades” e a “uma ‘visão de mundo’, um universo simbólico específico à civilização atual”.

Uma civilização promove um padrão cultural sem com isso implicar a uniformização de todos [...] uma cultura mundializada [...] possui uma especificidade, fundando uma nova maneira de estar no mundo, estabelecendo novos valores e legitimações (*Ibid.*, p. 33).

Essa nova configuração não deve ser interpretada a partir de uma homogeneização dos hábitos e pensamentos, seria ingênuo pensar dessa forma, mas sim como “um conjunto de subgrupos cujos modos particulares se distinguem no interior de um modelo comum” (*Ibid.*, p. 32), que foi conquistado a partir do domínio imperial estabelecido ao longo dos anos, nos quais uma cultura afeta as demais gerando “um mundo inteiramente global” (Said, 2011, p. 24-25), composto por “cidadãos mundiais”, sem que haja a estrita aproximação física entre os integrantes humanos do mundo, não aniquilando as culturas (Ortiz, 1994, p. 07-08), mas, por vezes, mais adotando “elementos estrangeiros, alteridades e diferenças do que os” excluindo (Said, 2011, p. 35), sempre permeando todo o “conjunto das manifestações culturais” (Ortiz, 1994, p. 30).

A análise semiótica da cultura nos ajuda a acessar o “mundo conceptual no qual vivem os nossos sujeitos”, nos permitindo conversar com eles, adentrar em um “universo não familiar de ação simbólica” (Geertz, 1989, p. 35), um contexto específico que deve ser “descrito com densidade” para seus atuais e futuros entendimentos (*Ibid.*, p. 24), conhecendo assim o “mundo social” e suas categorias, possibilitando seus entendimentos e suas transformações, um exercício por vezes de luta, capaz de estabelecer poder(es) (Bourdieu, 2003, p. 142).

Conceito de poder estruturante: Bourdieu e Foucault

Bourdieu descreve o que chama de Campo Social como um lugar construído a partir de “um conjunto de relações de forças” e “interações diretas entre os agentes” (Bourdieu, 2003, p. 134), um “lugar de uma luta

mais ou menos declarada” (*Ibid.*, p. 150), composto por indivíduos representados por uma “ideologia” da sociedade, fabricados, segundo Foucault, a partir de um poder denominado de “poder disciplinar” (Foucault, 1987, p. 161), sujeitos aos efeitos também do “poder simbólico” (Bourdieu, 2003, p. 14).

O poder disciplinar funciona, não como um aparelho ou uma instituição, mas como uma técnica de poder que “fabrica indivíduos dóceis e úteis” (Foucault, 1987, p. 177), capaz de “adestrar” os indivíduos como “instrumentos de seu exercício”, por meio de componentes simples como “o olhar hierárquico”, “a sanção normatizadora” e o “exame” (*Ibid.*, p. 143), construindo quadros de realidades, prescrevendo manobras de comportamento, impondo exercícios de fazer e organizando suas “táticas” (*Ibid.*, p. 141).

O poder disciplinar conta com instituições a seu favor que funcionam como um controle microscópico do comportamento humano, composto de aparelhos de observação, registros e treinamentos (*Ibid.*, p. 145), de forma que conduzam-se os indivíduos aos resultados esperados de posturas comportamentais, como um “condenado” ao bom comportamento, o “louco” a um estado de calma, o “doente” a seguir os tratamentos, pessoas ao trabalho e ao estudo, entre outras atividades que se espera, de forma automática e “naturalizada” (*Ibid.*, p. 167).

O panóptico é uma dessas *máquinas* de sustentação do poder, que configura sobre o indivíduo “ao mesmo tempo vigilância e observação, segurança e saber, individualização e totalização, isolamento e transparência” (*Ibid.*, p. 221), produzindo um efeito de “um estado consciente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”, no qual o indivíduo “nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo” (*Ibid.*, p. 177-178). O exercício, também, parte do

maquinário de sustentação do poder disciplinar, é uma *técnica* que impõe aos corpos tarefas repetitivas e graduais, seja em relação a atividades específicas ou em relação aos outros indivíduos com quem nos deparamos no dia a dia, realizando por “continuidade e coerção” uma qualificação observada e crescente (*Ibid.*, p. 136-137).

O referido estudo de Foucault teve suas reflexões a partir das mudanças nos sistemas punitivos que aconteceram no século XVIII e, concomitantemente, estenderam-se para as demais áreas das cidades. Inicialmente, o panóptico foi observado a partir de uma estrutura prisional, mas foi sendo estruturado entre indivíduos, de forma que esse estado de observação constante se perpetue nos encontros sociais corriqueiros do dia a dia, tornando-se, assim, o princípio de sua própria sujeição (*Ibid.*, p. 168). Todo esse aparato promovido pelo poder disciplinar visa provocar comportamentos específicos, desejados, estruturados e automatizados, transformando os indivíduos não a partir de uma explicação ou formulação (*Ibid.*, p. 140), mas a partir de um controle *orgânico*, capaz de se manter e perpetuar dentro das relações que acontecem corriqueiramente, dirigindo os comportamentos ao que se espera economicamente e estruturalmente dos indivíduos (*Ibid.*, p. 136-137).

Em paralelo aos estudos de Foucault, temos os estudos de Bourdieu, que nos trazem o entendimento do poder simbólico, um poder capaz de

construir dados pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização,

exercido por intermédio de um reconhecimento pessoal e uma não consciência de sua arbitrariedade enquanto poder (Bourdieu, 2003, p. 14). Os símbolos são um “campo de produção” que possuem uma lógica interna aos

indivíduos, produzida a partir de interesses específicos daqueles que os produzem e “das classes, ou frações de classes que elas exprimem”.

É na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio de imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (*Ibid.*, p. 13-14).

Os símbolos permeiam todas as interações sociais como um instrumento “de conhecimento e de comunicação”, construindo um “*consensus* acerca do sentido do mundo social”, contribuindo “fundamentalmente para a reprodução da ordem social” por meio da “integração lógica”, estabelecendo “relações de forças”, “relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações” e que, ele próprio, acumula mais poder simbólico, se autonutrindo e perpetuando sua ação entre as relações (*Ibid.*, p. 10-11).

Os efeitos dos poderes estruturantes não são melhores descritos quando tratados em aspectos negativos como uma ação de força que “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara” e/ou “esconde” algo ou algum comportamento, mas sim como um poder que “produz realidades”, “produz campos” compostos por “objetos e rituais da verdade”, nos quais o indivíduo e seu conhecimento são produzidos (Foucault, 1987, p. 161), produzindo, por meio da “eficácia simbólica”, “coisas sociais e, sobretudo, grupos” (Bourdieu, 2003, p. 159), com a intenção de não somente fazer *funcionar* a sociedade, mas produzir uma *coerência tática* (Foucault, 1987, p. 120), movendo os indivíduos de uma instância disciplinar a outra, reproduzindo, nutrindo e automatizando os exercícios de poderes sociais (*Ibid.*, p. 186).

A cultura enquanto poder estruturante

O espaço social é constituído por estruturas objetivas capazes de moldarem as “categorias de percepção do mundo social em cada indivíduo”, levando-os “a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas” (Bourdieu, 2003, p. 141). Essas diferenças se tornam cada vez mais visíveis à medida que se encerra o século XX, “uma consciência” cresce a respeito “das linhas entre culturas”, permitindo verificar “até que ponto as culturas são estruturas de autoridade” e até que ponto são “benévolas no que abrangem, incorporam e validam [e], menos benévolas no que excluem e rebaixam” (Said, 2011, p. 35).

O poder simbólico exercido nas relações, principalmente aquelas permeadas por figuras ícones, como “poetas nas sociedades arcaicas, profetas, homens políticos” (Bourdieu, 2003, p. 143) e outros, não é meramente residente dos “sistemas simbólicos”, mas define-se a partir das relações que se estabelecem (*Ibid.*, p. 14), pondo “o senso comum do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de seu valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele” (*Ibid.*, p. 143), produzindo e reproduzindo crenças, sujeitando uns aos outros que exercem o poder (*Ibid.*, p. 15).

“A arte, religião e a língua constituem sistemas simbólicos, assim como estruturas estruturadas” (*Ibid.*, p. 08) – todos componentes da cultura, segundo as principais teorias desta. O referido poder “é um poder de construção da realidade”, que estabelece um “sentido imediato do mundo” social, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (*Ibid.*, p. 10).

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que os fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (Bourdieu, 2003, p. 11).

A cultura, enquanto aprendizado, é estimulada em nós por diversos fenômenos, sendo um destes o aprendizado que temos durante nosso desenvolvimento de “venerar nossas nações e admirar nossas tradições” (e, por extensão minha, nossos grupos sociais aos quais pertencemos) mas não de uma maneira *pacífica, neutra*, e sim de uma maneira que *desconsidera e invalida* “outras sociedades”, gerando separação, por vezes conflitos, “defesas insipidas de particularidades étnicas ou grupais secundarias” (Said, 2011, p. 40-41), nas quais as “classes e frações de classes” estão constantemente

envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (Bourdieu, 2003, p. 11).

Cada espaço social “é marcado por valores particulares e por uma mentalidade coletiva modal”, de forma que, uma civilização é uma continuidade no tempo de larga duração” e, com o mundo globalizado e o advento das sociedades globais, o mundo se torna um “mosaico” a partir de um conjunto de sociedades que diferem entre si, se tocam (Ortiz, 1994, p. 17) e aspiram “à soberania, à influência e ao predomínio” de uma em relação a outra, estabelecendo algumas rivalidades entre as culturas divergentes (Said, 2011, p. 35).

O professor, escritor e crítico-literário Said fez uma reflexão importante a ser abordada nesta discussão a partir do conceito de “imperialismo”, permeando seus estudos em como ele se perpetuou por meio da reprodução dos seus efeitos no mundo atual.

O império é uma relação formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império. Em nossa época, o colonialismo direto se extinguiu em boa medida; o imperialismo, como veremos, sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais (*Ibid.*, p. 29).

Com o advento da globalização, nós “vivemos num único ambiente global com uma quantidade enorme de pressões ecológicas, econômicas, sociais e políticas forçando esse tecido apenas vagamente percebido, basicamente incompreendido e não interpretado” (*Ibid.*, p. 40).

Essa dinâmica imperial é também um exercício de poder entre as culturas, de luta pela predominância de seus próprios significados, com “tendências separatistas, essencializantes, dominadoras e reativas”. Cada cultura possui suas próprias “familiaridades”, suas atividades estabelecidas a partir de sua própria definição e,

num mundo unificado como nunca antes pelas exigências da comunicação eletrônica, do comércio internacional, das viagens, de conflitos ambientais e regionais que podem se expandir com uma tremenda rapidez, a afirmação da identidade não é absolutamente mera questão cerimonial (*Ibid.*, p. 59),

fazendo-se portanto, necessário “observar o que ainda resta do imperialismo na discussão cultural recente”, esse resíduo histórico “paradoxalmente global e local ao mesmo tempo” (*Ibid.*, p. 41), que estabelece

disputas e ordens de dominância dos seus símbolos, já estruturados por meio de uma disciplina interna, no qual, “estão em jogo territórios e possessões, geografia e poder” (*Ibid.*, p. 26).

A disciplina, um fenômeno originalmente observado por Foucault, a partir de um estudo do sistema punitivo que se expandiu para uma compreensão social, pode ser também passível de uma compreensão expansiva global. Em uma de suas descrições a respeito da “micropenalidade”, Foucault nos traz que ela visa estabelecer um controle do tempo, das atividades, da maneira de ser, dos discursos, do corpo, da sexualidade, entre outros (Foucault, 1987, p. 149), moldado assim as comunidades, as sociedades a partir de visões específicas e se faz pertinente a reflexão sobre a expansão de tal fenômeno. Assim como a comunicação e os indivíduos, esse também já pode ter estabelecido magnitudes de efeitos globais, produzindo e sendo produzido pelas diversas culturas em aspectos internos e externos, ao tocarem outras culturas.

Apesar do poder disciplinar ter uma aparência de homogeneização dos corpos a comportamentos que se estruturam na própria cultura a qual pertence, ele “individualiza, por meio de uma métrica que se estabelece para “medir os desvios”, fixando especialidades que tornem as diferenças ajustadas umas às outras, excluindo as individualidades (*Ibid.*, p. 153), por meio de um poder hierarquizado que está em toda parte e sempre em alerta, silencioso e sutil, controlando até mesmo os que controlam, substituindo a espontaneidade das manifestações por olhares controladores de aparato de comportamentos (*Ibid.*, p. 148) por meio de uma “penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (*Ibid.*, p. 153), hierarquizado e classificando os indivíduos entre “bons” e “maus” (*Ibid.*, p. 151), signos conceituais

amplamente disseminados nas relações e nos encontros sociais, tanto do indivíduo para com os demais, quanto para os fenômenos que se apresentam.

Por fim, mas não perto de dar-se por encerradas tais reflexões tão necessárias à compreensão da sociedade em que nós nos construímos ao mesmo tempo em que construímos ela mesma, “uma cultura mundializada”, que tem se estabelecido pelos adventos *pós-modernos*, “corresponde a mudanças de ordem estrutural” (Ortiz, 1994, p. 22) e posturas de “vigilância” e “autocrítica” fazem-se “fundamentais, pois existe um risco intrínseco ao trabalho de oposição”, estabelecidos pelos grupos que buscam questionar os poderes, “de se institucionalizar, à marginalidade de se transformar em separatismo, à resistência se enrijecer em dogma” (Said, 2011, p. 78), “processo que ocorre como parte da” própria “cultura metropolitana, a qual as vezes reconhece, as vezes obscurece a atividade sustentada pelo próprio império” ou, em outras palavras, pelo próprio dominador, seja ele um indivíduo, uma comunidade ou uma sociedade (*Ibid.*, p. 78).

CONSIDERAÇÕES

Os estudos das culturas não são um estudo meramente conceitual que permeia sobre suas formas, é necessário que as reflexões sobre as culturas permeie sobre os aspectos de seus encontros, suas formações, suas estruturas, seus efeitos e seus poderes, levando em consideração as mudanças e interações globais, passando pela história mundial e seus movimentos, suas expansões, suas rupturas e ligamentos, formando um todo específico que nos norteia quanto a nossa própria existência e a existência do outro, possibilitando compreensões e manejos.

Os teóricos abordados neste trabalho que se dedicaram a caracterizar os fenômenos sociais o fizeram com especial atenção aos fenômenos

observáveis em menor escala, sem perder de vista os fenômenos maiores, de maiores participações interacionais, concluindo que os indivíduos são dualmente efeitos de formação e formatação de si, do mundo e do outro, por meio de aparas e estímulos, cortes e construções, resultados não meramente causais, mas causados.

Por meio de uma manutenção constante das estruturas a partir das ações construídas disciplinarmente nos indivíduos que fazem parte de um grupo, reproduz-se o que já está estabelecido socialmente: as relações de poder que buscam impor seus próprios símbolos e signos por meio de uma postura imperial, a qual faz com que cada grupo se veja como detentor das verdades, detentor do conhecimento sobre a vida e seus significados que, por vezes, assumem posturas de *salvador* do outro, professores da vida, fornecendo ensinamentos e diretrizes que, nem sempre, são aceitas nesses encontros, gerando embates, por vezes velados e por vezes explosivos, estabelecendo pressões de disputa e dominância, *naturalizadas* nas interações.

Quaisquer estudantes que almejem falar sobre as sociedades devem, ao menos, ter o mero conhecimento dos fenômenos que os signos, as disciplinas, as dominações, os imperialismos, entre outros, causam no outro. E esta é uma afirmação com a aparência de verdade, mais um fenômeno de nossa cultura que busca o estudo da ciência, validando seu conhecimento e fazendo o uso deste para expandir as compreensões, podendo, ou não, ser validado pelo leitor que encerra esta leitura, promovendo um encontro de ideias iguais ou desiguais, concordantes ou discordantes, possíveis gênesis de conflitos ou acolhimento.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, ZYGMUNT. **ENSAIOS SOBRE O CONCEITO DE CULTURA**. TRADUÇÃO DE CARLOS ALBERTO MEDEIROS. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2012.
- BOURDIEU, PIERRE. **O PODER SIMBÓLICO**. 6. ED. RIO DE JANEIRO: BERTRAND, 2003.
- FOUCAULT, MICHEL. **VIGIAR E PUNIR**. PETRÓPOLIS: VOZES, 1987.
- GEERTZ, CLIFFORD. **A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS**. RIO DE JANEIRO: LTC, 1989.
- LARAIA, ROQUE DE BARROS. **CULTURA: UM CONCEITO ANTROPOLÓGICO**. 22. ED. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2008.
- ORTIZ, RENATO. **MUNDIALIZAÇÃO E CULTURA**. 2. ED. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1994.
- SAID, EDWARD W. **CULTURA E IMPERIALISMO**. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2011.